

# OFFICINA

– Revista da Associação de Arquivistas de São Paulo –

**Arquivos comunitários em debate:  
tensões e perspectivas**

**NÚMERO 1**

VOLUME 5

JUNHO - 2026

ISSN: 2764-7773





ASSOCIAÇÃO DE ARQUIVISTAS DE SÃO PAULO

## **CAPA**

Gabriel Barros

Imagem de capa: Pexels, via Pixabay

## **PROJETO GRÁFICO**

Cubile Editorial

## **DIAGRAMAÇÃO**

Gabriel Barros

## **EDITORES**

Ana Célia Navarro de Andrade - Editora Gerente

Natália Bolfarini Tognoli - Editora Científica

## **COMISSÃO EDITORIAL**

Johanna Wilhelmina Smit

Clarissa Moreira dos Santos Schmidt

Gabriel Moore Bevilacqua

Camilla Campoi de Sobral

Gabriel da Silva Barros

## **REVISÃO**

Bruna Giovana Bengozi

## **CONSELHO EDITORIAL**

Alicia Casas de Barrán - Universidad de la Republica, Uruguai

André Malverdes - UFES

Angélica Alves da Cunha Marques - UNB

Anna Carla Almeida Mariz - UNIRIO

Annantonia Martorano - Università degli studi di Firenze (UNIFI), Itália

Antonia Heredia Herrera

Brígida Maria Nogueira Cervantes - UEL

Francisco Alcides Cougo Junior - UFSM

Irene Rodrigues da Silva Fernandes - GEARQ

Janice Gonçalves - UDESC

José Augusto Chaves Guimarães - UNESP

Lenora de Beaurepaire da Silva Schwaitzer - UFES

Lorena de Oliveira Souza Campello - IFS

Luciana Duranti - University of British Columbia (UBC), Canadá

Marcelo Chaves - Arquivo do Estado de São Paulo

Maria Teresa Navarro de Britto Matos - UFBA

Norma Fenoglio - Universidad Nacional de Cordoba, Argentina.

Paulo Roberto Elia dos Santos – FIOCRUZ

Renato de Mattos – UFF

Renato Pinto Venâncio – UFMG

### **ENDEREÇO**

Av. Prof. Lineu Prestes, 338 – 2º andar

CEP: 05508-000 - São Paulo - SP

### **CONTATO**

diretoria@arqsp.org.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Even3 Publicações, PE, Brasil)

O32 OFFICINA – Revista da Associação de Arquivistas de São Paulo  
[Recurso digital] / Associação de Arquivistas de São Paulo. – Vol.  
5, n. 1 (2026) – São Paulo: ARQ-SP, 2026.

Semestral

ISSN 2761-7773

DOI 10.29327/263416.5.1

Textos em português, inglês e espanhol.

1. Arquivologia – Periódico. 2. Arquivos comunitários. I.  
Associação de Arquivistas de São Paulo - ARQ-SP.

CDD 025.17

Amanda Rodrigues - CRB-4/2216

O conteúdo dessa revista é licenciado sob a Licença Creative Commons Attribution (CC BY)  
4.0 International.

**OFFICINA**  
– Revista da Associação de Arquivistas de São Paulo –

**EDITORIAL** \_\_\_\_\_ 6

Natália Bolfarini Tognoli; Anderson Berbesi

**ARTIGOS****GESTÃO DE RISCOS EM ARQUIVOS: ANÁLISE DO RISCO DE INUNDAÇÃO POR ENCHENTE A PARTIR DO CASO DO DEPARTAMENTO DE ARQUIVO GERAL DA UFSM** \_\_\_\_\_ 13

Dhion Carlos Hedlund; Bianca Daniele Fagundes Rodrigues

**HOW TO UNDERSTAND COMMUNITY ARCHIVES IN POLAND: RESEARCH CONTEXTS AND CHALLENGES** \_\_\_\_\_ 34

Magdalena Wiśniewska-Drewniak

**ARQUIVOS COMUNITÁRIOS E POPULARES: REFLEXÕES CONCEITUAIS E PROPOSTAS DE DEFINIÇÃO** \_\_\_\_\_ 65

Thamires Ribeiro de Oliveira; Jean Camoleze

**O ARQUIVO COMUNITÁRIO COMO RESULTADO DA ORGANIZAÇÃO COLETIVA EM CONTEXTOS DE MARGINALIZAÇÃO: UM OLHAR SOBRE O ACERVO DO GRUPO DE MULHERES PROSTITUTAS DO ESTADO DO PARÁ** \_\_\_\_\_ 86

Mônica Tenaglia; Ana Beatriz Progênio Brito; Adriana Monteiro da Costa; Mônica Cristina Henderson de Sousa; Thania Cristina da Silva Costa

**OUTRO ARQUIVO É POSSÍVEL: DINÂMICAS DOCUMENTAIS DE COMUNIDADES QUILOMBOLAS BRASILEIRAS** \_\_\_\_\_ 107

Jefferson Higino da Silva; Luciane Paula Vital

**REPENSANDO A ORGANICIDADE A PARTIR DOS ARQUIVOS COMUNITÁRIOS** \_\_\_\_\_ 132

Kíssila da Silva Rangel

**O ENCONTRO DE ARQUIVO, CULTURA E JUSTIÇA SOCIAL E A CRIAÇÃO DA REDE LATINO-AMERICANA DE PESQUISADORES EM ARQUIVOS COMUNITÁRIOS, CULTURA, IDENTIDADE E JUSTIÇA SOCIAL** \_\_\_\_\_ 151

Natália Bolfarini Tognoli; Lucia Maria Velloso de Oliveira; Bianca Therezinha Carvalho Panisset

**CARTOGRAFIA DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA BRASILEIRA EM TORNO DOS ARQUIVOS COMUNITÁRIOS: ANÁLISE NAS BASES DE DADOS EM ARQUIVOLOGIA E EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO** — 160

Ana Cláudia Cruz Córdula; Carla Maria de Almeida; Gabriela Borba de Araújo Lima

**ARQUIVO EM DEBATE****ARQUIVOS COMUNITÁRIOS SEM COMUNIDADES: UMA REFLEXÃO A PARTIR DA PERIFERIA** — 191

Anderson Berbesi

**O RASTRO NOS DOCUMENTOS: UMA APRESENTAÇÃO DO ARMAZÉM MEMÓRIA À LUZ DA CRÔNICA "EL RASTRO EM LOS HUESOS", DE LEILA GUERRIERO** — 198

Helena Capriglione Zelic

**TRADUÇÕES****CONECTANDO COMUNIDADES ÀS SUAS MEMÓRIAS: UMA COMPARAÇÃO DE ARQUIVOS COMUNITÁRIOS EM CINCO PAÍSES** — 224

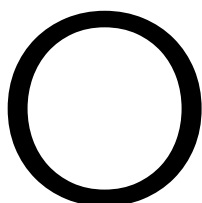
Andrew Flinn; Magdalena Wiśniewska-Drewniak; Mônica Tenaglia; Mengqui Li; Luisa Seixas; Mônica Tenaglia

## EDITORIAL

*Editorial*

Natália Bolfarini Tognoli<sup>1</sup> 

Anderson Berbesi<sup>2</sup> 



primeiro volume de 2026 da *Officina* reúne dois temas que vêm ganhando relevância crescente no debate arquivístico brasileiro: os impactos das mudanças climáticas sobre os arquivos e o reconhecimento do papel dos arquivos comunitários na preservação da memória e na promoção da justiça

social.

Diante da intensificação de eventos climáticos extremos e de seus efeitos sobre os arquivos, o artigo “Gestão de riscos em arquivos: análise do risco de inundação por enchente a partir do caso do Departamento de Arquivo Geral da UFSM”, de Dhion Carlos Hedlund e Bianca Daniele Fagundes

---

<sup>1</sup> Professora adjunta no Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense (UFF). Docente permanente no Programa de Pós-graduação em Memória e Acervos da Fundação Casa de Rui Barbosa (PGMA/FCRB) e no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense (PPGCI/UFF). Editora-chefe da *Knowledge Organization Journal* e editora científica da revista *Officina*. Líder do grupo de pesquisa “Arquivos, Bibliotecas e Organização do Conhecimento”. Bolsista de Produtividade em Pesquisa – CNPq nível 2. E-mail: nataliatognoli@id.uff.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5668344562019395>.

<sup>2</sup> Doutorando e Mestre em Ciência da Informação (2026) pelo Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense (PPGCI/UFF). Bacharel em Biblioteconomia pela Universidade Central da Venezuela (2023). Membro do grupo de pesquisa “Arquivos, Bibliotecas e Organização do Conhecimento”. E-mail: aberbesi@id.uff.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4614239456054038>.



Rodrigues, evidencia a urgência de incorporar a gestão de riscos às práticas arquivísticas. A partir da análise do risco de inundação em uma instituição específica, os autores defendem a necessidade de revisar os modelos de classificação de riscos e elaborar planos de gerenciamento de riscos adaptados às particularidades de cada contexto institucional.

Se os desafios impostos pelas mudanças climáticas evidenciam a vulnerabilidade dos acervos e a necessidade de fortalecer estratégias de preservação e de gestão de riscos, o dossiê dedicado aos arquivos comunitários amplia esse debate ao destacar a centralidade das comunidades na produção, preservação e reivindicação de memórias historicamente silenciadas. Em comum, ambos os temas reafirmam o compromisso contemporâneo da Arquivologia com a proteção do patrimônio documental, a valorização da diversidade de sujeitos e de narrativas e a promoção da justiça social.

A publicação do dossiê temático "Arquivos comunitários em debate: tensões e perspectivas" marca um momento particularmente significativo para a Arquivologia brasileira. Nas últimas décadas, os arquivos comunitários deixaram de ocupar uma posição periférica nos debates internacionais para consolidarem-se como um campo emergente de investigação, prática política e formulação crítica sobre memória, identidade e representação social.

Mais do que um novo objeto de estudo, os arquivos comunitários têm contribuído para problematizar pressupostos historicamente naturalizados na Arquivologia, abrindo espaço para reflexões sobre os limites e os alcances de teorias, conceitos e práticas frequentemente concebidos como universais e atemporais. Ao evidenciar experiências situadas e contextuais de produção, preservação e uso da memória, essas iniciativas ampliam as formas de compreender a ação arquivística em relação às práticas comunitárias e convidam à revisão de categorias fundamentais, como documento, prova, autenticidade e representação. Nesse processo, não apenas transformam práticas profissionais, mas também estimulam debates de natureza teórica, epistemológica, ontológica e ética sobre o próprio campo arquivístico, que vem redefinindo a prática arquivística em nível internacional e local.

No Brasil, de forma particular, embora esse debate ainda seja relativamente recente, observa-se uma expansão consistente das pesquisas, das experiências comunitárias e das disputas conceituais e normativas em torno da categoria "arquivo comunitário", especialmente nos últimos cinco anos.





Esse movimento ganhou novo impulso a partir da promulgação do Decreto nº 12.599, de 28 de agosto de 2025, que altera o Decreto nº 4.073/2002 — regulamentador da Lei nº 8.159/1991 — e insere, pela primeira vez, o termo “arquivos comunitários” no escopo da política nacional de arquivos públicos e privados. A inclusão da categoria no texto normativo representa um marco político e institucional relevante, mas também desencadeou intensos debates entre órgãos públicos, associações profissionais, pesquisadores e movimentos sociais. Em torno dessa incorporação, emergem questões fundamentais: quais são os limites e as implicações da institucionalização dos arquivos comunitários? De que maneira o reconhecimento estatal pode fortalecer — ou tensionar — a autonomia das comunidades? Como evitar que categorias historicamente insurgentes sejam absorvidas por estruturas burocráticas que, muitas vezes, reproduzem desigualdades históricas de representação e de poder? Como construir práticas arquivísticas situadas que, a partir de perspectivas éticas e afetivas, respeitem os interesses, saberes e formas de organização das comunidades sem reproduzir relações de tutela, paternalismo ou controle?

A centralidade dessas discussões também ficou evidente na formulação do sexto eixo temático da *2ª Conferência Nacional de Arquivos (CNArq)* intitulado “Arquivos Privados e Comunitários, Pluralidade da Memória e Interesse Público e Social”. O próprio destaque conferido ao tema na conferência demonstra que os arquivos comunitários já não podem ser compreendidos como fenômenos marginais ou episódicos, mas, sim, como parte constitutiva das disputas contemporâneas sobre memória, cidadania, direitos humanos e políticas públicas arquivísticas.

Paralelamente, o tema vem se consolidando nos espaços acadêmicos e de articulação científica. O *Encontro de Arquivo, Cultura e Justiça Social*, realizado anualmente na Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB), tornou-se um importante fórum de interlocução entre pesquisadores, arquivistas, bibliotecários, museólogos, movimentos sociais e iniciativas autônomas de memória. Foi também nesse espaço que se constituiu a Rede Latino-Americana de Pesquisadores em Arquivos Comunitários, Cultura, Identidade e Justiça Social, iniciativa que expressa o fortalecimento de uma agenda de pesquisa transnacional comprometida com abordagens críticas, decoloniais e socialmente engajadas da Arquivologia.

É nesse contexto político, científico e social que este dossiê se insere. Mais do que reunir estudos sobre experiências específicas, os trabalhos aqui publicados revelam a diversidade



epistemológica, metodológica e territorial dos debates contemporâneos sobre arquivos comunitários. As contribuições evidenciam tensões entre institucionalização e autonomia, ampliam reflexões conceituais, problematizam categorias tradicionais da Arquivologia e demonstram como práticas documentais produzidas por grupos historicamente marginalizados vêm redefinindo as próprias noções de arquivo, organicidade, custódia, acesso e memória.

Abrindo a seção de artigos inéditos, *“How to Understand Community Archives in Poland: Research Contexts and Challenges”*, de Magdalena Wiśniewska-Drewniak, oferece uma importante perspectiva internacional ao discutir o contexto de desenvolvimento dos arquivos comunitários na Polônia. A autora articula transformações recentes da Arquivologia polonesa, a virada afetiva nos estudos arquivísticos e os desafios metodológicos do projeto de pesquisa *“The impact of independent community archives”*, em andamento desde 2023. O texto contribui para ampliar o diálogo entre experiências locais e debates globais, destacando a necessidade de compreender os arquivos comunitários a partir de suas especificidades históricas, culturais e políticas.

Na sequência, *“Arquivos comunitários e populares: reflexões conceituais e propostas de definição”*, de Thamires Ribeiro de Oliveira e Jean Camoleze, aprofunda o debate terminológico e epistemológico em torno das categorias “arquivo comunitário” e “arquivo popular”. Fundamentado na literatura crítica internacional e na análise de iniciativas vinculadas à Rede de Acervos, Memórias e Movimentos Sociais, o artigo demonstra que ambas as categorias emergem como práticas autônomas de produção documental voltadas à preservação da memória e à ampliação de direitos, ainda que apresentem ênfases distintas em identidade, território, representatividade e organização política.

Em *“O arquivo comunitário como resultado da organização coletiva em contextos de marginalização: um olhar sobre o acervo do Grupo de Mulheres Prostitutas do Estado do Pará”*, Mônica Tenaglia, Ana Beatriz Progênio Brito, Adriana Monteiro da Costa, Mônica Cristina Henderson de Sousa e Thania Cristina da Silva Costa analisam a constituição e preservação de um acervo que documenta trajetórias historicamente invisibilizadas. Ao evidenciar práticas de mobilização social, ações políticas e estratégias de fortalecimento da cidadania, o estudo reafirma os arquivos comunitários como espaços de resistência, de autorrepresentação e de valorização das memórias coletivas.



O quarto artigo, intitulado "Outro arquivo é possível: dinâmicas documentais de comunidades quilombolas", de Jefferson Higino da Silva e Luciane Paula Vital, propõe uma reflexão crítica sobre os processos documentais produzidos por comunidades quilombolas brasileiras. Ao analisar documentos vinculados aos processos de reconhecimento étnico e de titulação territorial, os autores demonstram que tais registros ultrapassam funções meramente administrativas, configurando-se como instrumentos de identidade, resistência e justiça social. O artigo tensiona modelos arquivísticos centrados e reivindica uma Arquivologia mais conectada às práticas sociais comunitárias.

Em seguida, "Repensando a organicidade a partir dos arquivos comunitários", de Kíssila da Silva Rangel, revisita criticamente um dos conceitos estruturantes da disciplina arquivística. Ao deslocar a organicidade das bases estritamente jurídico-administrativas para uma perspectiva relacional fundada no pertencimento, na continuidade simbólica e na experiência social compartilhada, o artigo propõe uma ampliação conceitual que reconhece a legitimidade arquivística de acervos constituídos em contextos comunitários e insurgentes.

A experiência de criação e consolidação do *Encontro de Arquivo, Cultura e Justiça Social*, realizado desde 2024 pelos grupos de pesquisa "Arquivos, Bibliotecas e Organização do Conhecimento" e "Arquivos, Acesso e Informação", da Universidade Federal Fluminense (UFF), em parceria com o Serviço de Arquivo Histórico e Institucional da Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB), é apresentada no artigo "O *Encontro de Arquivo, Cultura e Justiça Social* e a criação da Rede Latino-Americana de Pesquisadores em Arquivos Comunitários, Cultura, Identidade e Justiça Social", de Natália Tognoli, Lucia Maria Velloso de Oliveira e Bianca Therezinha de Carvalho Panisset. As autoras analisam o processo de construção desse espaço de diálogo entre universidade, instituições de memória e comunidades, destacando seu papel na promoção de debates sobre arquivos, cultura, identidade e justiça social. O texto evidencia como essas articulações contribuíram para a criação da Rede Latino-Americana de Pesquisadores em Arquivos Comunitários, Cultura, Identidade e Justiça Social.

Encerrando a seção de artigos inéditos, o texto "Cartografia da produção científica brasileira em torno dos arquivos comunitários: análise nas bases de dados em Arquivologia e em Ciência da Informação", de Ana Cláudia Cruz Córdula, Carla Maria de Almeida e Gabriela Borba de Araújo Lima, apresenta um panorama da produção científica brasileira sobre o tema. O estudo evidencia o



crescimento expressivo das pesquisas a partir de 2022 e destaca o fortalecimento de abordagens críticas, decoloniais e voltadas à justiça social, bem como o surgimento de discussões sobre tecnologias digitais, preservação digital e curadoria algorítmica.

Na seção “Arquivo em Debate”, o ensaio “Arquivos comunitários sem comunidades: uma reflexão a partir da periferia”, de Anderson Berbesi, problematiza os riscos da apropriação institucional de arquivos comunitários sem o efetivo protagonismo das comunidades envolvidas. O texto tensiona criticamente as imposições normativas e questiona práticas arquivísticas dissociadas das experiências sociais concretas que dão origem aos acervos.

Já em “O rastro nos documentos: uma apresentação do Armazém Memória à luz da crônica ‘*El rastro en los huesos*’, de Leila Guerriero”, Helena Capriglione Zelic recupera a trajetória do Armazém Memória e a atuação de Marcelo Zelic na construção de políticas de memória, verdade, justiça e reparação no Brasil. O texto demonstra como práticas heterodoxas de investigação, digitalização e articulação em rede podem constituir importantes estratégias de enfrentamento ao memoricídio e às violências de Estado.

O dossiê encerra-se com a tradução de “Conectando comunidades às suas memórias: uma comparação de arquivos comunitários em cinco países”, de Andrew Flinn, Magdalena Wiśniewska-Drewniak, Monica Tenaglia, Mengqui Li e Luisa Seixas. A tradução amplia o acesso do público lusófono a debates internacionais fundamentais sobre memória comunitária, participação social e diversidade de experiências arquivísticas em distintos contextos nacionais.

Ao reunir contribuições nacionais e internacionais, este dossiê evidencia que os arquivos comunitários não constituem apenas um novo objeto de pesquisa, mas também um campo de disputas políticas, epistemológicas e éticas que desafia os próprios fundamentos da Arquivologia. As experiências aqui apresentadas demonstram que a produção, preservação e circulação de documentos por comunidades historicamente marginalizadas tanto reivindicam reconhecimento institucional quanto transformam as maneiras pelas quais compreendemos a memória, o arquivo, o patrimônio e a justiça social.

Esperamos que este conjunto de trabalhos contribua para ampliar o debate sobre os arquivos comunitários no Brasil e na América Latina, estimulando reflexões críticas sobre as relações entre memória, poder, representação e justiça social. Mais do que oferecer respostas definitivas, os textos aqui reunidos convidam a repensar os próprios limites da Arquivologia e os modos pelos quais



comunidades, instituições e profissionais constroem, negociam e disputam os sentidos do arquivo no presente.

---

#### LICENÇA DE USO

Os autores cedem à **OFFICINA: Revista da Associação de Arquivistas de São Paulo** os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution](#) (CC BY) 4.0 International.



## GESTÃO DE RISCOS EM ARQUIVOS: ANÁLISE DO RISCO DE INUNDAÇÃO POR ENCHENTE A PARTIR DO CASO DO DEPARTAMENTO DE ARQUIVO GERAL DA UFSM

*Risk management in archives: analysis of flood risk based on the case of the General Archive Department of UFSM*

Bianca Daniele Fagundes Rodrigues<sup>1</sup> 

Dhion Carlos Hedlund<sup>2</sup> 

### RESUMO

As enchentes ocorridas no estado do Rio Grande do Sul em abril de 2024, afetaram inúmeras instituições, entre elas o Departamento de Arquivo Geral (DAG) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Este artigo apresenta uma reflexão sobre a classificação do risco de inundações em arquivos, a partir do caso do DAG, considerando a intensificação dos eventos climáticos extremos e as medidas adotadas pelo setor após o incidente de 2024. A pesquisa se caracteriza como qualitativa, com uso do recurso metodológico de pesquisa documental e bibliográfica. Foram examinadas reportagens jornalísticas e informações divulgadas na página institucional do DAG e da UFSM. Além disso, foram consideradas publicações institucionais relacionadas ao gerenciamento de riscos, orientações técnicas e normativas. A região sul do Brasil, onde se localiza o estado do Rio Grande do Sul passa por transformações devido às mudanças climáticas globais. O aumento de chuvas intensas provoca enchentes, que afetam os acervos documentais por meio de inundações. Entre os resultados, ressalta-se a orientação para que as instituições repensem a classificação do risco de inundação, e elaborem Planos de Gerenciamento de Riscos específicos para cada realidade institucional.

<sup>1</sup>Possui graduação em Arquivologia pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Especialização em Arquivos Permanentes pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Mestranda em Patrimônio Cultural na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

<sup>2</sup>Possui graduação em Arquivologia (UFSM), Especialização em Docência na Educação Superior (UNINTER), Mestrado em Patrimônio Cultural (UFSM) e Doutorado em História (UPF). Atualmente é professor Adjunto do Instituto de Ciências Humanas e da Informação (ICHI) da Universidade Federal do Rio Grande (FURG).



**PALAVRAS-CHAVE:** Gerenciamento de Risco em Arquivos; Inundação; Arquivos Permanentes; Departamento de Arquivo Geral; Arquivologia.

#### ABSTRACT

The floods that occurred in the state of Rio Grande do Sul in April 2024 affected numerous institutions, including the General Archives Department (DAG) of the Federal University of Santa Maria (UFSM). This article reflects on the classification of flood risk in archival institutions, based on the case of the DAG, in light of the intensification of extreme weather events and the measures adopted by the sector following the 2024 incident. The research adopts a qualitative approach, employing documentary and bibliographic methods. Newspaper reports and information published on the institutional websites of the DAG and UFSM were analyzed, along with institutional publications related to risk management, technical guidelines, and regulatory frameworks. The southern region of Brazil, where the state of Rio Grande do Sul is located, has been undergoing significant transformations as a result of global climate change. The increase in heavy rainfall has led to flooding events that directly affect documentary collections. The findings highlight the need for institutions to reconsider flood risk classification and to develop specific Risk Management Plans tailored to their institutional contexts.

**KEYWORDS:** Risk Management Plans in Archives; Flooding; Historical Archives; General Archive Department; Archival Science.

## 1 INTRODUÇÃO

A Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), situada na cidade de Santa Maria, no Estado do Rio Grande do Sul, foi criada em 1960, sendo a primeira universidade federal construída fora de uma das capitais estaduais do Brasil. Dentro desses 65 anos de trajetória, a instituição obteve um crescimento considerável, inclusive com a expansão de demais campi fora do município de fundação (UFSM, 2025c).

A UFSM conta com um órgão interno voltado a coordenar seu sistema de arquivos, denominado Departamento de Arquivo Geral (DAG), vinculado à Pró-Reitora de Administração. No dia 30 de abril de 2024 o DAG sofreu uma inundação em suas dependências, localizadas no térreo e no subsolo do prédio da Reitoria. Neste local estava armazenada grande parte do acervo documental permanente e intermediário da instituição.

A inundação se deu em decorrência de chuvas intensas nos últimos dias do mês de abril de 2024. O incidente climático obteve uma grande repercussão na mídia, devido às inúmeras



destruições ocasionadas, tendo o Estado do Rio Grande do Sul (RS) declarado situação de calamidade pública por meio do Decreto nº 57.596, de 1º de maio de 2024.

A motivação para construção da pesquisa que originou este artigo se deu pelas inquietações sobre a área de Gerenciamento de Riscos aplicado em Arquivos, principalmente nos eventos relacionados a desastres naturais, como no caso do DAG, em que se concretizou o risco de inundação proveniente de enchentes.

Outro fator que contribuiu para a reflexão neste artigo decorre da proximidade de um dos autores com o assunto, por meio do vínculo de participante no projeto de pesquisa desenvolvido pelo DAG “Desafios e estratégias na recuperação de documentos arquivísticos danificados pelas enchentes ocorridas no Rio Grande do Sul”, como estudante de mestrado. Diante desse contexto, optou-se por desenvolver este tema no âmbito da disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso da Especialização em Arquivos Permanentes, oferecida pela Universidade Federal do Rio Grande – FURG. A pesquisa foi motivada especificamente pela seguinte pergunta-problema: diante da intensificação dos eventos climáticos extremos, como repensar a orientação de risco de inundações em arquivos institucionais?

Com base nessa questão, o objetivo principal do estudo foi refletir sobre a classificação do risco de inundações em arquivos institucionais a partir do caso do DAG da UFSM, considerando a intensificação dos eventos climáticos extremos e as medidas adotadas pelo DAG após o incidente de 2024.

Para alcançar esse objetivo, o trabalho foi estruturado em três etapas principais: a) apresentar o contexto da inundação ocorrida nas dependências do DAG em abril de 2024; b) identificar as diretrizes sobre gerenciamento de risco desenvolvidas pela UFSM e pelo DAG antes da inundação; c) Investigar as orientações presentes na literatura e em documentos normativos sobre as ações preventivas e de resposta ao risco de inundação proveniente de enchente em arquivos.

## 2 METODOLOGIA

A pesquisa se caracteriza como uma pesquisa qualitativa, definida por Appolinario (2011 apud Lozada; Nunes, 2018, p. 133) como sendo “[...] altamente conceitual. Seus dados são coletados





diretamente no contexto natural e nas interações sociais que ocorrem. Além disso, eles são analisados diretamente pelo pesquisador”. Considerando que o estudo busca identificar e descrever o cenário de riscos associados ao arquivo, a ênfase recai sobre a análise descritiva dos elementos envolvidos, o que reforça seu caráter qualitativo.

De início, procedeu-se à contextualização sobre o caso de inundação ocorrido nas dependências do DAG no ano de 2024. Como recurso foi utilizada a pesquisa documental, com foco nas reportagens jornalísticas veiculadas sobre o caso e nas informações divulgadas pelo próprio DAG em sua página institucional. Severino (2017, p. 131) afirma que dentro da pesquisa documental “[...] tem-se como fonte documentos no sentido amplo [...], mas sobretudo de outros tipos de documentos, tais como jornais, fotos, filmes, gravações, documentos legais”.

Para a identificação das diretrizes da UFSM e do DAG sobre gerenciamento de risco, publicadas antes da inundação, foram encontrados três documentos institucionais que tratam da temática: a Resolução nº 034/2020, que aprova a Política de Gestão de Riscos da UFSM; o Guia de Aplicação da Metodologia de Gestão de Riscos da UFSM, publicado em 2022; e o Plano de Gestão de Documentos e Arquivos (PGDoc) do DAG da UFSM, publicado em 2023.

Para a investigação das orientações existentes na literatura, bem como dos documentos sobre as ações preventivas e de resposta ao risco, foi utilizada a pesquisa bibliográfica. A Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI), com foco em publicações da área da Ciência da Informação, serviu como primeira base para a busca. O termo usado para busca foi “Gerenciamento de riscos”, com o filtro de busca entre 2010 e 2025.

Os resultados gerados somaram um total de 38 publicações, dos quais foram lidos seus resumos para filtrar aqueles que mais se aproximavam da temática principal abordada neste artigo, que é o risco de inundação por enchentes. Após a leitura dos resumos, verificou-se que nenhum abordava especificamente o risco de inundação por enchente em arquivos, tendo todos uma abordagem geral da gestão de riscos, em bibliotecas, arquivos e museus, incluindo alguns estudos de caso. Dessa forma, partiu-se para a pesquisa em outra base de dados, o Google Scholar. O termo utilizado foi “Gerenciamento de risco em arquivos”. O resultado da pesquisa, com o filtro de 2010 a 2025, resultou em torno de 15.700 publicações, das quais foram selecionadas sete a partir de seus títulos.



### 3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta seção são apresentados os resultados obtidos com a realização da pesquisa. De início, foi analisado o caso de inundação no DAG da UFSM, para assim apresentarmos o contexto em que se deu o ocorrido. Em seguida, apresenta-se a identificação de diretrizes sobre gerenciamento de risco desenvolvidas tanto pela UFSM como pelo DAG antes do caso de inundação. Por fim, na última parte, discute-se a classificação e as ações de prevenção e resposta ao risco de inundação nos arquivos considerando o novo cenário de mudanças climáticas.

#### 3.1 O caso de inundação no Departamento de Arquivo Geral da UFSM

O DAG da UFSM é o setor responsável pela gestão do Sistema de Arquivos da instituição. Sua origem remonta à criação da Divisão de Arquivo Geral, estabelecida pela Resolução n. 0006 de 1990. Conforme disposto na página web institucional do DAG, o setor passou a ser denominado “Departamento de Arquivo Geral” a partir da Resolução n. 016/2006, de 26 de dezembro de 2006 (UFSM, 2025a).

A estrutura do DAG é dividida em seis componentes: Direção; Comissão Permanente de Avaliação de Documentos; Divisão de Protocolo; Divisão de Apoio Técnico aos Arquivos Setoriais; Divisão de Arquivo Permanente e o Laboratório de Reprografia (UFSM, 2025b). Dessa forma, o setor é responsável pela documentação física e digital da UFSM.

A localização do setor fica no andar térreo do prédio da Reitoria da UFSM, destinado às suas tarefas administrativas. Antes da inundação de abril de 2024, também era ocupada parte do subsolo, destinada ao armazenamento dos documentos de valor permanente e uma parcela com valor intermediário. O armazenamento de acervos documentais em níveis abaixo do solo não é recomendado, devendo-se “evitar armazenar, expor ou consultar itens do acervo ou outros elementos patrimoniais da instituição próximos a fontes de água [...] no subsolo ou outras áreas mais vulneráveis a inundações, etc.” (Spinelli; Pedersoli, 2011, p. 59).



A justificativa para os documentos permanentes da UFSM estarem no subsolo foi esclarecida pela diretora do DAG, Débora Flores, em entrevista ao Jornal Diário de Santa Maria em 2024, após a inundação. Segundo a diretora, o armazenamento naquele local se deu pelo “[...] grande peso da estrutura do acervo”, uma vez que o prédio da Reitoria não foi construído e estruturado para comportar o peso de acervos documentais, caso fossem armazenados nos andares superiores (Souza, 2024b).

Os documentos que sofreram com a inundação no subsolo estão sendo recuperados gradativamente. O fato de os documentos estarem armazenados em um nível abaixo da terra, como no caso do DAG, pode ser compreendido como um fator de risco para o acervo da universidade.

Nos últimos dias de abril de 2024, Santa Maria foi considerada a cidade com o maior índice de volume de chuva do estado, com um total registrado de 436,2 milímetros de chuva (Chagas, 2024). Esta grande quantidade de água afetou diversas instituições no estado gaúcho, dentre elas o DAG da UFSM, causando uma inundação na área onde estava localizada a maior parte do acervo intermediário e permanente da UFSM, no dia 30 de abril de 2024. A existência de um lago próximo ao prédio da Reitoria pode ter contribuído para a piora da situação. Com o grande volume de água da chuva o lago acabou transbordando, além de que a existência de uma rampa que dá acesso ao subsolo facilitou a entrada da água (Brignol, 2025).

Conforme noticiado pelo Jornal Diário de Santa Maria, “[...] o acervo ficou inundado por cerca de nove horas. Para interromper o fluxo de água, foram utilizados bombas e caminhões de sucção” (Souza, 2024a). Após a rápida atuação dos servidores, foram iniciados os procedimentos para a recuperação do acervo físico da universidade. De acordo com o Brignol (2025), a partir da retirada da água, iniciaram-se os procedimentos para a recuperação do acervo danificado, formado por 12 mil caixas-arquivo. De início, o Arquivo Nacional, órgão responsável por implementar as Políticas Arquivísticas brasileiras, e ainda, pela documentação pública produzida pelo Poder Executivo Federal, auxiliou o DAG na recuperação dos documentos. Este contato imediato apoiou a escolha das ações mais adequadas para aquele momento (Brignol, 2025).

Desse modo, criou-se uma operação para a recuperação dos documentos, denominada “Operação Recupera Acervo UFSM”, que contou com a ajuda de professores, técnico-administrativos, militares, alunos e voluntários (Brignol, 2025). A arquivista Débora Flores explicou,



ainda, na entrevista concedida ao jornal Diário de Santa Maria que “[...] no primeiro momento, todo material foi retirado do prédio e optamos pela técnica do congelamento. Os documentos ficam todos ensacados e congelados dentro de contêineres frigoríficos, em uma temperatura de 20 graus negativos” (Bartz, 2024).

O uso da técnica é justificado, pois a partir do congelamento a proliferação de agentes biológicos, principalmente de microrganismos, é estabilizada. Spinelli e Pedersoli (2011, p. 72) afirmam que entre as recomendações para evitar os agentes de deterioração formados por microrganismos deve-se “[...] exterminar as pragas dos itens afetados, o que pode ser feito mecanicamente, por congelamento [...]”.

Com o incidente de inundação no DAG, o local que anteriormente armazenava os documentos permanentes da instituição não é mais utilizado. Portanto, houve a necessidade de criação de um espaço temporário para o tratamento da documentação inundada. Atualmente, este local é denominado “TRANSDOC/UFSM – Espaço transdisciplinar de pesquisas e práticas em restauração, digitalização, preservação e difusão do patrimônio documental da Universidade Federal de Santa Maria”, localizado no prédio Multiuso no Campus de Camobi da UFSM. A partir da criação do TRANSDOC, o DAG desenvolveu o projeto institucional “Preservação do Patrimônio Documental: Estratégias para Recuperação do Acervo Arquivístico da UFSM atingido por inundação” e o projeto de pesquisa “Desafios e Estratégias na Recuperação de Documentos Arquivísticos Danificados Pelas Enchentes Ocorridas no RS”.

Em conformidade com o exposto por Brignol (2025), o projeto de pesquisa busca a construção de novos métodos e padrões para recuperação de documentos atingidos por inundações. Além disso, o projeto colabora com outros órgãos que também tiveram seus acervos atingidos pelas enchentes, como a Agência Nacional de vigilância Sanitária (ANVISA); O Banco Central; a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab); o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit); o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); o Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro); o Ministério do Trabalho e Emprego (TEM); Ministério da Saúde (MS); o Serviço Geológico do Brasil (SGB) e a UFSM.

Em relação ao armazenamento do acervo da UFSM após o tratamento no TRANSDOC, os documentos estão sendo levados para o prédio da Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD) e para

um pavilhão ocupado pelo DAG no Parque Tecnológico da UFSM. Há uma busca por financiamentos, já que o DAG também pretende ampliar seu espaço físico.

A arquivista do DAG, Daiane Regina Segabinazzi Pradebon, declara que “[...] para a estrutura física, a gente vai tentar outros órgãos de fomento. Para conseguir um prédio, um local específico, não só para trabalhar nesse laboratório, mas também para estruturar o nosso acervo que agora não vai mais voltar para o mesmo lugar [...]” (Brignol, 2025).

Dessa forma, o trabalho prático e de pesquisa realizado pelo DAG se constitui em um ambiente de construção do conhecimento relacionado ao tratamento de documentos atingidos por inundações. Diante da crescente frequência de eventos climáticos extremos, as instituições arquivísticas têm direcionado seus esforços para a prevenção, mitigação e recuperação de acervos em futuras situações de desastre.

### 3.2 As políticas institucionais da UFSM

O DAG possui a finalidade de coordenar o sistema de arquivos e o desenvolvimento das políticas de gestão arquivística da UFSM. Dentre suas responsabilidades, é possível citar algumas, como: constituir e preservar o patrimônio documental da UFSM; promover a difusão e o acesso às informações custodiadas pela Divisão de Arquivo Permanente; e ainda, elaborar diretrizes, normas, manuais e métodos de trabalho relativos às atividades do Departamento (UFSM, 2025b). Esta última atividade contempla, por exemplo, a possibilidade de elaborar um Plano de Gerenciamento de Riscos.

A Política de Gestão de Riscos da UFSM foi aprovada em 2020, pela Resolução nº 034/2020. Neste documento, se considera que os ‘riscos’ são “eventos que podem comprometer o alcance da missão e dos objetivos institucionais [...]”. A mesma política considera ‘gerenciamento de riscos’ como um “processo para identificar, avaliar, administrar e controlar potenciais eventos ou situações, para fornecer razoável certeza quanto ao alcance dos objetivos da organização” (UFSM, 2020, p. 4). Gerenciar os riscos com efeitos negativos está diretamente relacionado aos impactos que podem apresentar na concretização dos objetivos da universidade.



Considerando que o gerenciamento de riscos está atrelado aos objetivos da instituição, devemos destacar que este processo deve ser particular a cada organização. O que corrobora a afirmação de Spinelli e Pedersoli (2011, p. 34) de que a identificação de quais ocorrências são prováveis dentro de uma instituição depende da sua realidade singular. Essa ideia se torna evidente ao reconhecermos que as organizações possuem objetivos próprios, conforme as atividades que desempenham, logo, os cenários que podem alterar a concretização de seus objetivos também são particulares.

Sendo assim, as instituições devem proceder à formalização de atos normativos próprios sobre diretrizes para o gerenciamento de riscos. Entretanto, é necessário que todo o processo de gerenciamento de riscos ocorra também nos setores da universidade, pois uma universidade é uma instituição imensa, com diversos riscos associados.

A UFSM reforça essa diretriz ao deixar explícita a responsabilidade de cada agente público na redução de eventos que possam impactar seus objetivos. A Política de Gestão de Riscos da UFSM define em seu Art. 8º que

Cabe a cada agente público, gestor ou responsável por unidade administrativa o estabelecimento de controles internos mais adequados para mitigar a probabilidade de ocorrência dos riscos, ou seu impacto sobre os objetivos organizacionais. (UFSM, 2020, p. 6).

Pela citação anterior, observa-se que a UFSM recomenda aos setores internos a análise da probabilidade de ocorrência e do impacto dos riscos. Assim, é importante que as unidades internas da UFSM desenvolvam seus próprios processos de gerenciamento de riscos, com identificação dos riscos específicos ao seu ambiente de atuação.

As probabilidades de ocorrerem os eventos identificados são incertas, mas se concretizadas, podem impactar diretamente as unidades internas da UFSM, como foi o caso da inundação do DAG. Esse episódio ressalta a relevância do gerenciamento de riscos em unidades internas da instituição, sobretudo em setores responsáveis pela gestão da informação arquivística, que constitui a base do conhecimento institucional e da memória organizacional.

Além da Política de Gestão de Riscos, a UFSM publicou, em 2022, o “Guia de Aplicação da Metodologia de Gestão de Riscos”, que consiste em metodologia para apoiar os setores da



instituição no processo de gerenciamento de riscos. Com este documento, a universidade consegue fornecer um aporte prático para guiar seus agentes públicos no desenvolvimento de todas as etapas do gerenciamento de riscos. Assim, torna-se possível ampliar o processo de identificação e análise de riscos de toda instituição.

O DAG, por sua vez, publicou em julho de 2023 o “Plano de Gestão de Documentos e Arquivos”, com vigência de 2023 a 2025. Destaca-se que no mês de setembro de 2023, dois meses após a publicação do PGDoc, municípios do RS sofreram com intensas chuvas. O fato já demonstrava uma nova perspectiva sobre as mudanças climáticas.

No documento são apresentadas as definições do setor em relação às suas “[...] estratégias, objetivos e ações que visam a adequada produção, classificação, tramitação, difusão, avaliação, arquivamento, preservação, o acesso e o uso contínuo dos documentos institucionais [...]” (UFSM, 2023, p. 04). O setor incluiu ainda na publicação um levantamento de riscos que poderiam gerar um impacto negativo no andamento de suas atividades.

Este estudo dos riscos consta na subseção “5 - Plano de Avaliação e Gestão de Riscos” que trata da identificação, classificação e indicações de ações de resposta aos eventos identificados. Dentre os eventos listados, há o evento “Catástrofes naturais/humanas”, classificado como de “baixa” probabilidade de ocorrência e “muito alto” impacto, resultando na criticidade “média”. Para este item, o DAG indica a abordagem de “mitigar” o risco. Além desta classificação são apresentadas três indicações de ações de prevenção e resposta a esse risco: implementar planos de manutenção preventiva da infraestrutura física dos locais de armazenamento de acervo; buscar investimentos em soluções de preservação do acervo digital; elaborar planos de contingência para catástrofes no acervo.

A classificação estabelecida pelo DAG para o risco de catástrofes naturais e humanas evidenciou uma baixa previsibilidade de eventos catastróficos. No entanto, o novo cenário de mudanças climáticas globais, que afeta não apenas o Brasil e o Estado do Rio Grande do Sul, mas o planeta de forma geral, tem causado um aumento na intensidade e frequência de chuvas. Diante dessa realidade, torna-se imprescindível repensar as discussões sobre as ações para prevenção, mitigação e de resposta ao risco de inundação nos arquivos.



### 3.3 Classificação, ações de prevenção e resposta aos riscos de inundações em arquivos

A inundação no acervo documental da UFSM não pode ser considerada um fato isolado, já que diversas instituições também tiveram seus acervos danificados, o que se evidencia pela grande quantidade de instituições participando dos projetos com o DAG para a recuperação de documentos arquivísticos. As mudanças climáticas são uma preocupação cada vez mais atual, caracterizando-se como um novo ponto de reflexão a ser considerado pelos arquivistas.

Essas modificações do clima decorrem do aumento da temperatura global causado pelas emissões de carbono. A Conferência das Partes (*Conference of the Parties* - COP)   um evento anual internacional para a discussão da mudança do clima, que terá sua 30  ed  o no Brasil em 2025. Em matéria no portal da COP30 sobre as enchentes no RS, o pesquisador Francisco Aquino da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) explica que o aumento da temperatura torna os oceanos mais aquecidos, com isso existe uma alteração nos padrões de circulação do ar, ocasionando em condições que favorecem eventos extremos. Na matéria é defendido que “o estado foi submetido a um fenômeno chamado “rios voadores”, que são decorrentes de ar carregadas de umidade que vem da Amazônia e despejam chuva concentrada em determinadas regiões” (Molina, 2025).

Neste contexto, essas mudanças somam-se a uma nova perspectiva em que casos de inundações podem ser mais frequentes na região Sul do Brasil. A Agência Nacional de  guas (ANA), ao tratar sobre as enchentes do RS, afirma que “eventos dessa magnitude, antes considerados excepcionais, precisam ser incorporados à gestão de risco, reconhecendo a intensificação das chuvas e vazões extremas na região Sul do Brasil como impactos da mudança do clima” (ANA, 2025, p.15).

O caso de inundação inclui-se nos eventos de risco de catástrofes naturais/humanas identificados pelo DAG. A consideração pelo DAG do risco de enchente como de “baixa” probabilidade de ocorrência possivelmente foi atribuída naquele momento por não haver histórico de inundações em nível acentuado. A partir desse novo momento é preciso repensar as avaliações para este tipo de risco, pois o aumento de chuvas intensas se tornou uma realidade presente diante do cenário climático atual.





Cabe ressaltar que o Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) publicou em 2000 as “Recomendações para a construção de arquivos”. As orientações se destinam tanto a construções de prédios voltados aos arquivos, bem como a adaptações e reformas de edifícios já existentes. Conforme este documento, não é recomendado manter documentos intermediários de longo prazo de guarda e permanentes em níveis abaixo do solo, pois isso pode levar à mais prejuízos quando da ocorrência de inundações provocadas por enchentes. Além de inundação, o CONARQ alerta que

a construção subterrânea não é recomendada, em princípio, pelas condições de umidade que geralmente apresentam nossos solos. Ela gera inúmeros riscos relacionados a infiltrações e infestações de térmitas. Além disso, a manutenção e os custos de condicionamento de ar são muito elevados quando há excessiva umidade (CONARQ, 2000, p. 6).

As possibilidades de perdas no acervo decorrente da água são inúmeras, por isso é importante a capacitação dos profissionais responsáveis por acervos documentais em relação aos riscos derivados de precipitações abundantes. As instituições precisam construir seus próprios Planos de Gerenciamento de Risco, que abarquem todo o processo de identificação, avaliação, administração e controle dos riscos a que estão suscetíveis. Ainda assim, ressalta-se a necessidade de definição de ações de resposta aos riscos.

Quando os riscos se concretizam e a instituição passa a executar as medidas corretivas previstas, diz-se que está operando em modo de contingência, até que suas atividades retornem à normalidade. Durante o período de contingência diversos desafios podem surgir, especialmente no que diz respeito à disponibilidade de recursos financeiros e humanos, o que reforça a importância de um plano de ação (mais conhecido como plano de contingência) bem estruturado.

A UFSM determinou na sua Política de Gestão de Riscos (2020, p. 6) em seu art. 7º a possibilidade de seus setores administrativos formularem planos próprios para a contingência e resposta aos riscos. O Departamento de Arquivo Geral formalizou esta iniciativa com a subseção “5 - Plano de Avaliação e Gestão de Riscos” do PGDoc, que, além da identificação e avaliação dos riscos, complementa com a indicação de algumas medidas de prevenção e resposta ao risco. Essas medidas apresentadas pelo DAG são bastante amplas, e no caso do risco de catástrofes naturais/humanas indicam ações futuras a serem desenvolvidas para responder ao risco identificado.



Após a inundação no acervo da UFSM, com a experiência do tratamento arquivístico de recuperação do acervo, o DAG, em conjunto com o Arquivo Nacional e com o Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, produziu materiais com orientações destinadas às instituições arquivísticas. Até o momento, a parceria resultou em duas publicações: “Guia Rápido para o resgate de acervos danificados por água” e “Ações Iniciais para salvaguarda de arquivos após ocorrência de desastre natural por inundação”.

O DAG também já elaborou algumas publicações próprias com a experiência vivenciada, que são: o “Guia de instalação de área de secagem de acervos danificados pela água” e “Resgate documental: guia de recuperação de acervos danificados pela água”. A publicação dessas operações realizadas pelo DAG provoca novas discussões na base de conhecimento sobre a recuperação de documentos danificados pela água.

Além destas publicações pós-inundação, cabe destacar que o Arquivo Nacional já havia publicado em 2012 as “Recomendações para o resgate de acervos arquivísticos danificados por água”, nas quais são apresentadas orientações para os casos de danos causados pela água. Coincidentemente, no mesmo ano da inundação no DAG, em 2024, o Conselho Internacional de Arquivos (*International Council of Archives - ICA*) publicou o *Emergency Management and disaster preparedness: a manual for protecting archives*, de autoria de Margaret Crockett e Emilie Gagnet Leumas. A publicação já possui versão traduzida para o português brasileiro, o que se configura como uma excelente ferramenta para auxiliar as instituições na construção de planos de gerenciamento de riscos. Seu desenvolvimento é voltado para os documentos arquivísticos, tratando desde a prevenção até as medidas de resposta a incidência de riscos ocorridos diante de desastres.

O Guia de Gestão de Riscos para o Patrimônio Museológico é a versão com tradução da publicação, feita em 2017, do *International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property – ICCROM*. O estudo contempla conceitos em relação à gestão de riscos, com foco sobre bens culturais, mais especificamente em acervos museológicos. Um diferencial deste guia são as metodologias incluídas para as etapas de identificação e análise dos riscos. O conceito dos “3 ‘tipos’ de ocorrência de riscos” pode ser utilizado na identificação dos riscos, com a divisão entre “Eventos raros; Eventos comuns e Processos cumulativos”. Para a análise dos riscos é



apresentado o método Escalas ABC “Esta ferramenta foi desenvolvida com a finalidade específica de nos auxiliar a calcular, comparar e comunicar a magnitude de riscos para os bens culturais” (ICCROM, 2017, p. 66). Ainda que o estudo seja voltado para acervos museológicos, os conceitos e as metodologias podem também ser proveitosos para a área da arquivologia.

Outra publicação que contribui para a produção de diretrizes para o gerenciamento de riscos é a norma ISO 3100:2018 “Gestão de Risco – Diretrizes” publicada em 2018 no idioma português brasileiro pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Esta normativa não foi desenvolvida com o foco em instituições detentoras de acervos documentais, mas serve como um guia de padrão internacional para o gerenciamento de riscos.

A Biblioteca Nacional do Brasil (BN), publicou em 2010 o “Plano de gerenciamento de riscos, salvaguarda & emergências”, da autoria de José Luiz Pedersoli Jr. e Jayme Spinelli. Neste documento, os autores apresentam os “10 agentes de deterioração”<sup>3</sup>, entendidos como condições que levam a possível deterioração em acervos. Entre os agentes, os autores identificam a “água”, que além de causar diversos danos, pode decorrer de vários mecanismos. Segundo os autores,

A interação da água com as coleções e outros elementos patrimoniais pode causar, dependendo da composição dos mesmos, desintegração, deformação, dissolução, manchas, mofo, enfraquecimento, eflorescência e corrosão. Há inúmeras fontes de água (internas e externas ao edifício, naturais e tecnológicas) e diferentes mecanismos pelos quais ela pode atingir as coleções (infiltrações, vazamentos, inundações, respingos, ascensão por capilaridade, etc.). Os riscos podem ser pontuais ou em grande escala. [...]. (Spinelli; Pedersoli, 2011, p. 19)

Existe, ainda, a possibilidade de interação entre esses agentes de deterioração. Por exemplo, no caso do DAG, além do agente água, também pode-se indicar a ação dos agentes forças físicas, pragas, dissociação, etc. Cassares (2000, p. 13) alerta que “antes de citar os principais fatores de degradação, torna-se indispensável dizer que existe estreita relação entre eles, o que faz com que o processo de deterioração tome proporções devastadoras”. Assim, evidencia-se a importância do planejamento preventivo, com a delimitação de ações de prevenção e de resposta aos riscos.

---

<sup>3</sup> Os 10 agentes de deterioração apontados pelos autores (Spinelli; Pedersoli, 2011) são: 1) Forças Físicas; 2) Criminosos; 3) Fogo; 4) Água; 5) Pragas; 6) Poluentes; 7) Luz e radiação UV e IR; 8) Temperatura incorreta; 9) Umidade relativa incorreta; 10) Dissociação.



A prática de ações de prevenção ao risco de inundação em arquivos é o procedimento para mitigar os danos. Enquanto essas ações de prevenção visam a redução de incidência dos riscos, as ações de resposta ao risco são voltadas para a definição de medidas a serem adotadas quando os riscos ocorrem.

Para o caso de inundação em acervos arquivísticos são possíveis algumas ações de prevenção. Segundo Spinelli e Pedersoli (2011, p. 58), a primeira é realizar manutenções constantes no sistema hidráulico, aparelhos de ar condicionado, redes de esgoto e de água, calhas, drenos e tubulações. O uso adequado de objetos que envolvam água, como torneira, descargas e bebedouros também auxilia em evitar o risco de inundação. As inundações com grande entrada de água podem decorrer de enchentes externas ao prédio, por isso não são recomendadas construções prediais que facilitem a entrada de água, como a rampa de acesso ao subsolo, no caso do DAG. Outro recurso que pode auxiliar a reduzir o risco de inundação são as coberturas vegetais externas, uma vez que conseguem absorver melhor a água.

Para edifícios onde é facilitada a entrada de água, podem ser instaladas barreiras de contenção contra inundações, principalmente nas áreas mais próximas à área externa. Em regiões onde já exista um conhecimento sobre a tendência a elevada quantidade de chuva, é importante monitorar as previsões climáticas, e ainda, em dias previstos de grande precipitação sempre monitorar o nível de água na área externa ao prédio.

A capacitação de todos os funcionários das instituições também é entendida como uma maneira de prevenção, não apenas ao risco de inundação, mas para todos os riscos identificados. Dentre os recursos humanos é possível constituir equipes voltadas para o gerenciamento de risco, com atividades de monitoramento dos recursos para prevenção. Quando uma inundação acontece, as instituições já devem dispor de locais seguros para transferir seu acervo, como foi o caso da UFSM, ao levar seu acervo para o TRANSDOC.

Os riscos identificados devem estar presentes nos Planos de Gerenciamento de Riscos, assim como as ações de resposta aos riscos (plano de contingência). O Arquivo Nacional (2024b, p. 6) orienta que entre as ações para responder ao risco de inundação em acervos, é necessário comunicar à instituição arquivística pública correspondente à esfera de competência. Em seguida, Spinelli e Pedersoli (2011, p.63) ressaltam que é de extrema importância desligar o fornecimento



de energia elétrica e de gás para evitar acidentes fatais. O prédio deve ser isolado até que exista nível de segurança mínimo para adentrar.

Se a quantidade de água que invade o prédio for elevada, será necessário o uso de bombas elétricas para retirada, com a posterior desinfestação do local. O Arquivo Nacional (2024a, p. 3) informa que para a garantia de segurança, a entrada no local de pessoas só pode acontecer com uso de equipamento de proteção individual (EPIs), como óculos de proteção; máscaras descartáveis; luvas, macacão e galochas impermeáveis. Se o local afetado não dispuser de condições para a recuperação do acervo, ele deverá ser transferido para um novo local adequado. A partir da identificação visual, os documentos que apresentem indícios de contaminação deverão ser separados daqueles que não apresentam. As caixas podem ser descartadas, mas as etiquetas de identificação precisam ser mantidas para que não haja perdas no acervo (Arquivo Nacional, 2024b).

De acordo com o CONARQ (2012, p. 6) o controle dos documentos é essencial para manter o domínio da situação, nestes casos os instrumentos de pesquisa formulados para o acervo servirão como ferramentas de consulta. No ambiente de recuperação do acervo poderão ser usados ventiladores e aparelhos desumidificadores, contudo, os documentos não podem ser expostos à secagem direta ao sol.

O congelamento, como utilizado pelo DAG, é um recurso eficaz nos casos de grande quantidade de documentos atingidos, pois consegue estabilizar a proliferação de microrganismos. Entretanto, depende da disponibilidade financeira da instituição, pelo aumento de consumo de energia elétrica no mantimento do congelamento. A convocação de voluntários também pode ajudar nas atividades de recuperação, os quais precisam receber treinamento e EPIs (UFSM, 2024b).

A partir do momento da inundação é recomendável o registro de todo processo de recuperação. Nos registros devem ser feitas fotografias que retratam o fato, produção de relatórios sobre o andamento do processo, comunicação transparente das decisões tomadas, das pessoas envolvidas, etc. (UFSM, 2024b).

Este artigo não se propõe a analisar de forma minuciosa as ações de resposta ao risco de inundação em arquivos, mas, de maneira geral, indicar as principais ações de resposta, com base na literatura encontrada. O risco de inundação demanda diversas outras ações de resposta com maior aprofundamento, visando ao melhor preparo da instituição sobre como proceder diante de uma



inundação. Ressalta-se que este aprofundamento deve estar presente no Plano de Gerenciamento de Riscos da instituição, para que esteja apta a tomar as decisões mais acertadas para a contenção dos danos provenientes de eventos negativos.

#### 4 CONCLUSÕES

É evidente a importância de se repensar a orientação para o risco de inundação por enchente nos arquivos brasileiros. As mudanças climáticas globais apresentam um novo cenário mundial, que já afeta o Brasil, como observa-se na elevação do volume de chuvas no estado do RS. Este novo panorama gera inúmeros prejuízos à sociedade, inclusive quando atinge os documentos arquivísticos. A perda documental decorrente de inundações provocadas por grandes enchentes, impede que os cidadãos exerçam sua cidadania, por exemplo.

O caso de inundação no DAG serve como um alerta e um aprendizado. O contexto da inundação nas dependências do DAG em 2024 revela o caráter excepcional do caso, já que nunca antes ocorreu uma inundação, sobretudo dessa magnitude, de deixar submersa grande parte do acervo permanente e intermediário da UFSM. Além disso, reforça que o armazenamento de documentos de maneira contínua não deve se dar em nível abaixo do solo.

A UFSM possui uma Política de Gestão de Riscos consolidada, e ainda, desenvolveu uma publicação para guiar seus agentes na implementação dessa metodologia. O DAG, por sua vez, apresentou o Plano de avaliação e gestão de riscos, com levantamento de identificação, classificação e indicações de ações de resposta aos riscos.

O primeiro objetivo específico, foi alcançado, com base na ampla repercussão do caso em materiais veiculados em jornais e pelo DAG. O segundo objetivo específico, também foi atingido, demonstrando a existência de publicações normativas institucionais, bem como que o DAG também já havia iniciado a implementação do processo de gerenciamento de riscos antes da inundação. Por fim, o terceiro objetivo específico, também foi alcançado, indicando, de forma geral, as principais ações de prevenção e resposta ao risco de inundação por enchentes.

Assim, o objetivo geral do estudo foi alcançado, com a reflexão sobre o risco de inundação em arquivos, a partir do caso do DAG/UFSM, considerando a intensificação dos eventos climáticos



extremos e as medidas adotadas após o incidente. O resultado aponta para a necessidade de mudanças na classificação da probabilidade ocorrência de inundações, no momento em que o cenário do clima está em transformação.

Estas novas circunstâncias climáticas devem servir como um aviso a todos os arquivistas responsáveis por acervos documentais no imediato desenvolvimento do processo de gerenciamento de riscos. Para isso, torna-se necessário a produção de planos de gerenciamento de riscos, enquanto documentos resultantes de um estudo amplo da instituição. Essas publicações devem ser construídas a partir de cada realidade institucional, para que os riscos mais propícios recebam maior enfoque. A concepção dos planos de gerenciamento e de planos de contingência de riscos poderão garantir a redução de perda dos acervos, e também a preparação dos profissionais caso os riscos identificados tornem-se realidade. Um conhecimento prévio sobre as ações a serem tomadas diante dos riscos garantirá a tomada de decisões mais assertiva, o que também impacta na recuperação dos acervos. Por essa razão, os planos de contingência de riscos mostram-se essenciais.

As orientações presentes na literatura da área sobre as ações preventivas e de resposta ao risco de inundação proveniente de enchentes em arquivos demonstram um consenso. Entre os documentos analisados verificou-se a existência de orientações, tanto de ações preventivas como de resposta ao risco de inundações em arquivos. As novas publicações, desde o início do processo de recuperação do acervo na UFSM, somam-se a estas indicações como um reforço substancial na construção do conhecimento sobre a temática.

Após a realização deste estudo, a sugestão indicada para o DAG da UFSM é que o processo de gerenciamento de riscos, incluindo o plano de contingência contendo os procedimentos de prevenção e resposta aos riscos, resulte em um documento próprio maior, em que conste de forma detalhada a identificação, análise, avaliação, administração, controle e tratamento dos riscos. Muito disso já foi elaborado de forma detalhada nas publicações do DAG após a enchente. Além disso, a expressão “catástrofes naturais/humanas” é bastante ampla para identificação de risco, o que na prática não particulariza quais eventos são estes, por isso, o ideal seria uma expressão que particularize tais eventos catastróficos.





## REFERÊNCIAS

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO (Brasil). **As enchentes no Rio Grande do Sul: lições, desafios e caminhos para um futuro resiliente**. Brasília, DF: ANA, 2025. ISBN 978-65-88101-73-5. Disponível em: [https://biblioteca.ana.gov.br/sophia\\_web/acervo/detalhe/107692](https://biblioteca.ana.gov.br/sophia_web/acervo/detalhe/107692). Acesso em: 22 jun. 2025.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Ações iniciais para salvaguarda de arquivos após ocorrência de desastre natural por inundação**. [S. l.: s. n.], 2024a. Disponível em: [https://www.gov.br/arquivonacional/pt-br/canais\\_atendimento/imprensa/copy\\_of\\_noticias/instituicoes-publicam-documento-com-orientacoes-para-salvaguarda-de-arquivos-apos-inundacao/AesIniciaisparaSalvaguardadeArquivos\\_AN\\_09.05.2024.pdf](https://www.gov.br/arquivonacional/pt-br/canais_atendimento/imprensa/copy_of_noticias/instituicoes-publicam-documento-com-orientacoes-para-salvaguarda-de-arquivos-apos-inundacao/AesIniciaisparaSalvaguardadeArquivos_AN_09.05.2024.pdf). Acesso em: 21 maio 2025.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Guia rápido para resgate de acervos danificados por água**. [S. l.: s. n.], 2024b. Disponível em: [https://www.gov.br/arquivonacional/pt-br/media/guiars-final\\_12-06.pdf](https://www.gov.br/arquivonacional/pt-br/media/guiars-final_12-06.pdf). Acesso em: 21 maio 2025.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR ISO 31000: gestão de riscos – diretrizes**. Rio de Janeiro, 2018.

BARTZ, Fabrine. Universidade congela 10 mil caixas de arquivos para recuperação após enchentes no RS. **Jornal do Comércio**, Porto Alegre, 23 ago. 2024. Disponível em: <https://www.jornaldocomercio.com/geral/2024/08/1168514-universidade-congela-10-mil-caixas-de-arquivos-para-recuperacao-apos-enchentes-no-rs.html>. Acesso em: 7 jun. 2025.

BRIGNOL, Marina. Um ano após as enchentes no RS: o trabalho de recuperação de arquivos realizado pelo DAG UFSM. **UFSM**, 8 maio 2025. Disponível em: <https://www.ufsm.br/2025/05/08/um-ano-apos-as-enchentes-no-rs-o-trabalho-de-recuperacao-de-arquivos-realizado-pelo-dag-ufsm>. Acesso em: 7 jun. 2025.

CASSARES, Norma Cianflone. **Como fazer conservação preventiva em arquivos e bibliotecas**. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial, 2000. (Projeto como fazer, v. 5). Disponível em: [https://www.arqsp.org.br/arquivos/oficinas\\_colecao\\_como\\_fazer/cf5.pdf](https://www.arqsp.org.br/arquivos/oficinas_colecao_como_fazer/cf5.pdf). Acesso em: 1 jun. 2025.

CHAGAS, Gustavo. Temporais no RS: em quatro dias, estado tem o triplo de chuvas, 13 mortes e alerta para mais inundações. **G1 RS**, Porto Alegre, 2 maio 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2024/05/02/temporais-no-rs-em-quatro-dias-estado-tem-o-triplo-de-chuvas-10-mortes-e-alerta-para-mais-inundacoes.ghtml>. Acesso em: 7 jun. 2025.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. **Recomendações para a construção de arquivos**. Rio de Janeiro, 2000. Disponível em: <https://dhg1h5j42swfq.cloudfront.net/2016/02/20152049/Recomenda%C3%A7%C3%B5es-Para-Constru%C3%A7%C3%A3o-de-Arquivos.pdf>. Acesso em: 07 jun. 2025.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. **Recomendações para o resgate de acervos arquivísticos danificados por água**. Rio de Janeiro: CONARQ/CTPD, 2012. Disponível em: [https://www.gov.br/conarq/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/Recomendacoes\\_\\_resgate\\_acervos\\_completa.pdf](https://www.gov.br/conarq/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/Recomendacoes__resgate_acervos_completa.pdf). Acesso em: 7 jun. 2025.

CROCKETT, Margaret; LEUMAS, Emilie **Gagnet. Manual de gestão de emergências e preparação para desastres**. Tradução de Fernando Alaniz Lenzi e Marianna Sales Duarte. Paris, França: ICA, 2024. Disponível em: <https://www.ica.org/es/resource/gestion-de-emergencias-y-preparacion-ante-catastrofes-manual-de-proteccion-de-archivos-de-margaret-crockett-y-emilie-gagnet-leumas/>. Acesso em: 22 jun. 2025.





LOZADA, Gisele; NUNES, Karina da Silva. **Metodologia científica**. Porto Alegre: SAGAH, 2019. E-book. ISBN 9788595029576. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788595029576/>. Acesso em: 1 jun. 2025.

MICALSKI, Stefan; ANATOMARCHI, Catherine; PEDERSOLI JUNIOR, José Luiz. **Guia de gestão de riscos para o patrimônio museológico**. Brasília: IBERMUSEUS, ICCROM, 2017. Disponível em: [https://www.iccrom.org/sites/default/files/2018-01/guia\\_de\\_gestao\\_de\\_riscos\\_pt.pdf](https://www.iccrom.org/sites/default/files/2018-01/guia_de_gestao_de_riscos_pt.pdf). Acesso em: 29 jul. 2025.

MOLINA, Leandro. Enchentes no Rio Grande do Sul escancaram a crise do clima. **COP30**, 6 maio 2025. Disponível em: <https://cop30.br/pt-br/noticias-da-cop30/enchentes-no-rio-grande-do-sul-escancaram-a-crise-do-clima#:~:text=H%C3%A1%20um%20ano%2C%20chuvas%20extremas,urg%C3%A2ncia%20de%20a%C3%A7%C3%A3o%20global%20imediata>. Acesso em: 22 jun. 2025.

RIO GRANDE DO SUL. Decreto nº 57.596, de 1º de maio de 2024. Declara estado de calamidade pública no território do Estado do Rio Grande do Sul afetado pelos eventos climáticos de chuvas intensas, COBRADE 1.3.2.1.4, ocorridos no período de 24 de abril a 1º de maio de 2024. **Diário Oficial do Rio Grande do Sul**, Palácio Piratini, Porto Alegre, p. 4, 1 maio 2024. Disponível em: <https://diariooficial.rs.gov.br/materia?id=997980>. Acesso em: 13 maio 2025.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 24. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2017. E-book. ISBN 9788524925207. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788524925207/>. Acesso em: 8 jun. 2025.

SOUZA, Caroline. Brasão pintado a mão está entre os documentos alvos do arquivo da UFSM; trabalho de recuperação pode levar até cinco anos. **Diário de Santa Maria**, Santa Maria, 7 jun. 2024a. Disponível em: [https://diariosm.com.br/noticias/geral/brasao\\_pintado\\_a\\_mao\\_esta\\_entre\\_os\\_documentos\\_salvos\\_do\\_arquivo\\_da\\_u fsm\\_trabalho\\_de\\_recuperacao\\_pode\\_levar\\_ate\\_cinco\\_anos.598696](https://diariosm.com.br/noticias/geral/brasao_pintado_a_mao_esta_entre_os_documentos_salvos_do_arquivo_da_u fsm_trabalho_de_recuperacao_pode_levar_ate_cinco_anos.598696). Acesso em: 7 jun. 2025.

SOUZA, Caroline. Você sabe por que o arquivo da UFSM estava no subsolo?. **Diário de Santa Maria**, Santa Maria, 8 jun. 2024b. Disponível em: [https://diariosm.com.br/noticias/geral/voce\\_sabe\\_por\\_que\\_o\\_arquivo\\_da\\_u fsm\\_estava\\_no\\_subsolo\\_.598708](https://diariosm.com.br/noticias/geral/voce_sabe_por_que_o_arquivo_da_u fsm_estava_no_subsolo_.598708). Acesso em: 21 maio 2025.

SPINELLI, Jayme; PEDERSOLI JUNIOR, José Luiz. **Biblioteca Nacional: plano de gerenciamento de riscos: salvaguarda & emergências**. ed. rev. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2011. Disponível em: [https://www.gov.br/bn/pt-br/atuacao/processamento-e-preservacao/diretorio-de-preservacao-pasta/arquivos/plano\\_gerenciamento\\_risco\\_fbn\\_port\\_23-05-12\\_web.pdf](https://www.gov.br/bn/pt-br/atuacao/processamento-e-preservacao/diretorio-de-preservacao-pasta/arquivos/plano_gerenciamento_risco_fbn_port_23-05-12_web.pdf). Acesso em: 21 abr. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA (UFSM). Departamento de Arquivo Geral. DAG. **Guia de instalação de área de secagem de acervos danificados pela água**. Santa Maria: DAG/UFSM, 2024a. Disponível em: <https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/400/2024/07/GUIA-DE-INSTALACAO-DE-SALA-DE-SECAGEM-DE-ACERVOS-DANIFICADOS-PELA-AGUA.pdf>. Acesso em: 21 maio 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA (UFSM). Departamento de Arquivo Geral. **Histórico**. [S. l.] : [s. n.], 2025a. Disponível em: <https://www.ufsm.br/orgaos-suplementares/dag/historico>. Acesso em: 1 jun. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA (UFSM). Departamento de Arquivo Geral. **Resgate documental: guia de recuperação de acervos danificados pela água**. Santa Maria: DAG/UFSM, 2024b. Disponível em:



<https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/400/2024/05/Guia-de-Recuperacao-de-Acervos-Danificados-pela-Agua-1.pdf>. Acesso em: 21 maio 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. Departamento de Arquivo Geral. **Sobre o DAG**. [S. l.]: [s. n.], 2025b. Disponível em: <https://www.ufsm.br/orgaos-suplementares/dag/sobre-o-dag>. Acesso em: 1 jun. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Guia de aplicação da metodologia de gestão de riscos. Santa Maria:** [s. n.], 2022. Disponível em: <https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/344/2022/10/Minuta-do-Guia-de-Aplicacao-VR1.pdf>. Acesso em: 8 de jun. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Institucional**. [S. l.]: [s. n.], 2025c. Disponível em: <https://www.ufsm.br/institucional>. Acesso em: 13 maio de 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Plano de gestão de documentos e arquivos**. Santa Maria: PGDoc/UFSM, 2023. Disponível em: <https://portal.ufsm.br/documentos/download.html?action=arquivosIndexados&id=14875827&download=false>. Acesso em: 8 jun. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. Resolução nº 016/06. Aprova a reestruturação de Divisão de Arquivo Geral da Universidade Federal de Santa Maria e dá outras providências. **Portal de Documentos**, 26 dez. 2006. Disponível em: <https://portal.ufsm.br/documentos/publico/documento.html?id=4391592>. Acesso em: 1 jun. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. Resolução UFSM n. 034, de 30 de novembro de 2020. Aprova a Política de Gestão de Riscos da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). **Portal de Documentos**, 30 nov. 2020. Disponível em: <https://www.ufsm.br/pro-reitorias/proplan/resolucao-n-034-2020>. Acesso em: 21 abr. 2025.

## LICENÇA DE USO

Os autores cedem à **OFFICINA: Revista da Associação de Arquivistas de São Paulo** os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/) (CC BY) 4.0 International.



## HOW TO UNDERSTAND COMMUNITY ARCHIVES IN POLAND: RESEARCH CONTEXTS AND CHALLENGES

*Como entender os arquivos comunitários na Polônia: contextos e desafios de pesquisa*

Magdalena Wiśniewska-Drewniak<sup>1</sup> 

### ABSTRACT

Community archives are becoming an increasingly important part of the cultural heritage landscape in many parts of the globe, including Poland. However, the scholarship largely concerns countries from the Anglophone milieu. The article, referring primarily to the Polish- and English-language literature and emphasizing the local characteristics of community archives, describes the context related to the Polish research project ‘The impact of independent community archives’ launched in 2023 (ongoing at the time of writing the article). Elements of this context include: the current shift in the archival science discipline in Poland; the Polish community archives landscape; the affective turn in archival studies; local research on community archives; and the formal side of academic career development and scholarly research in Poland. The article also addresses research design and methodology, risks, challenges, and hopes connected with this project.

**KEYWORD:** Community archives. Independent archives. Archives in Poland. Archival research. Archive impact.

### RESUMO

---

<sup>1</sup> Magdalena Wiśniewska-Drewniak is an Assistant Professor at the Faculty of History at Nicolaus Copernicus University in Toruń, Poland, where she teaches courses on community archives, archival arrangement and description, and international archival life. She earned her PhD in history with a specialization in archival science in 2018. Her scholarly interests center on community archives and research methodologies in archival science. She has published extensively on Polish community archives, including authoring a monograph (“Inaczej to zniknie. Archiwa społeczne w Polsce - wielokrotne studium przypadku” / Otherwise it disappears. Community archives in Poland - a multiple case study, 2019), and has led two research projects in this field. Her most recent project, “The Impact of Independent Community Archives,” involves empirical research exploring the social, emotional, and personal effects of Polish independent archives on their founders and communities. She collaborates closely with the Center of Community Archives in Warsaw and participates in international initiatives related to archival research and education. She is a member of the Society of Polish Archivists, the International Council on Archives, and the ICARUS4all community. Personal website: [www.wisniewska-drewniak.com](http://www.wisniewska-drewniak.com)



Os arquivos comunitários estão se tornando uma parte cada vez mais importante do cenário do patrimônio cultural em diversas partes do globo, incluindo a Polônia. No entanto, a produção acadêmica concentra-se majoritariamente em países do meio anglófono. O artigo, referindo-se principalmente à literatura nas línguas polonesa e inglesa e enfatizando as características locais dos arquivos comunitários, descreve o contexto do projeto de pesquisa polonês "O impacto dos arquivos comunitários independentes" (*The impact of independent community archives*), lançado em 2023 (em andamento no momento da redação do artigo). Elementos desse contexto incluem: as mudanças atuais na disciplina de arquivologia na Polônia; o cenário dos arquivos comunitários poloneses; a virada afetiva nos estudos arquivísticos; a pesquisa local sobre arquivos comunitários; o aspecto formal do desenvolvimento da carreira acadêmica e da pesquisa científica na Polônia. O artigo também aborda o desenho e a metodologia da pesquisa, bem como os riscos, desafios e expectativas relacionados a este projeto.

**Palavras-chave:** Arquivos comunitários. Arquivos independentes. Arquivos na Polônia. Pesquisa arquivística. Impacto do arquivo.

## 1 INTRODUCTION AND LITERATURE REVIEW

### 1.1. Aims and scope of the article

Community archives (that is, grassroots/independent archival initiatives) are becoming increasingly important in the cultural heritage landscape in many parts of the globe. They have also recently become an increasingly common topic in the English-language scholarship on archival studies and related fields (Poole, 2020; Welland; Cossham, 2019). However, community archives are present in various parts of the world beyond the Anglophone milieu. Although there are not many publications on the subject, and it is sometimes difficult to find them due to, among other things, the language barrier and differences in terminology, the scholarship already describes community archives in Chile (Andaur Gómez, 2017), Colombia (Giraldo Lopera, 2018), South Korea (Lee, 2015), China (Lian, 2021), Croatia (Gilliland; Štefanac, 2020), Zimbabwe (Bhebhe; Ngoepe, 2023), or Brazil (Alencar, 2026), among others.

Community archives have recently become an increasingly important part of the Polish heritage landscape, as well as the landscape of research in archival science and archival education at universities (Wiśniewska-Drewniak, 2025b). The purpose of this article is to present the contemporary context of research on community archives in Poland from the perspective of an



ongoing (2023-2026) research project titled 'The impact of independent community archives' (also referred to as the IMPACT Project), focusing on archives' social and affective influences. Elements of this context described below include the following: the status of the currently changing archival science discipline in Poland; the recent development of the Polish community archives movement; the affective turn in archival studies; the development of local research on community archives; and the formal side of academic career development. The article also presents a detailed description of the IMPACT Project research design.

As a result, this article is not a traditional journal article presenting research findings. Instead, it is a detailed description, based on an analysis of the literature and referring to the Author's previous research experience, of the context of her team's ongoing research project, the results of which will be presented in other publications<sup>2</sup>. The article is intended not only to highlight archival research taking place outside of the major English-speaking scholarly centers (such as the US, UK, Canada, and Australia) but also to help researchers from less recognised locations with other research traditions, other cultural contexts, different heritage landscapes and perhaps speaking a language other than English, to implement their local contexts into their research designs. I trust that the detailed description of the research project presented below (which goes well beyond the standard description of context, goals, and research methods found in journal articles) will help to decentralise and pluralise the narrative of community archives and embolden researchers of this cultural phenomenon from different parts of the world, demonstrating the importance and complexity of ecosystems in which researchers of archives (not only community archives) work (Gilliland, 2017).

## 1.2. Community archives in Poland: terminology, history, and characteristics of the movement

Throughout the article, I use the term 'community archive', although it is not equivalent to Polish terminology. The Polish term '*archiwum społeczne*' translates directly as 'social archive', so there is no reference to a community. The word '*społeczny*' (social) in Polish means, among other

---

<sup>2</sup> Publications available at the moment of writing this article are: Wiśniewska-Drewniak and Kapąła (2025) and Wiśniewska-Drewniak, Kapąła, Rosa and Siuda (2025; 2026). All results, including field reports and research data are reported on the project website: <https://impact.umk.pl/pages/results/>



things, something relating to society or a part of it, something produced by society and commonly owned, but also something or someone working selflessly for the benefit of some community or society, and a thing organised by some community independently, without the participation of the state (Społeczny, [202-?]). As a result, archives' grassroots, voluntary, civic involvement and initiative and, in cases of some definitions, independence and operating outside of the state are more important aspects in defining community archives in Poland than their relationship with the community, forms of identity or political and social justice motivations.

In Poland, the history of community archives dates back to the 19th century, when Poland, due to foreign interventions, did not exist as an independent country, and the Polish language and identity were suppressed by imposing imperialistic cultures of Russia, Prussia, and Austro-Hungary. In this period (called 'the partition period'), local Polish cultural societies, frequently working undercover or in disguise, worked towards sustaining Polish identity, some using documentary and archival practices to document the Polish community's history, struggle, language, and traditions (Wiśniewska, 2016). Then, individual cases of grass-roots archiving endeavors can be found throughout the 20th century in Poland, with a slight rise in number during the communist period (1945-1990), documenting, for example, the forbidden "Eastern history" (Soviet oppression of Poles) and creating and documenting (illegally and under-cover) historical narratives opposite to one public version of the past accepted by the communists.

Finally, community archives in Poland boomed in the late 20th and early 21st centuries – with the new democratic system introduced in 1990 and the technological digital revolution of the 21st century. So, unlike in the United States (Cifor; Caswell; Migoni; Geraci, 2018) and the United Kingdom (Flinn, 2010), the Polish community archive movement has very little connection with the new social movements of the 1960s and 1970s because in that period, Poland was a country under totalitarian rule, with strictly controlled social life and with no freedom of association, nor freedom of speech.

Also, the subject focus of community archives in Poland is different, covering minoritised race-, faith-, and ethnicity-based identities to a small extent due to a significantly different social structure in Poland compared to the US and UK. The most popular type of a community archive is one focused on local identities and histories, the difficult 20th century (especially World War II and

experiences of totalitarianism – Nazism and communism), but also sports history, cultural history, and history of some professions. Archives based on gender/sexuality, minoritised ethnic/national identities, and disabilities are also present, but in relatively small numbers. What most contemporary Polish community archives do is not necessarily radical liberatory archiving aimed at social justice goals (commonly addressed by scholarship in the US) (e.g. Bastian, 2020; Caswell, 2021; Caswell; Cifor; Ramírez, 2016; Cifor; Caswell; Migoni; Geraci, 2018), but rather still filling the gap by documenting people, localities, communities, and topics that public heritage bodies have omitted but also activating histories and traditions that have been forgotten or are endangered, which also includes intangible heritage.

### **1.3. What ‘archives’? What ‘impacts’?**

The research project described here utilises the term ‘independent community archives,’ which is already present in the English-language scholarship (e.g. Caswell; Cifor; Ramírez, 2016; Flinn; Stevens; Shepherd, 2009; Gilliland; Štefanac, 2018). On the one hand, it makes the study easier by excluding initiatives associated with, for example, local community centers or public libraries (both run by local governments). Sometimes, these can be grassroots initiatives that have merged with state or local government bodies, for reasons including their sustainability. However, this bottom-up nature and relationships between the authorities and activists and the nature of their partnerships are difficult to grasp and understand without in-depth studies. And while the topic of relationships and power dynamics in community archives associated with such public bodies is very interesting, the author believes that this is not yet the moment to explore it in Poland. On the other hand, community archives run by non-governmental organisations and informal groups are more radical, free, independent, and the people involved in their activities are less often professionally/financially tied to them. They also have a slightly different legal status in Poland, being part of the non-state archival holdings, according to the Archives Law (Polska, 1983). The use of the term ‘independent community archives,’ therefore, makes the selection of cases in the study easier, and the research data potentially more saturated. However, it should be noted that many initiatives counted in Poland as community archives, such as those described in the database





administered by the Center of Community Archives, are run precisely by public local libraries or municipal cultural centers (Centrum Archiwistyki Społecznej, [202-b]). Those lie outside of the scope of the project.

The project focuses on the impact of independent community archives, which is both an *inward impact* (on community archivists and archive associates and volunteers) and a small-scale *external impact* (on donors and contributors, users/audience, and immediate community). The study concentrates especially on social and affective impact.

According to Brophy (2005, p. 44), an *impact* is

any effect of a service, product or other 'event' on an individual or group. It may be positive or negative; may be what was intended or something entirely different; may result in changed attitudes, behaviors, outputs (i.e., what an individual or group produces during or after interaction with the service); may be short- or long-term; may be critical or trivial.

In studies on the impact of heritage institutions, social impact is understood as “encompassing inclusion or overcoming exclusion of individuals or groups in terms of poverty, and education, race, or disability and may also include issues of health, community safety, employment and education” (Wavell; Baxter; Johnson; Williams, 2002, p. 6). Caswell, Cifor and Ramírez (2016, p. 63) see the social impact of archives especially in “issues surrounding the development of personal and community identity, the preservation of culture, broadening understandings of history, and the positive representation of communities”. Other areas might be the development of skills and attitudes in volunteers, preservation of histories not found elsewhere, promotion of community and local pride, empowerment, and social inclusion, and revitalising endangered traditions (Duff; Caswell, 2020).

Affective (or emotional) impact is even more personal and intangible. As many contemporary researchers, we use the terms *affect* and *emotion(s)* as synonyms, thus referring to a generalised human emotional sphere; a strategy also adopted by Marika Cifor when writing about the introduction of affective theory into archival discourse, where she sees affect as “a culturally, socially and historically constructed category that both encompasses and reaches beyond feelings and emotions” (Cifor, 2016, p. 10).





#### 1.4. Previous studies on (community) archives' impact

Studying the impact of community archives is certainly not new, as it is preceded by studies on the impacts of library services and public archives. Libraries have a particular track record of studying their impact and, for at least a dozen years now, have sought to construct narratives about their place in the modern world in this way (Derfert-Wolf, 2018; Poll, 2018). Many of these studies focus on economic impact or the quantitative representation of findings, and some studies of museums are similar. However, these are certainly less numerous than the output of library services researchers (Murzyn-Kupisz, 2018).

One of the first studies focused on archives impact was the Archival Metrics project (2005-2011), used to assess, among other things, the economic impact of archives and effectiveness of online finding aids, using standardised toolkits. The researchers in this project suggest that archives have a monetary impact on their surroundings by attracting researchers and tourists (Yakel; Duff; Tibbo; Kriesberg; Cushing, 2012). Many examples of archival impact studies focused on educational impact, for example, studies on the impact of archives on undergraduate students, which collectively show the positive impact of introducing archives to these individuals (Daniels; Yakel, 2013; Duff; Cherry, 2008; Krause, 2010).

Particularly important for this project are studies of the impact of community archives, which, although not numerous, already provide some basis for further considerations. These, however, only apply to the UK and the US.

'The impact of community archives' study conducted in 2006-2007 by Community Archives Development Group (UK) used survey data and multiple case study method (with 10 cases studied), showing a range of positive outcomes for individuals and communities, for example: opportunities for lifelong learning and new skills development; engaging all sectors of the society, people of varying ages, experience and ability; improving the 'livability' of an area; empowering communities and encouraging a sense of belonging to a community (Community Archives Development Group, 2007; Flinn, 2010, p. 154).

Describing the US context, Caswell, Cifor, and Ramírez (2016) examined the affective impact of the South Asian American Digital Archive (SAADA) on academic members of this ethnic



community through a series of qualitative interviews. The authors report a phenomenon or a feeling shared by their respondents using the term ‘representational belonging,’ as well as a significant affective response from students of South Asian origin. Interestingly, the issue of the impact of community-based archives is complicated by Gabiola, Brilmyer, Caswell, and Zavala (2022), noting such processes as the opening of old wounds and the eventual re-traumatisation of those who deal with and engage in the community archive (including as contributors and oral history interviewees), as well as the right to forget and be forgotten - as forms of individual and community protection. Both these papers focus on historically marginalised and minoritised US communities, so their context is very specific to the US and might not be easily transferable onto the local Polish understanding of community archives and communities they represent.

## 2 RATIONALE AND LOCAL CONTEXTS OF THE PROJECT

The IMPACT Project aims to study community archives’ impacts in a cultural setting different than the Anglophone milieu described in the literature, with other histories and motivations of community archives, in a dissimilar legal environment, and with different advocacy organisations and their status. In addition, the study situates itself within an academic discipline at a specific point in its development and is governed by traditions and regulations different from those of archival science in Anglophone countries. This local context, which is crucial to the shape of the project, will be explored in detail below as an important element of the research landscape in Polish archival science.

It is not only in countries such as the UK, US, Canada, Australia, and New Zealand that interest in grassroots archives is growing. This is also the case in Poland, as indicated, among other things, by the growing number of community archives; as of May 2026, the database maintained by Poland’s Center of Community Archives lists more than 850 initiatives (Centrum Archiwistyki Społecznej, [202-]b). The very existence of the Center of Community Archives, an advocacy organisation established in 2020 by the KARTA Center Foundation (Poland’s largest community archive) and the Ministry of Culture, and funded by the latter, indicates the state’s interest in supporting this sphere of grassroots cultural heritage activity. Also, the academy is not indifferent



to this area - in recent years, there has been a growing number of conference papers and even whole conferences focused on this phenomenon<sup>3</sup>. The topic is also appearing more frequently in the courses offered by Polish universities and theses written by students (Wiśniewska-Drewniak, 2025b, p. 125).

## **2.1. Previous studies on Polish community archives**

The body of research on Polish community archives is also slowly growing. However, this is still a sphere that needs further, more profound knowledge and understanding. Already, this contrast between a phenomenon gaining increasing popularity and recognition and the still insufficient number of good quality empirical studies is a reason to take up the subject. Nevertheless, Polish scholarly publications on community archives can be divided into several groups, representing different points of focus and research approaches.

The first group constitutes theoretical analyses of the phenomenon of community archives from the perspective of archival theory and the history of archives. These texts look at community archives as a new element of the heritage landscape and a phenomenon that, although not yet interfering with archival theory in Poland, certainly poses a challenge and another element in the development of archives as memory institutions (e.g. Chorążyczewski, 2015; Czarnota, 2011; Stępnia, 2012).

Another group is made up of texts on the history of community archives - either tentatively taking a collective view of the phenomenon (although there is still no in-depth study of the history of Polish community archives) (Wiśniewska, 2016) or on specific cases, such as the study on the Polish War Archive (1915-1921) (Roman, 2019) and the monograph on the history and activities of the KARTA Center (Gluza, 2012).

The next group is descriptive case studies depicting particular archives' history and contemporary activities, usually written by people associated with them (e.g. Filipczak, 2009; Kowal, 2015; Michałowska, 2015). However, although numerous and published over many years, these

---

<sup>3</sup> For example, the 6th National Archive Symposium in 2024 organized by the Society of Polish Archivists titled 'Family and Community Archives' (Stowarzyszenie Archiwistów Polskich, 2024).



publications are scattered and often difficult to find, as their authors do not usually use the term 'community archive'.

A separate, rich and valuable group of publications are the recent analyses of the characteristics of Polish community archives and their environment, carried out by advocacy initiatives working on behalf of community archives in Poland, that is, by the Observatory of Community Archives of the KARTA Center (2012-2019) and the Center of Community Archives (since 2020) or by experts (especially academics) at the above-mentioned initiatives' request. Among these publications are two manuals for community archivists (Pankowska-Dowgiało, 2023; Ziętał, 2012a) a survey on the needs of community archivists (Kapała; Michałowska, 2020), a diagnosis of sustainability of Polish community archives (Ziętał; Melon, 2023), as well as two comprehensive reports on the state of community archives in Poland, including such topics as qualitative and quantitative analysis of community archives and their collections; the presence of community archives in university research and teaching; Polish diasporic archives; infrastructural facilities and methods of processing community archives collections; government policy toward community archives; and the legal environment of community archives in Poland (Ziętał, 2016; 2017).

Empirical research originating in academia is still a small group of publications in Poland. The earliest attempt was a small survey published in 2003 of grassroots documentation centers for the history of the underground army in Poland during World War II (Minczykowska, 2003). Empirical academic research also includes two research projects that the Author has been conducting on Polish community archives, as described in detail below.

## **2.2. Contemporary archival research in Poland and its contexts**

It is worth noting why Polish academics so rarely undertake empirical research on contemporary community archives, while they quite readily take on analyses of their history, their relationship to archival theory, or their legal environment.

In Poland, as in many European countries, archival science, as an academic discipline, derives from history. Despite the tradition of teaching archival science as part of history dating back to the 1950s, 'Archival studies and records management' appeared as an independent university program



in Poland as late as 2006. It was first opened at the Nicolaus Copernicus University in Toruń as part of the Faculty of History and the Institute of History and Archival Science – organisationally in close connection with the discipline of history, which still functions today (Uniwersytet Mikołaja Kopernika w Toruniu, [202-]).

As a result, it is only recently that, among academics (and therefore also archival educators), there are people who graduated in archival science rather than history. This, in turn, also affects study programs, in which issues of historical research dominate the research methodology. The same is true for doctoral studies, since in Poland, it is not possible to have a doctorate in archival science, but only in history with a specialisation in archival science. As a result, Polish research on archives is still dominated by academics with a methodological background in history, but with little preparation in studying contemporary heritage institutions, including archives. Also, archival science university programs so far do very little to prepare graduates to use such research methods as surveys, interviews, or observations<sup>4</sup>.

### **2.3. 'Community archives in Poland - a multiple case study' (2016-2019)**

As mentioned above, community archives boomed in Poland at the turn of the 20th and 21st centuries, with a notable rise in both the number of archives and interest in them around 2012, which, among others, resulted from advocacy and research initiatives organized by the KARTA Center from Warsaw. In this period (2012-2015), there was still relatively little information about community archives in Poland, despite a growing interest from academia and public heritage institutions, including state archives. In the Author's opinion, judging from numerous conversations and discussions at academic and professional conferences in different parts of Poland, this interest was accompanied by a certain level of mistrust and distance from professional archivists and archival scholars and a lack of understanding about what community archives are, how they operate, what they collect, and what they do with this heritage. The lack of clear definitions and the complicated legal status of community archives did not help either.

---

<sup>4</sup> Look at, for example, Steinar Kvale's description of emotional dynamics of research interviews (Kvale, 2004, p. 94, table 5.1).



This atmosphere of mistrust in community archives and hunger for more knowledge about them influenced the design of the previous research project that the Author led. The project titled 'Community archives in Poland - a multiple case study' was funded by the National Science Center between 2016 and 2019 (designed and launched with a pilot study in 2015). It was an exploratory and descriptive study - an easier methodologically, but giving 'hard data', which through a thick description showed what contemporary community archives in Poland were, what their collections were, what activities they undertook, and what their backgrounds and problems were. The data were collected through desk research, observations, and interviews (especially the latter), and the project's crowning publication included complete reports on eight community archives of different characters, ages, sizes, and locations. The description of each archive consisted of such elements as: the archive's history; goals and motivations; characteristics of collections; activities undertaken by the archive; relationships and partners; funding; people involved; collection, preservation, arrangement and description, and access to the materials; problems; plans for the future; and place in the community archives movement (Wiśniewska-Drewniak, 2019).

The thick description of the archives was intended not only to familiarize the Polish archival community with contemporary community archives but also to enable future comparative research in retrospect. This happened when the Center of Community Archives in 2023 conducted a re-examination of three community archives based on that study, to observe the changes (between 2017/2018 and 2023), particularly in terms of archives' infrastructure and sustainability (Melon, 2023, p. 44-46).

In addition to its descriptive purpose, the publication concluding the Author's research project also had a methodological goal, that is, to familiarize Polish researchers with methods of studying contemporary archives empirically and qualitatively, which has borne fruit in recent years in the form of subsequent doctoral theses using a similar strategy, already defended or in the process of being written by Polish scholars (these theses cover the following topics: ethnological research archives, the Polish Museum in Rapperswil in Switzerland, oral history in community archives).

It is worth emphasising another element of the context of the study at the time. It constituted the Author's doctoral dissertation in history (specialization in archival science), so it had



to stick to the formal framework, which meant archives in the narrow sense, i.e., organizations preserving original archival materials that are potential historical sources. The oft-repeated claim in the scholarship that community archives mix the roles of archives, libraries, and museums (e.g. Flinn; Stevens; Shepherd, 2009; Gilliland; Flinn, 2013; Ziętał, 2012b), and the frequent post-custodial approach is also true for Polish community archives. In this case, however, the firm (and rather classic) use of the word 'archive' and the selection of cases having at least partially original materials of an archival value (though broadly perceived) was the result of formal requirements. It worked in favour of the dissertation, as did placing at the center of the case the archive as a collection of information (and not, for example, as an organization/initiative or group of people) (Wiśniewska-Drewniak, 2019, p. 101-102).

At the same time, from the beginning of the Author's research endeavors (that is, from her bachelor's thesis written in 2011-12), the Author was accompanied by the feeling that community archives have a much greater significance, going beyond the sum of the information they hold, and looking at them as collections of materials with historical value does not do justice to this phenomenon.

#### 2.4. Turning towards affect

The impetus for the change in research orientation came from one interview with a community archivist from Gdańsk, Jacek Górski, conducted in January 2018. The interviewee shared his memories and thoughts on his emotional reactions to the creation of the community archive, including the moment that determined his decision to get involved in this initiative, which happened during a meeting dedicated to sharing and discussing old photographs of the Lower Town district:

Well, I pulled out this bundle of photos, we started looking at them, and then, for the first time while looking at these photos, I participated in such a process, a way of reacting to these photos. After that, as Storytellers, we experienced it many times. It was something like: *oh my, I remember this! oh my, this is where my aunt lived! oh my, this is where the tramway still ran back then!* I kind of sat back and showed them these photos, and so it was peculiar for me a little bit, it was cool. It turns out that people have a lot of memories related to such photos, which, as I said, were taken not at all in such a way to evoke such reactions. And that was cool, too; I was happy to be able to show these people some of these places;



I liked their reactions, I liked their approach to it. (...) Well, and then it so happened that I started attending these meetings<sup>5</sup>.

Jacek Górski also talked about the emotions that the publication of one of the alternative printed guides to the district, containing photographs and oral histories collected by the archive, evoked in its creators but also in local residents as audience:

We went in [...], and there were these packages with the guides, with such trembling hands we tore off this packing paper.... We took out these guides and looked at them. And we found that it came out capably, despite the minor mishaps it was a fantastic thing. Well, and this was, now as we say, our first triple child, our triplets, which showed us that thanks to our hard work something tangible came out, something that, when reaching people, evokes such reactions in them that we are simply pleased. And since it was in December, after the New Year we started to get information that people were watching these maps on Christmas, in groups, because as it is during Christmas - a larger family gather. And instead of watching 'Home Alone' they would open these maps, look at these old photos, read these memories. Sometimes it was the memory of a neighbour, a teacher, sometimes of a person completely unknown, but about a place they knew exactly. And such information was coming to us, that: you know, as we sat in the house for two hours, mother got emotional, grandmother [...] trembled when we read it to her. One didn't realize that this had such an impact.

It is worth noting the very emotionally rich phrases used by the interviewee in both statements: *it was cool, I was happy, it came out capably, fantastic thing, our child, we enjoyed it, someone got emotional and trembled*. The interviewee's immense sensitivity, self-reflection, and ability to externalize these emotions led the Author to shift the research orientation toward a more non-materialistic one. It turned out that these affective influences of archival work not only exist (as the Author had previously known) but were also, at least to some extent, accessible to the researcher, as the conversation with Jacek Górski proved.

Another important context that influenced the ongoing project is the affective turn in archival studies, gaining popularity in this period (ca. 2019-2022), as described by Cifor (2016), as well as the research of Caswell, Cifor, and Ramírez (2016) on community archives and their impact. These impulses led the Author to study influences of community archives beyond their informational impact, concentrating on Poland and local contexts and at the same time, still

---

<sup>5</sup> Interview with Jacek Górski regarding the *Archive of Opowiadacze Historii Dolnego Miasta w Gdańsku*, conducted by Magdalena Wiśniewska-Drewniak on 13 January 2018 and held at the Archive of the Department of Archival Studies and Records Management (Nicolaus Copernicus University, Poland).





producing such a useful thick description of Polish community archives. Thus, the IMPACT Project was born. The project received funding from the National Science Center in Kraków in 2023.

## 2.5. Research project as a step in academic career

It is worth referring to the 'formal context' within the system in which this project operates. The IMPACT Project is intended to constitute the Author's *habilitation* dissertation. *Habilitation* (Polish: *habilitacja*) is traditionally the next academic level in Poland, higher than the PhD, which is present mainly in some European countries. In a way, it is an additional element between PhD and Full Professorship (Habilitation, [2026]; Wosiek, [202-?]).

As it is with the PhD degree in Poland, it is not possible to earn the *habilitation* degree in archival science, and *habilitation* fellows in this field traditionally earn the degree of 'Doctor with *Habilitation* of Humanities in the discipline of history.' Basing a *habilitation* procedure in history on a series of scholarly articles on contemporary heritage institutions (instead of a traditional history monograph) carries a certain risk. However, as long as archival studies have a strong semi-autonomy in the discipline of history and the appointed reviewers are not too disciplinarily conservative, this should not be an obstacle. The IMPACT Project also constitutes a study of public history, contemporary management and uses of historical sources, and how community archives build a corpus of sources about the past that would not be available to future historians without these archives' interventions (although scholars are not usually the primary audiences for community archives or their primary users). However, from a methodological perspective, the project is far from the classical methods and techniques used by historians (being closest, perhaps, to cultural history and oral history).

## 3 THE IMPACT PROJECT (2023-2026) - METHODOLOGY AND RESEARCH DESIGN

The IMPACT Project involves four investigators - the Primary Investigator (PI, Author), the Student Investigator (SI), and two additional investigators, with the PI employed for the entire



duration of the project, the SI during phases 1 and 2, and the additional investigators only during certain periods of phase 2.

The project consists of three phases.

Phase 1 (concluded at the moment of writing this article) aimed at building the theoretical and analytical framework, primarily creating a list of potential impacts of community archives based on two data collection techniques: desk research (literature and earlier interviews) and interviews with experts.

Desk research was based on scholarly literature and past interviews with community archivists. The literature analysed consisted of Polish and foreign publications, assuming as much diversification as possible by going beyond English (we used texts in German, Croatian, Spanish, Portuguese, and French, among others) and going beyond publications on archives, also using studies on the impact of museums and libraries or on volunteering in cultural institutions. Special attention was paid to texts based on empirical data.

Already existing interviews with community archivists analyzed as part of this phase were those from the Author's earlier research project from 2015-2019, as well as interviews conducted by the Center of Community Archives as part of the series 'Community Archivists About Themselves' (Centrum Archiwistyki Społecznej, [202-]a).

The PI and SI also conducted 12 interviews with Polish and international experts in the field of community archives (academics and people engaged in advocacy, some of them with experience as community archivists). Through semi-structured interviews, we collected opinions and ideas on various aspects of the impact of community archives, coming from different parts of the world and people with different experiences (Wiśniewska-Drewniak; Kapała, 2025).

Both research tasks (desk research and expert interviews) added up to a broad list of potential impacts of community archives to support the analysis of empirical data during Phase 2. However, this initial set of codes (potential impacts) was not meant to be a closed catalogue. On the contrary, the analysis of the empirical data from Phase 2 focuses mainly on looking for dissimilarities from what constitutes the potential impacts found in Phase 1, adding new impacts, and merging or splitting already existing codes. The code set will be made available through an open research data repository after Phase 2 is completed.

Phase 2 (ongoing at the time of writing this article) is an empirical study of three selected cases: three community archives currently operating in Poland.

The basic strategy used in the research project is a case study - a conscious, intentional reduction of the object of study in order to gain an in-depth understanding of it (Sztumski, 2005, p. 121; Yin, 2015, p. 47-49). Generally, a case can be, for example, a program, event, activity, process, person or persons (Creswell, 2013, p. 39), groups and organisations (Strumińska-Kutra; Koładkiewicz, 2012, p. 2), projects or communities (Yin, 2015, p. 271). One community archive is a separate case in the project (drawing from PI's experience from her previous study: Wiśniewska-Drewniak, 2019, p. 101-103). The project will comprise 3 cases; such a scope of the study is dictated by the possibilities posed by the funding agency and the maximum duration of one project. It is also related to the intention of conducting in-depth studies focused on specific cases.

Purposive case selection is used to achieve diversity of archives (in terms of their size, focus of the collections, age of the archive). This is a method of case selection already used successfully in field research of community archives (Flinn; Stevens; Shepherd, 2009, p. 75; Wiśniewska-Drewniak, 2019, p. 104-112) and reflects the diversity of the movement of community archives. Easy access to the case and the willingness of the archive to cooperate are also crucial factors.

Data triangulation is achieved by collecting data from a variety of sources through the use of different data collection methods/techniques, i.e., through desk research, interviews, and observations.

Desk research is based on, e.g. scholarly literature, internal reports and other records, finding aids, public records, websites and social media – describing the history and activities of the archive. Desk research is documented through standard means associated with textual content analysis, i.e., through copies, notes, fiches, and bibliographic databases.

Direct, on-site observations accompany each archive visit. In particular, their purpose is to collect data on the characteristics of the collections and how they are managed, the day-to-day archival activities, ways of accessing the collections, archive's infrastructure, and archive's problems and challenges. Observation (usually combined with interviews at the archives' premises) is documented through notes and digital photographs (which may depict examples of archival

materials, the space – archives' premises, or storage of collections). Additionally, photographs are also an important outreach resource and a means of enriching case study reports.

The central data collection technique for each case is qualitative interviews. For every archive, the number of interviews varies from 3 to 8. The first set of interviews is conducted with community archivists – one or more persons who know archive day-to-day operations best and are most engaged in them. Interviews cover archive's history, aims and motivations, collections scope and management (how they collect, process, preserve, and provide access to archival materials), public activities, funding, staffing, challenges (semi-structured part of the interview, based on PI's previous descriptive project), and the archive's impact on archivists (unstructured part of the interview). The second set of interviews is conducted with contributors and archive users/audience (where possible). At this stage, community archivists, as “gate keepers”, suggest potential interviewees. All interviews are documented through digital audio recordings, and all interviewees need to make an informed consent to take part in the project, by signing a written form (where they also decide about anonymization and publishing their interview's transcript online).

The research process for each case study is as follows:

- a) Contacting the archive and obtaining permission to participate in the project.
- b) Desk research – collecting data on the archive before the visit and during the visit and supplemented afterward (based on sources shared by the archivist, e.g. finding aids, internal documentation).
- c) On-site interview(s) with the chief archivist(s). During the visit, the PI also gathers contacts for potential subsequent research participants (donors/contributors, users/audience) based on the archivist's suggestions.
- d) Interviews with subsequent study participants. The nature and number of these depends on the specific case; they may be conducted during the same field visit or subsequent ones or at a distance (if preferred by interviewees).
- e) Preparing data for analysis (description of photographs, transcription of recordings, rewriting and supplementing notes). This task is aided by the SI. Research data (transcripts and photographs), if allowed by the archive and interviewees, is published in an open research data repository (Wiśniewska-Drewniak, 2025c; 2026).

- f) Analysis focused on description. Qualitative coding using a priori codes based on the ‘Community archives in Poland...’ project (2016-2019) to create a detailed description of the community archive (a continuation of the descriptive study).
- g) Preparing a descriptive case report with the following sections: archive’s history; aims and motivations; premises; characteristics of the collections; archive’s outreach activities; cooperations and partners; funding; staff (people associated with the archive); collecting, preservation, processing, and providing access to collections; challenges and problems; plans for the future; place in the community archives movement (Wiśniewska-Drewniak, 2025a; 2025d). Then, all four researchers read the detailed description of the archive – to familiarize themselves with its context.
- h) Analysis focused on the impact. In this stage all four researchers re-read and code all interviews conducted as part of the case, using the list of codes on impact produced in Phase 1. The list of codes is open and successively developed by all investigators. During the coding process, memos are created and new codes are given descriptions. After re-reading and coding the interviews independently, the investigators combine their coding and, through discussion and consensus, develop a final version of the coding (a standardised vocabulary describing archive’s impact) (UCLA Community Archives Lab, 2018). Each case’s impact analysis will then be used for cross-case analysis in Phase 3.

The above listed research tasks are the same for all three cases, which means they are repeated three times during the study.

Phase 3 (not yet commenced) is the collective impact assessment of the examined community archives. In this case, the case study reports and codes describing the archives’ impact will be collectively analysed in search of common and divergent data. It will also be possible to return to the raw data at this stage, if necessary.

As part of this phase, the PI will use pattern coding for data analysis (already initiated during the previous stages of research). The process will be based upon creating pattern codes – explanatory and inferential meta-codes that help to identify emergent themes, configurations, explanations, and meanings. The aim is to group the first-level codes (created in the previous



research stages) into sets, themes, and constructs and create data displays (Miles; Huberman, 1994). At the next stage, the PI will use the method of clustering: “inductively forming categories, and the iterative sorting of things (...) into these categories” (Miles; Huberman, 1994, p. 249). This method allows the investigator to focus on explanations and understanding rather than theory-making. The intention is to focus on the depth of the data, rather than the breadth (Caswell; Cifor; Ramírez, p. 66).

However, exploring the issue of archives' impact on people and communities in Poland using these three community archives as examples may allow us to understand the nature of archives' impact in these specific cases in relation to local contexts. In the future, this can be used by researchers for example, to create quantitative studies based on the categories proposed in this study or to conduct comparative qualitative studies – also of the impact of community archives operating in different geographical locations and cultural settings (Gilliland, 2017; Ketelaar, 1997).

The results of the cross-case analysis will be contextualised and compared to the existing literature on the impact of archives, the impact of other institutions in the heritage sector, and the impact of community archives in particular.

#### 4 RISKS AND CHALLENGES

The initial phase of the project, i.e., building a list of potential impacts of community archives, but also the final phase, i.e., contextualising the results, are based, among other things, on the most pluralised literature possible - and thus also one that goes beyond the languages familiar to the investigators. Moreover, the terms describing the local equivalents of community archives are not always literal translations of the term in English, such as the German *Freie Archive/Archive-von-unten* (free archives, archives from below) or the Polish *archiwa społeczne* (social archives) mentioned above. Also, the context of grassroots archives varies across the globe and within different archival/heritage traditions, so simply using translations without understanding the broader context can be misleading. In addition, while dealing with the phenomenon of community archives, much of the literature does not necessarily use the exact terminology (e.g., case studies



authored by practitioners). These issues complicate the study and make us consider the internationalization and pluralization of the scholarly discussion of community archives.

Understanding the impact of community archives is a difficult task in itself, since both the phenomenon of grassroots archives and their impact are highly context-dependent and rich in detail. To best accomplish this task, the project focuses specifically on social and affective impact (ignoring, for example, economic or educational impact) and leans on only three cases, going for depth rather than breadth of study. In addition, the project places community archivists, donors/contributors, and recipients of the archives' activities (users/audience) among the interviewees, to gain insight into the diverse relationships between archives and communities and individuals. Yet, access to user/the audience proves to be most difficult. Moreover, the analysis of archives' impact is conducted by as many as four researchers, with different educational and professional backgrounds and sensitivities, to capture, through discussion and negotiation, a variety of meanings and influences.

The project is grounded in collecting a large amount of qualitative data (dozens of hours of interviews, hundreds of documents and publications, hundreds of photographs). Their demanding and time-consuming analysis is supported by computer-assisted qualitative data analysis software (MAXQDA), as well as the initial creation of a list of potential codes/impacts (applied to field data analysis), later supplemented by new codes during the analysis. Clustering codes in search of meaning and limiting the number of cases to three is also expected to help deal with this challenge.

The ethical challenges of the project are also interesting. The Faculty of History, where the project is placed and where the PI is employed, does not have its own ethics committee since almost no one employed at this faculty conducts research involving human participants. At the same time, there is no central committee at the university level, since they exist at other faculties (e.g. Faculty of Social Sciences) - but these (for official reasons) cannot process approvals for PIs employed outside them. There is also no disciplinary committee in Poland to deal with the ethics of archival research since it is traditionally a historical science, and these use a different methodology and traditionally do not deal with ethical issues of research (except for oral history, very sensitive to ethics in research) (Wiśniewska-Drewniak; Lowry; Kravchenko, 2023). To ensure that research is conducted by ethical standards, the investigators refer to the guidelines of the Polish Sociological



Association (Polskie Towarzystwo Socjologiczne, 2012) and good practices known from past research on archives (including community archives) (e.g. Gabiola; Caswell, 2017; Wakimoto; Bruce; Partridge, 2013).

This project gives research participants as much agency as possible. Interviewees can decide whether to be anonymized or not; the latter will enable recognition of their contribution to the study. They also have full decision-making authority to allow the interview transcript (or part of it) to be deposited in an open research data repository (as required by the funding agency). In addition, community archivists are asked to accept the report describing their archive - on the one hand, to ensure its quality and correct possible errors, omissions, or misunderstandings, and to supplement it with things they think were missing; on the other hand, to influence the information about the archive that is made public.

Qualitative empirical research based on fieldwork and lengthy interviews challenges the research process. According to Robert Yin (2015, p. 104), the case study is the most intellectually, mentally, and emotionally demanding method. Also emotionally challenging is the long and tiring organization of the data and its preparation for analysis, as well as the complicated analysis process itself. The research team, 3 out of 4 of whom have extensive experience with conducting and analysing qualitative interviews, was built with an awareness of these challenges. Specialized qualitative research software is also designed to assist in this process.

The researcher in the field is also highly dependent on the 'gatekeeper' - that is, the community archivist who introduces the researcher to the community and builds trust for them. This person is not only the primary source of information but is also responsible for reading the report describing the archive and putting the researcher in touch with further interviewees (donors/contributors, users, audience). Therefore, it is important to build a good relationship with this person and choose the case for the study carefully, ensuring the participants understand their involvement in the project (Wiśniewska-Drewniak; Kapała; Rosa; Siuda, 2026).

Like any field research, this project was also challenging to plan in some aspects. Both at the stage of writing the funding application and at later stages, it is impossible to predict the exact number of visits to the archives and the number of interviewees suggested by archivists, as well as whether these individuals will agree to participate in the study. As a result, it is impossible to predict





the number of interviews and their length, and as a result, the time required to transcribe and analyse them. This is where the 'strategic' writing of the grant proposal helps, as well as the relative flexibility provided by the terms of funding and the ability to make substantive and budgetary changes at the decision level of the PI or the university administration.

However, the funding agency's rules are much more demanding when it comes to publishing results - they are to be published in international scholarly circulation – primarily, in a language other than Polish (usually in English). This raises questions about the native (Polish) users of knowledge produced by tax-paid researchers. Are the native academic community and community archivists, people active in advocacy initiatives, heritage activists, heritage professionals (including state archivists), who do not always speak English, to be left out of the audience of this research that is focused, after all, on Poland? On the other hand, publishing the same results twice (in foreign journals in English and in local journals in Polish) does not seem an ethically appropriate practice. This challenge remains open to the Author.

## 5 OUTCOMES AND HOPES

In addition to the set of planned articles on community archives' impacts, an important element of the results is the research data produced and subsequently published in the open research data repository RepOD. This group includes a set of codes describing impacts of community archives; 3 case reports; transcripts of interviews with experts from Phase 1; and data from Phase 2, which includes interview transcripts and digital photographs collected during field studies at the archives.<sup>6</sup> The goal of making this data available, as soon as the dynamics of the project allow, without imposing unnecessary embargoes, is to stimulate research on community archives and to include Polish archives in the ongoing discussion in the international academic community.

The Author trusts that the landscape of community archives in Poland will become more familiar to international researchers. The Author also hopes to expand the discussion of community archives and their impact beyond the currently dominant locations (mainly the UK and the US), also

---

<sup>6</sup> At the moment of writing the article, the research data published online are expert interviews, two case reports, and interview transcripts and photographs from two cases. This is regularly updated on the project website: The Impact of Independent Community Archives: Results, available at <https://impact.umk.pl/pages/results/>, accessed 12 May 2026.



to non-English-speaking countries, and that this will serve to pluralize and diversify the scholarship on community archives and contemporary heritage institutions in general.

The Author also hopes that the IMPACT Project will aid the development of research on contemporary archives in Poland (and other countries where the archival discipline is still strictly connected to history) by promoting the use of empirical methods of qualitative research, and will stimulate studies that go beyond the historical research, as well as stimulate discussion of the inter- and transdisciplinary character of archival science (as opposed to its formal, legal assignment to history), and discussion of ethical issues of archival research in Poland.

## REFERENCES

ALENCAR, Maíra Fernandes. Arquivos Comunitários: Uma das práticas de lutas do ativismo arquivístico. **Giro da Arquivo**. [s.l.], 27 January 2026. Available at <https://girodaarquivo.substack.com/p/arquivos-comunitarios-uma-das-praticas>.

ANDAUR GÓMEZ, Gabriela. Archivos comunitarios en Santiago de Chile: características generales y reflexiones sobre su estudio. In: ANDRADE, Ana Célia Navarro de (ed.). **Arquivos, entre tradição e modernidade**: conferências e trabalhos premiados com menção honrosa, apresentados no XI Congresso de Arquivologia do Mercosul. 2. ed. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2017, p. 223–231.

BASTIAN, Jeannette A. Radical Recordkeeping: How Community Archives Are Changing How We Think About Records. In: MIZRUCHI, Susan L. (ed.). **Libraries and Archives in the Digital Age**. Cham: Springer International Publishing, 2020, p. 69–82.

BHEBHE, Sindiso; NGOEPE, Mpho. Ethno-community archiving: selected case studies in Zimbabwe with emphasis on oral history. **African Identities**, [s.l.], v. 21, n. 2, p. 306–323, 2023. DOI: 10.1080/14725843.2021.1910012.

BROPHY, Peter. The Development of a Model for Assessing the Level of Impact of Information and Library Services. **Library and Information Research**, [s.l.], v. 29, n. 93, p. 43–49, 2005. DOI: 10.29173/lirg200

CASWELL, Michelle. **Urgent Archives**: Enacting Liberatory Memory Work. London: Routledge, 2021.

CASWELL, Michelle; CIFOR, Marika; RAMÍREZ, Mario H. “To Suddenly Discover Yourself Existing”: Uncovering the Impact of Community Archives. **The American Archivist**, Chicago, v. 79, n. 1, p. 56–81, 2016. DOI: 10.17723/0360-9081.79.1.56.



CENTRUM ARCHIWISTYKI SPOŁECZNEJ. **Archiwiści społeczni o sobie**. Warszawa, [202-]a. Available at: <https://cas.org.pl/strefa-inspiracji/archiwisci-spooleczni-o-sobie/>

CENTRUM ARCHIWISTYKI SPOŁECZNEJ. **Baza Archiwów Społecznych**. Warszawa, [202-]b. Available at: <https://cas.org.pl/baza-archiwow/>

CHORAŻYCZEWSKI, Waldemar. Archiwa społeczne jako fenomen kulturowy. In: CZARNOTA, Tomasz; KONSTANKIEWICZ, Marek (eds.). **Archiwa organizacji pozarządowych w Polsce**. Warszawa: Naczelna Dyrekcja Archiwów Państwowych: Wydawnictwo Uniwersytetu Marii Curie-Skłodowskiej, 2015, p. 9–22.

CIFOR, Marika. Affecting relations: introducing affect theory to archival discourse. **Archival Science**, [s./], v. 16, n. 1, p. 7–31, 2016. DOI: 10.1007/s10502-015-9261-5.

CIFOR, Marika; CASWELL; Michelle; MIGONI, Alda Allina; GERACI, Noah, “What We Do Crosses over to Activism”: The Politics and Practice of Community Archives. **The Public Historian**, Oakland, v. 40, n. 2, p. 69–95, 2018. Available at: <https://www.jstor.org/stable/26504393>.

COMUNITY ARCHIVES DEVELOPMENT GROUP. **The Impact of Community Archives. Summary of Independent Research Commissioned by the Community Archives Development Group (CADG)**. [London?], 2007. Available at: <https://www.communityarchives.org.uk/content/resources/resources/resources-produced-by-cahg/impact-of-community-archives-getting-started/report>

CRESWELL, John W. **Projektowanie badań naukowych**: metody jakościowe, ilościowe i mieszane. Translated by: Joanna Gilewicz. Kraków: Wydawnictwo Uniwersytetu Jagiellońskiego, 2013.

CZARNOTA, Tomasz. Komu są potrzebne społeczne archiwa? **Archiwista Polski**, [s./], v. 64, n. 4, p. 15–32, 2011.

DANIELS, Morgan; YAKEL, Elizabeth. Uncovering Impact: The Influence of Archives on Student Learning. **The Journal of Academic Librarianship**, [s./], v. 39, n. 5, p. 414–22, 2013. DOI: 10.1016/j.acalib.2013.03.017.

DERFERT-WOLF, Lidia. **Badanie społecznego i ekonomicznego wpływu bibliotek publicznych**: Przegląd metod i praktyk stosowanych w świecie. Warszawa: Stowarzyszenie Bibliotekarzy Polskich, 2018. Available at [https://www.researchgate.net/publication/331894779\\_Badanie\\_spoecznego\\_i\\_ekonomicznego\\_wplywu\\_bibliotek\\_publicznych\\_Przeglad\\_metod\\_i\\_praktyk\\_stosowanych\\_w\\_swiecie](https://www.researchgate.net/publication/331894779_Badanie_spoecznego_i_ekonomicznego_wplywu_bibliotek_publicznych_Przeglad_metod_i_praktyk_stosowanych_w_swiecie)

DUFF, Wendy M.; CASWELL, Michelle. Methodologies for Archival Impact Studies. In: WALLACE, David A.; DUFF, Wendy M.; SAUCIER, Renee; FLINN, Andrew (eds.). **Archives, Recordkeeping and Social Justice**. London: Routledge, 2020, p. 52–69.

DUFF, Wendy M; CHERRY, Joan M. Archival Orientation for Undergraduate Students: An Exploratory Study of Impact. **The American Archivist**, Chicago, v. 71, n. 2, p. 499–529, 2008. DOI: 10.17723/aarc.71.2.p6lt385r7556743h

FILIPCZAK, Teresa. Zbiory Fundacji Centrum Dokumentacji Czynu Niepodległościowego w Krakowie. **Archiwista Polski**, [s.l.], v. 55, n. 3, p. 33–45, 2009.

FLINN, Andrew. The Impact of Independent and Community Archives on Professional Archival Thinking and Practice. In: HILL, Jennie (ed.). **The Future of Archives and Recordkeeping**. London: Facet Publishing, 2010, p. 145–169.

FLINN, Andrew; STEVENS, Mary; SHEPHERD, Elizabeth. Whose Memories, Whose Archives? Independent Community Archives, Autonomy and the Mainstream. **Archival Science**, [s.l.], vol. 9, nos. 1–2, p. 71–86, 2009. DOI: 10.1007/s10502-009-9105-2

GABIOLA, Joyce; BRILMYER, Gracen; CASWELL, Michelle; ZAVALA, Jimmy. “It’s a Trap”: Complicating Representation in Community-Based Archives. **The American Archivist**, Chicago, v. 85, n. 1, p. 60–87, 2022. DOI: 10.17723/2327-9702-85.1.60.

GABIOLA, Joyce; CASWELL, Michelle. “Are You A Spy?”: The Methodological Challenges of Studying Community Archives. In: Society of American Archivists Annual Meeting Research Forum, 11., 2017, Portland, OR. **Proceedings of the Society of American Archivists Annual Meeting Research Forum**. Portland, OR: Society of American Archivists, 2017. Available at: [https://www2.archivists.org/sites/all/files/2017\\_SAAproceedings\\_GabiolaCaswell\\_revised.pdf](https://www2.archivists.org/sites/all/files/2017_SAAproceedings_GabiolaCaswell_revised.pdf)

GILLILAND, Anne J. Archival and Recordkeeping Traditions in the Multiverse and Their Importance for Researching Situations and Situating Research. In: GILLILAND, Anne J.; MCKEMMISH, Sue; LAU, Andrew J. (eds.). **Research in the Archival Multiverse**. Clayton: Monash University Publishing, 2017, p. 31–73.

GILLILAND, Anne J.; FLINN, Andrew. Community Archives: what are we really talking about? In: **CIRN Prato Community Informatics Conference**, 2013. Available at: [https://www.monash.edu/\\_\\_data/assets/pdf\\_file/0007/920626/gilliland\\_flinn\\_keynote.pdf](https://www.monash.edu/__data/assets/pdf_file/0007/920626/gilliland_flinn_keynote.pdf)

GILLILAND, Anne J.; ŠTEFANAC, Tamara. Independent Community Archives: Challenging the Status Quo of Private and Public Archives. **Atlanti**, [s.l.], v. 28, n. 1, p. 207–215, 2018. DOI: 10.33700/2670-451X.28.1.207-215

GILLILAND, Anne J.; ŠTEFANAC, Tamara. Post-x: Community Based Archiving in Croatia. In: BASTIAN, Jeanette; FLINN, Andrew (eds.). **Community Archives, Community Spaces: Heritage, Memory and Identity**. London: Facet Publishing, London, 2020, p. 165–184.



GIRALDO LOPERA, Marta Lucia. Archivos comunitarios de sobrevivientes del conflicto armado: remedios contra el olvido. *In*: ARENAS GRISALES, Sandra Patricia (ed.). **Memoria política en perspectiva latino-americana**. Berlín: Peter Lang, 2018, p. 61–76.

GLUZA, Zbigniew. **Odkrycie KARTY**: niezależna strategia pamięci. Warszawa: Ośrodek Karta - Dom Spotkań z Historią, 2012.

HABILITATION. *In*: WIKIPEDIA: the free encyclopedia. [San Francisco, CA: Wikimedia Foundation, 2026]. Available at: <https://en.wikipedia.org/wiki/Habilitation>.

KAPAŁA, Adriana; MICHAŁOWSKA, Joanna. **W czym możemy pomóc? Raport z badania ankietowego potrzeb archiwów społecznych przeprowadzonego w dniach 31 marca – 20 kwietnia 2020 roku**. Warszawa: Centrum Archiwistyki Społecznej, 2020. Available at [https://cas.org.pl/wp-content/uploads/2021/03/raport\\_w\\_czym\\_mozemy\\_pomoc.pdf](https://cas.org.pl/wp-content/uploads/2021/03/raport_w_czym_mozemy_pomoc.pdf)

KETELAAR, Eric. The Difference Best Postponed? Cultures and Comparative Archival Science. **Archivaria**, Ottawa, v. 44, p. 142–148, 1997. Available at: <https://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/12201>

KOWAL, Bogumiła. Archiwum Południowo-Wschodniego Instytutu Naukowego w Przemyślu. *In*: CZARNOTA, Tomasz; KONSTANKIEWICZ, Marek (eds.). **Archiwa organizacji pozarządowych w Polsce**. Warszawa: Naczelna Dyrekcja Archiwów Państwowych: Wydawnictwo Uniwersytetu Marii Curie-Skłodowskiej, 2015, p. 89–106.

KRAUSE, Magia G. Undergraduates in the Archives: Using an Assessment Rubric to Measure Learning. **The American Archivist**, Chicago, v. 73, n. 2, p. 507–34, 2010. DOI: 10.17723/aarc.73.2.72176h742v20l115.

KVALE, Steinar. **InterViews**: Wprowadzenie do jakościowego wywiadu badawczego. Translated by: Stanisław Zabielski. Białystok: Trans Humana, 2004.

LEE, Kyong Rae. The Politics and Governance of ‘Maeul’ Community Archives in South Korea. **The Korean Journal of Archival Studies**, [s.l.], v. 45, p. 51–82, 2015. Available at: <https://journal.kci.go.kr/ksas/archive/articleView?artid=ART002016786>

LIAN, Zhiying. Dancing with the State: The Emergence and Survival of Community Archives in Mainland China. **Archives and Manuscripts**, [s.l.], v. 49, n. 3, p. 228–243, 2021. DOI: 10.1080/01576895.2021.1958237.

MELON, Maciej. Diagnoza problemów związanych z trwałością zbiorów społecznych. *In*: ZIĘTAL, Katarzyna; MELON, Maciej. **Strategia wzmacniania trwałości zbiorów społecznych**. Warszawa: Centrum Archiwistyki Społecznej, 2023, pp. 25–57.



MICHAŁOWSKA, Joanna. Archiwum społeczne w organizacji pozarządowej – sytuacja obecna i szanse rozwoju na podstawie działalności Archiwum Ośrodka KARTA. In: CZARNOTA, Tomasz; KONSTANKIEWICZ, Marek (eds.). **Archiwa organizacji pozarządowych w Polsce**. Warszawa: Naczelna Dyrekcja Archiwów Państwowych: Wydawnictwo Uniwersytetu Marii Curie-Skłodowskiej, 2015, p. 71–76.

MILES, Matthew B; HUBERMAN, A. M. **Qualitative Data Analysis: An Expanded Sourcebook**. 2. ed. Thousand Oaks: Sage Publications, 1994.

MINCZYKOWSKA, Katarzyna. Społeczne ośrodki dokumentacji dziejów konspiracji 1939–1945 w Polsce. **Archiwista Polski**, [s.l.], v. 30, n. 2, p. 39–50, 2003.

MURZYN-KUPISZ, Monika. Społeczno-ekonomiczne oddziaływanie muzeów oraz ich relacje z otoczeniem. In: ANDRZEJKOWICZ, Katarzyna; ŻMIJEWSKA, Katarzyna (eds.). **Muzea w 2018 roku**. Warszawa: Narodowy Instytut Muzealnictwa i Ochrony Zbiorów, 2018, p. 26–73. Available at: [https://statystykamuzeow.pl/storage/do%20pobrania/Publikacje/Statystyka%20muzeow\\_2018\\_PL.pdf](https://statystykamuzeow.pl/storage/do%20pobrania/Publikacje/Statystyka%20muzeow_2018_PL.pdf)

PANKOWSKA-DOWGIAŁO, Małgorzata (ed.). **Podręcznik dla archiwistów społecznych**. Warszawa: Centrum Archiwistyki Społecznej, 2023.

POLL, Roswitha. **Bibliography: Impact and Outcome of Libraries**. [S.l.]: IFLA, 2018. Available at [https://www.ifla.org/wp-content/uploads/files/assets/statistics-and-evaluation/publications/bibliography\\_impact\\_and\\_outcome\\_2018.pdf](https://www.ifla.org/wp-content/uploads/files/assets/statistics-and-evaluation/publications/bibliography_impact_and_outcome_2018.pdf)

POLSKA. **Ustawa z dnia 14 lipca 1983 r.** O narodowym zasobie archiwalnym i archiwach, Dz. U.: [Warszawa], n. 38, poz. 173, 1983 Nr 38. Available at: <https://isap.sejm.gov.pl/isap.nsf/download.xsp/WDU19830380173/U/D19830173Lj.pdf>

POLSKIE TOWARZYSTWO SOCJOLOGICZNE. **Kodeks Etyki Socjologa**: Uchwalony przez Walne Zgromadzenie Delegatów Polskiego Towarzystwa Socjologicznego dnia 25 marca 2012 r. [Warszawa]: Polskiego Towarzystwa Socjologicznego, 25 March 2012. Available at <https://pts.org.pl/wp-content/uploads/2016/04/kodeks.pdf>

POOLE, Alex H. The Information Work of Community Archives: A Systematic Literature Review. **Journal of Documentation**, [s.l.], v. 76, n. 3, p. 657–687, 2020. DOI: 10.1108/JD-07-2019-0140.

ROMAN, Wanda Krystyna. Aby pamięć nie zginęła? Polskie Archiwum Wojenne (1915–1921) i jego zbiory. **Archeion**, [s.l.], v. 120, p. 185–202, 2019. DOI: 10.4467/26581264ARC.19.009.11818

SPOŁECZNY. In: **Słownik Języka Polskiego**: PWN. [s.l.], [202-?]. Available at: <https://sjp.pwn.pl/sjp/spoleczny;2523113.html>





STĘPNIAK, Władysław. Część zasobu narodowego. In: ZIĘTAL, Katarzyna (ed.). **Archiwistyka społeczna**. Warszawa: Fundacja Ośrodka KARTA, 2012, p. 14–17.

STOWARZYSZENIE ARCHIWISTÓW POLSKICH. VI Krajowe Sympozjum Archiwalne - Archiwa Rodzinne i Społeczne. Program. Lublin: Stowarzyszenie Archiwistów Polskich, 2024. Available at: <https://sap.waw.pl/wp-content/uploads/2024/05/program-konst.pdf>.

STRUMIŃSKA-KUTRA, Marta; KOŁADKIEWICZ, Izabela. Studium przypadku. In: JEMIELNIAK, Dariusz (ed.). **Badania jakościowe: Metody i narzędzia**. Warszawa: PWN, 2012, v. 2, p. 1–40.

SZTUMSKI, Janusz. **Wstęp do metod i technik badań społecznych**. Katowice: Wydawnictwo Śląsk, 2005.

UCLA COMMUNITY ARCHIVES LAB. **Assessing the Affective Impact of Community Archives: A Toolkit**. [Los Angeles]: UCLA Community Archives Lab, 2018. Available at <https://communityarchiveslab.ucla.edu/toolkit/>

UNIwersYTET MIKOŁAJA KOPERNIKA W TORUNIU. Katedra Archiwistyki i Zarządzania Dokumentacją. **Kartki z dziejów toruńskiego ośrodka archiwistyki 1945–2018**. [Toruń], [202-]. Available at: [https://kaizd.umk.pl/pages/about\\_kaizd/](https://kaizd.umk.pl/pages/about_kaizd/)

WAKIMOTO, Diana K.; BRUCE, Christine; PARTRIDGE, Helen. Archivist as Activist: Lessons from Three Queer Community Archives in California. **Archival Science**, [s.l.], v. 13, n. 4, p. 293–316, 2013. DOI: 10.1007/s10502-013-9201-1.

WAVELL, Caroline; BAXTER, Graeme; JOHNSON, Ian; WILLIAMS, Dorothy. **Impact Evaluation of Museums, Archives and Libraries: Available Evidence Project**. Aberdeen: Robert Gordon University, 2002.

WELLAND, Sarah; COSSHAM, Amanda. Defining the Undefinable: An Analysis of Definitions of Community Archives. **Global Knowledge, Memory and Communication**, [s.l.], v. 68, nos. 8/9, p. 617–634, 2019. DOI: 10.1108/GKMC-04-2019-0049.

WIŚNIEWSKA, Magdalena. History of Community Archiving in Poland. In: FOSCARINI, Fiorella; MACNEIL, Heather; MAK, Bonnie; OLIVER, Gillian (eds.). **Engaging with Records and Archives: Histories and Theories**. London: Facet Publishing, 2016, p. 195–209.

WIŚNIEWSKA-DREWNIĄK, Magdalena. Archiwum Centrum Badań Mniejszości Niemieckiej – raport z badań terenowych. **Uniwersytet Mikołaja Kopernika w Toruniu**. Toruń, 22 January 2025a. Available at: <https://repozytorium.umk.pl/handle/item/7169>

WIŚNIEWSKA-DREWNIĄK, Magdalena. Community Archives Pedagogies in Poland and the US: An Attempt at a Comparative Study. **Education for Information**, [s.l.], v. 41, n. 2, p. 121–140, 2025b. DOI: 10.1177/01678329251323451.



WIŚNIEWSKA-DREWNIAK, Magdalena. **Inaczej to zniknie. Archiwa społeczne w Polsce - wielokrotne studium przypadku**. Toruń: Wydawnictwo Naukowe UMK, 2019.

WIŚNIEWSKA-DREWNIAK, Magdalena. Oddziaływanie niezależnych archiwów społecznych - Centrum Badań Mniejszości Niemieckiej. **RepOD**. Version 1. [Toruń]: Uniwersytet Mikołaja Kopernika w Toruniu, 13 March 2025c. Available at: <https://doi.org/10.18150/8CRYJM>

WIŚNIEWSKA-DREWNIAK, Magdalena. Oddziaływanie niezależnych archiwów społecznych - Psie Archiwum Społeczne. **RepOD**. Version 1. [Toruń]: Uniwersytet Mikołaja Kopernika w Toruniu, 8 January 2026. DOI: 10.18150/7KV2ID

WIŚNIEWSKA-DREWNIAK, Magdalena. Psie Archiwum Społeczne – raport z badań terenowych. **Uniwersytet Mikołaja Kopernika w Toruniu**. Toruń, 19 September 2025d. Available at: <https://repozytorium.umk.pl/handle/item/7252>, accessed 12 May 2026.

WIŚNIEWSKA-DREWNIAK, Magdalena; KAPAŁA, Adriana. Experts' Opinions on the Impact of Community Archives on Archival Science, Archival Institutions and the Archival Profession. **Arhivi Ukraïni**, [s.l.], n. 342, p. 27–60, 2025. DOI: 10.47315/archives2025.342.027

WIŚNIEWSKA-DREWNIAK, Magdalena; KAPAŁA, Adriana; ROSA, Agnieszka; SIUDA, Kamila. Zaufanie, wrażliwość i delikatność w perspektywie archiwum społecznego na przykładzie Centrum Badań Mniejszości Niemieckiej w Opolu. **Archeion**, [s.l.], v. 126, p. 69–98, 2025. DOI: 10.4467/26581264ARC.25.002.21254.

WIŚNIEWSKA-DREWNIAK, Magdalena; KAPAŁA, Adriana; ROSA, Agnieszka; SIUDA, Kamila. A child, a passion, and a mission to fill the gap: Affective, social, and personal impacts of a German minority community archive. **Archival Science**, [s.l.], v. 26, p. 1–24, 2026. DOI: 10.1007/s10502-025-09522-9.

WIŚNIEWSKA-DREWNIAK, Magdalena; LOWRY, James; KRAVCHENKO, Nadiia. “Maybe in a Few Years I’ll Be Able to Look at It”: A Preliminary Study of Documentary Issues in the Ukrainian Refugee Experience. **Archival Science**, [s.l.], v. 23, n. 2, p. 247–273, 2023. DOI: 10.1007/s10502-022-09407-1.

WOSIEK, Barbara. **Procedure for the Conferment of the Post-Doctoral Degree of Doctor Habilitated**. Translated by: Beata Murzyn. [Warszawa?]: Institute of Nuclear Physics: Polish Academy of Sciences, [202-?]. Available at: <https://www.ifj.edu.pl/en/institute/scientific-council/pdf/procedure-habilitation.pdf>.

YAKEL, Elizabeth; DUFF, Wendy M.; TIBBO, Helen; KRIESBERG, Adam; CUSHING, Amber. The Economic Impact of Archives: Surveys of Users of Government Archives in Canada and the United States. **The American Archivist**, Chicago, v. 75, n. 2, p. 297–325, 2012. DOI: 10.17723/aarc.75.2.002033qg27366gvt.





YIN, Robert K. **Studium przypadku w badaniach naukowych**: projektowanie i metody. Translate by: Joanna Gilewicz. Kraków: Wydawnictwo Uniwersytetu Jagiellońskiego, 2015.

ZIĘTAŁ, Katarzyna (ed.). **Archiwa społeczne w Polsce**: Stan obecny i perspektywy. Warszawa: Fundacja Ośrodka KARTA, 2016. Available at [https://cas.org.pl/wp-content/uploads/2021/03/Archiwa\\_spoleczne\\_w\\_Polsce\\_Stan\\_obecny\\_i\\_perspektywy.pdf](https://cas.org.pl/wp-content/uploads/2021/03/Archiwa_spoleczne_w_Polsce_Stan_obecny_i_perspektywy.pdf)

ZIĘTAŁ, Katarzyna (ed.). **Archiwistyka społeczna**. Warszawa: Fundacja Ośrodka KARTA, 2012a.

ZIĘTAŁ, Katarzyna (ed.). **Archiwistyka społeczna**: Diagnoza i wyzwania. Warszawa: Fundacja Ośrodka KARTA, 2017. Available at <https://cas.org.pl/wp-content/uploads/2021/03/archiwistyka-spoleczna-diagnoza-i-wyzwania.pdf>.

ZIĘTAŁ, Katarzyna. Wstęp. In: Katarzyna ZIĘTAŁ (ed.). **Archiwistyka społeczna**. Warszawa: Fundacja Ośrodka KARTA, 2012b, p. 7–13.

ZIĘTAŁ, Katarzyna; MELON, Maciej. **Strategia wzmacniania trwałości zbiorów społecznych**. Warszawa: Centrum Archiwistyki Społecznej, 2023. Available at: [https://cas.org.pl/wp-content/uploads/2023/10/Strategia-trwalosci-zbiorow-spolecznych\\_CAS.pdf](https://cas.org.pl/wp-content/uploads/2023/10/Strategia-trwalosci-zbiorow-spolecznych_CAS.pdf).

## FUNDING

The research leading to these results received funding from the National Science Center in Poland under Grant Agreement No 2022/47/D/HS3/00914 (project title: The impact of independent community archives/Oddziaływanie niezależnych archiwów społecznych).

---

## LICENÇA DE USO

Os autores cedem à OFFICINA: Revista da Associação de Arquivistas de São Paulo os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/) (CC BY) 4.0 International.



## ARQUIVOS COMUNITÁRIOS E POPULARES: REFLEXÕES CONCEITUAIS E PROPOSTAS DE DEFINIÇÃO

*Community and Popular Archives: conceptual reflections and proposed definitions*

Thamires Ribeiro de Oliveira<sup>1</sup> 

Jean Camoleze<sup>2</sup> 

### RESUMO

O artigo analisa os conceitos de arquivos comunitários e arquivos populares a partir das transformações epistemológicas contemporâneas da Arquivologia, com ênfase nas relações entre memória, poder, representatividade e justiça social. O estudo objetiva discutir as aproximações e distinções entre essas categorias, propondo definições conceituais fundamentadas na literatura crítica internacional e na realidade brasileira. Adota-se como método a pesquisa bibliográfica e documental, articulada à análise empírica de iniciativas vinculadas à Rede de Acervos, Memórias e Movimentos Sociais, composta por coletivos, movimentos sociais e instituições de memória de diferentes regiões do Brasil. Os resultados evidenciam que os arquivos comunitários e populares emergem como governanças e práticas autônomas de produção documental desenvolvidas por grupos historicamente marginalizados, frequentemente em busca de reconhecimento e visibilidade. O estudo demonstra que os arquivos comunitários tendem a enfatizar identidade, território e representatividade, enquanto os arquivos populares vinculam-se mais diretamente às dinâmicas organizativas e políticas dos movimentos sociais. Conclui-se que, no contexto brasileiro, essas categorias se articulam de forma convergente, constituindo práticas arquivísticas insurgentes voltadas à preservação da memória, à ampliação de direitos e à transformação social.

<sup>1</sup> Bacharel em Conservação e Restauração pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Mestre em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde pelo Programa de Pós-Graduação da Casa de Oswaldo Cruz (COC/Fiocruz). Integra a equipe do Museu da Maré e atua no acervo do Arquivo Dona Orozina Vieira (ADOV). Atualmente, é bolsista da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) no dossiê de candidatura ao Patrimônio Mundial da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). É membro da Rede de Acervos, Memórias e Movimentos Sociais. E-mail: [thamires.ro.cr@gmail.com](mailto:thamires.ro.cr@gmail.com). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2658191164931769>

<sup>2</sup> Documentalista, historiador e doutor em Ciência da Informação pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), campus Marília, com especialização em Educação do Campo. Possui experiência no trabalho com acervos documentais, tendo sido Diretor de Gestão de Documentos do Arquivo Nacional e Coordenador de Acervos da Casa do Povo, além de ter colaborado com arquivos de movimentos sociais, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a Casa Sueli Carneiro. Atualmente, é Coordenador Adjunto do Programa Pró-Memórias do Instituto Galo da Manhã e Pós-doutorando no Departamento de História da Universidade de São Paulo (USP). É membro da Rede de Acervos, Memórias e Movimentos Sociais. E-mail: [jcamoleze83@gmail.com](mailto:jcamoleze83@gmail.com). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2523337203830340>



**PALAVRAS-CHAVE:** Arquivos comunitários. Arquivos populares. Memória social. Movimentos sociais.

## ABSTRACT

The article analyses the concepts of community archives and popular archives in light of contemporary epistemological transformations in Archival Science, emphasizing the relationships among memory, power, representation, and social justice. The study aims to discuss the similarities and distinctions between these categories by proposing conceptual definitions grounded in international critical literature and the Brazilian context. The methodology combines bibliographic and documentary research with an empirical analysis of initiatives associated with the Network of Archives, Memories, and Social Movements, comprising collectives, social movements, and memory institutions from different regions of Brazil. The results demonstrate that community and popular archives emerge as autonomous documentary practices developed by historically marginalized groups, often in response to the lack of representation in traditional institutional archives. The study shows that community archives tend to emphasize identity, territory, and self-representation, whereas popular archives are more directly connected to the organizational and political dynamics of social movements. It concludes that, in the Brazilian context, these categories converge and constitute insurgent archival practices aimed at preserving memory, expanding rights, and promoting social transformation.

**KEYWORDS:** Community archives. Popular archives. Social memory. Social movements.

## 1 INTRODUÇÃO

A arquivologia, enquanto campo científico, estruturou-se historicamente a partir de uma concepção aparentemente neutra de “arquivo”, frequentemente associada a instituições estatais, administrativas ou privadas, e orientada por princípios técnico-metodológicos consolidados. No entanto, como já apontaram Schwartz e Cook (2002), os arquivos não são entidades neutras, mas dispositivos atravessados por relações de poder, capazes tanto de legitimar quanto de silenciar determinadas narrativas sociais.

Nesse sentido, a própria definição clássica de arquivo, entendida como o “conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada” (Arquivo Nacional, 2004, p. 27), revela-se insuficiente para dar conta da complexidade contemporânea das práticas documentais. A emergência de novos sujeitos sociais, especialmente aqueles historicamente marginalizados, tensiona os limites dessa definição e exige uma ampliação epistemológica do campo.



É nesse contexto que se torna fundamental adjetivar os arquivos. Promover a adjetivação de um sujeito significa atribuir-lhe uma característica peculiar e particularizá-lo. Trata-se de destacar seu assunto específico, tendo, dessa forma, “uma ou mais características comuns, como natureza, função ou atividades da entidade produtora, tipo, conteúdo, suporte ou data dos documentos, entre outras” (Lutz; Somavilla, 2016, p. 860).

A adjetivação, como em arquivos comunitários ou populares, não representa apenas uma classificação tipológica, mas também uma operação teórico-política. Trata-se de reconhecer que diferentes formas de produção, acumulação, uso e controle dos documentos implicam concepções distintas de memória, poder e representação.

A adjetivação dos arquivos também está vinculada à especificação que recebem. Segundo Reis (2006), “os documentos utilizaram-se, ao mesmo tempo, locais, formas simbólicas, divisões por tipos de documentos ou por assuntos, a estrutura ou funções e atividades da instituição”, criando, dessa forma, funções peculiares e específicas para cada arquivo.

De acordo com Schellenberg (2006), os documentos em um arquivo devem refletir sua organização e sua função. Esses componentes colaboram de forma eficaz para atribuir um adjetivo ao arquivo, como parte de um todo, potencializando a compreensão de sua função e de sua peculiaridade. Com isso, conseguimos destacar as estruturas e a proveniência dos documentos, bem como reconhecer as singularidades e características que conferem particularidade aos conjuntos documentais. Desse modo, atribuir um adjetivo ao arquivo é destacar o significado específico que lhe deu origem, a motivação da produção e os objetivos da entidade produtora, bem como os documentos que o compõem.

A literatura recente evidencia esse movimento de inflexão. A incorporação dos arquivos comunitários na legislação arquivística brasileira, por exemplo, indica uma mudança paradigmática, ao reconhecer a legitimidade de acervos produzidos fora das estruturas estatais e institucionais tradicionais, sinalizando uma perspectiva mais plural e social dos arquivos (Rangel, 2025).

Do mesmo modo, a crescente presença de debates sobre justiça social na Arquivologia aponta para a necessidade de reavaliar os fundamentos do campo, especialmente no que se refere à inclusão de comunidades marginalizadas e à reparação de desigualdades históricas (Tognoli; Rocha, 2021).



Assim, adjetivar os arquivos é reconhecer que eles não são apenas conjuntos documentais, mas também práticas sociais situadas que expressam disputas por memória, identidade e poder.

## **2 REFLEXÕES TEÓRICAS E DISPUTAS CONCEITUAIS EM TORNO DOS ARQUIVOS COMUNITÁRIOS E POPULARES**

O debate contemporâneo sobre arquivos comunitários e populares insere-se em um movimento mais amplo de revisão epistemológica da Arquivologia, marcado pela incorporação de perspectivas críticas e orientadas pela justiça social. Esse debate teórico questiona a pretensa neutralidade do campo e recoloca o arquivo como um espaço de disputa simbólica, política e epistemológica.

Historicamente, a Arquivologia estruturou-se em torno de uma concepção institucional e custodial do arquivo, centrada no Estado e em organizações formais. Tal concepção, embora fundamental para a consolidação disciplinar, contribuiu para a naturalização de determinados regimes de visibilidade e de invisibilidade documental. Como destacam Schwartz e Cook (2002), os arquivos não apenas refletem relações de poder, mas também participam ativamente de sua produção, atuando como instrumentos tanto de hegemonia quanto de resistência. Essa compreensão inaugura um deslocamento fundamental: o arquivo deixa de ser entendido apenas como um repositório e passa a ser concebido como uma prática social.

É nesse contexto que emergem os arquivos comunitários e populares como objetos teóricos. No cenário internacional, sobretudo a partir das contribuições da *Archival Education Research Initiative* (AERI), observa-se a consolidação de uma abordagem que articula Arquivologia, estudos críticos e engajamento social. A análise terminológica desenvolvida por Alencar, Cervantes e Barité (2023) demonstra que o uso do termo “arquivos comunitários” está fortemente associado a dimensões políticas e a práticas voltadas à visibilização de grupos marginalizados. Essa centralidade do político indica que tais arquivos não podem ser compreendidos apenas como categorias descritivas, mas também como práticas de intervenção social.

Do ponto de vista conceitual, a definição proposta por Flinn, Stevens e Shepherd (2009) constitui um marco importante ao enfatizar dois elementos estruturantes: a origem comunitária



dos acervos e o controle exercido pela comunidade sobre os documentos. No entanto, a literatura recente aponta para a necessidade de complexificar essa definição. Caswell (2023), por exemplo, argumenta que os arquivos comunitários devem ser analisados à luz das desigualdades estruturais, distinguindo aqueles vinculados a grupos dominantes daqueles que emergem de comunidades marginalizadas. Tal distinção é crucial por deslocar o foco da mera participação comunitária para as condições históricas e políticas que a moldam.

No contexto brasileiro, o debate apresenta contribuições significativas. A pesquisa de Oliveira (2023) analisa o Arquivo Dona Orozina Vieira (ADOV)<sup>3</sup>, projeto do Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré (CEASM)<sup>4</sup>, na categoria de arquivo comunitário. Criado em 2002, o ADOV é um conjunto documental que reúne diversas fontes sobre a favela da Maré, localizada na Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro.

Para além da organização e manutenção dos documentos, o ADOV realiza diversas atividades pedagógicas, como a organização de oficinas e exposições, a mediação educativa, a disponibilização de parte de seu acervo em formato digital no Tainacan, um *software* livre, a formação de pesquisadores em seu território e a contribuição para a manutenção de tradições orais que não se enquadram nos parâmetros tradicionais de arquivo.

Ao preservar a história e a memória da Maré, o ADOV fortalece o sentimento de identidade dos moradores com o território, contribuindo para a luta contra o estigma enfrentado pelas favelas, que, na grande mídia, é majoritariamente representado pela perspectiva da violência. O ADOV se caracteriza por dar ênfase às experiências de luta, resistência e solidariedade, contribuindo para o rompimento de diversos estereótipos sobre estes territórios.

Tal experiência evidencia que os arquivos comunitários configuram-se como espaços de produção e circulação de saberes locais, articulando memória, território e identidade. Essa abordagem reforça a ideia de que os arquivos comunitários tanto preservam memórias quanto produzem conhecimentos que impactam a realidade.

<sup>3</sup> O arquivo foi batizado em homenagem à Dona Orozina Vieira, mulher negra, que migrou da cidade de Ubá, Minas Gerais, para a Maré na década de 1940 e exercia as funções de benzedeira, rezadeira e parteira.

<sup>4</sup> Organização sem fins lucrativos, fundada em 1997 por moradores e ex-moradores do conjunto de favelas da Maré. O CEASM promove diversos projetos emancipatórios de educação, comunicação e memória popular. Disponível em: <https://www.ceasm.org.br/quem-somos>. Acesso em: 8 maio 2026.



Ademais, a recente incorporação dos arquivos comunitários à legislação arquivística brasileira indica um reconhecimento institucional dessas práticas, ao mesmo tempo em que evidencia tensões entre normatização e autonomia. Conforme argumenta Rangel (2025), esse movimento representa uma inflexão em direção a uma perspectiva mais plural dos arquivos, ainda que persistam desafios estruturais relacionados ao financiamento e à formação especializada. Tal processo revela a ambivalência do reconhecimento estatal, que, simultaneamente, legitima e enquadra práticas originalmente autônomas.

Paralelamente ao desenvolvimento do conceito de arquivos comunitários, a literatura sobre arquivos populares emerge de forma mais dispersa, frequentemente associada a estudos de caso e à análise de práticas documentais de movimentos sociais. No entanto, essa aparente dispersão não implica ausência de densidade teórica, mas indica uma forma distinta de construção conceitual, ancorada na experiência prática e na práxis dos movimentos sociais.

Do ponto de vista teórico, a noção de documento popular está associada a uma tradição latino-americana de documentação vinculada à educação popular e à ação política. Já na década de 1980, o Centro de Documentação Uruguaio caracterizava o documento popular a partir de elementos como o protagonismo dos movimentos sociais, a centralidade das contradições sociais e a perspectiva de classe na produção documental. Esses elementos indicam que a documentação popular não se organiza com base em critérios técnicos neutros, mas, sim, em uma intencionalidade política explícita.

Nessa direção, a documentação popular deve ser compreendida como uma atividade instrumental, voltada à conscientização, à organização e à ação dos setores populares, e não como um fim em si mesma. Conforme explicitado pelo Centro Pastoral Vergueiro (1985), trata-se de uma prática articulada a processos educativos, políticos e sociais de caráter emancipatório. Essa dimensão instrumental é central para compreender a especificidade dos arquivos populares.

O Centro Popular de Documentação do Pirambu (CPDOC) constitui um exemplo significativo das práticas de organização, preservação e difusão de arquivos populares no contexto brasileiro. Vinculado à Federação do Movimento Comunitário do Pirambu (FEMOCOPI), o centro reúne e custodia documentos produzidos no âmbito das lutas sociais do bairro, incluindo registros administrativos, fotografias, mapas, recortes de jornais e produções culturais locais. Esses



documentos, conforme destacado por Andrade Júnior e Nunes (2025), são produzidos no interior das dinâmicas dos movimentos sociais, respondendo a necessidades concretas de organização, memória e comunicação.

Para além da função custodial, o CPDOC evidencia a dimensão ativa da documentação popular, ao articular a preservação e o uso social dos documentos. O centro atua na disseminação da memória do bairro por meio de ações educativas, parcerias institucionais e do uso de plataformas digitais, como redes sociais, ampliando o acesso ao acervo e fortalecendo os vínculos comunitários. Nesse sentido, o CPDOC conserva documentos e participa da construção contínua da memória coletiva do Pirambu, registrando experiências cotidianas e trajetórias de luta que, com frequência, permanecem à margem dos arquivos institucionais, reafirmando o papel dos arquivos populares como instrumentos de visibilidade e de ação social.

Os estudos de Camoleze (2022) também constituem uma contribuição nesse sentido ao analisarem a produção documental no âmbito do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). O autor demonstra que os documentos produzidos pelo movimento não se limitam a registrar atividades, mas também desempenham funções estratégicas na formação política, na organização coletiva e na construção de narrativas próprias. Essa compreensão permite conceber os arquivos populares como intrinsecamente vinculados à ação social, configurando-os como parte constitutiva das lutas políticas.

Diferentemente dos arquivos comunitários, cuja ênfase recai sobre a identidade e o pertencimento, os arquivos populares se articulam mais diretamente à dimensão e às dinâmicas dos movimentos sociais. Nesse sentido, eles podem ser compreendidos como expressões documentais de processos de resistência e de transformação social, nos quais a produção, circulação e uso dos documentos estão diretamente relacionados à construção de projetos políticos.

### **3 PROPOSTAS CONCEITUAIS: ARQUIVOS COMUNITÁRIOS E ARQUIVOS POPULARES**

A definição conceitual de arquivos comunitários e de arquivos populares deve ser situada no interior das transformações epistemológicas que vêm reconfigurando a Arquivologia nas últimas décadas. Nesse sentido, pensar categorias como arquivos comunitários e populares implica





reconhecer o arquivo como uma prática social situada, atravessada por disputas políticas, epistemológicas e simbólicas.

Essa inflexão crítica é aprofundada por autores como Caswell (2014, 2021) e Gilliland (2014), que enfatizam a necessidade de compreender os arquivos a partir de perspectivas orientadas pela justiça social, pela ética do cuidado e pela reparação dos silenciamentos históricos. Para Caswell (2014, 2021), os arquivos comunitários, especialmente aqueles vinculados a grupos minorizados, constituem espaços de resistência e de autodeterminação narrativa, nos quais comunidades historicamente excluídas assumem o controle sobre a produção e a circulação de suas memórias.

De maneira convergente, Gilliland (2014) destaca que essas práticas desafiam os modelos arquivísticos tradicionais ao propor formas alternativas de organização, descrição e acesso, frequentemente baseadas em epistemologias locais e não hegemônicas.

No que se refere especificamente aos arquivos comunitários, os primeiros esforços da literatura internacional para definir tais fenômenos vieram de Flinn, Stevens e Shepherd (2009), por meio de uma definição centrada na participação ativa das comunidades na produção e na gestão de seus acervos. No entanto, como apontam estudos mais recentes, essa definição precisa ser situada em contextos marcados por desigualdades de poder, uma vez que nem todas as “comunidades” ocupam posições equivalentes nas estruturas sociais (Caswell, 2021). No Brasil, essa problemática se intensifica, dado que as experiências de arquivos comunitários estão profundamente atravessadas por marcadores como classe, raça, gênero e territorialidade. A recente incorporação desses arquivos à legislação arquivística nacional (Rangel, 2025) evidencia seu reconhecimento institucional, mas também suscita questões sobre os limites e as implicações desse enquadramento normativo.

Paralelamente, a noção de arquivos populares emerge de forma mais explícita nas práticas documentais dos movimentos sociais, especialmente no contexto latino-americano. Diferentemente dos arquivos comunitários, cuja ênfase recai sobre a identidade e o pertencimento, os arquivos populares se estruturam a partir da práxis política e das dinâmicas dos movimentos sociais. Como demonstra Camoleze (2022), ao analisar a produção documental do MST, os documentos produzidos nesses contextos não são meros registros, mas instrumentos ativos de organização, formação e mobilização. Essa perspectiva dialoga diretamente com as tradições da



educação e da comunicação populares, nas quais a documentação é compreendida como parte integrante dos processos de conscientização e de transformação social.

Diante desse quadro teórico, torna-se evidente que a definição de arquivos comunitários e populares não pode ser reduzida a uma taxonomia descritiva, mas deve ser compreendida como uma operação analítica que envolve a explicitação de posicionamentos epistemológicos. Assim, este artigo propõe uma articulação entre três níveis de definição para os arquivos comunitários e fundamenta a definição de arquivos populares a partir de contribuições teóricas derivadas das práticas dos movimentos sociais, com destaque para o MST.

Ao explicitar essas definições, busca-se não apenas delimitar categorias conceituais, mas também evidenciar que ambas se inscrevem no mesmo horizonte crítico das formas hegemônicas de direito à memória. Tal perspectiva é fundamental para compreender as práticas arquivísticas contemporâneas no Brasil, especialmente aquelas vinculadas a grupos historicamente marginalizados, que encontram nos arquivos tanto um meio de preservação do passado quanto um instrumento de intervenção no presente e de construção de futuros possíveis.

### **3.1 Arquivos comunitários: memória, identidade e representatividade**

No âmbito da literatura internacional, mais especificamente em Londres, no Reino Unido, a definição de arquivos comunitários tem como marco a formulação de Flinn, Stevens e Shepherd (2009), uma das mais difundidas no campo arquivístico, estes autores os compreendem como “coleções de material reunido principalmente por membros de uma determinada comunidade e sobre cujo uso os membros exercem algum grau de controle” (Flinn; Stevens; Shepherd, 2009, p. 73, tradução nossa). E para complementar, argumentam que “a característica que define os arquivos comunitários é a participação ativa de uma comunidade em documentar e tornar acessível à história do seu grupo particular e/ou localidade, em seus próprios termos” (Flinn; Stevens; Shepherd, 2009, p. 73, tradução nossa).

Essa definição estabelece dois elementos centrais: a participação ativa da comunidade e a autonomia na construção de sua narrativa histórica. Trata-se de um deslocamento importante em



relação à tradição arquivística, ao reconhecer a comunidade como sujeito produtor e gestor de sua própria memória.

No contexto brasileiro, entretanto, a recente incorporação dos arquivos comunitários à legislação arquivística introduz uma nova camada de definição, de caráter normativo. O Decreto nº 12.599/2025 que incluiu os arquivos comunitários na Lei nº 8.159/1991 (Lei de Arquivos) os define como:

Os conjuntos de documentos produzidos, recebidos, acumulados e organizados por coletividades no exercício de suas atividades, e as instituições formadas por essas coletividades para custodiar, preservar e promover o acesso a esses acervos, com o objetivo de afirmar suas memórias, identidades e trajetórias sociais (Brasil, 2025a, n. p.).

Essa definição amplia o escopo ao incluir não apenas os conjuntos documentais, mas também as instituições criadas pelas coletividades, reconhecendo formalmente a dimensão organizativa e institucional dessas práticas. Contudo, ao mesmo tempo em que representa um avanço no reconhecimento jurídico, tal definição tende a operar em um nível mais descritivo e abrangente, sem necessariamente explicitar as condições sociais e políticas que atravessam a produção desses arquivos.

Diante dessas duas perspectivas — uma oriunda da literatura internacional e outra da normatização estatal —, torna-se necessário construir uma definição que dialogue com as especificidades da realidade brasileira. Nesse sentido, propomos, para os fins deste artigo, que os arquivos comunitários são conjuntos documentais reunidos por grupos atravessados por marcadores de classe, raça, gênero, orientação sexual, regionalidade e territorialidade, com o intuito de preservar a história e a memória de suas comunidades, tendo esses conjuntos sido reunidos, ou não, com o auxílio de profissionais especializados na área da organização, preservação e uso de documentos. Algumas razões que levam ao surgimento desses conjuntos documentais são a percepção de que as coletividades não estão sendo representadas pelas instituições hegemônicas de memória ou a consideração de que a história e a memória de suas comunidades estão em risco.

Essa definição busca incorporar elementos ausentes nas formulações anteriores, especialmente ao explicitar os marcadores sociais que atravessam essas experiências e ao reconhecer a dimensão de resistência que caracteriza esses arquivos. Ao contrário de uma leitura



neutra ou meramente técnica, entende-se que os arquivos comunitários no Brasil emergem em contextos de desigualdade e exclusão, estando profundamente vinculados a processos de disputa pela representatividade e pela memória.

Dessa forma, a definição adotada neste artigo não pretende substituir as anteriores, mas tensioná-las e ampliá-las, situando os arquivos comunitários como práticas sociais atravessadas por relações de poder e por processos históricos de marginalização.

### **3.2 Arquivos populares: documentação, luta e práxis social**

Se, no caso dos arquivos comunitários, há uma relativa consolidação conceitual na literatura, o mesmo não ocorre com os arquivos populares, cuja definição se constrói de maneira mais difusa, frequentemente associada às práticas documentais de movimentos sociais.

Nesse contexto, a contribuição de Camoleze (2022) é fundamental para a compreensão dessa categoria. Ao analisar a produção documental no âmbito do MST, o autor demonstra que os documentos produzidos pelo movimento não podem ser compreendidos apenas como registros administrativos, mas também como parte integrante de sua ação política e organizativa. Nesse sentido, os chamados documentos populares apresentam características específicas, relacionadas à sua função social e política. Como aponta o autor:

A produção documental, que dá origem ao próprio documento, demonstra a funcionalidade e a estrutura organizacional, quer da instituição constitucionalmente estabelecida no âmbito jurídico quer dos movimentos sociais. Isso porque a criação do documento é uma necessidade de todas as entidades coletivas, especialmente para o exercício do poder ou para a execução das atividades para as quais o órgão tem a finalidade de existir (Camoleze, 2022, p. 127).

Essa compreensão permite deslocar o olhar sobre os arquivos populares, afastando-os de uma perspectiva meramente custodial e aproximando-os de uma lógica de práxis social. Os documentos registram tanto a luta quanto também participam dela, sendo utilizados na formação política, na organização interna e na construção de narrativas próprias.



Ainda nesse sentido, a documentação popular caracteriza-se por sua vinculação direta às classes populares e às suas formas de organização. Conforme discutido por Camoleze, Cavalcante e Troitiño Rodriguez (2019), trata-se de uma produção documental que carrega valores culturais, comunicacionais e políticos, sendo indissociável do contexto social em que é produzida.

Diante dessas contribuições, definimos que os arquivos populares são conjuntos documentais produzidos no âmbito das práticas sociais, políticas e organizativas das classes populares e de seus movimentos, cuja função ultrapassa o registro de atividades, constituindo-se em instrumentos de formação, mobilização, comunicação e luta, profundamente vinculados à construção de identidades coletivas e à disputa por narrativas sociais.

Essa definição enfatiza a centralidade da ação política e da dimensão de classe na constituição dos arquivos populares, diferenciando-os, ainda que não de forma absoluta, dos arquivos comunitários. Enquanto estes se estruturam a partir das categorias de comunidade e de processos de autorrepresentação, os arquivos populares vinculam-se mais diretamente às dinâmicas de organização e de luta social.

### **3.3 Síntese e articulações conceituais**

A partir das definições apresentadas, torna-se possível compreender que os arquivos comunitários e os arquivos populares, embora oriundos de tradições conceituais distintas, compartilham fundamentos estruturais que os aproximam tanto do plano empírico quanto do teórico. Ambos emergem de sujeitos coletivos que, historicamente, foram excluídos dos processos hegemônicos de produção, organização e legitimação da memória, o que os coloca em posição de resistência frente às instituições tradicionais de custódia documental. Nesse sentido, tanto os arquivos comunitários quanto os populares constituem respostas a lacunas de representatividade, atuando na produção de narrativas próprias e na afirmação de identidades coletivas.

Entretanto, as distinções analíticas entre essas categorias permanecem relevantes para a compreensão de suas especificidades. Os arquivos comunitários tendem a se estruturar a partir da noção de pertencimento e de identidade, enfatizando a autorrepresentação de grupos que compartilham experiências comuns, frequentemente atravessadas por marcadores sociais como



raça, gênero, territorialidade e cultura. Já os arquivos populares articulam-se de maneira mais direta às dinâmicas da luta de classes e às práticas organizativas dos movimentos sociais, sendo profundamente marcados pela intencionalidade política e pela função instrumental da documentação nos processos de mobilização, formação e ação coletiva.

No entanto, quando observadas no contexto brasileiro, essas distinções tornam-se menos rígidas e mais porosas. A realidade social do país, marcada por profundas desigualdades estruturais e por processos históricos de exclusão, faz com que comunidades e movimentos sociais frequentemente compartilhem espaços, demandas e estratégias. Assim, arquivos comunitários podem assumir funções típicas de arquivos populares, ao se engajarem em lutas por direitos, enquanto arquivos populares podem incorporar dimensões identitárias e territoriais próprias das experiências comunitárias. Essa interpenetração revela que tais categorias não operam isoladamente, mas se articulam em um campo comum de práticas arquivísticas insurgentes.

Dessa forma, propõe-se compreender os arquivos comunitários e populares como parte de um continuum de práticas sociais de produção documental, no qual memória, identidade e ação política se entrelaçam. Mais do que categorias fixas, trata-se de construções analíticas que evidenciam diferentes ênfases de um mesmo fenômeno: a produção autônoma de arquivos por sujeitos historicamente marginalizados. Nesse horizonte, os arquivos deixam de ser apenas instrumentos de preservação do passado e passam a ser compreendidos como dispositivos ativos na construção do presente e na projeção de futuros possíveis, especialmente no que diz respeito à ampliação de direitos, ao reconhecimento social e à transformação das estruturas de poder.

#### **4 ESTUDO EMPÍRICO REDE DE ACERVOS, MEMÓRIAS E MOVIMENTOS SOCIAIS**

Um exemplo de articulação entre arquivos comunitários e populares é a Rede de Acervos, Memórias e Movimentos Sociais, criada em 2023 e composta por iniciativas que representam coletividades negras, quilombolas, LGBTQIAPN+, periféricas, de trabalhadores urbanos e rurais, de imigrantes, pautando discussões acerca das liberdades democráticas e das lutas sociais, e reivindicando políticas públicas e reconhecimento para este tipo de patrimônio documental.



Em 2025, fruto da visibilidade de suas mobilizações, a Rede foi convidada a integrar a Comissão Organizadora Nacional (CON) da *2ª Conferência Nacional de Arquivos (2ª CNArq)*. De acordo com o seu regimento interno, esta atividade tem por finalidade:

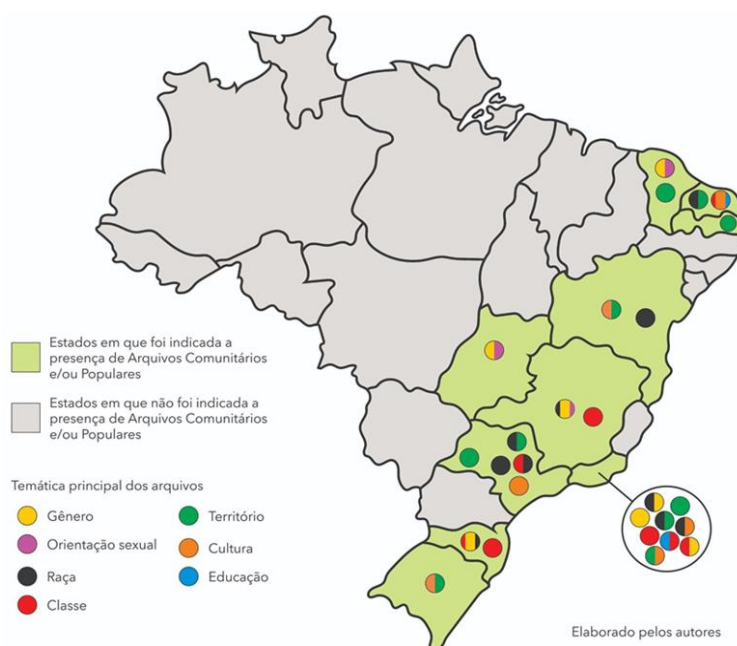
[...] promover reflexão pública qualificada sobre a Política Nacional de Arquivos, discutir modelos de governança, financiamento, fortalecer capacidades institucionais dos setores público e privado, analisar o marco legal, ampliar a participação social e situar os arquivos — públicos, privados e comunitários — no centro das discussões sobre democracia, informação e direitos (Brasil, 2025b, p. 5).

No dia 18 de abril de 2026, como parte da preparação para a 2ª CNArq, foi realizada a etapa livre “Arquivos Comunitários e Memórias Populares: Democracia e Garantia de Direitos” (Brasil, 2026), organizada pela Rede de Acervos, Memórias e Movimentos Sociais, com o objetivo de promover uma reflexão crítica sobre o papel dos arquivos comunitários, populares e periféricos no Brasil contemporâneo.

No formulário de inscrição do evento, havia diversas perguntas, dentre elas se a pessoa inscrita trabalhou ou trabalha com algum arquivo comunitário ou com outra iniciativa de documentação e memória popular. Em caso de resposta positiva, os inscritos poderiam indicar as redes sociais das iniciativas. Com base em um total de trinta e seis respostas, produzimos o seguinte mapa:

Mapa 1 – Estados em que foi observada a presença de arquivos comunitários e/ou populares e as principais temáticas encontradas<sup>5</sup>

<sup>5</sup> O mapa não contabiliza o número de iniciativas; apenas indica quais temas estão associados aos arquivos, por estado. Quando as marcações no mapa apresentam círculos com duas ou três cores, isso indica que o arquivo possui mais de uma temática característica.



Fonte: elaborado pelos autores (2026).

O mapa 1 nos permite verificar que, exceto pelo Distrito Federal e por Minas Gerais, os arquivos comunitários e/ou populares concentram-se nos estados litorâneos, região com maior presença demográfica e desenvolvimento econômico (em especial no Sudeste). Esse cenário pode sugerir uma relação direta entre melhores condições socioeconômicas e educacionais e a presença de arquivos comunitários e/ou populares.

Por meio do mapa, também é possível analisar a presença, a ausência e o volume de temáticas nos estados. Por exemplo, o Rio de Janeiro é o estado que apresenta a maior diversidade de temáticas; não foi possível identificar, porém, a presença de arquivos relacionados à orientação sexual.

Ao avaliarmos os nomes e os textos de apresentação nas redes sociais das iniciativas, definimos sete categorias, cada uma com sua temática principal. As que aparecem em maior quantidade podem ser observadas na Tabela 1, a seguir:

Tabela 1 – Temáticas mais recorrentes nos arquivos<sup>6</sup>

<sup>6</sup> Em alguns casos, o mesmo arquivo apresenta mais de uma temática característica. Por essa razão, a quantidade de temáticas recorrentes é maior que o número total de arquivos.





| Temas             | Quantidade |
|-------------------|------------|
| Território        | 19         |
| Classe            | 9          |
| Raça              | 9          |
| Gênero            | 7          |
| Cultura           | 7          |
| Orientação sexual | 3          |
| Educação          | 2          |

Fonte: elaborado pelos autores (2026).

A temática território é a mais recorrente, pois abrange a maior diversidade de assuntos, por tratar de arquivos que buscam demarcar as características dos lugares. Além disso, o território, muitas vezes, aparece em interseção com outros temas, como a classe ou a raça.

Com base nas respostas fornecidas nos formulários, produzimos o Gráfico 1, que apresenta a quantidade de arquivos comunitários e/ou populares por estado.

Gráfico 1 – Distribuição de arquivos comunitários e/ou populares de acordo com os estados



Fonte: elaborado pelos autores (2026).

O fato de o Rio de Janeiro ser o estado com o maior número de arquivos pode estar relacionado à presença significativa de equipamentos culturais na região. Futuramente, vale uma avaliação mais aprofundada para que mais razões sejam verificadas.



O Quadro 1 apresenta os nomes e as redes sociais de arquivos comunitários e de iniciativas de documentação e de memória popular, fornecidos pelos inscritos na etapa livre “Arquivos Comunitários e Memórias Populares: Democracia e Garantia de Direitos”. O intuito é dar visibilidade e valorizar o trabalho realizado por tais comunidades, coletivos e movimentos sociais.

Quadro 1 – Arquivos comunitários e iniciativas de documentação e memória popular

(continua)

| Nome                                                                                                             | Rede social                                                                                                             |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Acervo Alice Oliveira                                                                                            | @acervoaliceoliveira                                                                                                    |
| Arquivo Comunitário da Pequena África                                                                            | @arq.comunitario_pequenaafrika                                                                                          |
| Arquivo da Resistência, atual Sindicato dos Arrumadores do Rio de Janeiro                                        | @memoriasdaresistencia                                                                                                  |
| Arquivo Dona Orozina Vieira                                                                                      | @museudamare                                                                                                            |
| Arquivo Lésbico Brasileiro                                                                                       | @arquivosbicobrasileiro                                                                                                 |
| Associação de Moradores da Santa Clara                                                                           | @associacaodemoradores.sc                                                                                               |
| Associação Espaço Gaia                                                                                           | @gaia.espaco                                                                                                            |
| Baile Pastoril Queimada da Palhinha                                                                              | <a href="https://memorialqueimadadapalhinha.art.br/">https://memorialqueimadadapalhinha.art.br/</a>                     |
| Biblioteca Digital do Sindprevs-SC                                                                               | <a href="https://www.sindprevs-sc.org.br/index.php/biblioteca">https://www.sindprevs-sc.org.br/index.php/biblioteca</a> |
| Casa do Povo                                                                                                     | <a href="https://acervo.casadopovo.org.br/">https://acervo.casadopovo.org.br/</a>                                       |
| Casa Sueli Carneiro                                                                                              | @casasuelicarneiro                                                                                                      |
| Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva (CEDEFES)                                                          | cedefes.org.br                                                                                                          |
| Centro de Memória Afro-indígena Olhar da Perifa                                                                  | @coletivoolhardaperifa                                                                                                  |
| Centro de Memória da Coopcarmo                                                                                   | <a href="https://coopcarmo.com/centro-de-memoria/">https://coopcarmo.com/centro-de-memoria/</a>                         |
| Centro de Memória Queixadas                                                                                      | @cm_queixadas                                                                                                           |
| Centro de Referência e Memória da Educação Popular e da Educação de Jovens e Adultos no Rio de Janeiro (CReMEJA) | cremeja.org                                                                                                             |
| Centro Popular de Documentação do Grande Pirambu                                                                 | @cpdocpirambu                                                                                                           |

Quadro 1 – Arquivos comunitários e iniciativas de documentação e memória popular

(conclusão)

| Nome                        | Rede Social                                                                                                                   |
|-----------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Clube de Cultura            | <a href="https://acervo.clubedecultura.com/">https://acervo.clubedecultura.com/</a>                                           |
| Coletiva NegrasFotosGrafias | <a href="https://www.youtube.com/@coletivanegrasfotosgrafias4641">https://www.youtube.com/@coletivanegrasfotosgrafias4641</a> |
| CPDOC Guaianás              | @cpdocguaianas                                                                                                                |
| Cultne                      | <a href="https://linktr.ee/cultne">https://linktr.ee/cultne</a>                                                               |
| Favela em Foco              | @favelaemfoco                                                                                                                 |



|                               |                                                                                                                                         |
|-------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Favela Futurista              | @favelafuturista                                                                                                                        |
| Fototeca Potiguar             | www.fototecapotiguar.com.br                                                                                                             |
| Galeria Providência           | @galeriaprovidencia                                                                                                                     |
| Instituto Egon Schaden        | <a href="https://www.institutoegonschaden.com.br/">https://www.institutoegonschaden.com.br/</a>                                         |
| Instituto Favelas             | @institutofavelas                                                                                                                       |
| Instituto Imasc               | @instituto.imasc                                                                                                                        |
| Instituto Zoon                | www.zoon.org.br                                                                                                                         |
| Kolombolo Diá Piratininga     | @kolombolosp                                                                                                                            |
| Memorável Samba               | <a href="https://www.facebook.com/groups/721279041358303?locale=pt_BR">https://www.facebook.com/groups/721279041358303?locale=pt_BR</a> |
| Museu Caiçara de Ubatuba      | @museucaicaraubatuba                                                                                                                    |
| Núcleo de Memórias do Vidigal | @memorias_do_vidigal                                                                                                                    |
| Rádio Cantareira              | @cantareirafm                                                                                                                           |
| Rede Afro LGBT Minas          | @redeafroglbtminas                                                                                                                      |
| Zumvi Acervo Afro Fotográfico | @zumviarquivofotografico                                                                                                                |

Fonte: elaborado pelos autores (2026).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse horizonte, a distinção entre arquivos comunitários e populares não deve ser compreendida como uma oposição rígida, mas como uma diferenciação analítica que evidencia dimensões distintas das práticas arquivísticas contemporâneas. Enquanto os arquivos comunitários enfatizam a identidade social e a autorrepresentação, os arquivos populares destacam a dimensão da produção documental dos movimentos sociais e sua inserção em processos de alteração das estruturas do sistema vigente.

Em síntese, ambos os conceitos se inscrevem em um movimento mais amplo de reconfiguração da Arquivologia, no qual o arquivo é compreendido como um espaço de disputa, de produção de sentido e de ação política. Tal movimento não apenas amplia o escopo do campo, mas também promove a construção de novas categorias analíticas no esforço de abarcar a complexidade das práticas documentais contemporâneas.

A análise dos conceitos e de suas construções históricas evidencia que, embora os arquivos comunitários e os arquivos populares tenham trajetórias teóricas distintas, a realidade brasileira tende a aproximá-los de forma significativa. Em contextos marcados por desigualdades estruturais, como os observados em territórios periféricos, comunidades tradicionais e movimentos sociais



organizados, as práticas arquivísticas emergem diretamente das lutas por reconhecimento, direitos e condições dignas de existência. Nesse cenário, tanto os arquivos comunitários quanto os populares deixam de ser categorias estanques e passam a operar como expressões convergentes de uma mesma dinâmica social: a produção autônoma de memória por grupos e sujeitos historicamente marginalizados, que buscam afirmar seu protagonismo e reivindicar visibilidade no espaço público.

Assim, no contexto brasileiro, essa convergência se manifesta na articulação entre memória, ação política e organização coletiva, evidenciando que tais arquivos não apenas preservam documentos, mas também constituem instrumentos de luta. Seja na forma de iniciativas comunitárias de preservação da história local, seja na produção documental de movimentos sociais, observa-se que esses acervos estão profundamente vinculados às lutas de classe e às demandas de grupos minorizados, como populações periféricas, LGBTQIAPN+, quilombolas, camponesas e urbanas. Dessa forma, mais do que categorias analíticas distintas, os arquivos comunitários e populares devem ser compreendidos como parte de um mesmo campo de práticas insurgentes, no qual a documentação se torna um meio de resistência, de produção de conhecimento e de afirmação de direitos.

## REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. Disponível em: [https://www.gov.br/conarq/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/dicionario\\_de\\_terminologia\\_arquivistica.pdf](https://www.gov.br/conarq/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/dicionario_de_terminologia_arquivistica.pdf). Acesso em: 6 maio 2026.

ALENCAR, M. F.; CERVANTES, B. M. N.; BARITÉ, M. O contexto de uso do termo arquivos comunitários a partir da vertente dos estudos críticos e decoloniais: uma análise terminológica pontual. **Páginas a&b**, Lisboa, n. 19, p. 55-77, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.21747/21836671/pag19a4>. Acesso em: 6 maio 2026.

ANDRADE JÚNIOR, F. S. de; NUNES, J. V. Documentação popular na preservação da memória do cotidiano: o caso do Centro Popular de Documentação do Pirambu. **Inclusão Social**, Brasília, DF, v. 18, n. 2, p. 173-186, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.18225/inc.soc.v18i2.7285>. Acesso em: 16 jun. 2026.

BRASIL. 2ª Conferência Nacional de Arquivos. **Relatório (etapa livre)**: Conferência Livre Nacional da Rede de Acervos, Memórias e Movimentos Sociais: Arquivos Comunitários e Memórias Populares: Democracia e Garantia de Direitos. Brasília, DF: 2026. p. 1-13. Disponível em: [https://www.2cnarquivos.org/\\_files/ugd/b97225\\_9890e72b7d4a485dba25ec38c14c12bf.pdf](https://www.2cnarquivos.org/_files/ugd/b97225_9890e72b7d4a485dba25ec38c14c12bf.pdf). Acesso em: 8 maio 2026.



BRASIL. **Decreto nº 12.599 de 28 de agosto de 2025**. Brasília, DF: Presidência da República, [2025a]. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2025/decreto-12599-28-agosto-2025-797893-publicacaooriginal-176237-pe.html>. Acesso em: 7 maio 2026.

BRASIL. **Regimento Interno da 2ª Conferência Nacional de Arquivos**. Brasília, DF: Presidência da República, [2025b]. p. 1-11. Disponível em: [https://www.2cnarquivos.org/\\_files/ugd/b97225\\_02c46bc69b8e48fb8832f76a6b1e452b.pdf](https://www.2cnarquivos.org/_files/ugd/b97225_02c46bc69b8e48fb8832f76a6b1e452b.pdf). Acesso em 07/05/2026.

CAMOLEZE, J. M. C. **Arquivos e movimentos sociais**: um estudo da produção de documentos populares no setor nacional de educação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). 2022. 293 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) — Universidade Estadual Paulista (UNESP), Marília, 2022. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/234955>. Acesso em: 16 jun. 2026.

CAMOLEZE, J. M. C.; CAVALCANTE, L. E.; TROITIÑO RODRIGUEZ, S. M. Documentos que comunicam: o valor cultural do documento popular. **Conexão: Comunicação e Cultura**, Caxias do Sul, v. 18, n. 36, p. 181-190, 2019. Disponível em: <https://sou.ucs.br/etc/revistas/index.php/conexao/article/view/9490>. Acesso em: 10 jun. 2026.

CASWELL, M. Arquivos comunitários e o trabalho de memória libertadora. In: TOGNOLI, N. B.; SOUZA, J. C. C. E; OLIVEIRA, L. M. V.; MATTOS, R. (ed.). **O papel social da Ciência da Informação em novos contextos**. Niterói: IACS/UFF, 2023. p. 13-26.

CASWELL, M. Toward a survivor-centered approach to records documenting human rights abuse: lessons from community archives. **Archival Science**, [s. l.], v. 14, n. 3-4, p. 307-322, 2014. Disponível em: <https://escholarship.org/uc/item/73f5s7sr>. Acesso em: 10 jun. 2026.

CASWELL, M. **Urgent archives**: envisioning liberated futures through community archives. New York: Routledge, 2021.

CENTRO PASTORAL VERGUEIRO. **Discutindo documentação**. São Paulo: CPV, 1985. (Série de documentação, v. 2).

FLINN, A.; STEVENS, M.; SHEPHERD, E. Whose memories, whose archives? Independent community archives, autonomy and the mainstream. **Archival Science**, [s. l.], v. 9, n. 1-2, p. 71-86, 2009. Disponível em: <https://hist268.blogs.brynmawr.edu/files/2020/03/Flinn-WhoseMemoriesWhoseArchives.pdf>. Acesso em: 8 jun. 2026.

GILLILAND, A. J. **Conceptualizing twenty-first-century archives**. Chicago: Society of American Archivists, 2014.

LUTZ, C. C.; SOMAVILLA, R. Tratamento documental em arquivo especializado: projetos de arquitetura e engenharia da Universidade Federal de Santa Catarina. In: CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA, 7., 2016, Fortaleza. **Anais eletrônicos** [...]. Fortaleza: UEPB, 2016. p. 857-872. Disponível em: [http://racin.arquivologiauepb.com.br/edicoes/v4\\_nesp/racin\\_v4\\_nesp\\_artigo\\_0857-0872.pdf](http://racin.arquivologiauepb.com.br/edicoes/v4_nesp/racin_v4_nesp_artigo_0857-0872.pdf). Acesso em: 8 jun. 2026.

OLIVEIRA, T. R. de. **Arquivos comunitários, memória e favela**: proposta de guia de acervo para o Arquivo Dona Orozina Vieira do Museu da Maré. 2023. 231 f. Dissertação (Mestrado em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural) — Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <https://arca.fiocruz.br/handle/iciict/64615>. Acesso em: 8 jun. 2026.

RANGEL, K. Arquivos para quem? A inclusão dos arquivos comunitários na regulamentação da Lei de Arquivos do Brasil. **Páginas a&b**, Lisboa, n. 24, p. 87-99, 2025. Disponível em: <https://ojs.letras.up.pt/index.php/paginasab/article/view/15670>. Acesso em: 8 jun. 2026.

REIS, L. O arquivo e arquivística evolução histórica. **Biblios**, Lima, v. 7, n. 24, 2006. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/161/16172402.pdf>. Acesso em: 22 maio 2026.



SCHWARTZ, J. M.; COOK, T. Archives, records, and power: the making of modern memory. **Archival Science**, [s. l.], v. 2, n. 1-2, p. 1-19, 2002. Disponível em: <https://www.metaglyphix.com/jbs/pprs/SchwartzCook-Archives.pdf>. Acesso em: 8 jun. 2026.

SCHELLENBERG, T. R. **Arquivos Modernos**: princípios e técnicas. 6. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

TOGNOLI, N. B.; ROCHA, G. M. de Q. A justiça social na Arquivologia: uma revisão de literatura. **Ágora: Arquivologia em debate**, Florianópolis, v. 31, n. 63, p. 1-23, 2021. Disponível em: <https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/987>. Acesso em: 6 jun. 2026.

---

## LICENÇA DE USO

Os autores cedem à **OFFICINA: Revista da Associação de Arquivistas de São Paulo** os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/) (CC BY) 4.0 International.



## O ARQUIVO COMUNITÁRIO COMO RESULTADO DA ORGANIZAÇÃO COLETIVA EM CONTEXTOS DE MARGINALIZAÇÃO: UM OLHAR SOBRE O ACERVO DO GRUPO DE MULHERES PROSTITUTAS DO ESTADO DO PARÁ

*The Community Archive as a Result of Collective Organization in Contexts of Marginalization: A Look at the Collection of the Group of Women Prostitutes in the State of Pará*

Mônica Tenaglia<sup>1</sup> 

Ana Beatriz Progênio Brito<sup>2</sup> 

Adriana Monteiro da Costa<sup>3</sup> 

Mônica Cristina Henderson de Sousa<sup>4</sup> 

Thania Cristina da Silva Costa<sup>5</sup> 

### RESUMO

O presente estudo analisa o acervo do Grupo de Mulheres Prostitutas do Estado do Pará, custodiado pelo Centro de Memória da Amazônia, com o objetivo de compreender a importância dos arquivos comunitários na preservação da memória coletiva de grupos historicamente marginalizados. A pesquisa, de caráter qualitativo, utilizou levantamento bibliográfico, pesquisa de campo e entrevistas com responsáveis pelo acervo, possibilitando a análise de sua organização, tipologia documental e condições de preservação. Os resultados indicam que o acervo encontra-se devidamente organizado e acondicionado, reunindo documentos de diferentes tipologias — fotografias, correspondências, registros audiovisuais, relatórios institucionais e materiais educativos — que refletem práticas de mobilização social, ações políticas e estratégias de fortalecimento da cidadania. Conclui-se

<sup>1</sup> Professora no curso de Arquivologia da Universidade Federal Fluminense (UFF) e no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: [monica\\_tenaglia@id.uff.br](mailto:monica_tenaglia@id.uff.br). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2126481201660872>

<sup>2</sup> Graduanda em Arquivologia pela Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: [ana.progenio.brito@icsa.ufpa.br](mailto:ana.progenio.brito@icsa.ufpa.br). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2718044949243926>

<sup>3</sup> Graduanda em Arquivologia pela Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: [adriana.monteiro.costa@icsa.ufpa.br](mailto:adriana.monteiro.costa@icsa.ufpa.br).

<sup>4</sup> Graduanda em Arquivologia pela Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: [monica.sousa@icsa.ufpa.br](mailto:monica.sousa@icsa.ufpa.br).

<sup>5</sup> Graduanda em Arquivologia pela Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: [thania.costa@icsa.ufpa.br](mailto:thania.costa@icsa.ufpa.br).



que a preservação desse acervo é fundamental para visibilizar narrativas historicamente invisibilizadas, reforçando o papel dos arquivos comunitários como instrumentos de resistência, de representação social e de valorização das memórias coletivas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Arquivos comunitários. Arquivos Populares. Grupo de Mulheres Prostitutas do Estado do Pará. Centro de Memória da Amazônia.

## ABSTRACT

This study analyzes the collection of the Group of Prostitute Women of the State of Pará, held by the Amazon Memory Center, to understand the importance of community archives in preserving the collective memory of historically marginalized groups. The qualitative research employed bibliographic research, fieldwork, and interviews with those responsible for the collection, enabling analysis of its organization, document typology, and preservation conditions. The results indicate that the collection is properly organized and stored, bringing together documents of different types—photographs, correspondence, audiovisual records, institutional reports, and educational materials—that reflect practices of social mobilization, political actions, and strategies for strengthening citizenship. It concludes that preserving this collection is fundamental to making historically invisible narratives visible, reinforcing the role of community archives as instruments of resistance, social representation, and the valorization of collective memories.

**KEYWORDS:** Community archives. Group of Prostituted Women of the State of Pará. Center for Memory of the Amazon.

## 1 INTRODUÇÃO

**C**s arquivos comunitários têm se destacado como um tema emergente na Arquivologia no Brasil, especialmente por sua importância na preservação e no resgate de narrativas de grupos sociais historicamente marginalizados. Ao oferecer uma plataforma para que comunidades possam guardar e compartilhar suas próprias histórias, esses arquivos desempenham um papel crucial na construção da memória coletiva, permitindo que vozes, antes silenciadas ou ausentes dos acervos tradicionais, ganhem visibilidade.

Nessa perspectiva, destaca-se o Grupo de Mulheres Prostitutas do Estado do Pará (GEMPAC), cujo acervo encontra-se custodiado no Centro de Memória da Amazônia (CMA).

Fundado em Belém, em 1990, pelas ativistas Lourdes Barreto e Gabriela Leite, o GEMPAC é membro e fundador da Rede Brasileira de Prostitutas (RBP) e articula-se, internacionalmente, como





membro da *Global Network of Sex Work Projects* (NSWP) (Fundo Brasil, [2026]). O grupo tem como objetivo combater o preconceito e as diversas formas de discriminação contra as mulheres, com ênfase nas trabalhadoras do sexo da região metropolitana de Belém. A organização se constitui como um espaço de mobilização política e social, voltado à defesa da cidadania e à garantia de direitos, promovendo ações de enfrentamento à exploração sexual infantil, ao tráfico de pessoas e à violência contra a mulher.

Devido à falta de infraestrutura adequada para a preservação documental no próprio grupo, o acervo do GEMPAC foi doado ao CMA em 2022. Composto por diferentes tipologias documentais, como fotografias, registros administrativos, relatórios institucionais e materiais audiovisuais, o acervo encontra-se organizado e disponível ao público<sup>6</sup>.

O objetivo deste trabalho é discutir o acervo do GEMPAC como resultado da organização coletiva em contextos de marginalização e sua importância para a preservação e o resgate de narrativas de grupos sociais historicamente excluídos.

A pesquisa caracteriza-se como um estudo de natureza qualitativa, com caráter descritivo e exploratório, tendo como foco a análise do acervo do GEMPAC, a partir de levantamento bibliográfico, de pesquisa de campo e de entrevistas.

Cabe destacar que este artigo tem origem em um trabalho desenvolvido no âmbito da disciplina História do Brasil e Formação de Acervos, do curso de Arquivologia da Universidade Federal do Pará (UFPA), em 2024. A partir dessa iniciativa, foram conduzidas pesquisas subsequentes, cujos resultados, ainda que iniciais, fundamentam o presente artigo.

A estrutura deste trabalho compreende, após esta introdução, a apresentação do referencial teórico e dos procedimentos metodológicos, seguida da exposição e da discussão dos resultados. Ao final, são tecidas as considerações finais.

---

<sup>6</sup> Uma listagem dos materiais está disponível no site do Centro de Memória da Amazônia ([2026]).



## 2 REVISÃO DE LITERATURA

Os arquivos produzidos por grupos da comunidade que, nos países de língua inglesa, são denominados “arquivos comunitários” constituem um campo de interesse crescente, embora frequentemente permaneçam subexplorados no setor mais amplo da Arquivologia. Nos últimos dez anos, no entanto, no plano internacional, observou-se um aumento significativo na produção de debates e pesquisas que tratam os arquivos comunitários como um domínio autônomo e diferenciado em relação aos grandes arquivos formalmente instituídos, acompanhando um reconhecimento mais amplo, por parte da sociedade, do valor do patrimônio documental (Bibeault, 2025; Poole, 2020; Welland; Cossham; 2019).

Antes de iniciar a discussão sobre a definição de arquivos comunitários, é importante destacar que, embora sejam emergentes nos debates e pesquisas em diversas áreas do conhecimento, tais arquivos descrevem iniciativas comunitárias que vêm sendo realizadas há muito mais tempo (Tenaglia, 2023).

As primeiras referências aos arquivos comunitários, no âmbito da Arquivologia, remontam às discussões promovidas pelos professores da *University College London* (UCL), Andrew Flinn, Mary Stevens e Elisabeth Shepherd (Flinn, 2007; Flinn; Stevens; Shepherd, 2009). Essas pesquisas podem ter sido incentivadas pela criação, em 2004, do *Community Archive and Heritage Group* (CAHG)<sup>7</sup> que, segundo Flinn *et al.* (2022, p. 104, tradução nossa), foi uma “resposta à crescente conscientização, no setor de arquivos e patrimônio, acerca dos arquivos comunitários e dos desafios que enfrentavam”.

Para Flinn (2007, p. 153, tradução nossa, grifos nossos), os arquivos comunitários são “atividades **de base**<sup>8</sup> que visam documentar, registrar e explorar o patrimônio da comunidade, nas quais a participação, o controle e a apropriação do projeto pela comunidade são essenciais”. Em outras palavras, desde os debates iniciais sobre arquivos comunitários, nota-se uma forte

<sup>7</sup> O CAHG é um grupo estabelecido em âmbito nacional que visa apoiar e promover arquivos comunitários no Reino Unido e na Irlanda, reunindo entidades e organizações ligadas a arquivos comunitários para troca de experiências e informações. Mais informações em Community Archives and Heritage Group ([2026]).

<sup>8</sup> No original, “*grassroots*” que pode ser traduzido como “de base” ou “popular”. Ver Grassroots [...] (2026).



valorização da participação ativa, do controle direto e da apropriação desses arquivos pelas próprias comunidades, o que ressalta a ideia de que a gestão da memória e do patrimônio documental deve **emergir** das experiências e necessidades da comunidade.

Posteriormente, essa definição é expandida para compreender que os arquivos comunitários estão politicamente alinhados a movimentos sociais ou posicionados como movimentos sociais em si mesmos (Fife; Flinn; Nyhan, 2023, p. 475). Em outras palavras, não apenas podem refletir as experiências de uma comunidade, mas também se articularem, politicamente, com ou como movimentos sociais, atuando como instrumentos de visibilidade, resistência e transformação social.

Por essa razão, esses arquivos oferecem oportunidades de ampliação do entendimento sobre memória, representação e participação social, embora sua precisão e definição ainda sejam controversas, inclusive devido à própria fluidez do termo “comunidade” — que pode ser empregado em muitos contextos diferentes (Flinn, 2011)<sup>9</sup>.

De toda forma, como destacam Flinn *et al.* (2022), os arquivos comunitários são intensamente contextuais, socialmente enraizados e profundamente impactados por diversos contextos culturais, incluindo língua, história, estrutura social e práticas legais e culturais.

Para este trabalho, partimos da compreensão de que os arquivos comunitários resultam das atividades desempenhadas pelos próprios grupos da comunidade, seja intencionalmente, para documentar e preservar informações de grupos e localidades que, de outra forma, seriam sub-representados pelos arquivos convencionais, seja pela necessidade de enfrentar ativamente circunstâncias de marginalização, violência e/ou conflito, ocasionadas pelo Estado ou pela ausência dele.

No Brasil, o estudo sobre os arquivos comunitários ainda se encontra em estágio inicial, constituindo um campo relativamente incipiente. No entanto, observa-se, nos últimos três ou quatro anos, um crescimento gradual do interesse acadêmico e institucional, refletido na ampliação de iniciativas voltadas à preservação da memória de comunidades locais, na realização de pesquisas sobre práticas de arquivo participativo, na valorização de estratégias que promovem o

---

<sup>9</sup> Diversos outros elementos presentes no debate sobre arquivos comunitários poderiam ser mencionados, particularmente, nos estudos de pesquisadores norte-americanos, como de Michelle Caswell que, ao discutir as formas de arquivamento desses arquivos, problematiza as tradições arquivísticas e sugere novas teorias e práticas “libertadoras” (Caswell, 2021; Caswell *et al.*, 2018).



empoderamento social e a visibilidade de grupos historicamente marginalizados, e na atualização da legislação sobre tais arquivos.

Uma revisão da literatura acerca dos arquivos comunitários no Brasil remete ao estudo de Menezes e Tenaglia (2021), que, ao realizar um mapeamento conceitual sobre o tema, apresenta diversas definições de arquivos comunitários, sobretudo em países de língua inglesa, ao mesmo tempo em que evidencia a escassez de pesquisas voltadas especificamente ao contexto brasileiro. No levantamento realizado pelas autoras no *Google Acadêmico*, em 2021, com o termo “arquivos comunitários”, foram encontradas apenas 17 ocorrências. Entre elas, apenas nove referiam-se aos arquivos comunitários como “o arquivamento de documentos de um determinado grupo social”, sem, no entanto, esboçarem preocupação com a definição do conceito, tendo como base os teóricos que o delimitam (Menezes; Tenaglia, 2021).

Estudos recentes, no entanto, têm dedicado atenção aos arquivos comunitários, examinando não apenas as iniciativas e práticas a eles associadas, mas também as questões conceituais que os permeiam, suas problemáticas específicas e os desafios relacionados à sua definição e categorização no campo arquivístico.

A dimensão política dos arquivos comunitários é ressaltada por Rangel (2025) ao discutir a inclusão desses arquivos na regulamentação da Lei de Arquivos (Lei nº 8.159/1991) no Brasil. Para a autora, os arquivos não são espaços neutros, pois envolvem processos de seleção e silenciamento. Com base nos estudos de Sindiso Mbembe (2019), Rangel (2025, p. 88) afirma que “o arquivo é fundamentalmente uma matéria de discriminação e seleção”, evidenciando que determinadas memórias são legitimadas enquanto outras são, historicamente, apagadas.

Nessa perspectiva, os arquivos comunitários aparecem como práticas de resistência e de justiça social. Ainda segundo Rangel (2025, p. 92), esses arquivos permitem que comunidades historicamente marginalizadas exerçam o “poder de falar por si”, fortalecendo formas autônomas de memória coletiva e ampliando a representatividade social.

A discussão sobre justiça social e democratização da informação também é desenvolvida por Nogueira e Gracioso (2023). As autoras compreendem os arquivos comunitários como agentes de inovação decolonial e de construção de uma globalização baseada na cidadania, na inclusão e na



valorização das identidades coletivas. Para elas, esses arquivos atuam como espaços de resistência diante das formas excludentes de produção e circulação da informação.

Ainda segundo Nogueira e Gracioso (2023), os arquivos comunitários possibilitam que as próprias comunidades controlem a narrativa sobre sua história, fortalecendo a salvaguarda da memória e do patrimônio cultural. Dessa forma, os arquivos deixam de ser apenas locais de guarda documental e passam a atuar como instrumentos de transformação social e de participação cidadã.

Por fim, Alencar, Cervantes e Barité (2023) apontam que os arquivos comunitários estão diretamente relacionados aos estudos críticos e decoloniais da Arquivologia. Segundo os autores, esses arquivos desafiam os modelos tradicionais ao privilegiarem a participação e o protagonismo das comunidades na definição do que deve ser preservado e comunicado. Assim, os arquivos comunitários ampliam a concepção arquivística ao enfatizarem a justiça social, a representatividade e a pluralidade das memórias.

Embora nossa análise recaia sobre as referências aos arquivos comunitários, no âmbito da Arquivologia no Brasil, uma discussão sobre o reconhecimento mais amplo do valor do patrimônio documental das comunidades vem sendo realizada há mais tempo. Por exemplo, ao discutirem a democratização da memória e da informação, Freitas e Gomes (2004) defendem a necessidade de ampliar os espaços de memória voltados aos setores populares, garantindo o direito de diferentes grupos produzirem e preservarem suas próprias narrativas.

De fato, é possível identificar, na literatura brasileira, uma produção bibliográfica anterior em que tais arquivos são denominados “arquivos populares” e que se aproxima muito das discussões sobre arquivos comunitários realizadas no plano internacional. Por exemplo, o Centro Latino-Americano de Estudos em Documentação Comunitária (CELADEC) (1984), uma iniciativa criada para estudar, apoiar e difundir práticas de documentação e de arquivos comunitários na América Latina, afirma que a documentação tradicional frequentemente atua a serviço dos setores dominantes, restringindo o acesso à informação e contribuindo para processos de desinformação. Em oposição a essa lógica, a “documentação popular” buscaria colocar a informação a serviço dos grupos explorados e oprimidos, contribuindo para processos de conscientização, organização e transformação social.



Ainda de acordo com o CELADEC (1984), a documentação popular pode permitir que os próprios setores populares sejam “autores e administradores da informação e do conhecimento”, fortalecendo o protagonismo coletivo e a construção da memória popular. Nesse contexto, entrevistas, relatos de vida, panfletos e outros registros tornam-se instrumentos importantes para a preservação das experiências e das lutas sociais.

A experiência dos Centros Populares de Documentação e Comunicação (CPDCs) também reforça a dimensão social da informação. Carvalho (1999) destaca que esses centros reúnem, organizam e disseminam informações produzidas pelos setores populares, utilizando a documentação como instrumento de cidadania. A autora critica, entretanto, a formação excessivamente tecnicista dos profissionais da informação, argumentando que a atuação em espaços populares exige práticas mais flexíveis, criativas e socialmente comprometidas.

No campo dos movimentos sociais, Camoleze e Troitiño (2019) analisam a produção documental do MST, demonstrando que os documentos produzidos pelos movimentos sociais possuem organicidade e relevância arquivística. Segundo os autores, esses documentos apresentam dupla função: memorialística e instrumental, servindo tanto para preservar a memória do movimento quanto para apoiar suas ações formativas, administrativas e comunicacionais.

Além disso, Camoleze, Cavalcante e Troitiño (2019) destacam que os chamados “documentos populares” possuem valor cultural e comunicativo e atuam como instrumentos de formação política e de fortalecimento coletivo. Os autores afirmam que esses documentos não apenas registram atividades, mas também expressam valores, experiências e formas de organização social, podendo ser compreendidos como mecanismos de transformação social.

Embora ainda persista a ausência de consenso quanto à terminologia, definição e natureza multifacetada desses arquivos, o debate em torno deles desempenha papel crucial ao ampliar as reflexões sobre identidade, exclusão e marginalização de determinados grupos e acervos. Simultaneamente, evidencia-se que atores sociais, além das instituições tradicionais, têm capacidade de contribuir significativamente para a construção da memória coletiva, oferecendo uma compreensão mais ampla e plural das dinâmicas socioculturais que constituem a sociedade.



### 3 METODOLOGIA

A pesquisa caracteriza-se como um estudo de natureza qualitativa, com caráter descritivo e exploratório, cujo foco é a análise do acervo do GEMPAC. Para tanto, realizou uma revisão de literatura sobre os arquivos comunitários e populares, cujas definições e naturezas se aproximam do acervo investigado, além de um levantamento bibliográfico sobre o GEMPAC, uma pesquisa de campo (composta por uma visita ao GEMPAC e por visitas ao CMA) e a realização de entrevistas com um funcionário do CMA e com a professora responsável pelo projeto de transferência do acervo ao CMA.

Inicialmente, foi elaborado um levantamento bibliográfico, centrado em autores da área da Arquivologia que abordam os arquivos comunitários no âmbito internacional e no Brasil. Esse levantamento permitiu compreender a emergência dessas discussões na Arquivologia e suas diferentes definições, além de identificar semelhanças entre esse debate e as pesquisas previamente desenvolvidas no âmbito dos chamados arquivos populares.

Complementarmente, foi realizado um levantamento bibliográfico com o objetivo de aprofundar o conhecimento sobre o GEMPAC. Foram identificadas produções acadêmicas que abordam o Grupo e seu acervo (Calabria, 2022, 2024; Sousa, 2017), além de informações disponíveis em páginas na *internet*, como o Fundo Brasil, bem como nas redes sociais mantidas pelo próprio GEMPAC. Esses dados permitiram uma compreensão mais abrangente do histórico e do contexto de surgimento do Grupo, bem como sua missão, atividades e ações desenvolvidas. Ademais, as análises das biografias de Gabriela Leite (2019) e de Lourdes Barreto (2023) contribuíram para ampliar a compreensão a respeito do GEMPAC e de seu acervo, oferecendo elementos fundamentais para situar suas práticas no campo dos arquivos comunitários.

Também foi produzida uma pesquisa de campo junto ao GEMPAC, em 6 de setembro de 2024, possibilitando compreender o contexto de atuação e ações realizadas pelo grupo. A primeira visita técnica ao CMA ocorreu em 12 de abril de 2024, ocasião em que foi realizada uma entrevista com um funcionário da instituição. A experiência possibilitou a realização de análises diretas do acervo, contribuindo para uma compreensão prática de sua organização, do arranjo e das condições de preservação. Permitiu, ainda, avaliar o acesso ao acervo e os procedimentos internos adotados



para o tratamento documental, observando como o fundo se insere no contexto mais amplo de arquivos comunitários e como atende às necessidades da comunidade à qual se vincula. Uma segunda visita técnica ao CMA foi realizada em 6 de maio de 2026 para complementar as informações necessárias à elaboração deste artigo.

A entrevista, realizada com o funcionário do CMA responsável pelo setor onde se encontra o acervo do GEMPAC, baseou-se em um roteiro de perguntas semiestruturadas. Esse método permitiu obter informações detalhadas sobre os processos de tratamento documental, os critérios adotados para a organização e preservação dos documentos, bem como as estratégias para a disponibilização do acervo à comunidade. A entrevista também possibilitou compreender as percepções do profissional sobre o papel do arquivo na preservação da memória social e na promoção da visibilidade de grupos historicamente marginalizados.

Por fim, foi realizada uma entrevista, em 21 de maio de 2026, com a professora responsável pelo projeto de transferência do acervo ao CMA, a fim de finalizar as informações necessárias à elaboração deste artigo.

Os dados coletados, tanto na revisão bibliográfica quanto na pesquisa de campo, foram analisados de forma interpretativa. Essa abordagem permitiu identificar padrões, relações e significados nos processos de organização, preservação e acesso ao fundo documental do GEMPAC, articulando-os aos conceitos e aos debates teóricos sobre arquivos comunitários. A análise interpretativa contribuiu para compreender não apenas as práticas arquivísticas adotadas, mas também os impactos socioculturais desses arquivos na memória social, evidenciando a importância do tratamento documental para a valorização das histórias de grupos que, muitas vezes, permanecem à margem dos registros oficiais.

#### 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O GEMPAC foi fundado, oficialmente, em 1990, por Lourdes Barreto e Gabriela Leite<sup>10</sup>, no bairro da Campina, em Belém, as quais também foram responsáveis pela criação da Rede Brasileira

<sup>10</sup> Recomenda-se a leitura das biografias de Lourdes Barreto (2023) e Gabriela Leite (2009).





de Prostitutas. Gabriela Leite destacou-se, ainda, como fundadora da ONG DAVIDA e da marca DASPU. Atualmente, além de integrar a Rede, o GEMPAC articula-se, em âmbito internacional, com organizações de defesa dos direitos das trabalhadoras sexuais.

Os movimentos organizados de prostitutas têm suas origens identificadas principalmente nas décadas de 1960, 1970 e 1980, em diversas regiões do mundo, embora registros anteriores indiquem a existência de mobilizações e organizações voltadas à reivindicação de direitos por trabalhadoras sexuais. A violência policial emerge como um importante fator mobilizador que, somado às ações promovidas por grupos religiosos e, posteriormente, aos financiamentos e às demandas relacionadas às estratégias de combate à epidemia de HIV/AIDS, contribuiu para o surgimento e a consolidação desses movimentos sociais (Barreto; Letícia, 2023).

Dessa forma, a criação do GEMPAC resulta desse contexto mais amplo da organização política das trabalhadoras do sexo no Brasil, especialmente após a ditadura militar (1964-1985). Inclusive, sobre esse período, Teles (2015, p. 1006) destaca que “a ditadura andava de mãos dadas com a misoginia e com a censura”. Observava-se a necessidade de impor pautas morais direcionadas a jovens e mulheres, com o objetivo de preservar os valores das famílias tradicionais e conservadoras. Nesse contexto, os agentes da ditadura militar empreenderam uma perseguição sistemática às mulheres consideradas “desviantes”, o que caracterizou um mecanismo de controle social e disciplinar sobre o corpo e o comportamento feminino (Silva, 2021).

Segundo Silva (2021, p. 378), “a zona do Meretrício em Belém do Pará tinha grande notoriedade, inúmeras mulheres obtinham sua fonte de renda e dependiam da prostituição para sobreviver”. José do Espírito Santo Dias Júnior (2013 *apud* Silva, 2021) identificou as ruas de Belém onde circulavam mulheres envolvidas com a prostituição e com a vida boêmia associada a essa prática, espaços frequentados por diversos grupos sociais. Essas áreas foram, no início da década de 1970, alvo de ações repressivas do governo do Pará.

Já no final da década de 1980 e início da década de 1990, além das intensas transformações sociais, políticas e econômicas no Brasil, expandiu-se a epidemia de HIV/AIDS, gerando temor, desinformação e preconceito direcionados às trabalhadoras sexuais, frequentemente categorizadas como grupo de risco e submetidas a processos sistemáticos de marginalização social. Nesse cenário, essas mulheres enfrentavam diversas violações de direitos fundamentais, sendo vítimas de violência



física, psicológica e sexual, bem como de discriminação, estigmatização e exclusão social. Ademais, o acesso a serviços essenciais, como saúde, justiça e assistência social, permanecia limitado e precário, o que reforçava a vulnerabilidade estrutural da categoria (Sousa, 2017).

Como consequência, recorda Lourdes Barreto (2023), a mobilização da categoria se acentuou com o reconhecimento da necessidade de articulação coletiva e de organização política daquelas trabalhadoras enquanto grupo social, de modo a enfrentar os múltiplos desafios e estigmatizações associados ao trabalho sexual.

De acordo com o Fundo Brasil ([2026]), uma fundação independente, sem fins lucrativos, criada por ativistas de direitos humanos para fortalecer organizações da sociedade civil, o GEMPAC tem a seguinte missão:

[...] fomentar a auto-organização das prostitutas, com uma proposta de empoderamento para a superação de preconceitos que impedem o exercício da cidadania, por meio de três linhas de atuação: organização e saúde preventiva; combate à exploração; e geração de renda. Dentre as atividades desenvolvidas estão ações voltadas à prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, hepatites virais e Aids; à auto-organização da classe; à defesa dos direitos sexuais e dos direitos humanos; e ao enfrentamento à exploração infantojuvenil (Fundo Brasil, [2026], n. p.).

Segundo Sousa (2017), o GEMPAC é composto por um colegiado dividido em área executiva e em coordenações temáticas. A parte executiva é distribuída entre a Coordenadoria Geral, a Secretaria Administrativa, a Secretaria Financeira e a Mobilização Política. As Coordenações Temáticas são formadas pelas seguintes disposições: combate ao trabalho infantil, conselho fiscal,



geração de renda e organização das profissionais do sexo. De acordo com a página do GEMPAC (2026) no Instagram, essa estrutura desempenha as seguintes atividades:

- **Advocacia e assessoria jurídica:** apoio jurídico a trabalhadoras sexuais que enfrentam situações de violência, exploração e violação de direitos. O GEMPAC acompanha as mulheres em todo o processo, desde a denúncia à resolução do caso;
- **Promoção da saúde:** é uma das principais áreas de atuação do GEMPAC. O Grupo realiza ações de prevenção de infecções sexualmente transmissíveis, oferece testes e acompanhamento médico, promove educação em saúde e facilita o acesso a serviços de saúde;
- **Capacitação:** o GEMPAC capacita as trabalhadoras sexuais em temas como direitos humanos, empoderamento, geração de renda, saúde sexual, educação financeira e autoestima;
- **Combate à exploração e ao tráfico:** o GEMPAC denuncia casos de exploração sexual e de tráfico de pessoas, buscando a responsabilização dos perpetradores e a proteção das vítimas. O Grupo trabalha em conjunto com os órgãos governamentais e outras organizações da sociedade civil.

Ainda de acordo com o Fundo Brasil ([2026]), o GEMPAC desenvolveu ações voltadas à organização de arquivos, à produção de comunicação popular, ao registro oral de histórias e à construção da memória política do movimento das prostitutas no Pará. Entre as atividades realizadas pelo Grupo, estão oficinas de midiativismo, organização documental, produção audiovisual e campanhas de enfrentamento às violações de direitos humanos.

Essas atividades geraram registros produzidos de maneira orgânica e preservados de forma independente ao longo do período de atuação do GEMPAC, refletindo as práticas, decisões e experiências cotidianas do grupo e dos moradores do bairro da Campina e de seus arredores.

Em 2022, esse conjunto de documentos foi formalmente transferido ao CMA, como resultado de um projeto coordenado pelos professores da UFPA, Adriana Coimbra e José do Espírito



Santo Dias Junior (Centro de Memória da Amazônia, [2026]). Segundo entrevista realizada com a professora Adriana,

A partir de uma emenda parlamentar do então deputado federal Edmilson Rodrigues, o professor JJ [José Júnior] e eu fizemos o projeto, eu sugeri a doação do acervo para o CMA por ser um local institucional que tem condições de salvaguardar esse acervo para a posteridade e dar condições de acesso a pesquisa. Falei com a professora Magda Ricci [então diretora do CMA] que encampou a proposta.

Sobre as motivações para a aquisição do acervo pelo CMA, Adriana explicou que a falta de espaço e a ausência de um local seguro para a sua guarda foram fatores determinantes para a transferência.

Outro aspecto relevante desta entrevista refere-se à percepção de Adriana sobre a natureza do acervo. Questionada sobre quem detinha a responsabilidade por ele antes da doação, a professora esclareceu que o GEMPAC era o responsável, enfatizando tratar-se de um acervo coletivo, e não de propriedade privada.

Por fim, a respeito da organização original do acervo, Adriana explica que “não havia uma organização clara, somente era guardado até o professor JJ [José Júnior] e eu fazermos um projeto”.

A visita ao CMA evidenciou que o acervo se encontra organizado e acondicionado em caixas documentais devidamente identificadas, o que facilita a localização das informações.

O acervo é composto por 112 caixas que reúnem diferentes tipologias de documentos, produzidos entre 1990 e 2021: fotografias, correspondências, projetos, relatórios, materiais audiovisuais, periódicos, cartazes, folders, documentos administrativos e registros financeiros. Essa variedade documental demonstra a amplitude das ações promovidas pelo grupo e evidencia como o GEMPAC produziu e acumulou informações relacionadas às suas atividades institucionais, políticas e sociais. Os documentos refletem o cotidiano do grupo e registram processos de mobilização voltados à garantia de direitos, à prevenção em saúde e ao fortalecimento da cidadania das trabalhadoras sexuais.

Por exemplo, foram localizados materiais de campanhas sobre IST/AIDS e de diversos projetos, como “Construindo Cidadania”, “Atelier da Vida”, “Rota Segura” e “Sexo Seguro na



Prostituição”, além de documentos sobre a atuação do GEMPAC junto aos setores públicos, como abaixo-assinados, convênios com a Prefeitura Municipal de Belém e o governo do estado do Pará. A documentação também apresenta informações sobre relações e parcerias estabelecidas com outras ONGs.

Também estão presentes materiais relacionados aos projetos desenvolvidos, como “Projeto Ateliê da Vida”, “Projeto Construindo Cidadania”, “Projeto Sexo Seguro na Prostituição”, “Projeto Rede Norte”, “Projeto Rota Segura”, “Projeto Sem Vergonha”, “Projeto Camu Camu” e “Projeto Guarda-Chuva Vermelho”. A presença desses documentos permite compreender que grande parte das ações do GEMPAC esteve voltada à promoção da saúde, à prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, ao combate à violência e à construção de estratégias de fortalecimento social das trabalhadoras sexuais. Além disso, os documentos revelam a atuação do grupo em projetos educativos e sociais voltados à conscientização e à defesa dos direitos humanos. Essa documentação sobre os projetos também evidencia que o grupo desenvolvia ações articuladas com diferentes instituições públicas e organizações sociais. Documentos relacionados ao Programa Nacional de DST/AIDS, ao Conselho Estadual de Saúde, ao Conselho Municipal de Saúde e aos convênios com a Prefeitura Municipal de Belém demonstram a relação estabelecida entre o GEMPAC e os órgãos públicos. Esses materiais revelam a participação ativa do grupo em debates sobre políticas públicas e saúde coletiva, especialmente em ações voltadas à prevenção de ISTs e da AIDS e ao atendimento a grupos em situação de vulnerabilidade social.

O acervo também evidencia o caráter educativo e comunicacional das ações do GEMPAC. A presença de cartazes, folders, panfletos, cartilhas e materiais de campanhas demonstra que o Grupo utilizava a comunicação popular como instrumento de conscientização social e de mobilização política. Esses documentos registram campanhas educativas sobre prevenção, saúde sexual, direitos humanos e enfrentamento da violência, permitindo compreender as estratégias adotadas pelo grupo para dialogar com a sociedade e fortalecer a identidade coletiva das trabalhadoras sexuais.

Além disso, o acervo contém registros de eventos, seminários, congressos e encontros estaduais e nacionais relacionados ao movimento das prostitutas e às discussões sobre direitos humanos. Os documentos referentes ao *III Encontro Estadual das Trabalhadoras do Sexo*, ao *II Encontro Estadual de Prostitutas do Estado do Pará* e ao *Encontro Nacional das ONGs* demonstram



a inserção do GEMPAC em redes de articulação política e social. Esses materiais revelam a importância da organização coletiva para o fortalecimento das pautas defendidas pelo grupo e registram momentos de debate, de troca de experiências e de construção de estratégias de mobilização social.

Outro aspecto importante identificado no acervo refere-se aos registros fotográficos e audiovisuais. Há fotografias, negativos fotográficos, fitas VHS, fitas cassete e transcrições de fitas, além de documentos que preservam memórias visuais e sonoras das atividades promovidas pelo GEMPAC. Esses materiais registram eventos, oficinas, encontros, campanhas e ações desenvolvidas pela organização, permitindo a reconstrução de experiências coletivas e de trajetórias individuais das mulheres envolvidas no movimento. A documentação audiovisual, desse modo, tem grande relevância para a memória social, pois preserva elementos simbólicos e culturais relacionados à história do grupo e às suas formas de representação social.

As correspondências, ofícios, atas, relatórios e documentos administrativos disponíveis no acervo também permitem compreender a estrutura organizacional do GEMPAC e suas formas de funcionamento interno. Esses registros demonstram que o Grupo mantinha relações institucionais com diferentes entidades públicas e privadas, além de desenvolver mecanismos próprios de gestão de documentos e de gestão administrativa. Os relatórios e planos de ação evidenciam as atividades realizadas pelo grupo e permitem acompanhar o desenvolvimento de projetos e campanhas ao longo do tempo.

Os documentos financeiros, prestações de contas, registros de repasse de preservativos, livros de ponto e livros de plantão demonstram a dimensão prática e operacional das ações promovidas pelo grupo. Embora possuam caráter administrativo, esses documentos revelam aspectos importantes do cotidiano institucional do GEMPAC, permitindo compreender como a entidade estruturava suas atividades e administrava os recursos necessários à execução de projetos sociais e de campanhas educativas.

O acervo também evidencia a preocupação do grupo com o registro de experiências e de informações relacionadas às condições sociais das mulheres atendidas pelo GEMPAC. Documentos como questionários, anotações de campo, estudos exploratórios e registros sobre crianças e adolescentes em situação de risco social revelam a sua atuação em ações de pesquisa,



acompanhamento social e enfrentamento da exploração sexual. Esses materiais demonstram que o Grupo desenvolvia atividades voltadas não apenas às trabalhadoras sexuais, mas também à proteção de grupos socialmente vulneráveis.

Nesse sentido, o acervo do GEMPAC possui grande relevância para a memória social, pois reúne registros produzidos por um grupo historicamente invisibilizado pelos arquivos tradicionais. A documentação preserva experiências de luta, resistência e organização coletiva das trabalhadoras sexuais no Pará, permitindo compreender suas formas de atuação política e social. Ao registrar campanhas, projetos, eventos, práticas educativas e relações institucionais, o acervo torna-se uma importante fonte para a reconstrução da história de grupos marginalizados e para a valorização de suas narrativas.

A diversidade documental também demonstra que o GEMPAC atuou tanto como movimento de defesa de direitos quanto como espaço de organização política, produção de informação, articulação institucional e mobilização social. Dessa forma, o conteúdo do acervo revela experiências, práticas e ações construídas coletivamente por um grupo historicamente marginalizado, permitindo compreender suas formas de resistência e de atuação social.

Assim, o acervo do GEMPAC evidencia que os documentos produzidos pelo Grupo refletem, diretamente, suas atividades e objetivos institucionais. Mais do que registros administrativos, os documentos constituem testemunhos das experiências sociais e políticas construídas pelo Grupo ao longo de sua trajetória. A atuação do grupo em um bairro de Belém, direcionada não apenas às trabalhadoras sexuais, mas também aos demais moradores, evidencia histórias, memórias e necessidades da comunidade envolvida em suas ações, frequentemente negligenciadas ou marginalizadas nos arquivos tradicionais paraenses.

Sob essa perspectiva, os arquivos comunitários configuram-se como instrumentos de enfrentamento da sub-representação de determinados grupos nos arquivos institucionais, oferecendo alternativas para a preservação e visibilização de identidades, narrativas e memórias de coletividades historicamente marginalizadas. Estruturados como reflexo das práticas associadas à



reivindicação de direitos, esses arquivos constituem evidências concretas das lutas e articulações sociais desses grupos, assumindo o papel de formas autônomas de memória coletiva.

## 5 CONCLUSÕES

O presente estudo evidenciou a relevância do acervo do GEMPAC, custodiado pelo CMA, como instrumento para a preservação da memória coletiva de um grupo historicamente marginalizado. A análise dos documentos demonstrou que o acervo está organizado e acondicionado de forma adequada, o que possibilita a sistematização das informações, o acesso público e a salvaguarda das narrativas produzidas pelo GEMPAC ao longo de sua trajetória. Dessa forma, confirma-se o papel dos arquivos comunitários na visibilização de experiências sociais e políticas que, frequentemente, permanecem ausentes nos arquivos institucionais tradicionais.

Os registros documentais analisados evidenciam que o GEMPAC não atuou apenas como movimento de defesa dos direitos das trabalhadoras sexuais, mas também como espaço de organização política, de mobilização social e de produção de conhecimento comunitário. A diversidade de materiais, incluindo fotografias, documentos administrativos, registros audiovisuais e correspondências, permite compreender, de forma ampla, as estratégias de atuação do Grupo, desde campanhas educativas e de saúde até articulações institucionais e projetos de geração de renda, reforçando a centralidade da organização coletiva para a promoção da cidadania.

Adicionalmente, o estudo contribui para o debate teórico sobre arquivos comunitários ao demonstrar de que modo estes podem atuar como mecanismos de resistência e de justiça social. Ao permitir que comunidades historicamente marginalizadas registrem, preservem e controlem suas próprias narrativas, os arquivos comunitários reforçam formas autônomas de memória coletiva e promovem a representatividade de identidades e experiências sociais que, de outra forma, seriam sub-representadas. O acervo do GEMPAC, portanto, constitui um exemplo concreto da relação entre a preservação documental e o empoderamento social.

Por fim, este estudo levanta questões relevantes para o acervo do GEMPAC, que deverão ser investigadas em pesquisas futuras: qual é o impacto da transferência do acervo para o CMA sobre o controle e a gestão das informações pela comunidade produtora? Quais procedimentos são





necessários para que o GEMPAC e a comunidade atendida pelo Grupo mantenham algum grau de participação nas decisões relacionadas ao acervo? É fundamental envolver esses atores nas atividades de preservação, organização e acesso aos documentos custodiados pelo CMA? Considerando que o GEMPAC ainda está em funcionamento, como devem ser tratados os documentos atualmente produzidos? Além disso, qual é o papel das instituições arquivísticas, de memória e das universidades no apoio, na orientação e na guarda de arquivos comunitários, garantindo a preservação das memórias coletivas sem comprometer a autonomia dos grupos que os produzem? Essas questões indicam a necessidade de um diálogo contínuo entre a comunidade, as instituições e os pesquisadores, visando assegurar tanto a preservação documental quanto a representatividade social e política dos grupos envolvidos.

## REFERÊNCIAS

- ALENCAR, M. F.; CERVANTES, B. M. N.; BARITÉ, M. O contexto de uso do termo arquivos comunitários a partir da vertente dos estudos críticos e decoloniais: uma análise terminológica pontual. **Páginas a&b: Arquivos e Bibliotecas**, Lisboa, n. 19, p. 55-77, 2023. Disponível em: <https://ojs.letras.up.pt/index.php/paginasaeb/article/view/13166>. Acesso em: 20 maio 2026.
- BARRETO, L. Histórias de travestis no movimento brasileiro de prostitutas: do golpe de 1964 ao golpe de 2016. **D'GENERUS: Revista de Estudos Feministas e de Gênero**, Pelotas, v. 2, n. 1, p. 92-110, 2023. DOI: 10.15210/dg-revista.v2i1.25218. Disponível em: <https://doi.org/10.15210/dg-revista.v2i1.25218>. Acesso em: 21 maio 2026.
- BARRETO, L. **Put a autobiografia**. Belém: Paka-Tatu, 2023.
- BIBEAULT, B. Community Defining Archives: A comparative view of community archives definitions. **Journal of Contemporary Archival Studies**, [New Heaven], v. 12, art. 11, p. 1-21, 2025. Disponível em: <https://elischolar.library.yale.edu/jcas/vol12/iss1/11/>. Acesso em: 19 maio 2026.
- CALABRIA, A. de M. Life story, prostitution and activism: Challenges and possibilities of research in co-creation. **Global Public Health**, [s. l.], v. 17, n. 10, p. 2512-2520, 2022. DOI: 10.1080/17441692.2021.2020317. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/17441692.2021.2020317>. Acesso em: 20 maio 2026.
- CALABRIA, A. de M. **Histórias de vida de prostitutas veteranas: memórias de trabalho e ativismo no Brasil contemporâneo**. 2024. 304 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2024. Disponível em: [https://www.historia.uff.br/academico/media/aluno/2592/projeto/Tese\\_Historia\\_AmandaCalabria.pdf](https://www.historia.uff.br/academico/media/aluno/2592/projeto/Tese_Historia_AmandaCalabria.pdf). Acesso em: 20 maio 2026.
- CAMOLEZE, J.; CAVALCANTE, L. E.; TROITIÑO, S. Documentos que comunicam: o valor cultural do documento popular. **Conexão – Comunicação e Cultura**, Caxias do Sul, v. 18, n. 36, p. 181-190, 2019. Disponível em: <https://sou.ucs.br/etc/revistas/index.php/conexao/article/view/9490>. Acesso em: 20 maio 2026.



CAMOLEZE, J.; TROITIÑO, S. Produção e tipologia documental de movimentos sociais: estudo sobre o arquivo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Brasil (MST). **Informação em Pauta**, Fortaleza, v. 4, n. 2, p. 121-136, 2019. Disponível em: <https://doaj.org/article/22423de4a98a44f5b8f7beb10ce31919>. Acesso em: 20 maio 2026.

CARVALHO, L. M. O bibliotecário e a diversidade do mercado da documentação popular: CPDCs. **Informação & Sociedade**, João Pessoa, v. 9, n. 2, p. 439-454, 1999.

CASWELL, M. **Urgent archives**: enacting liberatory memory work. Nova York: Routledge, 2021.

CASWELL, M.; GABIOLA, J.; ZAVALA, J.; BRILMYER, G.; CIFOR, M. Imagining transformative spaces: the personal-political sites of community archives. **Archival Science**, [s. l.], v. 18, p. 73-93, 2018.

CENTRO DE MEMÓRIA DA AMAZÔNIA. Belém, [2026]. Disponível em: <https://www.cma.ufpa.br/acervo.html>. Acesso em: 19 mar. 2026.

CENTRO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS EM DOCUMENTAÇÃO COMUNITÁRIA. **Definição e conteúdo da documentação popular**: Programa de Documentação: Material de Trabalho 1/81. Tradução do Centro Pastoral Vergueiro. Recife: SEDIPO/CNBB-NE II, 1984.

COMMUNITY ARCHIVES AND HERITAGE GROUP. [s. l.], [2026]. Disponível em: <https://www.communityarchives.org.uk/search-for-an-archive>. Acesso em: 19 maio 2026.

FIFE, K.; FLINN, A.; NYHAN, J. Documenting resistance, conflict and violence: a scoping review of the role of participatory digital platforms in the mobilisation of resistance. **Archival Science**, [s. l.], v. 23, p. 471-499, 2023.

FLINN, Andrew. Community histories, community archives: some opportunities and challenges. **Journal of the Society of Archivists**, [s. l.], v. 28, n. 2, p. 151-176, 2007. DOI: 10.1080/00379810701611936. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/00379810701611936>. Acesso em: 19 maio 2026.

FLINN, A. Archival activism: Independent and community-led archives, radical public history and the heritage professions. **InterActions: UCLA Journal of Education and Information Studies**, [s. l.], v. 7, n. 2, 2011. DOI: 10.5070/D472000699. Disponível em: <https://doi.org/10.5070/D472000699>. Acesso em: 29 maio 2026.

FLINN, A.; STEVENS, M.; SHEPHERD, E. Whose memories, whose archives? Independent community archives, autonomy and the mainstream. **Archival Science**, [s. l.], v. 9, n. 1, p. 71-86, 2009. DOI: 10.1007/s10502-009-9105-2. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s10502-009-9105-2>. Acesso em: 19 maio 2026.

FLINN, A.; WIŚNIEWSKA-DREWNIĄK, M.; TENAGLIA, M.; LI, M.; SEIXAS, L. Bridging the gaps between communities and their memories: comparing community-based archives in five countries. **Comma: International Journal on Archives**, Liverpool, v. 2022, n. 1, p. 99-113, 2022. Disponível em: <https://www.liverpooluniversitypress.co.uk/doi/abs/10.3828/coma.2022.10>. Acesso em: 19 maio 2026.

FREITAS, L. S. de; GOMES, S. L. R. Quem decide o que é memorável? A memória de setores populares e os profissionais da informação. In: FORO SOCIAL DE INFORMACIÓN, DOCUMENTACIÓN Y BIBLIOTECAS, 1., 2004, Buenos Aires. **Anais [...]**. Buenos Aires: Foro Social de Información, documentación y bibliotecas, 2004. p. 1-11.

FUNDO BRASIL. Grupo de mulheres prostitutas do Estado do Pará – Gempac: zona de direitos. Fundo Brasil, São Paulo, [2026]. Disponível em: <https://www.fundobrasil.org.br/projeto/grupo-de-mulheres-prostitutas-do-estado-do-para-gempac/>. Acesso em: 29 maio 2026.



GEMPAC. [Perfil]. Belém, 2026. Instagram: @gempac.pa. Disponível em: <https://www.instagram.com/gempac.pa/>. Acesso em: 21 maio 2026.

GRASSROOTS. In: CAMBRIDGE Dictionary. Cambridge, 2026. Disponível em: <https://dictionary.cambridge.org/pt/dicionario/ingles-portugues/grassroots>. Acesso em: 20 maio 2026.

LEITE, G. **Filha, mãe, avó e puta**: a história de uma mulher que decidiu ser prostituta. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

MENEZES, C. de S.; TENAGLIA, M. Arquivos comunitários: mapeando uma abordagem conceitual. In: CURVO, I. S.; CURVO, L. F. S.; SANTOS, M. L. L. dos (org.). **Ciência da Informação, Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia: a perspectiva social em foco**. Rio de Janeiro: Zume, 2021. p. 79-93.

NOGUEIRA, F. P. de M.; GRACIOSO, L. de S. Los archivos comunitarios en el contexto del ambiente científico-técnico-informativo: agentes de la globalización solidaria y de la innovación decolonial. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 52, n. 1, p. 355-368, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.18225/ci.inf.v52i1.6097>. Acesso em: 18 maio 2026.

POOLE, A. The information work of community archives: a systematic literature review. **Journal of Documentation**, [s. l.], v. 76, n. 3, p. 657-687, 2020. DOI: 10.1108/JD-07-2019-0140. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/JD-07-2019-0140>. Acesso em: 19 maio 2026.

RANGEL, K. Arquivos para quem? A inclusão dos arquivos comunitários na regulamentação da Lei de Arquivos do Brasil. **Páginas a&b: Arquivos e Bibliotecas**, Lisboa, n. 24, p. 87-99, 2025. Disponível em: <https://ojs.letras.up.pt/index.php/paginasab/article/view/15670>. Acesso em: 22 maio 2026.

SILVA, J. D. “Flores tóxicas da noite”: uma análise da prostituição em Belém durante a ditadura militar-civil (1970-1976). **Revista Cantareira**, n. 35, p. 373-389, 2021. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/cantareira/article/view/49339/29757>. Acesso em: 22 maio 2026.

SOUSA, S. **Memórias das esquinas**: as trajetórias de prostitutas na batalha pelo bairro da Campina, Belém-PA. 2017. 132 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.

TELES, M. A. de A. Violações dos direitos humanos das mulheres na ditadura. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 23, n. 3, p. 1001-1022, 2015. DOI: 10.1590/0104-026X2015v23n3p1001. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0104-026X2015v23n3p1001>. Acesso em: 20 maio 2026.

TENAGLIA, M. Arquivos comunitários: memórias, visibilidade e desafios. In: TOGNOLI, N.; SOUZA, J.; OLIVEIRA, L. M.; MATTOS, R. (org.). **O papel social da Ciência da Informação em novos contextos**. 7. ed. Niterói: IACS/UFF, 2023. p. 27-37.

WELLAND, S.; COSSHAM, A. Defining the undefinable: an analysis of definitions of community archives. **Global Knowledge, Memory and Communication**, [s. l.], v. 68, nos. 8-9, p. 617-634, 2019. DOI: 10.1108/GKMC-04-2019-0049. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/GKMC-04-2019-0049>. Acesso em: 19 maio 2026.

---

## LICENÇA DE USO

Os autores cedem à **OFFICINA: Revista da Associação de Arquivistas de São Paulo** os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution](#) (CC BY) 4.0 International.



## OUTRO ARQUIVO É POSSÍVEL: DINÂMICAS DOCUMENTAIS DE COMUNIDADES QUILOMBOLAS BRASILEIRAS

*Another archive is possible: documentary dynamics of Brazilian quilombola communities*

Jefferson Higino da Silva<sup>1</sup> 

Luciane Paula Vital<sup>2</sup> 

### RESUMO

Este artigo discute como as dinâmicas documentais de comunidades quilombolas brasileiras podem ser compreendidas como arquivos comunitários. Trata-se de um ensaio teórico-crítico, de caráter bibliográfico e documental, baseado na análise de documentos de entidades ligadas às comunidades quilombolas e de pesquisas sobre o tema. O estudo analisa documentos utilizados nos processos de reconhecimento étnico e de titulação de terras. Esses registros ultrapassam as funções burocráticas e atuam como instrumentos de resistência, de identidade e de justiça social. Conclui-se que as dinâmicas documentais quilombolas desafiam modelos arquivísticos centrados ao apresentarem formas coletivas e comunitárias de produzir, preservar e utilizar documentos, exigindo uma Arquivologia mais crítica e conectada às realidades sociais autônomas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Arquivologia. Comunidades Quilombolas. Arquivos Comunitários.

### ABSTRACT

This article discusses how the documentary dynamics of Brazilian *quilombola* communities may be understood as community archives. It is based on a bibliographic review of studies on *quilombola* communities and documentary dynamics, as well as research on memory, oral history, and documentary practices in contexts of resistance. The study examines documents used in the recognition and land rights claims process, records produced by

<sup>1</sup> Doutor em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professor do curso de Arquivologia da Universidade Federal do Cariri (UFCA), Brasil. E-mail: [jefferson.higino@ufca.edu.br](mailto:jefferson.higino@ufca.edu.br). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8681305629452809>

<sup>2</sup> Doutora em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professora associada do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Brasil. E-mail: [luciane.vital@ufsc.br](mailto:luciane.vital@ufsc.br). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3186874576738250>



community associations, and testimonies of resistance, identity, and social justice. The study concludes that *quilombola* documentary dynamics challenge centralized archival models by presenting collective and community-based forms of producing, preserving, and using documents, thus expanding a more critical Archival Science connected to autonomous social realities.

**KEYWORDS:** Archival Science. *Quilombola* Communities. Community Archives.

## 1 INTRODUÇÃO

**E**sta pesquisa apresenta discussões sobre os registros de comunidades quilombolas brasileiras, embora não tenha o objetivo de falar em nome dessas comunidades, reconhecendo que são elas próprias as autoras de suas vozes, lutas e narrativas. O objetivo é contribuir para o fortalecimento por meio das dinâmicas documentais que lhes dizem respeito e de sua relação com os debates contemporâneos da Arquivologia.

O Brasil ainda carrega desigualdades históricas que se atualizam no presente e se refletem também nos arquivos. Isso porque, ao que problematizou Derrida (2015, p. 39, tradução nossa), “[...] o arquivo é uma iniciativa violenta tomada por alguma autoridade, algum poder; ele toma o poder para o futuro, ele preocupa o futuro: ele confisca o passado, o presente e o futuro. Todos sabem que não existem arquivos inocentes”.

Os arquivos, assim, deixam de ser compreendidos apenas como espaços livres de interferências, passando a ser entendidos como construções atravessadas por relações de poder, escolhas, silenciamentos e disputas de memória. Em áreas como a História, a Sociologia e a Filosofia, os arquivos têm sido constantemente problematizados, questionados e analisados criticamente. Já a Arquivologia, embora também dialogue com essas discussões, historicamente consolidou fundamentos mais voltados à organização e à gestão de arquivos institucionais, bem como à ideia de um arquivo único e oficial.

Nas estruturas curriculares dos cursos de Arquivologia do Brasil, por exemplo, ainda predomina uma formação centrada nos arquivos tradicionais, em detrimento de outras configurações. Todavia, nas últimas décadas, os arquivos comunitários vêm ganhando mais visibilidade, sobretudo no cenário internacional. Aqui, no país, esse movimento também está em expansão, mas isso não quer dizer que essas práticas sejam recentes. Muitos grupos independentes



já produziam e acumulavam seus próprios registros; o que não havia, até então, era uma aproximação mais direta aos referenciais teórico-práticos da área.

A nação brasileira também viveu, e ainda vive, lutas sociais marcadas por respostas às supressões históricas, às desigualdades estruturais e às violências que atravessam a sociedade. Mas até que ponto esses movimentos criaram formas próprias de registrar suas ações? E, se criaram, como esses registros desafiam os padrões da Arquivologia? Nesse percurso, chama atenção o Movimento Negro Unificado (MNU), cuja atuação se intensificou na década de 1970. Ao seu lado, e, por vezes, compondo-o, destacam-se as comunidades quilombolas, que historicamente reivindicam o reconhecimento étnico e cultural, a titulação de suas terras e políticas voltadas à preservação de seus modos de vida. O direito ao território dessas comunidades resulta de longos processos de resistência, organização política e luta por reconhecimento, nos quais os documentos também desempenham papel importante na afirmação de identidades, direitos e memórias coletivas.

É nesse terreno mais aberto e menos previamente delimitado que se insere a discussão desenvolvida neste ensaio teórico-crítico, de caráter bibliográfico e documental, fundamentado na análise de documentos produzidos por entidades envolvidas com as comunidades quilombolas, bem como em pesquisas científicas relacionadas à temática. A reflexão parte de apontamentos decorrentes de uma tese de doutorado que investigou como as dinâmicas documentais em comunidades quilombolas brasileiras podem ser compreendidas à luz da noção de arquivos comunitários. Parte-se da compreensão de que, se essas comunidades desenvolvem ações próprias por meio dos documentos, da organização e da transmissão de memórias, saberes e experiências, na busca por justiça e reconhecimento, tais ações podem ser compreendidas como arquivos comunitários.

## 2 ARQUIVOS COMUNITÁRIOS

Em junho de 2022, a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) recebeu a *VII Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia* (REPARQ), que reuniu arquivistas, pesquisadores e especialistas em torno do tema “Arquivos, Democracia e Justiça Social”. Na palestra



de abertura, Wendy Duff (2023), da Universidade de Toronto, chamou a atenção para dois acontecimentos, a pandemia e o assassinato de George Floyd, que escancararam desigualdades e, ao mesmo tempo, realçaram o papel ambíguo dos arquivos: capazes de ampliar a transparência democrática e de silenciar memórias incômodas.

Em sua apresentação, a professora questionou o modelo tradicional de gestão documental, que costuma priorizar a proteção dos acervos em vez de acolher quem busca reconhecimento ou reparação. Com base na ética do cuidado, apontou o conceito de “arquivo lento”<sup>3</sup>: um espaço construído a partir de relações empáticas, colaboração ativa com as comunidades e valorização de vozes diversas. Defendeu a urgência de descolonizar práticas e protocolos arquivísticos, alinhando-os à complexidade das experiências sociais e às demandas de justiça do mundo contemporâneo. Essas questões, citadas pela acadêmica, são o motor dos elementos e das discussões dos arquivos comunitários.

Quando falamos desses arquivos, referimo-nos a iniciativas em que coletividades reconhecidas como comunidade se mobilizam para produzir, reunir, organizar e difundir registros de suas próprias trajetórias. Assumem, de forma autônoma, o protagonismo na constituição, na preservação e na transmissão de suas memórias (Flinn; Stevens; Shepherd, 2009). Esses grupos “[...] podem compartilhar crenças, geografias, etnicidades, estilos de vida e ideologias. [...] não esperam que os arquivistas os documentem, mas estão se documentando” (Bastian, 2019, p. 276).

Na virada entre as décadas de 1970 e 1980, os arquivos comunitários ganharam força com o crescimento dos movimentos sociais e das lutas identitárias. Processos como a descolonização, a imigração no pós-guerra e a ascensão dos movimentos antirracistas, feministas e LGBTQIA+, somados à crítica crescente às instituições tradicionais, criaram um clima de contestação e uma demanda urgente por visibilidade. (Gilliland; Flinn, 2013).

As comunidades passaram a questionar sua ausência nos arquivos formais e a reconhecer a urgência de preservar suas próprias histórias, pautadas por critérios próprios. Flinn, Stevens e

---

<sup>3</sup> A ideia de arquivo lento é explorada por Christen e Anderson (2019) como um caminho que propõe desacelerar os processos institucionais e técnicos, priorizando valores como cuidado, escuta, confiança e colaboração com as comunidades. Inspirado em movimentos como o *Slow Food* e o *Slow Scholarship*, busca valorizar os ritmos comunitários, reconhecer saberes locais, construir relações duradouras com os sujeitos documentados e promover justiça social por meio da prática arquivística. As autoras não reivindicam a criação do termo, mas aprofundam seu significado no campo arquivístico, apontando-o como um caminho para práticas mais humanas, relacionais e descoloniais.



Shepherd (2009, p. 73, tradução nossa) explicam que “[...] a criação de um arquivo comunitário é, para muitos, uma forma de ativismo que busca corrigir ou reequilibrar esse padrão de privilégio e marginalização.” Esse movimento caminhou lado a lado com o fortalecimento da História Local como tema de interesse social e acadêmico. Flinn (2007) observa que, no pós-guerra, a popularização da História Local e o crescimento da História Oral e Pública foram decisivos para a consolidação dos arquivos comunitários como prática de ação social organizada.

A busca por autonomia na produção da memória abre a discussão sobre modelos arquivísticos tradicionais e o papel da custódia institucional, incitando interpretações diferentes daquelas que se referem à pós-custódia, ao se referir à relação entre arquivos, produtores de documentos e comunidades. Para Flinn (2007, p. 168, tradução nossa), “[...] pós-custodial significa que a custódia e o cuidado das coleções não ocorrem no arquivo formal, mas são realizados de forma distribuída dentro da organização criadora, onde os registros permanecem”.

Esse movimento de descentralização recebe respaldo teórico em Cook (2013), em uma quarta estrutura de pensamento que perpassa o conhecimento arquivístico, a qual o teórico denominou “comunidade”. Nessa estrutura, arquivistas deixam de ser especialistas distantes e passam a atuar como facilitadores e parceiros das comunidades, adotando práticas participativas.

A reconfiguração da prática arquivística, centrada na autonomia dos grupos e no modelo pós-custodial, evidenciou a necessidade de problematizar o termo “comunidade”. Embora amplamente utilizado, o conceito não é unívoco: “[...] as definições do que pode ser uma ‘comunidade’ são, evidentemente, particularmente complexas, fluidas e passíveis de múltiplas interpretações” (Flinn, 2007, p. 152, tradução nossa).

A centralidade do termo “comunidade” no conceito de arquivos comunitários exige reconhecer seu caráter plural, contestado e repleto de disputas semânticas. Flinn, Stevens e Shepherd (2009, p. 74, tradução nossa) destacam que “[...] uma comunidade, em resumo, é qualquer grupo de pessoas que se unem e se apresentam como tal, e um ‘arquivo comunitário’ é o produto de suas tentativas de documentar a história de sua comunalidade”. Logo, embora o uso do termo seja amplamente difundido, ele assume múltiplos sentidos nos campos simbólico e político.

Diante desse cenário, vale destacar que o corpo teórico tradicional na Arquivologia não é suficiente para compreender os movimentos dos arquivos comunitários. A questão, assim, desloca-





se e passa a ser discutida no âmbito dos chamados “Estudos Arquivísticos Críticos”, que, segundo Berbesi e Tognoli (2024), configuram-se como um campo recente, ainda em processo de estruturação. Suas bases podem ser associadas a três influências principais: (1) a crítica historiográfica de Zinn (1977); (2) as contribuições pós-modernas de Cook (2001) e de Cook e Schwartz (2002); e (3) as discussões sobre arquivos comunitários propostas por Flinn, Stevens e Shepherd (2009).

### 3 COMUNIDADES QUILOMBOLAS BRASILEIRAS

Em 1890, um despacho do Ministério da Fazenda, assinado por Rui Barbosa, ordenou a queima de registros ligados à escravidão. O ato gerou dúvidas e discussões sobre seus reais motivos. Segundo Lacombe, Silva e Barbosa (1988), não se pode culpar apenas Rui Barbosa; a decisão foi conjunta e tinha um propósito: impedir que ex-senhores de escravizados usassem esses documentos para pedir indenização ao Estado após a Lei Áurea. É verdade que ele determinou a queima, mas nem toda a documentação sobre a escravidão foi destruída: muitas permaneceram em arquivos de Justiça, em cartórios e nas alfândegas, segundo os autores.

A destruição dos documentos após a abolição eliminou registros tanto de pessoas escravizadas quanto, em consequência, as informações destinadas aos seus filhos nascidos livres. Muitas famílias negras perderam a chance de conhecer suas origens, seus nomes, seus locais de nascimento e seus vínculos familiares. Assim, com “boas intenções” ou não, o Estado contribuiu para o apagamento de parte da memória e da identidade negra. Para Schwarcz (2012), o ato foi uma tentativa de esconder vestígios e de forçar o esquecimento, afetando até hoje o acesso à memória e à justiça dessas populações.

A queima dos arquivos ocorreu 390 anos após a invasão portuguesa no Brasil. Desde então, outras formas de apagamento foram e continuam sendo exercidas. O passado não está encerrado: ele ressurge no presente. Um fato aparentemente distante revela os conflitos enfrentados pelas comunidades quilombolas e por seus registros, conflitos que tiveram início ainda no período colonial brasileiro. Foi nessa conjuntura que os primeiros quilombos surgiram como reação à escravidão:



espaços construídos com formas próprias de resistência e de preservação de suas memórias, por meio das falas, dos gestos e das particularidades que atravessam o tempo.

Os quilombos eram formados por negros africanos e por descendentes que se opunham ao regime escravista vigente nos períodos colonial e imperial. Como destacam Cunha e Albano (2017, p. 3), “[...] enquanto vigorou o escravismo colonial, a fuga e formação de comunidades se tornou estratégia de resistência dos escravizados perante o sistema que os subjugava”. Esse tipo de resistência não se limitou ao território brasileiro, e as denominações atribuídas aos agrupamentos variaram conforme a região colonizada. Cunha e Albano (2017, p. 3) explicam que a formação de grupos de escravizados fugidos ocorreu em diferentes regiões da América, recebendo denominações variadas; no Brasil, consolidou-se o termo “quilombo” na legislação e na historiografia.

Os quilombos eram lugares de grande diversidade em sua organização interna. Embora fossem, em essência, espaços de resistência, também refletiam disputas, hierarquias e estratégias de poder. Para Reis (1995), há leituras idealizadas do Quilombo dos Palmares, como a suposta existência de assembleias populares ou de uma sociedade economicamente igualitária, o que, segundo ele, decorre de uma interpretação seletiva das fontes.

Ao destacar os mecanismos de organização e de liderança nos quilombos, Reis (1995) afirma que o poder se manifestava nesses espaços por meio de privilégios, de formas de controle e de lideranças políticas, militares e econômicas. Assim, a liberdade conquistada não eliminava automaticamente as desigualdades internas.

Com a abolição da escravidão, em 1888, o significado do termo “quilombo”<sup>4</sup> se transformou. Se antes se referia exclusivamente aos refúgios de pessoas escravizadas, com o tempo passou a representar também os grupos que, mesmo fora do contexto da escravidão, continuaram a existir e a se fortalecer.

A identificação como “quilombola” passou a ganhar maior reconhecimento sobretudo após o art. 68 da Constituição de 1988. A noção de “remanescente de quilombo” foi formulada em contextos políticos e jurídicos específicos, nem sempre correspondendo às formas pelas quais as

---

<sup>4</sup> O termo “quilombo” passou a designar, contemporaneamente, grupos negros rurais com trajetória comum de resistência, vínculos territoriais e práticas culturais próprias, não se restringindo a resquícios históricos ou rebeliões, mas à vivência coletiva e ao pertencimento étnico (Associação Brasileira de Antropologia, 1994).

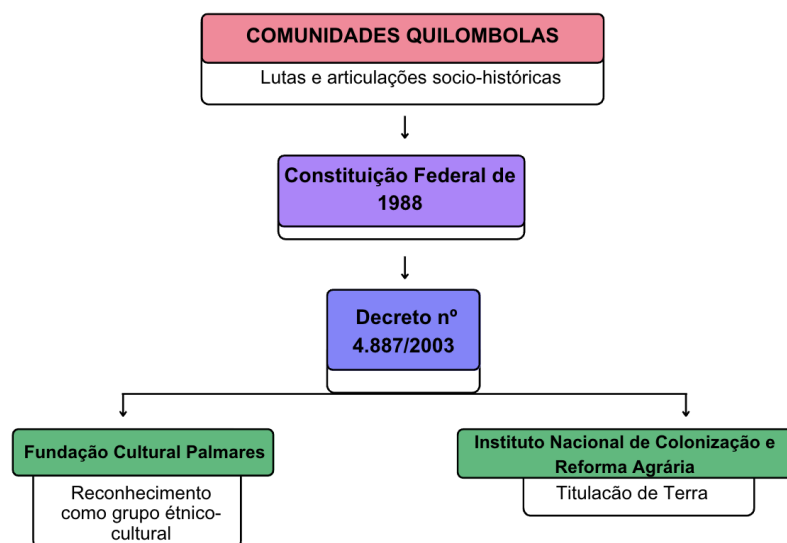


próprias comunidades se reconheciam anteriormente. De acordo com o Decreto nº 4.887, em seu art. 2º, os remanescentes das comunidades quilombolas “[...] são “grupos étnico-raciais, fundamentados em critérios de autoatribuição, que compartilham uma trajetória histórica singular, relações territoriais específicas e uma conexão de ancestralidade negra associada à luta contra a opressão histórica” (Brasil, 2003, p. 4).

A partir daí, os quilombos passaram a ocupar o presente como espaços de resistência e de afirmação cultural, com direitos territoriais e marcos legais assegurados. Logo, a origem está ligada à história do país e aos conflitos que atravessaram gerações. Antes mesmo desse reconhecimento pelo Estado, como analisa Souza (2008), diversas lutas e articulações já estavam em curso. Entre as décadas de 1930 e 1940, surgiram discussões iniciais relacionadas às memórias e identidades negras. Já entre 1940 e 1950, intensificaram-se as denúncias do racismo e as ações de valorização da cultura afro-brasileira. Nas décadas de 1970 e 1980, ocorreu o fortalecimento do movimento negro, marcado por mobilizações e reivindicações em torno dos direitos das comunidades quilombolas. No período contemporâneo, ampliaram-se os debates sobre identidade, território, memória e reconhecimento de direitos, envolvendo diferentes atores sociais e institucionais em diversas escalas.

Esses reconhecimentos, como o direito ao território, à identidade étnico-racial diferenciada e à proteção cultural, são fruto de longos percursos de luta. Durante a redemocratização, a partir dos anos 1980, as comunidades passaram a se mobilizar politicamente em defesa de direitos e de seu reconhecimento. Rodrigues, Rezende e Nunes (2019) destacam que, embora o movimento quilombola estivesse vinculado às lutas do campesinato rural, foi o Movimento Negro Unificado (MNU) que protagonizou a inserção da pauta quilombola na Constituinte. Na Figura 1, identificam-se os fundamentos legais e os direitos fundamentais conquistados por meio das lutas e articulações dos movimentos da comunidade negra e quilombola.

Figura 1 – Bases legais de reconhecimento e de titulação de terras



Fonte: elaborada pelos autores (2025).

Destaca-se que as comunidades quilombolas historicamente mobilizaram-se em defesa de dois direitos principais: a posse da terra e o reconhecimento de sua identidade como grupo étnico-cultural. A Constituição Federal de 1988 representou um marco importante nesse processo, ao incorporar demandas oriundas das lutas sociais e abrir espaço para a formulação de políticas específicas. O art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) (Brasil, 1988) assegura a essas comunidades o direito à propriedade definitiva das terras que tradicionalmente ocupam. Já os arts. 215 e 216 da Constituição (Brasil, 1988) reconhecem a diversidade cultural brasileira e incluem a cultura afro-brasileira como parte integrante do patrimônio cultural nacional, estabelecendo sua proteção e valorização.

Com base na Constituição Federal, foi publicado o Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, que regulamenta o art. 68 do ADCT. Esse artigo reconhece o direito à propriedade definitiva sobre as terras tradicionalmente ocupadas pelas comunidades remanescentes de quilombos. O decreto estabelece as etapas necessárias para o reconhecimento e a garantia da posse dessas terras, incluindo os procedimentos de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação.

Diante disso, fica o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) como órgão responsável por conduzir os processos de garantia de terras, podendo iniciá-los de ofício ou mediante solicitação das próprias comunidades quilombolas. O art. 3º do decreto supracitado



estabelece que é de competência dessa entidade “[...] realizar a identificação, o reconhecimento, a delimitação, a demarcação e a titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos” (Brasil, 2003, p. 4).

Com base nisso, foi criado um conjunto de normas para orientar a regularização das terras quilombolas. As Instruções Normativas do INCRA nº 57/2009, nº 128/2022 e nº 130/2023 definem os passos do processo. Elas vão desde a organização inicial até a aplicação de critérios técnicos para avaliar as terras, declarar interesse social e firmar acordos administrativos. A Instrução Normativa nº 130/2023, por sua vez, atualiza e aprimora pontos da “Instrução Normativa nº 128/2022”, buscando maior clareza jurídica na análise da posse e da propriedade de imóveis.

O decreto também estabelece que o reconhecimento das comunidades remanescentes de quilombos é realizado pela Fundação Cultural Palmares (FCP), entidade responsável por emitir a certidão de autodefinição, que confirma oficialmente a identidade quilombola do grupo. A FCP atua na promoção da cidadania da população negra brasileira, por meio da valorização da cultura afro-brasileira, do combate ao racismo e da certificação das comunidades quilombolas, o que lhes permite o acesso a direitos fundamentais, como terra, saúde, educação e políticas públicas. (Fundação Cultural Palmares, 2008).

O reconhecimento e a titulação das terras quilombolas no Brasil envolvem diversos atores e não se limitam às ações da FCP e do INCRA. O processo depende da atuação conjunta de lideranças comunitárias, associações locais, organizações como a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ), defensorias públicas, universidades e entidades da sociedade civil. Como mostra Acevedo Marin, Rodrigues e Araújo, garantir esses direitos não é tarefa apenas do Estado. Exige a união entre o conhecimento técnico, a mobilização política e a afirmação identitária. Essa articulação combina saberes locais e instrumentos legais na luta por território e justiça social.

Esses elementos apontam para um campo fértil de investigação acerca das comunidades quilombolas, no que se refere à produção e à preservação dos documentos a elas relacionados. Nesse sentido, a próxima seção parte do reconhecimento étnico-cultural concedido pela FCP e do direito à posse da terra assegurado pelo INCRA para apresentar a presença de conjuntos documentais em comunidades quilombolas brasileiras, no recorte que abrange esses movimentos.



### 3.1 Dinâmicas documentais em comunidades quilombolas

A certificação do reconhecimento étnico-cultural revela os primeiros indícios da existência de documentos nas próprias comunidades quilombolas. Esses registros estão ligados à história, às lutas e às articulações desses grupos, e não podem ser vistos isoladamente. Esta discussão não pretende esgotar a análise dos diferentes registros das comunidades, mas, sim, destacar aspectos do que chamamos de dinâmicas documentais.

Durante a certificação, as comunidades entregam à FCP documentos que, em parte, já faziam parte de sua vivência. Isso mostra a formação de um conjunto documental próprio, composto tanto por registros produzidos no processo de reconhecimento quanto por documentos anteriores, produzidos no cotidiano da comunidade. Entre os principais documentos apresentados estão atas de reuniões comunitárias ou de assembleias de associações formalmente constituídas, utilizadas para deliberar sobre a autodefinição étnica da comunidade e acompanhadas de listas de presença assinadas. Também são produzidos relatos sintéticos da trajetória comum do grupo, nos quais se registram aspectos históricos e culturais, bem como os vínculos coletivos da comunidade. Além disso, é encaminhada uma solicitação formal ao presidente da FCP requerendo a emissão da certidão de reconhecimento enquanto comunidade remanescente de quilombo, conforme orienta a Portaria FCP nº 98/2007 (Brasil, 2007).

As atas e os relatos históricos comprovam a autoidentificação da comunidade, enquanto o requerimento formaliza o pedido à FCP. Esses registros reúnem aspectos administrativos, simbólicos e narrativos do grupo. Ao entregar esses documentos, as comunidades apresentam tanto registros gerados durante o processo de reconhecimento quanto registros já presentes em sua vivência. Essa articulação reúne elementos internos, próprios da comunidade, e externos, relacionados às exigências formais do Estado.

Já a titulação de terras segue outro caminho. O processo conduzido pelo INCRA exige documentos como o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID), certidões, pareceres e portarias, envolvendo órgãos como a FCP, o INCRA e a Advocacia-Geral da União (AGU).



De acordo com a Comissão Pró-Índio de São Paulo (CPI-SP)<sup>5</sup>, o processo de titulação das terras quilombolas envolve uma série de procedimentos administrativos que abrange diferentes etapas e órgãos públicos. Esse processo tem início com a abertura do procedimento pela superintendência regional do INCRA, seja por solicitação da comunidade, seja por iniciativa do próprio órgão. Para prosseguir, é necessário que a comunidade apresente a certidão de autorreconhecimento emitida pela FCP. Em seguida, o INCRA realiza visitas ao território, promove reuniões com os moradores e elabora o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID), documento que delimita a área reivindicada e cadastra as famílias quilombolas. Após análise e aprovação pelo Comitê de Decisão Regional, o RTID é publicado no Diário Oficial da União, no Diário Oficial do Estado e afixado na sede da prefeitura local, abrindo-se prazo de 90 dias para contestações, que são avaliadas pela superintendência regional, com possibilidade de recurso ao Conselho Diretor do INCRA, em Brasília. Simultaneamente, o relatório é encaminhado para manifestação de órgãos como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI), a Secretaria do Patrimônio da União (SPU), entre outros. Havendo divergências, estas são mediadas pela Casa Civil ou pela AGU. Encerrada essa etapa, o presidente do INCRA publica uma portaria que reconhece os limites do território, cuja regularização fundiária dependerá da natureza jurídica da terra, podendo envolver o governo estadual, a SPU ou processos de desapropriação com indenização. Antes da entrega do título, realiza-se a demarcação física do território com marcos georreferenciados. O título coletivo, emitido em nome da associação comunitária, veda a divisão, venda, penhora ou arrendamento da terra, e o processo só se encerra com o registro definitivo do título em cartório, o que garante segurança jurídica à comunidade quilombola.

O título coletivo passa a pertencer à comunidade e é formalmente entregue a ela. Embora os documentos envolvidos na titulação integrem um fluxo formal instituído pelo Estado, diversos

---

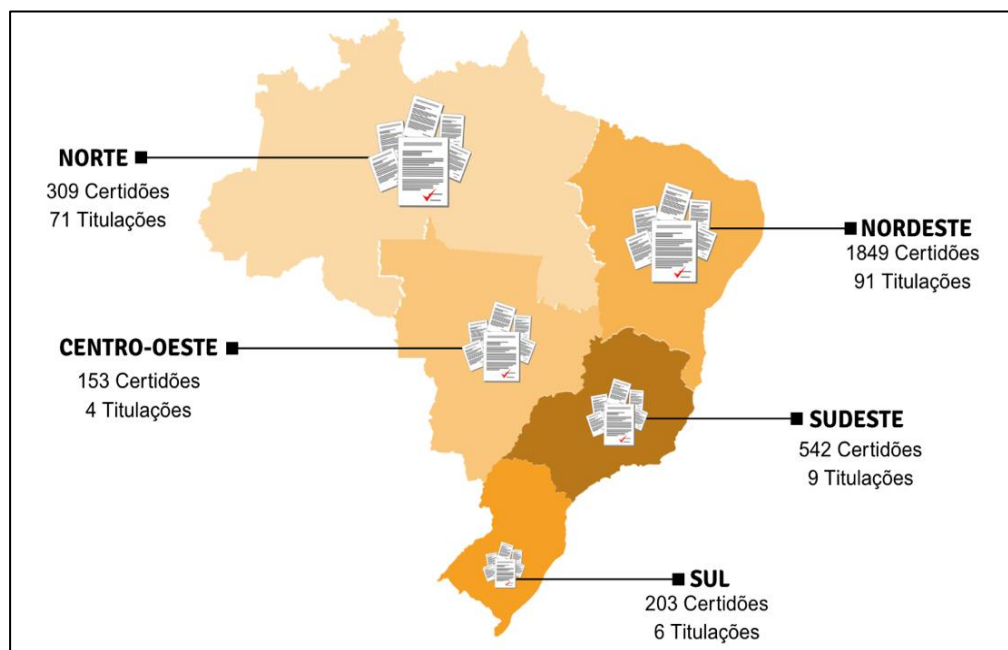
<sup>5</sup>A Comissão Pró-Índio de São Paulo (CPI-SP) é uma organização da sociedade civil fundada em 1978 que atua na defesa dos direitos dos povos indígenas, das comunidades quilombolas e das demais populações tradicionais no Brasil. Desenvolve ações de apoio jurídico, de produção de dados, de monitoramento de políticas públicas e de articulação com os próprios grupos envolvidos. É reconhecida pela produção de relatórios, mapas e materiais informativos sobre a situação fundiária e territorial dessas comunidades, com base em fontes oficiais e em monitoramento contínuo. As informações estão disponíveis no site: <https://cpisp.org.br/>.

registros surgem e circulam no interior das próprias comunidades, permanecendo sob sua guarda mesmo após o envio às instituições públicas. Esses documentos, ainda que atendam às exigências legais, também constituem conjuntos documentais locais, produzidos a partir da vivência cotidiana, da memória coletiva e da organização política das comunidades.

Para que o processo de titulação das terras quilombolas tenha continuidade, é indispensável a apresentação da certidão de autorreconhecimento emitida pela FCP. A exigência desse documento evidencia que as comunidades certificadas no Brasil, antes mesmo da emissão da titulação, já dispõem de registros que atestam sua identidade coletiva. Nesse sentido, pode-se afirmar que, tanto antes quanto após a certificação, conjuntos documentais estão presentes nos processos de luta por direitos e reconhecimento, constituindo uma base material da própria existência política e social do grupo.

Ao observar os dados regionais, apresentados a seguir na Figura 2, constata-se que, no Brasil, foram emitidas 3.056 certidões de autorreconhecimento e realizadas 181 titulações de terras quilombolas até março de 2025. Esse volume expressa o esforço burocrático do Estado, mas, sobretudo, revela movimentos e práticas autônomas das próprias comunidades, que se organizam para reivindicar e afirmar seus direitos.

Figura 2 –  
Distribuição  
regional de  
certidões



de

autorreconhecimento e titulações de terras





Fonte: elaborada pelos autores, com base nos dados da FCP (2025) e da CPI-SP (2020).

Os resultados por região (Norte: 309 certidões/71 titulações; Nordeste: 1849/91; Centro-Oeste: 153/4; Sudeste: 542/9; Sul: 203/6) apontam variações no ritmo de reconhecimento e de titulação. Nesse processo, os documentos, desde aqueles produzidos internamente para comprovar a autoidentificação até os expedidos pelos órgãos estatais para a regularização fundiária, atuam simultaneamente como instrumentos de legitimação e como dispositivos de afirmação identitária, de busca por justiça e de consolidação de direitos, envolvendo tanto membros e associações comunitárias quanto entidades governamentais e outros apoios.

Além dos processos já apresentados, há outros registros produzidos e mobilizados por comunidades quilombolas durante os procedimentos de reconhecimento étnico e de regularização fundiária. Esses registros incluem entrevistas, diários de campo, mapas elaborados por membros locais, árvores genealógicas, fotografias, materiais iconográficos, entre outros.

Diferentes produções acadêmicas sobre comunidades quilombolas também mencionam diversos tipos de documentos relacionados aos processos de reconhecimento, de memória e de territorialidade. Borba (2021), ao estudar as comunidades do Sertão de Valongo, Invernada dos Negros e São Roque, no Estado de Santa Catarina, cita documentos como correspondências internas, memorandos, atas de reunião, certidões da FCP, fotografias, entrevistas orais, notificações, pareceres antropológicos e registros de imóveis. Ribeiro (2018), em pesquisa sobre a



comunidade Muquém, no estado de Alagoas, menciona entrevistas orais, diários de campo, fotografias, atas, ofícios, certidões de autorreconhecimento, relatórios técnicos e pareceres jurídicos.

Oliveira (2024), ao investigar a comunidade Guajuvira, no Paraná, também identifica entrevistas orais, diários de campo, fotografias, atas, ofícios, memorandos, relatórios técnicos e pareceres antropológicos. Câmara (2024), em estudo sobre a comunidade Boa Vista, em Rosário, Maranhão, destaca entrevistas, transcrições de depoimentos, fotografias, memoriais autobiográficos e declarações de dirigentes comunitários. Rosa (2018), ao pesquisar a comunidade Barranco de São Benedito, no estado do Amazonas, menciona entrevistas orais, notas de observação participante, fotografias, atas de associação e cópias de leis e portarias guardadas pela comunidade. Já Rodrigues (2022), ao analisar a Colônia do Paiol, no Rio de Janeiro, cita entrevistas, mapas produzidos localmente, árvores genealógicas, fotografias, publicações em jornais e relatórios técnicos compartilhados pela própria comunidade.

Esses estudos demonstram que diferentes comunidades quilombolas produzem, preservam e mobilizam documentos relacionados às suas experiências sociais, culturais, políticas e territoriais, abrangendo tanto registros vinculados às exigências institucionais quanto documentos produzidos no cotidiano comunitário.

#### **4 ARQUIVOS COMUNITÁRIOS E DINÂMICAS DOCUMENTAIS QUILOMBOLAS**

As dinâmicas documentais apresentadas são um recorte, mas, revelam que os documentos são resultados de processos sociais. Observa-se que o registro estatal se constitui com base em informações da própria comunidade quilombola. A cadeia documental é, portanto, circular: nasce na comunidade quilombola, é formalizada pelo Estado, retorna como prova de direito e passa a coexistir. Esse vai e vem é um sinal do que Boiteau (2024) denomina “proveniência plural”, que desestabiliza o monopólio estatal sobre a legitimidade do documento.

Os documentos, assim, carregam uma intenção explícita de autoafirmação étnica e territorial, tornando-se instrumentos de resistência e de posicionamento. Quando as comunidades quilombolas utilizam documentos em ações judiciais, estão protagonizando um ato político



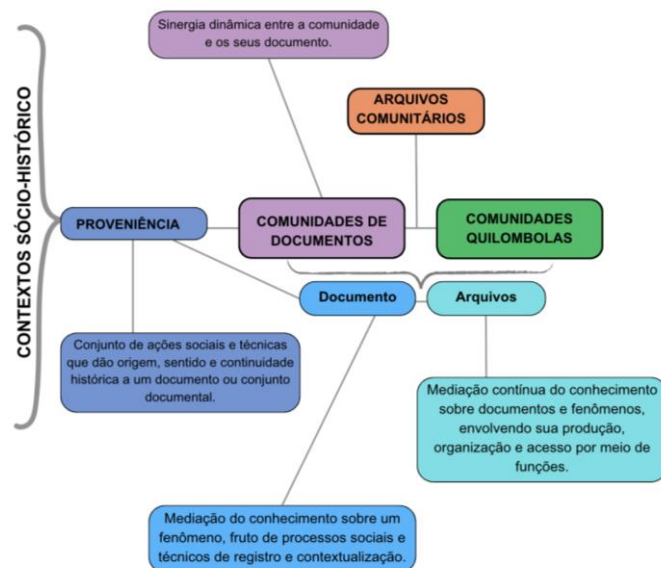
deliberado que confronta estruturas históricas de silenciamento. Desse modo, a suposta neutralidade é desestabilizada, como apontam Caswell, Cifor e Ramírez (2016), os arquivos não são espaços neutros, mas arenas de poder onde decisões têm implicações éticas, afetivas e políticas. A própria produção e circulação de documentos do grupo desvela a parcialidade do meio e reconfigura os registros como territórios de disputa, de pertencimento e de justiça.

O entrelaçamento de registros formais e informais evidencia que diferentes materialidades se retroalimentam em comunidades quilombolas. Ao lado dos documentos exigidos pelo Estado, como relatórios técnicos e certidões, convivem registros orais, fotografias e expressões simbólicas que resistem ao esquecimento e afirmam modos próprios de existir. Esses documentos acompanham os processos burocráticos, mas os humanizam ao ancorar demandas jurídicas em histórias de vida, afetos e territórios.

A custódia, aqui, vai além da dimensão física. Como observa Bastian (2021) ao tratar dos arquivos comunitários, a custódia assume uma forma narrativa que acolhe os sentidos, as memórias e os vínculos construídos em torno dos registros. Assim, os documentos rompem com a rigidez e revelam um movimento documental vivo, plural e situado.

Pensar os documentos das comunidades quilombolas é reconhecê-los como expressões de lutas sociais, articuladas com o movimento negro e com as reivindicações por direitos constitucionais. Esses documentos refletem disputas pelo reconhecimento identitário e territorial, evidenciadas nas titulações de terras e no arcabouço legal que sustenta esses processos. Logo, tais dinâmicas, firmam-se na noção de proveniência sócio-histórica (Nesmith, 1999) e do conceito de “comunidades de documentos” (Bastian, 2003), situando-se no campo dos arquivos comunitários e em seus vínculos com o meio que os produz, como apresentando na Figura 3.

Figura 3 – Relações entre comunidades quilombolas e arquivos comunitários



Fonte: elaborado pelo autores com base em Nesmith (1999) e Bastian (2003).

Ao analisar essas relações iniciais, percebe-se que os documentos das comunidades quilombolas se inserem no campo dos arquivos comunitários, destacando a mediação social e histórica que confere sentido a esses registros. No centro do diagrama, a noção de "comunidades de documentos" atua como elo entre a proveniência e os arquivos comunitários, incorporando as práticas e os sentidos locais atribuídos aos documentos.

As comunidades quilombolas são representadas como protagonistas, junto aos documentos. A proveniência, nesse contexto, é compreendida como social e colaborativa resultado de ações coletivas ligadas à defesa de direitos. Além disso, a figura mostra a mediação como uma função contínua que organiza, contextualiza e dá acesso aos documentos a partir das vivências comunitárias.

Percebe-se, então, que a autoridade documental não se restringe às instituições formais, mas também se manifesta nas práticas de base do grupo. Nas comunidades quilombolas, essa autoridade é compartilhada: em assembleias e ritos coletivos, cada membro participa da decisão sobre o que deve ser registrado e preservado. Atas de reuniões e mapas locais, relatos orais nascem desse protagonismo coletivo, conferindo legitimidade aos documentos independentemente do selo estatal.

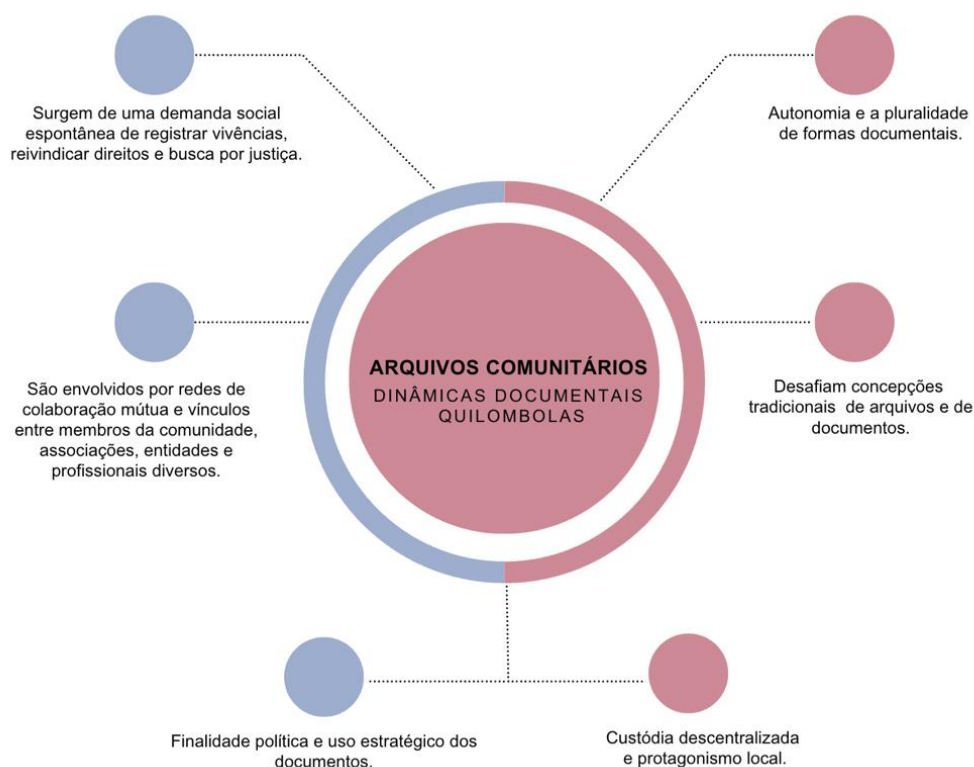


Além disso, os documentos nas comunidades quilombolas são elaborados sem esperar reconhecimento institucional: antes mesmo de obter certidões de titulação, as comunidades já organizam e utilizam seus registros. Dessa forma, os arquivos comunitários encontram relações nas dinâmicas documentais quilombolas, por se distinguirem dos arquivos oficiais por autoridade compartilhada, autodeterminação documental, guarda descentralizada, resistência, justiça social e ações documentais colaborativas.

Nas comunidades quilombolas, percebe-se também uma pluralidade que se manifesta na forma como os registros são feitos, refletindo realidades locais que o modelo universal ignora. Os documentos circulam simultaneamente em espaços comunitários e judiciais, o que revela os limites das normas oficiais. Assim, as dinâmicas documentais quilombolas revelam vozes e práticas diversas, reforçando a ideia de que um único padrão de arquivamento não dá conta da riqueza cultural e histórica desses grupos. Outros aspectos relacionam-se aos arquivos comunitários: embora os documentos oficiais sejam produzidos em estruturas fixas e centralizadas, eles coexistem com os registros informais, que conferem densidade e contradição aos documentos. Logo, o formal depende do informal para construir sentido. Assim, há uma fronteira entre o oficial e o não oficial, pois os silenciamentos que o Estado impõe são preenchidos pelos testemunhos que as comunidades produzem, guardam e utilizam em suas lutas.

Ao agrupar relações em categorias mais amplas, percebe-se que traços das dinâmicas documentais quilombolas convergem com as características discutidas para os arquivos comunitários, como sintetiza a Figura 4.

Figura 4 – Eixos de convergência entre arquivos comunitários e dinâmicas documentais de comunidades quilombolas



Fonte: elaborada pelos autores (2025).

Há uma síntese de seis convergências que explicam por que os documentos das comunidades quilombolas se relacionam ao que vem sendo denominado arquivo comunitário. Juntas, elas mostram: (1) a demanda social espontânea impõe a produção de registros; as redes de colaboração distribuem a autoria e a custódia; (2) a finalidade política transforma documentos em estratégias de defesa; (3) a descentralização garante controle local; (4) a pluralidade material expande o conceito de evidência e de prova; e (5) o desafio às concepções tradicionais provoca a teoria arquivística a dialogar com outras epistemologias. Esses impulsos se reforçam mutuamente, formando uma rede que combina memória, prova jurídica e ação política, e desmonta a ideia de que apenas o oficial — representado pela instituição, pelo Estado, pelo governo — detém autoridade sobre a legitimidade dos documentos.



## 5 CONCLUSÕES

As dinâmicas documentais quilombolas apresentam características que permitem compreendê-las à luz da noção de arquivos comunitários uma vez que nascem de um esforço coletivo fora da hierarquia dos arquivos oficiais. A comunidade escolhe o que registrar e como compartilhar cada documento. O Estado intervém quando esses registros são utilizados em processos de reivindicação de direitos. Esses direitos existem porque o sistema oficial deixou lacunas. No centro desse ciclo estão os próprios documentos, fruto da luta quilombola e instrumento de mudança.

Além disso, os documentos contribuem para o fortalecimento de identidades e à legitimação de direitos. Os registros são mobilizados em processos de reconhecimento de territórios, em ações políticas e em celebrações culturais. Essa instrumentalização da documentação está relacionada às discussões sobre os arquivos comunitários, como um recurso político que amadurece à medida que evoluem as lutas por terra, por memória e por justiça social.

A dimensão relacional também evidencia a natureza comunitária: os documentos são compartilhados em redes horizontais entre diferentes núcleos ou gerações, por meio de encontros e trocas. Esse intercâmbio contrasta com as práticas formais de acesso restrito dos arquivos oficiais e reforça o entendimento de que a comunidade é, antes de tudo, um espaço de diálogo. Ele acolhe “a exterioridade”, as vozes que poderiam ficar de fora das narrativas oficiais, e as integra como fundamentais para reconstituir trajetórias coletivas.

Sugere-se o aprofundamento por meio de projetos e articulações mais específicas com comunidades quilombolas, em conjunto com associações locais, entidades parceiras e redes de colaboração, a fim de ampliar as práticas documentais contextualizadas e sensíveis às realidades desses grupos.

Observa-se, além disso, que o arquivista pode ser inserido como colaborador e mediador, atuando em conjunto com outros profissionais nos processos de produção, acesso e preservação dos documentos comunitários, fortalecendo a autonomia e a memória coletiva quilombola.



Afirma-se que “outro arquivo é possível”, não como negação dos modelos tradicionais reconhecidos pela Arquivologia, mas como ampliação do próprio campo. A existência de diferentes formas de produzir, organizar e preservar documentos, sobretudo entre grupos historicamente marginalizados, convida a área a refletir sobre seus limites e possibilidades. Esses arquivos, muitas vezes invisibilizados, constituem importantes instrumentos de memória, de resistência e de afirmação de direitos.

No caso das comunidades quilombolas, seus registros documentam ações, afetos e culturas, constituindo provas de suas lutas, de seus territórios e de seus modos de existência. Trata-se, portanto, de um convite para uma Arquivologia mais inclusiva, plural e atenta às demandas por justiça social, reparação histórica e respeito à dignidade dos povos que compõem a sociedade brasileira.

## REFERÊNCIAS

ACEVEDO MARIN, R. E., RODRIGUES, E. T., ARAÚJO, M. A. T. Quilombolas do Rio Gurupá e a Judicialização da Violência. In: ALMEIDA, A. W. B. (org.). **Territórios Quilombolas e Conflitos**. Manaus: Projeto Nova Cartografia Social: UEA, Edições, 2010. p. 208-220.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA. **Documento do Grupo de Trabalho sobre Comunidades Negras Rurais**: realizado em 17 e 18 de outubro de 1994, no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: ABA, 1994. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/03D00024.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2026.

BASTIAN, J. A. Mine, yours, ours: archival custody from transaction to narrative. **Archival Science**, [s. l.], v. 21, p. 25-42, 2021. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s10502-020-09341-0>. Acesso em: 20 jan. 2026.

BASTIAN, J. A. **Owning memory**: how a Caribbean community lost its archives and found its history. Westport: Libraries Unlimited, 2003. p. 3-4.

BASTIAN, J. A. Pesquisa de memória/pesquisa arquivística. In: GILLILAND, A. J.; MCKEMMISH, S.; LAU, A. J. (org.). **Pesquisa no multiverso arquivístico**. São Paulo: 9Bravos, 2019. v. 1, n. 1, p. 261-280.

BERBESI, A.; TOGNOLI, N. B. Critical archival studies: exploring an emerging domain. **Knowledge Organization**, [s. l.], v. 51, n. 8, p. 600-609, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.5771/0943-7444-2024-8-600>. Acesso em: 19 jan. 2026.

BOITEAU, J. Whose provenance? Plurality of provenance and the redistribution of archival authority. **Archival Science**, [s. l.], v. 24, p. 717-738, 2024. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s10502-024-09453-x>. Acesso em: 20 jan. 2026.

BORBA, F. M. **O patrimônio cultural no percurso do reconhecimento quilombola em Santa Catarina**. 2021. 388 f. Tese (Doutorado em História) — Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Ciências Humanas e da





Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2021. Disponível em: <https://repositorio.udesc.br/entities/publication/43781303-196f-4567-b815-38822ffddbdc>. Acesso em: 20 jan. 2026.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003**. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Brasília, DF: Presidência da República, 2003. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2003/d4887.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm). Acesso em: 18 jan. 2026.

BRASIL. Fundação Cultural Palmares. **Levantamento das comunidades quilombolas**: relatórios de 2024. Brasília, DF: FCP, 2024.

BRASIL. Fundação Cultural dos Palmares. **Portaria nº 98, de 26 de novembro de 2007**. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes de quilombo. Brasília, DF: FCP, 2007. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2010/11/legis21.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2026.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Instrução Normativa nº 57, de 15 de outubro de 2009**. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação, desintrusão, titulação e registro das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que tratam o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988 e o Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003. Brasília, DF: INCRA, 2009. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/instrucao-normativa-incra-n-57-de-15-de-outubro-de2009-32460640>. Acesso em: 18 jan. 2026.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Instrução Normativa nº 128, de 30 de agosto de 2022**. Define critérios e procedimentos administrativos e técnicos para a edição da Portaria de Reconhecimento e de decreto declaratório de interesse social, avaliação de imóveis incidentes em terras ocupadas por remanescentes das comunidades de quilombos, e celebração de acordos administrativos ou judiciais. Brasília, DF: INCRA, 2022. Disponível em: <https://cpisp.org.br/instrucao-normativa-incra-no-128-de-30-de-agosto-de-2022/>. Acesso em: 18 jan. 2026.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Instrução Normativa nº 130, de 23 de março de 2023**. Altera a Instrução Normativa nº 128, de 30 de agosto de 2022. Brasília, DF: INCRA, 2023. Disponível em: <https://cpisp.org.br/instrucao-normativa-incra-no-130-de-11-de-maio-de-2023/>. Acesso em: 18 jan. 2026.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Portaria nº 1.010, de 10 de março de 2025**. Institui grupo de trabalho para revisão das instruções normativas sobre regularização de territórios quilombolas. Brasília, DF: INCRA, 2023. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-1.010-de-28-de-fevereiro-de-2025-615806295>. Acesso em: 18 jan. 2026.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária INCRA. **Portaria nº 1.011, de 10 de março de 2025**. Institui grupo de trabalho para revisão das instruções normativas sobre regularização de territórios quilombolas. Brasília, DF: INCRA, 2025b. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-1.011-de-28-de-fevereiro-de-2025-615809398>. Acesso em: 19 jan. 2026.

CÂMARA, C. M. S. **Reconhecimento e titulação de territórios quilombolas no Maranhão**: especificidades da regularização fundiária da Comunidade Quilombola Boa Vista em Rosário - MA. 2024. 108 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) — Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2024. Disponível em: <https://tedebc.ufma.br/jspui/handle/tede/5364>. Acesso: 18 jan. 2026.



CASWELL, M.; CIFOR, M.; RAMIREZ, M. H. "To Suddenly Discover Yourself Existing": Uncovering the Impact of Community Archives. **The American Archivist**, [s. l.], v. 79, n. 1, p. 56-81, 2016. Disponível em: <https://american-archivist.kglmeridian.com/view/journals/aarc/79/1/article-p56.xml>. Acesso em: 22 jan. 2026.

CASWELL, M.; PUNZALAN, R.; SANGWAND, T-K. Critical archival studies: an introduction. **Journal of Critical Library and Information Studies**, [s. l.], v. 1, n. 2, p. 1-8, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.24242/jclis.v1i2.50>. Acesso em: 18 fev. 2026.

COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO DE SÃO PAULO (CPI-SP). São Paulo, 2026. Disponível em: <https://cpisp.org.br/>. Acesso em: 3 mar. 2026.

COOK, T. Archival science and postmodernism: new formulations for old concepts. **Archival Science**, [s. l.], v. 1, n. 1, p. 3-24, 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/BF02435636>. Acesso em: 18 fev. 2026.

COOK, Terry. Evidence, memory, identity, and community: four shifting archival paradigms. **Archival Science**, [s. l.], n. 13, p. 95-120, 2013. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s10502-012-9180-7>. Acesso em: 5 jan. 2026.

COOK, T.; SCHWARTZ, Joan M. Archives, records, and power: from (postmodern) theory to (archival) performance. **Archival Science**, v. 2, n. 3-4, p. 171-185, 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/BF02435620>. Acesso em: 18 fev. 2026.

CHRISTEN, K.; ANDERSON, J. Toward slow archives. **Archival Science**, [s. l.], v. 19, 2019, p. 87-116. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s10502-019-09307-x>. Acesso em: 18 jan. 2026.

CUNHA, F. G.; ALBANO, S. G. Identidades quilombolas: políticas, dispositivos e etnogêneses. *Latinoamérica. Revista de estudios latinoamericanos*, Ciudad de México, n. 64, p. 153-184, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.22201/cialc.24486914e.2017.64.56864>. Acesso em: 19 jan. 2026.

DERRIDA, J. Cinema and its ghosts: an interview with Jacques Derrida. Entrevista concedida a Antoine de Baecque e Thierry Jousse. Tradução de Peggy Kamuf. **Discourse: Journal for Theoretical Studies in Media and Culture**, Detroit, v. 37, n. 132, p. 22-39, 2015. Disponível em: <https://digitalcommons.wayne.edu/discourse/vol37/iss1/2>. Acesso em: 18 jan. 2026.

DUFF, W. Construindo relações no campo arquivístico na luta por justiça. In: PINHA, M. L.; VITORIANO, M. C. de C. P.; SANTOS, P. R. E. dos. (org.). **Arquivos, democracia e justiça social**. São Paulo: ARQ-SP, 2023. Disponível em: [https://arqsp.org.br/wp-content/uploads/2023/08/Arquivos-democracia-e-justica-social\\_FINAL-1.pdf](https://arqsp.org.br/wp-content/uploads/2023/08/Arquivos-democracia-e-justica-social_FINAL-1.pdf). Acesso em: 17 jan. 2026.

FLINN, A. Community Histories, Community Archives: Some Opportunities and Challenges. **Journal of the Society of Archivists**, [s. l.], v. 28, n. 2, p. 151-176, 2007. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/00379810701611936>. Acesso em: 20 jan. 2026.

FLINN, A.; STEVENS, M.; SHEPHERD, E. Whose memories, whose archives? Independent community archives, autonomy and the mainstream. **Archival Science**, [s. l.], v. 9, n. 9, p. 71- 86, 2009. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s10502-009-9105-2>. Acesso em: 18 jan. 2026.

GILLILAND, A.; FLINN, A. Community archives: what are we really talking about? In: CIRN PRATO COMMUNITY INFORMATICS CONFERENCE, 2013, Prato. **Proceedings [...]**. Prato: Centre for Community Networking Research, Centre for Social Informatics, Monash University, 2013. p. 1-23. Disponível em: [https://www.monash.edu/\\_\\_data/assets/pdf\\_file/0007/920626/gilliland\\_flinn\\_keynote.pdf](https://www.monash.edu/__data/assets/pdf_file/0007/920626/gilliland_flinn_keynote.pdf). Acesso em: 20 jan. 2026.



LACOMBE, A. J.; SILVA, E.; BARBOSA, F. de A. **Rui Barbosa e a queima dos arquivos**. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1988.

NESMITH, T. Still fuzzy, but more accurate: some thoughts on the “ghosts” of archival theory. **Archivaria**, Ottawa, n. 47, p. 136-150, 1999. Disponível em: <https://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/12701>. Acesso em: 20 jan. 2026.

OLIVEIRA, A. R. S. **(Re)construção identitária da Comunidade Quilombola de Guajuvira de Curiúva - PR a partir do processo de certificação quilombola em 2005**. 2024. 136 f. Dissertação (Mestrado) — Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2024. Disponível em: <https://repositorio.uel.br/handle/123456789/9821>. Acesso em: 19 jan. 2026.

REIS, J. J. Quilombos e revoltas escravas no Brasil: “nos achamos em campo a tratar da liberdade”. **Revista USP: Dossiê Povo Negro – 300 anos**, São Paulo, n. 28, p. 14-39, dez. 1995-fev. 1996. p. 17. DOI: 10.11606/issn.2316-9036.v0i28p14-39. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/28364>. Acesso em: 12 jan. 2025.

RIBEIRO, L. F. **Território e memória: uma etnografia na comunidade remanescente quilombola do Muquém em União dos Palmares – Alagoas**. 2018. 126 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) — Instituto de Ciências Sociais, Programa de Pós Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2018. Disponível em: <https://www.repositorio.ufal.br/handle/riufal/3173>. Acesso em: 20 jan. 2026.

RODRIGUES, B. de O.; REZENDE, T. F.; NUNES, T. de G. Movimento Negro e a pauta quilombola no Constituinte: ação, estratégia e repertório. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 198-221, 2019. DOI: 10.1590/2179-8966/2018/31335. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rdp/a/gd6QVXVsV3KY8kFSr3KJWjg/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 25 jan. 2026.

RODRIGUES, G. G. **Movimentos Sociais e as Experiências dos Trabalhadores da Comunidade Quilombola Colônia do Paiol**. 2022. 412 f. Tese (Doutorado em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares) — Instituto de Educação/Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Seropédica/Nova Iguaçu, 2022. Disponível em: <https://rima.ufrj.br/jspui/handle/20.500.14407/9902>. Acesso em: 18 jan. 2026.

ROSA, V. A. da. **A comunidade do barranco de São Benedito em Manaus: processos para o reconhecimento do território quilombola**. 2018. 153 f. Dissertação (Mestrado Interdisciplinar em Ciências Humanas) — Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, 2018. Disponível em: [https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UEA\\_5a9718dc9628ae3f01491985f34f6674](https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UEA_5a9718dc9628ae3f01491985f34f6674). Acesso: 18 jan. 2026.

SCHWARCZ, L. M. O som do silêncio: sobre interditos e não ditos nos arquivos quando o tema é escravidão ou escorre para o racismo. **Cadernos AEL**, Campinas, v. 17, n. 29, p. 69-97, 2012. Disponível em: <https://ojs.ifch.unicamp.br/index.php/ael/article/view/2597>. Acesso em: 19 jan. 2026.

SOUZA, B. O. **Aquilombar-se: panorama histórico, identitário e político do Movimento Quilombola Brasileiro**. 2008. 204 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) — Universidade de Brasília, Brasília, 2008. Disponível em: <http://icts.unb.br/jspui/handle/10482/2130>. Acesso em: 21 jan. 2026.

ZINN, H. Secrecy, archives and the public interest. **The Midwestern Archivist**, [s. l.], v. 2, n. 2, p. 14-26, 1977. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/41101382>. Acesso em: 21 jan. 2026.

---

## LICENÇA DE USO



Os autores cedem à **OFFICINA: Revista da Associação de Arquivistas de São Paulo** os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/) (CC BY) 4.0 International.



## REPENSANDO A ORGANICIDADE A PARTIR DOS ARQUIVOS COMUNITÁRIOS

*Rethinking the organic nature through community archives*

Kíssila da Silva Rangel<sup>1</sup> 

### RESUMO

O artigo analisa o conceito de organicidade sob a ótica dos arquivos comunitários, repensando a primazia das bases jurídico-administrativas na configuração dos vínculos documentais. Por meio de uma revisão bibliográfica que articula a teoria clássica com as perspectivas pós-modernas, discute-se como a intencionalidade de grupos sub-representados em preservar suas trajetórias tensiona as perspectivas tradicionais sobre a organicidade. Conclui-se que a organicidade nos arquivos comunitários se manifesta por meio de uma perspectiva relacional, na qual o nexu causal entre os documentos não decorre apenas de atividades funcionais, mas também de práticas sociais, pertencimento e continuidade simbólica. Esse deslocamento permite reconhecer o estatuto de arquivo em acervos cuja coesão reside na experiência social compartilhada e na afirmação identitária.

**PALAVRAS-CHAVE:** Organicidade. Arquivos Comunitários. Proveniência Social. Teoria Arquivística.

### ABSTRACT

This article analyzes the concept of organic nature through the lens of community archives, questioning the legal-administrative primacy in the documentary bonds. Through a literature review that integrates classical archival theory with postmodern perspectives, it discusses how the intentionality of underrepresented groups to preserve their histories tensions traditional perspectives on organic nature. The study concludes that organic nature in community archives manifests through a relational perspective, in which the causal link between records arises not only from functional activities but also from social practices, a sense of belonging, and symbolic continuity. This shift enables recognition of archival status in fonds whose cohesion lies in shared social experience and the affirmation of identity.

**KEYWORDS:** Organic nature. Community Archives. Social Provenance. Archival Theory.

---

<sup>1</sup> Arquivista pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Doutora em Ciência da Informação (2025) pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT)/Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). E-mail: [rangel.kissila@gmail.com](mailto:rangel.kissila@gmail.com). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1690124129696648>

## 1 INTRODUÇÃO

A organicidade constitui-se como componente fundamental da Arquivologia (Gomes, 2019; Melo, 2021; Rangel, 2015). Seja denominada como princípio arquivístico ou característica dos documentos de arquivo, há consenso de que o caráter orgânico dos conjuntos documentais se manifesta tanto na dimensão teórica quanto na prática da área. Fukuhara e Troitiño (2024, p. 2) identificam uma variedade de termos que se relacionam com a organicidade, ou com derivados dela, mas, de maneira geral, assume-se que a organicidade está intrinsecamente relacionada à relação que os documentos mantêm com “[...] a estrutura, funções e atividades da entidade produtora/acumuladora em suas relações internas e externas” (Bellotto, 2002, p. 23).

Nessa perspectiva, a organicidade afasta a concepção de arquivo enquanto coleção artificial e reforça sua natureza relacional. Sob essa ótica, o arquivo deixa de ser uma reunião arbitrária para se tornar “[...] um corpo que nasce 'espontaneamente' — diríamos involuntariamente — durante o decurso da atividade” (Lodolini, 1990, p. 175, tradução nossa). Essa “espontaneidade” decorre do fato de arquivos serem resultado de atividades humanas, tendo nos documentos que os compõem evidências cujo significado está diretamente vinculado ao contexto de criação (Eastwood, 1994).

Identifica-se, assim, que a organicidade está ancorada nas relações funcionais da produção documental. No entanto, quando o conjunto documental não decorre “espontaneamente” de uma estrutura administrativa formal, como ocorre nos arquivos comunitários, essa organicidade ainda persiste?

Os arquivos comunitários surgem no escopo da intencionalidade de documentar e se delineiam a partir da ação de grupos que se reúnem para registrar sua experiência comum (Flinn, 2007; Flinn; Stevens; Shepherd, 2009). E essa intencionalidade repercute inclusive nas críticas ao uso do termo “arquivo” para designar essas iniciativas (Gilliland; Flinn, 2013). Afinal, os arquivos são dotados de organicidade.

Outro ponto de debate é o conteúdo dos arquivos comunitários, mas, em linhas gerais, os “arquivos” nos arquivos comunitários incluem coleções de objetos materiais, documentos



em papel e registros digitais, materiais audiovisuais e testemunhos pessoais, todos criados ou reunidos e mantidos dentro da comunidade. **Essa definição pode suscitar algum debate sobre se essas coleções “criadas” ou “artificiais” são arquivos**, mas o movimento optou, corretamente, creio eu, por usar as definições mais amplas e inclusivas possíveis (Flinn, 2007, p. 153, tradução nossa, grifos nossos).

O debate a respeito da reunião de um conjunto de documentos acumulados em função do que representam para um grupo específico impõe aos arquivistas a necessidade de revisitar a teoria, aliada à compreensão da dimensão social da sua atuação. Conforme pontuam Anne Gilliland e Andrew Flinn (2013, p.16, tradução nossa), as diferenciações entre arquivos, bibliotecas e museus podem não fazer sentido no contexto dos arquivos comunitários, mas “[...] exigem uma reconsideração das práticas arquivísticas ‘convencionais’, bem como uma compreensão mais profunda das práticas das comunidades em questão”.

Considerando as reconfigurações que os arquivos comunitários podem gerar no âmbito da Arquivologia, o presente artigo reflete sobre a organicidade. O objetivo é explorar as possibilidades de compreender as relações documentais que transcendam as bases estritamente administrativas, utilizando a experiência comunitária como referência central.

Para tanto, parte-se da premissa de que a organicidade pode se manifestar para além da lógica administrativa da qual decorre a gênese documental. A revisão da literatura é o procedimento metodológico escolhido para sustentar essas reflexões, desenvolvidas a partir da interlocução entre o conceito de organicidade e as dinâmicas dos arquivos comunitários.

## 2 APONTAMENTOS SOBRE A ORGANICIDADE NA TEORIA ARQUIVÍSTICA

Ao revisitar Brenneke (1930), arquivista e professor do Instituto Prussiano de Arquivística (IFA), Angelika Menne-Haritz (1994) identificou a proposição do princípio de proveniência livre, segundo o qual seria possível organizar documentos de modo a evidenciar seu caráter orgânico, sem que eles jamais tivessem estado nessa ordem anteriormente.

A questão da origem remete ao princípio da proveniência e à ordem original, fundamentais para a teoria arquivística, uma vez que, conforme se observa, quaisquer que sejam os desafios impostos ao fazer arquivístico, o princípio da proveniência se mantém. Consequentemente, a proveniência pode contribuir para a inferência da organicidade, uma vez que os documentos de

arquivo são interligados por sua origem comum (Rangel, 2015). A organicidade, portanto, pode ser compreendida “[...] como essência dos documentos de arquivo” (Melo, 2021, p. 125), sendo capaz de “[...] balizar todas as teorias e aplicações arquivísticas” (Gomes, 2019, p. 158).

O entendimento da essencialidade da organicidade para a Arquivologia foi demonstrado na pesquisa de Camila Gomes (2019). A autora realiza um mapeamento histórico-epistemológico com o intuito de analisar a construção conceitual da organicidade. Dentre os resultados de sua investigação, está o diagrama do conceito da organicidade, no qual se elabora que a organicidade nasce de um conjunto de documentos dotado das características de unicidade, naturalidade, autenticidade, imparcialidade e inter-relacionamento. Na origem desses documentos, surge um elo entre os próprios documentos e entre eles e o produtor, que se constitui em prova ou evidência de um fato cuja gênese se dá em determinado contexto (Gomes, 2019, p. 159).

Nesse escopo, a organicidade delimita o objeto da Arquivologia, na medida em que permite distinguir os documentos de arquivo de outras espécies de acervos. Ao evidenciar as relações intrínsecas entre os documentos, vinculadas aos contextos de produção e às atividades que lhes deram origem, a organicidade afasta abordagens centradas exclusivamente no conteúdo ou na forma dos documentos.

As transformações observadas nas últimas décadas no campo da Arquivologia, como o reconhecimento dos arquivos pessoais, a incorporação de documentos fotográficos e o advento dos documentos nato digitais, indicam que a organicidade tem sido mobilizada para pensarmos dinâmicas até então consolidadas.

A respeito da organicidade em arquivos de pessoas, a professora Ana Maria de Almeida Camargo (2009, p. 27) “[...] reconhece nos documentos acumulados por pessoas o caráter orgânico e instrumental dos arquivos”, assim, “[...] os arquivos pessoais são dotados de organicidade à semelhança dos arquivos institucionais” (Mattos; Pereira, 2019, p. 89). Dessa forma, [...] não se pode pensar um arquivo sem entender que os documentos possuem relacionamentos próprios com as ações e atividades exercidas por quem os produziu, num determinado percurso de vida profissional e jurídica (Macêdo; Oliveira, 2019, p. 123).

Os documentos produzidos e acumulados por uma pessoa podem constituir um conjunto arquivístico, desde que se respeite e, quando for o caso, se reconstitua a sua organicidade. Essencialmente, o reconhecimento da organicidade vincula-se às atividades que deram origem aos



documentos, de modo que a gênese documental esteja relacionada a um aparato jurídico-administrativo. Contudo, quando se trata de arquivos pessoais, é preciso cautela, pois eles

[...] guardam determinados documentos que nunca terão seu contexto de produção identificado e menos ainda o elo com outros documentos. Nesse caso, o bom senso deve prevalecer. Não se deve forçar a contextualização de um dado documento a um determinado evento e/ou atividade, caso esse documento não caiba ali (Campello, 2017, p. 111).

Essa cautela também é indicada pelas pesquisadoras Patrícia Macêdo e Lúcia de Oliveira (2019, p. 125), quando concluem que “[...] não há diferença na abordagem dos arquivos; não importa sua natureza, se pessoal ou organizacional. Contudo, por causa das peculiaridades encontradas no processo de produção dos arquivos pessoais, eles carecem de maior atenção”.

A organicidade em arquivos pessoais não se expressa apenas nas funções formais/formalizadas, como, por exemplo, o vínculo empregatício da pessoa que deu origem ao conjunto documental. Incluem-se também as próprias funções sociais vivenciadas pela pessoa. Essa inclusão implica não apenas reconhecer vínculos documentais muitas vezes não evidentes, mas, sobretudo, lidar com um acervo múltiplo que pode, por exemplo, incorporar objetos.

A identificação da organicidade entre objetos e documentos que compõem um arquivo pessoal foi abordada em algumas pesquisas, entre as quais destacamos a de Thayane Vam de Berg (2017), a respeito do arquivo do artista plástico Rubens Guerchman, e a de Alexandre Faben e Maria Celina de Mello e Silva (2016), sobre o ornitólogo Helmut Sick. Em ambas as pesquisas, reconhece-se que os objetos dos produtores do acervo não são acessórios à parte de um sistema relacional construído com base nas atividades e funções sociais daquela pessoa.

Assim, a organicidade não é apenas um dado evidente, mas uma construção analítica que emerge do reconhecimento das relações contextuais da produção documental.

Outro caso emblemático em relação à organicidade de um conjunto documental refere-se às fotografias. A fotografia, enquanto documento arquivístico, apresenta especificidades que tornam a organicidade ainda mais dependente de processos de contextualização e análise, pois a “[...] identificação do significado de uma imagem somente pelo conteúdo, por meio apenas de seus elementos visuais, pode ser dúbia” (Lopez, 2009, p. 65).

Dessa forma, quando a fotografia está integrada ao seu contexto funcional e ao seu ambiente original de produção, ela passa a estabelecer relações com diferentes documentos igualmente gerados no âmbito de uma mesma atividade (Lopez, 2009; Madio, 2012).

Essa integração é passível de identificação por meio da organicidade, que ultrapassa a perspectiva física do documento, de modo que a perspectiva intelectual e contextual dos documentos deve orientar as ações dos arquivistas junto aos acervos (Duranti, 1994). A representação da organicidade em arquivos não depende exclusivamente da manutenção física dos documentos no mesmo espaço, uma vez que pode ser realizada por meio de instrumentos adequados de descrição e acesso.

A organicidade fornece o referencial necessário ao tratamento arquivístico, pois se vincula intrinsecamente ao contexto de produção do documento. Como afirma Menne-Haritz (1994, p. 532, tradução nossa), “[...] os instrumentos de pesquisa devem proporcionar acesso aos indicadores não verbais que tornam óbvias e compreensíveis as razões da existência dos documentos”, ou seja, a compreensão de um conjunto documental está diretamente relacionada à capacidade desses instrumentos explicitar vínculos contextuais. Na mesma direção, Melo (2021, p. 39) observa que “[...] o arquivista formata instrumentos capazes de representar a organicidade, ainda que os documentos estejam fisicamente separados”.

A organicidade é expressa a partir do produtor dos documentos, de suas funções e dos documentos que delas decorrem. Dessa forma, podemos afirmar que

[...] uma das características fundamentais da definição de arquivos reside, na verdade, em sua origem: **as modalidades de sua produção e a natureza de seu produtor**. Esse elemento é de suma importância e está no cerne do que distingue os arquivos de outros recursos documentais (Klein, 2019, p. 23, tradução nossa, grifos nossos).

Em sua abordagem clássica, a organicidade pressupõe uma unidade produtora e uma determinada continuidade funcional. Contudo, outras possibilidades de proveniência, como as múltiplas proveniências, em especial no ambiente digital, e a proveniência social tensionam essa concepção ao evidenciar que os documentos não são necessariamente resultado de uma única instância produtora, mas de processos compartilhados.

Nesse sentido, ao ampliar a definição de produtor “[...] para incluir todos aqueles que contribuem para o processo de criação de um documento ou que foram diretamente afetados pela

sua ação” (McKemmish; Piggott, 2013, p. 137, tradução nossa), podemos compreender os vínculos documentais de forma mais complexa, sem que isso implique transformar o conjunto em uma coleção artificial, mas sim reconhecer a pluralidade de vínculos que o constitui.

Para garantir a polissemia dos arquivos e seu uso para fins muito diferentes daqueles que motivaram sua acumulação, não se deve jamais menosprezar algumas premissas que nunca saem de moda: **o respeito à proveniência, a compreensão da lógica de sedimentação do conjunto documental, a preservação da organicidade, a manutenção do elo entre os documentos e as circunstâncias que determinaram sua produção** (Campos, 2019, p. 11, grifos nossos).

Vimos, a partir dos exemplos abordados ao longo do presente artigo, que, embora tradicionalmente vinculada aos fluxos administrativos e às estruturas formais de produção documental, a organicidade não se esgota nesses contextos. As transformações contemporâneas no campo arquivístico evidenciam que as relações entre documento e os produtores podem assumir formas distintas daquelas estabelecidas pela lógica jurídico-administrativa, nesse sentido Tom Nesmith (2002) identifica que

[...] a origem dos documentos é muito mais complexa, como muitos arquivistas já começaram a concluir. **Ela inclui os contextos sociais** e intelectuais que moldaram as ações das pessoas e instituições que criaram e mantiveram documentos (Nesmith, 2002, p. 35, tradução nossa, grifos nossos).

Nesse cenário, cabe questionar como o vínculo entre produção documental, experiência social e memória coletiva se manifesta quando o produtor não se limita a uma única entidade, formalmente estruturada ou não. O interesse reside, sobretudo, nos casos em que a produção e a acumulação documental decorrem da intencionalidade de afirmar identidades e preservar trajetórias.

### 3 ARQUIVOS COMUNITÁRIOS E A RECONFIGURAÇÃO DA PRODUÇÃO DOCUMENTAL

Os arquivos podem ser compreendidos como espaços dinâmicos de construção e de significado, a partir da relação entre memória, verdade e justiça (Ketelaar, 2008). Ao mesmo tempo, “[...] a existência, a preservação e a disponibilidade de arquivos e documentos em nossa sociedade



são fortemente determinadas pela distribuição de riqueza e poder” (Zinn, 1977, p. 20, tradução nossa). Assim sendo, a verdade documental é problematizada por Ketelaar (2008), especialmente a partir das concepções de Ciaran Trace (2002), na medida em que os autores reconhecem que o que é registrado nos documentos nunca é simplesmente o que aconteceu e, por essa razão, o documento é interpretado como uma “[...] entidade socialmente construída e mantida” (Trace, 2002, p. 137, tradução nossa).

Em consequência, os arquivos enquanto instituição também estão sob a influência social (Nesmith, 2002), ainda que, de modo geral, exista a visão de que “[...] a uma instituição ou pessoa não se pergunta se deseja um arquivo; [e que] a formação deste decorre naturalmente da existência e funcionamento dela, como reflexo material de suas atividades [...]” (Tessitore, 2017, p. 14).

No bojo das reflexões pós-modernas no campo arquivístico, vimos emergir os arquivos comunitários, organizados por grupos que pretendem salvaguardar sua memória por intermédio dos acionamentos que os documentos são capazes de produzir. Essa organização pode ser influenciada por diversos fatores, “[...] como justiça social, foco em identidades e experiências comuns e o desejo de documentar comunidades historicamente sub-representadas em arquivos tradicionais” (Gilliland; Flinn, 2013, p. 1, tradução nossa).

Em que pese os esforços das instituições tradicionais com vistas à inclusão, os arquivos comunitários desempenham um papel fundamental como fonte de informação sobre grupos não incluídos em registros oficiais (Bibeault, 2025), ou até incluídos, mas dentro de uma perspectiva alinhada ao *status quo*. Além disso, ressalta-se que, quando essa inclusão ocorre, ela se dá no âmbito de um aparato jurídico-administrativo frequentemente naturalizado no escopo da produção documental, o que pode reproduzir exclusões, assimetrias e preconceitos. Desse modo, é notório que o arquivo comunitário surge a partir das necessidades específicas de um determinado grupo.

O uso do termo “arquivo comunitário” é contestado por quem está a par ou a parte dessas iniciativas (Gilliland; Flinn, 2013). Mas, sobretudo, independente de definições e delimitações no âmbito teórico do que são arquivos comunitários, é imprescindível reconhecer que eles constituem intervenções reais “no campo das narrativas arquivísticas” e são “intervenções frequentemente críticas, politicamente carregadas de noções de justiça social e direitos civis” (Gilliland; Flinn, 2013, p. 3, tradução nossa).



Gilliland e Flinn (2013, p. 1, tradução nossa) identificam que as características dos arquivos comunitários “variam consideravelmente em diferentes contextos e ambientes culturais”. Ainda assim, mesmo que os próprios autores enfatizem a diversidade e a fluidez conceitual dos arquivos comunitários, eles buscaram reconhecer pontos em comum dessas iniciativas, entre os quais destacamos: indícios de autonomia em relação às instituições formais, a centralidade da comunidade na produção documental e a ênfase em narrativas e experiências marginalizadas.

Além disso, o uso do “termo ‘arquivos comunitários’ pode ser visto como algo imposto externamente por pesquisadores da área de arquivologia, em vez de surgir organicamente a partir desses esforços comunitários” (Caswell, Cifor; Ramírez, 2016, p. 62, tradução nossa).

Ressaltamos que a terminologia “arquivos comunitários”, no escopo dos estudos realizados em âmbito internacional, engloba diversas iniciativas que podem variar, inclusive, quanto às motivações de sua criação. Muitas vezes, as pessoas que participam dessas iniciativas não se autodenominam como arquivo comunitário (Gilliland; Flinn, 2013).

Apesar de identificarmos uma tendência entre os autores de entenderem que a definição pode ser um sinônimo de limitação (Gilliland; Flinn, 2013), reconhecemos que há esforços de outros autores em busca dessa definição. A pesquisadora Joanna Newman (2012), por exemplo, define arquivos comunitários como

[...] o conjunto de documentos que se originam em uma comunidade – isto é, um grupo de pessoas que vivem no mesmo local ou compartilham outras formas de interesse comum – e cuja coleta, manutenção e uso envolvem a participação ativa dessa comunidade (Newman, 2012, p. 3, tradução nossa).

Há um ponto de convergência entre Newman (2012) e Gilliland e Flinn (2013) que gostaríamos de destacar: os arquivos comunitários estão presentes em diversas iniciativas, desde associações locais até museus comunitários.

Diante da reconhecida fluidez conceitual e das diversas perspectivas, vimos o cenário brasileiro definir, a partir da atualização da Lei de Arquivos, por intermédio do Decreto nº 12.599, de 28 de agosto de 2025, o que se entende como arquivos comunitários

[...] os conjuntos de documentos produzidos, recebidos, acumulados e organizados por coletividades no exercício de suas atividades, e as instituições formadas por essas

coletividades para custodiar, preservar e promover o acesso a esses acervos, com o objetivo de afirmar suas memórias, identidades e trajetórias sociais (Brasil, 2025, n. p.).

Há, portanto, “[...] o reconhecimento, por parte do Estado brasileiro, do potencial desses acervos nas dinâmicas de representação das memórias coletivas de grupos até então não abrangidos pelo escopo dessa legislação” (Rangel, 2025, p. 87). A própria legislação estabelece que os documentos organizados pelas coletividades constituem o arquivo comunitário. Ou seja, as lógicas de acumulação desses acervos não se organizam prioritariamente com base em funções institucionais formais, mas consideram sobretudo as dinâmicas sociais e culturais próprias dessas coletividades.

A variedade de iniciativas que podem ser identificadas como arquivo comunitário nos coloca diante de diversas possibilidades de produção documental que, necessariamente, podem não possuir organicidade. Gilliland e Flinn (2013) consideram que os conjuntos documentais que integram os arquivos comunitários podem ser constituídos por meio de duas maneiras (Gilliland, Flinn, 2013, p. 9, tradução nossa):

- a) acumulado por uma comunidade, contendo documentos que reflitam as formas de organização dessa comunidade, da vida individual ou coletiva; e
- b) coletado e compilado ativamente pela comunidade.

Os autores indicam que há uma variedade de documentos que podem compor um arquivo comunitário e, por essa razão, “[...] é melhor considerar o assunto do material e o significado ou valor que ele tem dentro da comunidade, em vez de seu tipo ou formato” (Gilliland, Flinn, 2013, p. 9, tradução nossa). Em outras palavras, é preciso considerar o contexto em que os documentos são produzidos e acumulados para identificarmos o caráter orgânico dos conjuntos documentais que compõem um arquivo comunitário.

Nesse sentido, a constituição desses arquivos nos faz repensar o eixo tradicional da organicidade, substanciado na produção de documentos decorrentes do exercício de funções e atividades de uma entidade produtora. A partir dos arquivos comunitários, adiciona-se uma dimensão social, na qual a relevância documental não se estabelece apenas por sua inserção em



fluxos funcionais, mas também pelo reconhecimento de seu significado para determinada comunidade.

Acreditamos que esse deslocamento não implica, contudo, a ausência de organicidade, mas aponta para a necessidade de refletir sobre outras formas de vínculo entre documentos, alicerçadas em dinâmicas sociais, identitárias e de pertencimento.

#### **4 ORGANICIDADE PARA ALÉM DA FUNÇÃO: UMA PERSPECTIVA RELACIONAL**

As características e definições de arquivos comunitários mobilizadas neste artigo convergem para o entendimento de que os documentos que compõem esses acervos são reunidos com o objetivo central: preservar as memórias, experiências e trajetórias de determinada comunidade (Brasil, 2025; Flinn; Stevens; Shepherd, 2009; Gilliland, Flinn, 2013; Newman, 2012). E o cumprimento desse objetivo pode viabilizar diferentes formas de produção e de acumulação documental. Pode-se, por exemplo, incentivar membros da comunidade a compartilhar documentos e testemunhos sobre fatos, experiências ou pessoas significativas para aquele grupo, bem como realizar pesquisas em instituições com o objetivo de identificar registros e representações dessa comunidade em outros contextos de produção documental.

Nesse sentido, compreendemos que o arquivo comunitário se constitui por meio de processos que tensionam a naturalidade da produção documental, uma vez que há intencionalidade explícita na produção, reunião ou acumulação de documentos voltados à representação daquela comunidade.

Se considerarmos apenas a intencionalidade que orienta essa constituição, o arquivo comunitário poderia ser compreendido como uma coleção. Contudo, a escolha por reunir tais documentos não decorre de um critério meramente temático ou arbitrário, mas de relações de pertencimento, memória coletiva e experiência social comum, e a dimensão arquivística da potência dessa iniciativa não deve ser desconsiderada.

Conforme identificado anteriormente, a organicidade se estabelece a partir do contexto da produção documental e da relação que os documentos mantêm entre si e com as atividades de seu produtor. Como salienta Duranti (1997), os documentos arquivísticos não existem de forma isolada; há sempre uma lógica funcional e contextual.

No caso dos arquivos comunitários, entretanto, em um primeiro momento, pode parecer que essa lógica se apresenta de maneira completamente distinta; afinal, os documentos que compõem esses acervos podem ter origem em múltiplos contextos, reunidos a partir do interesse em representar, preservar e tornar acessível a memória de uma comunidade. Nesses casos, a relação entre os documentos não se estrutura necessariamente a partir de uma função administrativa compartilhada, nem de uma unidade produtora formalmente delimitada.

Isso não significa, contudo, ausência de organicidade. Ao contrário, suscita a possibilidade de ampliação de seu eixo estruturante: da função administrativa às relações sociais que conectam os sujeitos, bem como às suas experiências e trajetórias comuns. Assim, o vínculo entre os documentos não se fundamenta exclusivamente na atividade institucional que lhes deu origem e passa também a ser reconhecido na experiência coletiva que lhes confere sentido.

Terry Eastwood (1994, p. 128, tradução nossa) reconhece que “[...] nenhum documento isoladamente pode fornecer o contexto suficiente” e, por isso, eles são “[...] interdependentes quanto ao seu significado e à capacidade de servir como prova das atividades que os geraram”.

Na mesma perspectiva, Duranti (1997, p. 215, tradução nossa) aponta que o vínculo arquivístico “[...] é a rede de relações que cada documento estabelece com os demais documentos pertencentes a um mesmo conjunto documental”. Além disso, a autora identifica que o vínculo arquivístico é responsável por fazer com que documentos iguais sejam interpretados como distintos entre si justamente em razão das relações que estabelecem no interior do conjunto ao qual pertencem. Igualmente, Menne-Haritz (1994) identifica que os documentos arquivísticos devem ser compreendidos menos por seu conteúdo isolado e mais pelos processos que os produziram, de modo que seja possível “[...] garantir que os vestígios dos processos de tomada de decisão sejam visíveis e transparentes” (Menne-Haritz, 1994, p. 528, tradução nossa).

As formulações apresentadas reforçam que a organicidade se evidencia por meio das relações que vinculam os documentos às atividades das quais decorrem, bem como ao contexto de sua produção, tradicionalmente compreendido a partir da estrutura administrativa da entidade produtora (Eastwood, 1994). Nos arquivos comunitários, contudo, a diversidade de formas de produção e de acumulação documental suscita reflexões sobre os elementos que podem sustentar a organicidade dos conjuntos documentais constituídos no âmbito dessas iniciativas.



Nesse sentido, considerando a intencionalidade presente nos processos de formação dos arquivos comunitários, torna-se pertinente refletir sobre a possibilidade de que vínculos sociais e memoriais também sejam compreendidos como elementos de sustentação da organicidade documental.

Jeannette Bastian (2003) sugere que, para além dos documentos de natureza burocrática, vinculados às ações de governo e às suas práticas juridicamente instituídas, e dos documentos de ordem pessoal, como diários, cartas e álbuns pessoais, as comunidades também produzem e preservam formas de registro associadas às suas práticas coletivas, como comemorações, narrativas orais, desfiles e outros modos de convivência social.

Conforme destaca a autora,

Os documentos de uma comunidade não apenas comprovam as ações e transações dos indivíduos dentro da comunidade, mas também definem a consciência pública da própria comunidade. Os registros, orais ou escritos, tornam-se tanto criadores quanto produtos da memória social de uma comunidade. **A existência de relações inerentes entre os documentos históricos e as comunidades que os criam está implícita na própria existência de acervos arquivísticos** (Bastian, 2003, p. 5, tradução nossa, grifos nossos).

A partir dessa compreensão, Bastian (2003) reconhece que tais manifestações constituem formas de registro cujo reconhecimento decorre tanto da própria comunidade quanto de sua capacidade de atribuir sentido à própria trajetória histórica.

Ao aprofundar essa discussão, Bastian (2006, p. 279) questiona de que maneira a comunidade arquivística poderia contribuir para o debate acadêmico sobre os documentos e oferecer uma perspectiva capaz de compreender as relações entre arquivos e comunidades de modo mais abrangente e representativo. Nesse contexto, a autora recorre ao princípio da proveniência como elemento teórico apto a sustentar o debate. Para tanto, reconhece que é necessário entender que o que entendemos como “orgânico” é uma parte de um todo e indica que [...] muitos teóricos da Arquivologia estão se voltando para uma reinterpretação da proveniência como forma de acomodar uma visão mais completa e complexa da memória social (Bastian, 2006, p. 280, tradução nossa) .

A autora recorre à proveniência social e às múltiplas proveniências (do modelo de *records continuum*) como alternativas teóricas da Arquivologia para abarcar uma visão que incorpora aspectos da memória de uma determinada comunidade. Além disso, sugere que a proveniência seja



“[...] a ferramenta teórica para expressar relações e expressar a ‘totalidade dos registros’” (Bastian, 2006, p. 283, tradução nossa) e que os arquivistas da contemporaneidade estejam atentos, pois os “[...] documentos oficiais, quando analisados quanto ao conteúdo, contextualizados e combinados com registros não tradicionais, poderiam oferecer uma visão mais ampla da sociedade” (Bastian, 2006, p. 284, tradução nossa).

No entendimento de Bastian (2003, 2006), os registros não tradicionais são os que se conectam à memória coletiva e, nesse sentido, vimos que os arquivos comunitários não se estabelecem apenas pela preservação de documentos oficiais, mas especialmente, das vivências comuns de pessoas que integram uma mesma coletividade.

Nessa perspectiva, a noção de proveniência social reforça a compreensão de que os vínculos que sustentam determinados conjuntos documentais não se limitam à sua origem institucional, mas também se constroem a partir das relações sociais que lhes atribuem sentido. Segundo Michelle Rydz (2010, p. 8, tradução nossa), a proveniência social “[...] não pode ser plenamente realizada sem a contribuição da sociedade que ela representa”, o que evidencia o papel ativo da comunidade na formação, no reconhecimento e na manutenção de seus próprios arquivos.

Com a participação ativa da comunidade na formação dos seus arquivos, compreende-se a organicidade não apenas como decorrência de funções administrativas, mas também como expressão de relações sociais. Sheffield (2020) identificou que, no âmbito dos arquivos comunitários,

O trabalho arquivístico também **produz conjuntos documentais que possuem valor simbólico e afetivo**, capazes de afirmar e legitimar identidades pessoais e comunitárias. Além disso, a participação no trabalho arquivístico gera impacto social ao reunir grupos de pessoas por meio de seu envolvimento com os arquivos, bem como por que **os arquivos evidenciam conexões sociais entre e no interior dos grupos documentados nos registros** (Sheffield, 2020, p. 10, tradução nossa, grifos nossos).

Os arquivos comunitários tensionam a formulação clássica de organicidade, sem renunciar aos seus fundamentos. Se, na tradição arquivística, a organicidade se estrutura a partir das relações funcionais e administrativas que vinculam os documentos ao seu contexto de produção, nos arquivos comunitários essas relações também podem ser observadas a partir de vínculos sociais, memoriais e identitários que, associados ao valor simbólico e afetivo, conferem coesão e sentido ao conjunto documental.



É preciso destacar que, conforme pontua Michelle Caswell (2020, p. 24, tradução nossa), “[...] práticas e valores são sempre contextuais, culturalmente dependentes e mutáveis, aquilo que uma comunidade valoriza ou pratica em seus arquivos pode não corresponder ao que outra comunidade valoriza ou pratica”.

Dessa forma, torna-se necessário reconhecer o contexto de produção dos documentos e os critérios que orientam sua produção e sua acumulação no âmbito do conjunto documental. Isso não significa afirmar que a organicidade possa ser atribuída indistintamente a qualquer conjunto de documentos, mas, sim, reconhecer que ela pode ser identificada em escolhas simbólicas e em processos sociais de reconhecimento e atribuição de valor, especialmente quando se trata de memória e de disputas por representação.

A partir das reflexões desenvolvidas, sugere-se a possibilidade de compreender a organicidade, no contexto dos arquivos comunitários, sob uma perspectiva sociorrelacional, na qual os vínculos entre os documentos se estruturam não apenas por funções administrativas formais, mas também por relações sociais, memoriais e identitárias compartilhadas pela coletividade que os produz, reúne e preserva.

Ao contrário das coleções temáticas, que se organizam por critérios externos, o arquivo comunitário fundamenta sua existência em um critério interno e orgânico: a experiência social compartilhada. Enquanto na coleção o vínculo entre os documentos é substituível e determinado pelo tema, no arquivo comunitário a acumulação não é arbitrária, mas sim indissociavelmente vinculada à trajetória do grupo.

Nessa perspectiva, a organicidade do arquivo comunitário não se ancora apenas na convergência temática dos documentos, mas, sobretudo, nas relações sociais que orientam sua produção e sua acumulação. O mecanismo que estrutura esse vínculo é o conjunto de práticas sociais recorrentes e de processos de autorrepresentação que conferem continuidade simbólica à coletividade. Assim, os documentos não são reunidos simplesmente por tratarem do mesmo assunto, mas porque constituem desdobramentos indissociáveis das práticas coletivas e das dinâmicas sociais que permeiam a vida comunitária. O que assegura o estatuto arquivístico desses conjuntos é, portanto, a existência de um nexos causal entre a experiência coletiva e a gênese documental.



## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo buscou refletir sobre o conceito de organicidade a partir dos arquivos comunitários, com objetivo de explorar possibilidades para a compreensão das relações entre os documentos e seus produtores para além da concepção jurídico administrativa capilarizadas no cerne da teoria arquivística.

A revisão teórica evidenciou que a organicidade permanece como atributo fundamental para a delimitação do objeto da Arquivologia, na medida em que reforça o caráter relacional dos documentos arquivísticos e sua vinculação ao contexto de produção. Ao mesmo tempo, a compreensão do que são as iniciativas denominadas arquivos comunitários identificou que os processos de formação desses acervos introduzem dinâmicas específicas que consideram o valor simbólico e até afetivo dos documentos.

As reflexões desenvolvidas indicam que, no contexto dos arquivos comunitários, vínculos sociais, memoriais e identitários podem contribuir para a sustentação da organicidade, especialmente quando a coesão do conjunto não decorre exclusivamente de funções administrativas ou de uma única entidade produtora formal. Nesse sentido, compreendemos que a organicidade pode ser observada a partir de relações socialmente construídas, vinculadas à experiência coletiva, ao pertencimento e à memória compartilhada.

Se o campo arquivístico já incorporou os arquivos pessoais, reconheceu a fotografia como documento de arquivo e passou a admitir múltiplas proveniências no ambiente digital, pode-se concluir que é a partir da própria organicidade que também se torna possível reconhecer as iniciativas de arquivos comunitários como acervos arquivísticos.

Mais do que repensar o conceito de organicidade a partir dos arquivos comunitários, trata-se de reconhecer a capacidade histórica da Arquivologia de revisitar seus próprios fundamentos diante de novos contextos documentais e sociais.

## REFERÊNCIAS

BASTIAN, J. A. **Owning memory**: how a Caribbean community lost its archives and found its history. Westport: Libraries Unlimited, 2003. (Contributions in Librarianship and Information Science, 99).



BASTIAN, J. A. Reading colonial records through an archival lens: the provenance of place, space and creation. **Archival Science**, [s. l.], v. 6, n. 3, p. 267-284, 2006.

BELLOTTO, H. B. **Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documentos de arquivo**. São Paulo: Arquivo do Estado, 2002. (Projeto Como fazer, 8).

BIBEAULT, B. Community defining archives: a comparative view of community archives definitions. **Journal of Contemporary Archival Studies**, [New Heaven], v. 12, n. 1, 2025.

BRASIL. **Decreto nº 12.599, de 28 de agosto de 2025**. Altera o Decreto nº 4.073, de 3 de janeiro de 2002, que regulamenta a Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados. Brasília, DF: Presidência da República, 2025. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2023-2026/2025/decreto/d12599.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2025/decreto/d12599.htm). Acesso em: 22 abr. 2026.

CAMARGO, A. M. de A. Arquivos pessoais são arquivos. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, v. 45, n. 2, p. 26-39, 2009. Disponível em: [http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/rapm\\_pdf/2009-2-A02.pdf](http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/rapm_pdf/2009-2-A02.pdf). Acesso em: 21 abr. 2026.

CAMPELLO, L. de O. S. Pela legitimidade arquivística dos arquivos pessoais: o caso do arquivo de Epifânio Dória. In: CAMPOS, J. F. G. (org.). **Arquivos pessoais: experiências, reflexões, perspectivas**. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2017. p. 107-119. (Eventus, 4). Disponível em: [https://arqsp.org.br/wp-content/uploads/2016/11/Arquivos-pessoais\\_experiencias\\_reflexoes-perspectivas\\_1\\_e-book.pdf](https://arqsp.org.br/wp-content/uploads/2016/11/Arquivos-pessoais_experiencias_reflexoes-perspectivas_1_e-book.pdf). Acesso em: 28 abr. 2026.

CAMPOS, J. F. G. Experiências, reflexões, perspectivas. In: CAMPOS, J. F. G. (org.). **Arquivos pessoais: experiências e perspectivas**. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2019. p. 8-11. (Eventus, 5). Disponível em: <https://arqsp.org.br/wp-content/uploads/2019/05/CAMPOS-2019-Arquivos-pessoais-experi%C3%Aancias-e-perspectivas.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2026.

CASWELL, M. Affective bonds: what community archives can teach mainstream institutions. In: BASTIAN, J. A.; FLINN, A. (ed.). **Community archives, community spaces: heritage, memory and identity**. London: Facet Publishing, 2020, p. 21-40.

CASWELL, M.; CIFOR, M.; RAMÍREZ, M. H. "To suddenly discover yourself existing": Uncovering the impact of community archives. **The American Archivist**, Chicago, v. 79, n. 1, p. 56-81, 2016.

DURANTI, L. Registros documentais contemporâneos como provas de ação. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, p. 49-64, 1994. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/1976>. Acesso em: 18 abr. 2026.

DURANTI, L. The archival bond. **Archives and museum informatics**, [s. l.], v. 11, n. 3, p. 213-218, 1997.

EASTWOOD, T. What is archival theory and why is it important? **Archivaria**, Ottawa, n. 37, p. 122-130, 1994. Disponível em: <https://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/11991>. Acesso em: 19 mar. 2026.

FABEN, A.; SILVA, M. C. de M. Instrumento científico como documento de arquivo pessoal institucionalizado: organicidade e identificação tipológica no arquivo Helmut Sick. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL CULTURA MATERIAL E PATRIMÔNIO DE C&T, 4., 2016, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: MAST, 2016. p. 586-600. Disponível em: [http://site.mast.br/hotsite\\_anais\\_ivspct\\_2/pdf\\_03/33%20%2034%20IVSPCT%20\\_FABEN&SILVA\\_%20-%20Texto%20completo%20\\_2\\_.pdf](http://site.mast.br/hotsite_anais_ivspct_2/pdf_03/33%20%2034%20IVSPCT%20_FABEN&SILVA_%20-%20Texto%20completo%20_2_.pdf). Acesso em 21 abr. 2026.

FLINN, A. Community histories, community archives: some opportunities and challenges. **Journal of the Society of Archivists**, [s. l.], v. 28, n. 2, p. 151-176, 2007. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/00379810701611936>. Acesso em: 21 abr. 2026.



FLINN, A.; STEVENS, M.; SHEPHERD, E. Whose memories, whose archives? Independent community archives, autonomy and the mainstream. **Archival Science**, [s. l.], v. 9, n. 9, p. 71- 86, 2009. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s10502-009-9105-2>. Acesso em: 21 abr. 2026.

FUKUHARA, R.; TROITIÑO, S. O uso do termo organicidade e suas interpretações no âmbito da teoria arquivística. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 2, p. 1-34, 2024. Disponível em: <https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/2058>. Acesso em: 18 abr. 2026.

GILLILAND, A.; FLINN, A. Community archives: what are we really talking about? *In*: CIRN PRATO COMMUNITY INFORMATICS CONFERENCE, 2013, Prato. **Proceedings** [...]. Prato: Centre for Community Networking Research, Centre for Social Informatics, Monash University, 2013. p. 1-23. Disponível em: [https://www.monash.edu/\\_\\_data/assets/pdf\\_file/0007/920626/gilliland\\_flinn\\_keynote.pdf](https://www.monash.edu/__data/assets/pdf_file/0007/920626/gilliland_flinn_keynote.pdf). Acesso em: 20 abr. 2026.

GOMES, C. D. L. de S. **Contribuições histórico-epistemológicas da organicidade como nível de integração teórica da Arquivologia**. 2019. 184 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) — Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, 2019. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/37327>. Acesso em: 19 mar. 2026.

KETELAAR, E. Archives as spaces of memory. **Journal of the Society of Archivists**, [s. l.], v. 29, n. 1, p. 9-27, 2008.

KLEIN, A. **Archive(s), mémoire, art : éléments pour une archivistique critique**. Quebec: Presses de l'Université Laval, 2019.

LODOLINI, E. **Archivistica: principi e problemi**. 5. ed. ampl. Milano: Franco Angeli, 1990.

LOPEZ, A. P. A. Imagens e documentos fotográficos em arquivos. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 59-71, 2009.

MACÊDO, P. L. P.; OLIVEIRA, L. M. V. de. Arquivos pessoais e teoria arquivística: o arranjo como uma função de pesquisa. *In*: CAMPOS, J. F. G. (org.). **Arquivos pessoais: experiências e perspectivas**. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2019. p. 108-127. (Eventus, 5). Disponível em: <https://arqsp.org.br/wp-content/uploads/2019/05/CAMPOS-2019-Arquivos-pessoais-experi%C3%Aancias-e-perspectivas.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2026.

MADIO, T. C. de C. Uma discussão dos documentos fotográficos em ambiente de arquivo. *In*: VALENTIM, M. L. P. (org.). **Estudos avançados em Arquivologia**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. p. 55-68.

MATTOS, R. de; PEREIRA, A. A. C. Discussões em torno dos arquivos pessoais face a teoria arquivística. **BIBLOS**, [s. l.], v. 33, n. 2, p. 75-91, 2019. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/8826/7276>. Acesso em: 19 abr. 2026.

MCKEMMISH, S.; PIGGOTT, M. Toward the archival multiverse: challenging the binary opposition of the personal and corporate archive in modern archival theory and practice. **Archivaria**, Ottawa, v. 76, p. 111-114, 2013. Disponível em: <https://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/13461/14781>. Acesso em: 19 abr. 2026.

MENNE-HARITZ, A. Appraisal or documentation: can we appraise archives by selecting content?. **The American Archivist**, Chicago, v. 57, n. 3, p. 528-542, 1994. Disponível em: <https://american-archivist.kglmeridian.com/view/journals/aarc/57/3/article-p528.xml>. Acesso em: 19 abr. 2026.

MELO, Í. F. **As funções arquivísticas à luz do princípio da proveniência: um habitus em construção**. 2021. 221 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) — Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília,



2021. Disponível em: [https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/41694/1/2021\\_%C3%8DvinaFloresMelo.pdf](https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/41694/1/2021_%C3%8DvinaFloresMelo.pdf). Acesso em: 21 abr. 2026.

NESMITH, T. Seeing archives: postmodernism and the changing intellectual place of archives. **The American Archivist**, Chicago, v. 65, n. 1, p. 24-41, 2002.

NEWMAN, J. Sustaining community archives. **Australasian Public Libraries and Information Services**, [s. l.], v. 25, n. 1, p. 37-45, 2012.

RANGEL, K. da S. **Revisitando o princípio da proveniência**: percepções sobre a organicidade. 2015. 101 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão de Documentos e Arquivos) — Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <https://www.unirio.br/ppgarq/tccs/turma-2013/rangel-kissila-da-silva-revisitando-o-principio-da-proveniencia-percepcoes-sobre-a-organicidade/view>. Acesso em: 21 abr. 2026.

RANGEL, K. da S. Arquivos para quem?: a inclusão dos arquivos comunitários na regulamentação da Lei de Arquivos do Brasil. **Páginas a&b: arquivos e bibliotecas**, [Porto], n. 24, p. 87-99, 2025. Disponível em: <https://ojs.letras.up.pt/index.php/paginasaeb/article/view/15670>. Acesso em: 21 abr. 2026.

RYDZ, M. **Participatory archiving**: exploring a collaborative approach to Aboriginal societal provenance. 2010. 132 f. Dissertação (Master of Arts in Archival Studies) — University of Manitoba; University of Winnipeg, Winnipeg, 2010. Disponível em: <https://mspace.lib.umanitoba.ca/server/api/core/bitstreams/7827d3ed-cd24-4ab0-9b24-8d98c11cad98/content>. Acesso em: 21 abr. 2026.

SHEFFIELD, R. T. Archival optimism, or, how to sustain a community archives. In: BASTIAN, J. A.; FLINN, A. (ed.). **Community archives, community spaces**: heritage, memory and identity. London: Facet Publishing, 2020. p. 3-20.

TESSITORE, V. Arquivos, centros de documentação e de memória: perfis institucionais e funções sociais. In: CAMPOS, J. F. G. (org.). **Arquivos pessoais**: experiências, reflexões, perspectivas. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2017. p. 12-28. (Eventus, 4). Disponível em: [https://arqsp.org.br/wp-content/uploads/2016/11/Arquivos-pessoais\\_experiencias\\_reflexoes-perspectivas\\_1\\_e-book.pdf](https://arqsp.org.br/wp-content/uploads/2016/11/Arquivos-pessoais_experiencias_reflexoes-perspectivas_1_e-book.pdf). Acesso em: 28 abr. 2026.

TRACE, C. B. What is recorded is never simply “what happened”: record keeping in modern organizational culture. **Archival science**, [s. l.], v. 2, n. 1, p. 137-159, 2002.

VAM DE BERG, T. V. **Arquivos de artistas plásticos**: o processo de criação artística nos documentos de Rubens Gerchman. 2016. 171 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão de Documentos e Arquivos) — Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <https://www.unirio.br/ppgarq/tccs/turma-2014/berg-thayane-vicente-vam-de-arquivos-de-artistas-plastico-o-processo-de-criacao-artistica-nos-documentos-de-rubens-gerchman/view>. Acesso em: 21 abr. 2026.

ZINN, H. Secrecy, archives, and the public interest. **The Midwestern Archivist**, [s. l.], v. 2, n. 2, p. 14-26, 1977.

---

## LICENÇA DE USO

Os autores cedem à **OFFICINA: Revista da Associação de Arquivistas de São Paulo** os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution](#) (CC BY) 4.0 International.





## O ENCONTRO DE ARQUIVO, CULTURA E JUSTIÇA SOCIAL E A CRIAÇÃO DA REDE LATINO-AMERICANA DE PESQUISADORES EM ARQUIVOS COMUNITÁRIOS, CULTURA, IDENTIDADE E JUSTIÇA SOCIAL

*The Archive, Culture and Social Justice Meeting and the creation of the Latin American Network of Researchers in Community Archives, Culture, Identity and Social Justice*

Natália Bolfarini Tognoli<sup>1</sup> 

Lucia Maria Velloso de Oliveira<sup>2</sup> 

Bianca Therezinha Carvalho Panisset<sup>3</sup> 

### RESUMO

O artigo relata a experiência de criação e consolidação do Encontro de Arquivo, Cultura e Justiça Social, realizado a partir de 2024, e analisa sua contribuição para a constituição da Rede Latino-Americana de Pesquisadores em Arquivos Comunitários, Cultura, Identidade e Justiça Social. Tem como objetivo apresentar o contexto de surgimento do evento, discutir sua trajetória e refletir sobre sua relevância para o fortalecimento dos debates acerca dos

<sup>1</sup>Professora adjunta no Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense (UFF). Docente permanente no Programa de Pós-graduação em Memória e Acervos da Fundação Casa de Rui Barbosa (PGMA/FCRB) e no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense (PPGCI/UFF). Editora-chefe da *Knowledge Organization Journal* e editora científica da revista *Officina*. Líder do grupo de pesquisa “Arquivos, Bibliotecas e Organização do Conhecimento”. Bolsista de Produtividade em Pesquisa – CNPq nível 2. E-mail: [nataliatognoli@id.uff.br](mailto:nataliatognoli@id.uff.br). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5668344562019395>

<sup>2</sup>Professora Adjunta, 40 h DE, da Universidade Federal Fluminense do Departamento da Ciência da Informação, habilitada e classificada em concurso público de provas e títulos, cedida desde março de 2024, para a Fundação Casa de Rui Barbosa, onde ocupa o cargo de Diretora do Centro de Memória e Informação. É Professora permanente credenciada ao Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense e Professora do Programa de Pós-Graduação em Memória e Acervos da Fundação Casa de Rui Barbosa. Nomeada pelo Presidente da Fundação Casa de Rui Barbosa, Pró-Reitora do Programa de Pós-Graduação em Memória e Acervos (PPGMA), desde abril de 2024. E-mail: [luciemarie@gmail.com](mailto:luciemarie@gmail.com). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4694576349618479>

<sup>3</sup>Arquivista, chefe do Serviço de Arquivo Histórico e Institucional da Fundação Casa de Rui Barbosa, doutora em Ciência da Informação pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Mestre em Gestão de Documentos e Arquivos pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Especialista em Gestão do Conhecimento e Inteligência Empresarial pela COPPE/ UFRJ. E-mail: [biancapanisset@rb.gov.br](mailto:biancapanisset@rb.gov.br). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3747903021737250>





arquivos comunitários, da memória, da cultura e da justiça social na América Latina. Metodologicamente, trata-se de um relato de experiência fundamentado na análise documental dos registros institucionais do evento, das publicações decorrentes de suas edições e dos documentos produzidos pela Rede. Os resultados demonstram que o Encontro se consolidou como um espaço de articulação entre universidade, instituições de memória, movimentos sociais e comunidades, promovendo diálogos sobre reconhecimento, decolonização, cidadania e reparação histórica. Destaca-se, como principal desdobramento, a criação da Rede Latino-Americana de Pesquisadores em Arquivos Comunitários, Cultura, Identidade e Justiça Social, concebida como um espaço colaborativo voltado à cooperação acadêmica, ao desenvolvimento de metodologias, à formulação de políticas públicas e à valorização dos arquivos comunitários. Conclui-se que o evento contribui para a consolidação de um campo emergente de estudos e práticas arquivísticas comprometidas com a diversidade, a memória coletiva e a justiça social.

**PALAVRAS-CHAVE:** Arquivos. Cultura. Justiça Social. Rede Latino-Americana de Pesquisadores em Arquivos Comunitários, Cultura, Identidade e Justiça Social.

#### ABSTRACT

This article presents the experience of creating and consolidating the Archive, Culture and Social Justice Meeting, which has been held since 2024, and analyzes its contribution to establishing the Latin American Network of Researchers in Community Archives, Culture, Identity and Social Justice. The main goal is to present the context in which the event emerged, discuss its trajectory, and reflect on its relevance to strengthening debates on community archives, memory, culture, and social justice in Latin America. Methodologically, the study adopts an experience report approach based on documentary analysis of institutional records, publications from the meeting editions, and documents produced by the Network. The findings demonstrate that the Meeting has become an important space for collaboration among universities, memory institutions, social movements, and communities, fostering discussions on recognition, decolonization, citizenship, and historical reparation. Its most significant outcome was the creation of the Latin American Network of Researchers in Community Archives, Culture, Identity, and Social Justice, conceived as a collaborative platform dedicated to academic cooperation, methodological development, public policy advocacy, and the promotion of community archives. The article concludes that the initiative contributes to the consolidation of an emerging field of archival studies and practices committed to diversity, collective memory, and social justice.

**KEYWORDS:** Archives. Culture. Social Justice. Latin American Network of Researchers in Community Archives, Culture, Identity, and Social Justice.

## 1 INTRODUÇÃO

A gênese do *Encontro de Arquivo, Cultura e Justiça Social*, em 2023, está diretamente relacionada às inquietações teóricas e às agendas de pesquisa desenvolvidas no âmbito dos grupos *Arquivos, Bibliotecas e Organização do Conhecimento* e *Arquivos, Acesso e Informação*, vinculados ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense (PPGCI/UFF). À época, ambos apontavam para a necessidade de criar um fórum específico que inserisse mais profundamente os arquivos como lugares de identificação, pertencimento, reparação e cidadania. O encontro com o projeto de pesquisa desenvolvido no âmbito do Serviço de Arquivo Histórico e Institucional na Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB), em 2023, com a proposta de reflexão e análise acerca do papel de instituições públicas de custódia de acervos junto aos arquivos comunitários, foi oportuno, e, assim, foram estruturadas as primeiras edições do evento (2024, 2025 e 2026). A partir das discussões iniciais realizadas, ficou evidente a necessidade de aprofundar, no campo arquivístico brasileiro, o debate sobre arquivos comunitários, tema ainda pouco explorado naquele momento (2023-2024), no contexto da Arquivologia brasileira.

Nesse sentido, os interesses, inquietudes e agendas de pesquisa dos grupos e do projeto supramencionados convergiram para a temática em discussão e para a consolidação dessa convergência por meio de um evento científico. Desde sua concepção, o encontro foi pensado não apenas como um evento acadêmico, mas também como um espaço de escuta, intercâmbio e construção coletiva. A proposta buscava aproximar teoria e prática, reunindo pesquisadores nacionais e internacionais, profissionais de arquivos e representantes de instituições comunitárias que atuam diretamente na preservação de arquivos que evocam memórias coletivas. A proposta inicial era fomentar reflexões sobre os desafios da identificação, representação, preservação e acesso aos acervos produzidos frequentemente excluídos das políticas institucionais de memória e/ou que causam impacto no pleno exercício da cidadania.

A primeira edição do *Encontro de Arquivo, Cultura e Justiça Social* foi realizada presencialmente de 6 a 8 de agosto de 2024, nas dependências da Fundação Casa de Rui Barbosa, no Rio de Janeiro. Sob o tema “Identificação, representação e reconhecimento”<sup>4</sup>, o evento

<sup>4</sup> Informações sobre a programação do evento podem ser encontradas no sítio eletrônico: <https://www.even3.com.br/e/i-encontro-de-arquivos-cultura-e-justica-social-456107>. Acesso em: 20 jun. 2026.



consolidou-se como um espaço de discussão de experiências, pesquisas e estudos voltados aos arquivos comunitários, aos arquivos de movimentos sociais e de minorias e aos arquivos públicos, diante dos desafios contemporâneos relacionados ao reconhecimento de diferentes sujeitos sociais.

A organização da primeira edição partiu da compreensão de que o debate sobre arquivos comunitários ainda se encontrava em construção no contexto brasileiro. Por essa razão, optou-se por reunir pesquisadores de diferentes tradições arquivísticas e de distintas perspectivas teóricas, o que possibilitou um diálogo plural sobre o tema. Participaram do encontro pesquisadores internacionais como Andrew Flinn (Reino Unido), Ricky Punzalan (Estados Unidos) e Marta Lucía Giraldo Loperó (Colômbia), além das pesquisadoras brasileiras Natália Tognoli, Lucia Maria Velloso de Oliveira e Bianca Therezinha Carvalho Panisset, idealizadoras e organizadoras do evento que, à época, já desenvolviam reflexões sobre arquivos, ética, memória e justiça social.

Além das palestras, foram apresentados onze trabalhos de pesquisadores da área, que resultaram no primeiro volume da série *Arquivos, Cultura e Justiça Social*, a ser publicado pela Editora Pimenta Cultural em 2026 (no prelo).

Outro aspecto central da primeira edição foi a presença ativa de instituições comunitárias e de espaços de memória social. Museus comunitários, centros de documentação e iniciativas de preservação de memórias locais participaram das mesas de debate, compartilhando experiências concretas de organização, preservação e difusão de seus acervos. Participaram do encontro instituições como Ecomuseu Ilha Grande, Centro de Memória do Cacique de Ramos, Museu da Maré, Armazém Memória, Centro de Documentação LGBTI+ Prof. Dr. Luiz Mott (CEDOC LGBTI+) | Grupo Dignidade, IPEAFRO – Instituto de Pesquisas e Estudos Afro-Brasileiros, e Museu da Cultura Puri.

As discussões desenvolvidas ao longo da primeira edição evidenciaram a necessidade de ampliar as articulações entre pesquisadores e iniciativas comunitárias latino-americanas. Como resultado dos debates, foram elaboradas quatro recomendações principais: 1) a criação de uma Rede Latino-Americana de Pesquisadores em Arquivos Comunitários, Cultura, Identidade e Justiça Social; 2) a implantação de um observatório de arquivos comunitários na América Latina; 3) a publicação de um livro com os trabalhos apresentados; e 4) a realização de uma segunda edição do encontro em 2025.



A segunda edição do evento ocorreu entre os dias 24 e 26 de junho de 2025, sob o tema “Decolonização, os arquivos e as instituições de memória”<sup>5</sup>. O debate deslocou-se, então, para as perspectivas decoloniais aplicadas aos arquivos e às instituições de memória, enfatizando os processos de ressignificação dos acervos e o papel social desses arquivos na promoção do direito à cultura, à identidade e à justiça social.

A escolha do tema refletiu um momento importante de amadurecimento das discussões iniciadas no primeiro encontro. Tornou-se evidente que pensar os arquivos comunitários implicava também questionar estruturas tradicionais de poder, práticas institucionais excludentes e modelos centralizados de produção da memória. Assim, a segunda edição buscou discutir como os arquivos podem atuar como instrumentos de reparação histórica e de fortalecimento de grupos historicamente marginalizados.

O evento reuniu novamente pesquisadores nacionais e internacionais, entre eles Geoffrey Yeo (Inglaterra), Jamila Ghadar (Líbano e Canadá), Widad Mustafa El Hadi (França), Maíra Fernandes Alencar (UFPR, Brasil), além das pesquisadoras brasileiras vinculadas à FCRB e à UFF.

Na ocasião, foram apresentados vinte e um trabalhos acadêmicos, o que gerou um aumento de aproximadamente 90% no número de pesquisas interessadas em divulgar seus resultados no evento, que foram posteriormente publicados no II volume da série *Arquivos, Cultura e Justiça Social*<sup>6</sup>, sob o título *Decolonização, os arquivos e as instituições de memória*. O II Encontro manteve a estrutura de escuta, com uma nova mesa-redonda, composta por representantes de instituições comunitárias e de museus voltados à preservação de memórias indígenas, afro-brasileiras, LGBTQIA+ e de outros grupos sociais historicamente invisibilizados. As instituições presentes foram: Instituto de Pesquisa e Formação Indígena, Museu da História e da Cultura Afro-brasileira (MUHCAB), Museu da Diversidade Sexual, Centro de Memória Sebastiana Arruda – Renascença Clube, e Centro de Memória Dorina Nowill.

<sup>5</sup> Informações sobre a programação do evento podem ser encontradas no sítio eletrônico: <https://www.even3.com.br/e/ii-encontro-de-arquivo-cultura-e-justica-social-2025>. Acesso em: 20 jun. 2026.

<sup>6</sup> O livro reúne 23 trabalhos e conferências apresentados no evento e pode ser acessado gratuitamente no *link*: [https://www.pimentacultural.com/wp-content/uploads/2026/03/eBook\\_decolonizacao-arquivos.pdf](https://www.pimentacultural.com/wp-content/uploads/2026/03/eBook_decolonizacao-arquivos.pdf). Acesso em: 20 jun. 2026.



Um dos marcos mais importantes da segunda edição foi a realização da primeira reunião da Rede Latino-Americana de Pesquisadores em Arquivos Comunitários, Cultura, Identidade e Justiça Social, cuja criação havia sido proposta ao final do primeiro encontro. A reunião contou com 23 participantes, representantes de diferentes instituições e estados do país

A criação da Rede representou um passo fundamental no processo de consolidação de um campo de estudos e práticas voltado aos arquivos comunitários na América Latina. Desde sua concepção, a Rede foi concebida como um espaço plural, colaborativo e representativo, comprometido com a valorização das memórias produzidas pelas comunidades e com o fortalecimento de iniciativas de pesquisa, preservação e acesso aos arquivos comunitários. Apresentamos, no Quadro 1, uma sistematização dos propósitos, ações e produtos e serviços previstos pela Rede:

Quadro 1 – Sistematização das atividades da Rede

| PROPÓSITOS                                                                                                                                                                                                                                                                                                             | AÇÕES                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      | PRODUTOS E SERVIÇOS                                                                                                            |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Fomentar diálogos</b> entre pesquisadores (as), instituições públicas, instituições privadas, comunidades e movimentos sociais e populares, construindo pontes entre a produção científica e os saberes locais por meio da realização anual do Encontro de Arquivo, Cultura e Justiça Social, entre outros eventos. | Incentivar a <b>cooperação técnica</b> entre pesquisadores (as), instituições públicas, instituições privadas, comunidades e movimentos sociais e populares.                                                                                                                                                                                                                               | Desenvolvimento de metodologia para o mapeamento de arquivos comunitários.                                                     |
| Incentivar a participação das comunidades nas discussões sobre a formação, o tratamento, a preservação e os usos de seus acervos.                                                                                                                                                                                      | Desenvolver ações de <b>capacitação</b> , como cursos, cartilhas, glossários e oficinas voltadas ao tratamento técnico, visando à preservação e ao acesso aos acervos.<br>Criar e manter um <b>observatório latino-americano</b> de arquivos comunitários, com ênfase em cartografias colaborativas, na divulgação de vagas e de oportunidades de financiamento, e na difusão dos acervos. | Criação de plataformas digitais da Rede, com banco de dados, geolocalização de acervos e de instituições, e agenda de eventos. |



|                                                                                                                                                                                             |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                |                                                                                                                                        |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Promover o <b>reconhecimento do papel dos arquivos comunitários</b> no exercício da cidadania, na reparação histórica e no fortalecimento da identidade, da história e da memória coletiva. | Oferecer suporte à <b>tradução de linguagens e saberes</b> , garantindo acessibilidade e inclusão.                                                                                                                                                                                                                                                                                                             | Publicação de cartilhas orientadoras e materiais didáticos sobre gestão e tratamento de acervos comunitários                           |
| Estimular o debate acerca de <b>políticas públicas</b> sensíveis à diversidade de acervos que representam grupos marginalizados e suas formas de organização e de cuidado.                  | Oportunizar <b>visitas presenciais e intercâmbios</b> entre pesquisadores(as), instituições públicas e privadas, comunidades, movimentos sociais e populares, promovendo os acervos e as metodologias de tratamento e de difusão, sob as perspectivas do cuidado e da escuta ativa.                                                                                                                            | Organização de eventos com foco no compartilhamento de saberes e experiências sobre arquivos comunitários, com abordagem arquivística. |
|                                                                                                                                                                                             | Contribuir para a construção de <b>políticas públicas</b> afetas às instituições e aos arquivos comunitários, bem como aos grupos e movimentos sociais neles envolvidos, propondo pautas e propostas de ação ao poder público, especialmente no reconhecimento do papel desses acervos no exercício da cidadania, na reparação histórica e no fortalecimento da identidade, da história e da memória coletiva. | Criação de um glossário participativo e multilinguístico.                                                                              |
|                                                                                                                                                                                             |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                | Participação na elaboração de políticas públicas inclusivas para os arquivos comunitários.                                             |
|                                                                                                                                                                                             |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                | Orientação para a elaboração de diretrizes de aquisição, preservação e acesso aos acervos, com base no protagonismo das comunidades.   |
|                                                                                                                                                                                             |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                | Difusão dos acervos comunitários nas plataformas digitais.                                                                             |

Fonte: elaborado pelas autoras com base no documento produzido e aprovado pela Rede Latino-Americana de Pesquisadores em Arquivos Comunitários, Cultura, Identidade e Justiça Social (2026).



Essas propostas demonstram que a Rede não se limita a uma articulação acadêmica, mas busca atuar de forma efetiva na promoção de políticas, metodologias e estratégias de preservação voltadas às realidades das comunidades latino-americanas.

Entre os próximos passos definidos coletivamente, destaca-se a elaboração de um cronograma permanente de encontros e reuniões periódicas, com o objetivo de garantir a continuidade dos debates, o acompanhamento das ações propostas e o fortalecimento das conexões entre os participantes da Rede.

Outro encaminhamento considerado prioritário refere-se à criação de canais de comunicação e difusão capazes de ampliar a visibilidade das pesquisas, experiências e iniciativas relacionadas aos arquivos comunitários e às discussões sobre cultura, identidade e justiça social na América Latina. Nesse sentido, foram discutidas a criação de perfis institucionais da Rede em plataformas digitais e redes sociais, bem como a organização de uma lista de e-mails voltada à circulação de informações, à divulgação de eventos, ao compartilhamento de publicações, a oportunidades de financiamento e à disseminação de trabalhos acadêmicos e de experiências desenvolvidas pelas comunidades e instituições participantes.

A consolidação desses canais representa, portanto, um passo importante para a construção de uma atuação contínua e articulada da Rede, favorecendo a cooperação latino-americana e contribuindo para a ampliação do debate sobre arquivos, memória, cultura e justiça social.

A experiência de organização do *Encontro de Arquivo, Cultura e Justiça Social* evidencia a potência dos espaços de articulação entre universidade, instituições de memória e comunidades. Ao longo de suas duas primeiras edições, o evento consolidou-se como um fórum de reflexão crítica sobre os arquivos comunitários e suas relações com a identidade, a cultura e a justiça social, além de fortalecer redes de colaboração nacionais e internacionais. A criação da Rede Latino-Americana de Pesquisadores em Arquivos Comunitários, Cultura, Identidade e Justiça Social constitui um dos principais legados dessa trajetória, ampliando as possibilidades de cooperação regional e fortalecendo o debate sobre os arquivos comunitários como instrumentos de cidadania, memória e transformação social.



A III edição<sup>7</sup>, cujo tema é “O princípio da proveniência no debate dos arquivos comunitários”, acontecerá entre os dias 25 e 27 de agosto de 2026, na Fundação Casa de Rui Barbosa, localizada na cidade do Rio de Janeiro. O foco é fomentar a discussão sobre a aplicação da proveniência nos arquivos comunitários, princípio fundamental da construção do pensamento arquivístico, que permeia todas as etapas que envolvem a institucionalização e a gestão dos arquivos. Na ocasião, serão discutidos o princípio fundante da Arquivologia e o modo como ele vem sendo discutido e aplicado nos arquivos comunitários.

É importante destacar que, embora os arquivos comunitários tenham constituído um importante ponto de partida para a criação do *Encontro de Arquivo, Cultura e Justiça Social*, o evento não se restringe a esse universo. Desde sua concepção, a proposta do encontro foi mais ampla: construir um espaço de debate sobre os arquivos em suas múltiplas relações com as estruturas de poder, os processos de reconhecimento e de invisibilização social, o papel das instituições de memória e os impactos dessas dinâmicas na disseminação da cultura, no acesso à informação e na promoção da justiça social.

Nesse sentido, o evento parte da compreensão de que os arquivos não são instituições neutras, mas espaços atravessados por disputas políticas, sociais e simbólicas. As formas de produção, organização, preservação e acesso aos documentos influenciam diretamente quais narrativas serão legitimadas, quais memórias serão preservadas e quais sujeitos serão reconhecidos socialmente. Assim, ao reunir pesquisadores, profissionais e representantes de instituições arquivísticas e de iniciativas comunitárias, o encontro busca problematizar as práticas institucionais tradicionais e ampliar o debate sobre o papel social dos arquivos na construção de identidades e no fortalecimento da cidadania.

---

#### LICENÇA DE USO

Os autores cedem à **OFFICINA: Revista da Associação de Arquivistas de São Paulo** os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/) (CC BY) 4.0 International.



---

<sup>7</sup> Informações sobre a programação do evento podem ser encontradas no sítio eletrônico: <https://www.even3.com.br/iii-encontro-de-arquivo-cultura-e-justica-social-706854>. Acesso em: 20 jun. 2026.



## CARTOGRAFIA DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA BRASILEIRA EM TORNO DOS ARQUIVOS COMUNITÁRIOS: ANÁLISE NAS BASES DE DADOS EM ARQUIVOLOGIA E EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

*A survey of Brazilian scholarly production on community archives: an analysis of databases in Archival Science and Information Science*

Ana Cláudia Cruz Córdula <sup>1</sup> 

Carla Maria de Almeida <sup>2</sup> 

Gabriela Borba de Araújo Lima <sup>3</sup> 

### RESUMO

Este trabalho apresenta uma revisão de escopo acerca da produção científica sobre arquivos comunitários no Brasil, a partir de pesquisas indexadas nas seguintes bases de dados: Base de Dados em Arquivística (BDA); Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI); Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD); e Pesquisas Arquivísticas Brasileiras (PAB). Fundamentado nas perspectivas críticas e decoloniais da Arquivologia, o estudo compreende os arquivos comunitários como espaços de resistência, memória, justiça social e autorrepresentação de grupos historicamente marginalizados. Metodologicamente, a pesquisa caracteriza-se como qualitativa e quantitativa, de natureza exploratória, descritiva e bibliográfica, utilizando a Análise de Conteúdo de Bardin para categorização temática das produções levantadas. Os resultados evidenciam que o tema constitui um campo emergente, com crescimento das pesquisas a partir de 2022, o que revela o fortalecimento de abordagens voltadas à memória social, à justiça epistêmica, à decolonialidade e à participação comunitária. Observou-se, ainda, o surgimento de debates relacionados às tecnologias digitais, à curadoria algorítmica e à preservação digital, além da constituição de redes

<sup>1</sup> Professora vinculada ao Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba e do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI/UFPB). E-mail: [accordula@gmail.com](mailto:accordula@gmail.com). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9316211149718874>

<sup>2</sup> Professora vinculada ao Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). E-mail: [carlaa\\_almeida@hotmail.com](mailto:carlaa_almeida@hotmail.com). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3022112067905433>

<sup>3</sup> Discente do Curso de Graduação em Arquivologia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). E-mail: [gabiborba@gmail.com](mailto:gabiborba@gmail.com). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9828294142198485>



colaborativas de pesquisadores nos campos da Ciência da Informação e da Arquivologia. Conclui-se que os arquivos comunitários vêm assumindo um papel importante nos debates arquivísticos contemporâneos, contribuindo para a construção de uma Arquivologia mais plural, crítica, participativa e comprometida com a democratização da memória e da informação.

**PALAVRAS-CHAVE:** Arquivos comunitários. Arquivologia decolonial. Memória social. Justiça social.

## ABSTRACT

This paper presents a scoping review of the scientific literature on community archives in Brazil, based on research indexed in the following databases: *Base de Dados em Arquivística* (BDA); *Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação* (BRAPCI); Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD); and *Pesquisas Arquivísticas Brasileiras* (PAB). Grounded in the critical and decolonial perspectives of Archival Science, the study conceives of community archives as spaces of resistance, memory, social justice, and self-representation for historically marginalized groups. Methodologically, the research is characterized as qualitative and quantitative, exploratory, descriptive, and bibliographic in nature, utilizing Bardin's Content Analysis to thematically categorize the identified works. The results show that this topic constitutes an emerging field, with research activity increasing starting in 2022, revealing a growing emphasis on approaches focused on social memory, epistemic justice, decoloniality, and community participation. We also observed the emergence of debates on digital technologies, algorithmic curation, and digital preservation, as well as the formation of collaborative networks of researchers in Information Science and Archival Science. It can be concluded that community archives have been playing an important role in contemporary archival debates, contributing to the development of a more pluralistic, critical, and participatory archival science committed to the democratization of memory and information.

**KEYWORDS:** Community archives. Decolonial Archival Science. Social memory. Social justice.

## 1 INTRODUÇÃO

Desde a promulgação do Decreto nº 12.599, de 28 de agosto de 2025, que altera o Decreto nº 4.073, de 3 de janeiro de 2002, regulamentador da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados, em que foi inserido o termo “arquivos comunitários” no texto, o tema tem sido motivo de debates entre instâncias políticas, academia e meios de comunicação da área. Inclusive, tornou-se tema do sexto eixo da 2ª Conferência Nacional de Arquivos (2ª CNArq), intitulado “Arquivos Privados e Comunitários, Pluralidade da Memória e



Interesse Público e Social”, além de ser mencionado em propostas aprovadas nos eixos 1 – Marco legal, governança arquivística e perspectivas para uma política nacional de arquivos e 4 – Acesso, transparência, inclusão e promoção da cidadania<sup>4</sup>.

O tema também tem estado presente em eventos acadêmicos, como o *Encontro de Arquivo, Cultura e Justiça Social*, realizado anualmente na Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB), que, em 2026, chega à sua terceira edição. Nesse evento, foi criada a Rede Latino-Americana de Pesquisadores em Arquivos Comunitários, Identidade e Justiça Social, outra iniciativa voltada ao avanço científico da temática.

Buscando compreender o tema no cenário da produção científica, ropomos-nos a analisar como se configura o panorama dos estudos sobre arquivos comunitários no Brasil. Destacamos que optamos pela adoção dos termos “arquivo comunitário” e “arquivos comunitários”, compreendendo-os como conceitos ainda em construção e amadurecimento no campo. Todavia, estudos que abordam a relação entre arquivos e movimentos sociais, ou que tratam dos arquivos como espaços de promoção da justiça social, mas que empregam terminologias distintas, não foram considerados nesta pesquisa.

Tal delimitação justifica-se pelo interesse em investigar especificamente as produções que se inserem na categoria de arquivos comunitários, entendendo-a como objeto de discussão contemporâneo, em processo de consolidação no campo arquivístico brasileiro. Dito isso, esclarecemos que nossa busca teve como objetivo compreender o que efetivamente vem sendo produzido em torno dessa temática, tomando como universo de pesquisa as principais bases de dados brasileiras das áreas de Arquivologia e Ciência da Informação.

Tenaglia (2023) relata que as pesquisas voltadas aos arquivos e aos patrimônios comunitários têm se expandido nos últimos anos em diferentes regiões do mundo. Esse crescimento pode ser percebido tanto em países de língua inglesa, como Reino Unido e Estados Unidos, quanto em países da América do Sul, entre eles Brasil, Colômbia e Chile.

---

<sup>4</sup> As propostas indicadas para os eixos podem ser visualizadas no resultado da plenária final da 2ª CNArq, que aconteceu no dia 28 de maio de 2026. Disponível em: <https://www.2cnarquivos.org/post/resultados-plen%C3%A1ria-final-da-2%C2%AA-cnarq>.



O projeto de extensão intitulado “Observatório de Arquivos Comunitários: em busca de especificidades”, realizado na Universidade Federal da Paraíba, identificou 516 artigos nos periódicos *The American Archivist*, *Archivaria* e *Archival Science*, a partir do descritor “*Community Archives*”. A busca foi realizada com recorte temporal de 1975 a 2024. A maioria das publicações foi realizada em países como o Canadá, os Estados Unidos e o Reino Unido.

A partir desse cenário internacional, a presente pesquisa realizou uma revisão de escopo, mapeando e compreendendo o panorama da produção no Brasil. Para isso, foram consultadas as seguintes bases de dados: Pesquisas Arquivísticas Brasileiras (PAB); Base de Dados em Arquivística (BDA); Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI); e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD).

Entendemos que essa temática está em ascensão, a partir de um movimento ancorado na Arquivologia Crítica. Conforme Flinn (2007), os arquivos comunitários são expressões documentais resultantes das atividades de registro e preservação do patrimônio cultural realizadas pelas próprias comunidades, responsáveis pela produção, controle e organização desses documentos enquanto artefatos de memória, constituindo um caminho para dar voz à comunidade, combater o esquecimento e fazer ecoar narrativas não contempladas pelas instituições oficiais.

Nesse sentido, os arquivos comunitários podem ser definidos como conjuntos documentais criados, acumulados, descritos e preservados por indivíduos ou grupos comunitários com o objetivo de registrar e proteger seu patrimônio cultural, a partir de experiências, identidades e interesses compartilhados (Gilliland; Flinn, 2013).

Logo, ao discutirmos o cenário científico dessa temática, contribuímos para a ampliação dos estudos, da visibilidade e da força desse movimento, necessário à memória dessas comunidades e, sobretudo, à memória da própria nação, constituindo um caminho para a promoção da justiça social e epistêmica.

## 2 ARQUIVOS COMUNITÁRIOS COMO FERRAMENTAS DECOLONIAIS

Os estudos denominados pós-coloniais e decoloniais configuram-se como perspectivas que ultrapassam as fronteiras teóricas de compreensão da realidade. Esses estudos, que também



constituem uma postura política, ao assumirem uma visão crítica dos cânones, questionam o poder eurocêntrico nos campos da ciência e do discurso histórico.

No seio das discussões decoloniais da América Latina, Aníbal Quijano (2005) elabora o conceito de colonialidade do poder. Para o autor, a colonialidade do poder consiste na permanência das estruturas de dominação criadas durante o colonialismo europeu nos países latino-americanos, especialmente na imposição de uma hierarquia racial global estruturada pelo sistema escravocrata, que resultou em desigualdades sociais.

De acordo com Aníbal Quijano (2005), a colonialidade não é apenas um legado histórico, mas um padrão de poder que se atualiza continuamente por meio de instituições, saberes e práticas sociais, reforçando desigualdades de raça, classe, gênero e território. Nesse sentido, o autor também desdobra o conceito de colonialidade para a dimensão do saber.

A colonialidade é, portanto, entendida como um fenômeno amplo, que “[...] atravessa o controle do acesso ao sexo, a autoridade coletiva, o trabalho e subjetividade/intersubjetividade, e atravessa também a produção de conhecimento a partir do próprio interior dessas relações intersubjetivas” (Lugones, 2020, p. 57). Ainda nesse aspecto, localizamos a colonialidade da memória que, alinhada a essa lógica, organiza e determina o que merece ser lembrado, preservado e considerado na construção identitária dos grupos sociais.

O projeto de transformação civilizatória justificou a colonização da memória, e, junto dela, a do entendimento das pessoas sobre si mesmas, sobre suas relações intersubjetivas, suas relações com o mundo espiritual, com a terra, com a matéria da sua concepção sobre a realidade, a identidade, e a organização social, ecológica e cosmológica (Lugones, 2019, p. 361).

Nesse contexto, Walter D. Mignolo (2003, 2008) apresenta a ideia de pensamento fronteiriço como uma alternativa crítica aos modos hegemônicos de produção do conhecimento oriundos da modernidade ocidental. Esse pensamento emerge nos limites e interstícios entre as epistemologias coloniais e os saberes subalternizados, ou seja, nas vivências concretas de sujeitos e coletividades que habitam as margens dos sistemas de poder, como povos indígenas, afrodescendentes, populações imigrantes e outras comunidades historicamente marginalizadas. Para o autor, o pensamento fronteiriço não constitui um saber marginal ou inferior, mas um conhecimento produzido a partir da exterioridade da modernidade, enraizado em experiências de opressão e



resistência. Assim, propõe uma ruptura com o “monolinguismo epistêmico do Ocidente”, atribuindo centralidade à diversidade de formas de saber, viver e lembrar.

No campo arquivístico, a perspectiva decolonial compreende os arquivos como espaços de poder, situados entre a opressão (esquecimento) e a resistência (lembrança). Em seus estudos, Alencar (2022) evidencia como a Arquivologia tradicional foi historicamente moldada por lógicas coloniais/eurocêntricas e excludentes, que determinaram quais memórias seriam legitimadas e quais seriam silenciadas.

A autora contribui com a ideia de que os arquivos podem e devem ser concebidos como práticas insurgentes, voltadas à autodeterminação informacional e ao direito à memória de populações historicamente marginalizadas. Em sua leitura, os arquivos comunitários tornam-se centrais para a luta por justiça social e reparação histórica, justamente por romperem com as formas hegemônicas de registro, de custódia e de acesso à informação.

No contexto dos arquivos comunitários, o pensamento fronteiriço oferece uma base teórica para compreender essas práticas como formas insurgentes de conhecimento. Ao serem organizados por sujeitos em posição de fronteira, fora das instituições oficiais e das normas arquivísticas hegemônicas, esses arquivos encarnam uma *episteme* fronteiriça. Neles, a memória é produzida não apenas como registro, mas também como afirmação de existência e de resistência frente ao apagamento imposto por lógicas coloniais, racistas e classistas (Alencar, 2022).

De acordo com Oliveira (2023), a expressão “arquivos comunitários” consolidou-se ao longo do século XX como denominação destinada à identificação de conjuntos arquivísticos não tradicionais, vinculados a grupos sociais historicamente invisibilizados ou pouco reconhecidos pelas instituições arquivísticas tradicionais.

Portanto, os arquivos comunitários configuram-se como espaços destinados a documentar a própria comunidade, atuando como repositórios de memória autônomos. Essa noção conflui com a problematização sobre o papel dos arquivos na representação da sociedade como um todo, uma vez que, na prática, os arquivos formais frequentemente não incluem as vozes das populações marginalizadas. E, quando essas vozes são incorporadas, raramente lhes é permitido falar por meio de seus próprios documentos.



Dito isso, os arquivos comunitários carregam histórias de lugares, movimentos e grupos que, muitas vezes, são silenciados ou esquecidos pela sociedade. Por meio de seus documentos, buscam reverter essa situação, inserindo-se socialmente e trazendo questionamentos e visibilidade às vozes minorizadas pelo Estado. Conforme Silva (2025, p. 59): “As comunidades passaram a questionar sua ausência nos arquivos formais e a reconhecer a urgência de preservar suas próprias histórias, pautadas em critérios próprios.”

Diante da necessidade de narrar suas próprias histórias, os arquivos comunitários surgem como um dos meios adotados por essa parcela da sociedade para disseminar suas lutas e conquistas, promovendo a compreensão e o reconhecimento social, tendo a autonomia e a independência como elementos centrais da identidade desses arquivos (Gilliland; Flinn, 2013).

A preservação cultural e, sobretudo, a democratização das histórias por meio dos arquivos constituem um ponto levantado por Flinn (2007), ao defender que o processo de democratização do arquivo visa reconhecer os arquivos comunitários como parte fundamental de um projeto voltado à ampliação da representatividade da herança arquivística da sociedade. A relevância desses arquivos ultrapassa a própria comunidade que os constitui, pois as histórias ali preservadas se entrelaçam com a história da sociedade. Embora essas coleções não pertençam automaticamente a toda a sociedade, uma vez que permanecem sob a guarda e a propriedade das comunidades que as criaram, suas narrativas dizem respeito à sociedade como um todo, pois também a integram (Flinn, 2007).

Assim, os arquivos podem ser considerados tanto como espaços de memória quanto como espaços de transformação social. Ao promoverem a autonomia e o empoderamento das comunidades por meio do gerenciamento de suas próprias informações e da democratização do acesso ao conhecimento, os arquivos comunitários contribuem para a reparação histórica e para a efetivação da justiça social, ao mesmo tempo em que ampliam o olhar da área sobre diferentes práticas documentais (Andaur Gómez, 2015).

Nessa mesma linha de pensamento, Caswell (2014, 2019) argumenta que os arquivos comunitários são instrumentos de empoderamento e justiça social, pois possibilitam às comunidades marginalizadas o controle sobre suas narrativas e memórias. A autora defende a ideia



de que esses arquivos não apenas preservam o passado, mas também atuam no presente como ferramentas de transformação social.

Destarte, consideramos que os arquivos comunitários desempenham uma função fundamental nos processos de justiça social e de reparação histórica. Esses arquivos são considerados, aqui, como ferramentas decoloniais, pois rompem tanto com concepções cristalizadas do campo da Arquivologia quanto, principalmente, subvertem a memória oficial, promovendo memórias plurais.

### 3 CAMINHOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa e quantitativa. Caracteriza-se como exploratória, descritiva e bibliográfica, com revisão de escopo, tendo como fontes primárias artigos científicos disponíveis em bases de dados dos campos da Arquivologia e da Ciência da Informação no Brasil, além da BDTD. Foram analisadas produções científicas sobre Arquivos Comunitários em quatro bases de dados: PAB; BDA; BRAPCI; e BDTD.

Realizamos a busca com os descritores “Arquivos Comunitários” e, em sua forma singular, “Arquivo Comunitário”, entre os meses de janeiro e fevereiro de 2026, utilizando como recorte temporal as publicações disponíveis até 2025 em cada base. Após a recuperação dos documentos, procedemos à verificação dos textos. Nas bases de dados BDA, BDTD e BRAPCI, traçamos o seguinte percurso metodológico: em um primeiro momento, realizamos a leitura de todas as publicações recuperadas. Essa etapa teve como objetivo identificar os documentos que efetivamente abordassem a temática de interesse, excluindo os que não atendiam aos critérios da pesquisa.

A análise dos dados foi pautada no método de Análise de Conteúdo proposto por Laurence Bardin (2011). Esse método, por sua flexibilidade e rigor, permitiu a exploração sistemática do material textual em três etapas. Na primeira etapa, denominada “Pré-análise”, realizamos uma leitura flutuante dos títulos, das palavras-chave e dos resumos selecionados. O objetivo foi estabelecer um contato inicial com o material, identificar as principais temáticas presentes nos trabalhos e desenvolver indicadores que orientassem as análises posteriores.





Em seguida, executamos a etapa “Exploração do material”, na qual os dados foram organizados e sistematizados. A partir da leitura aprofundada dos resumos, títulos e palavras-chave, identificamos e categorizamos as principais temáticas, abordagens teóricas e contextos de estudos empregados nas publicações. Essa etapa envolveu a codificação dos dados, seu agrupamento com base em aspectos semelhantes e, a partir disso, a atribuição de categorias temáticas.

Assim, as categorias foram elaboradas de forma indutiva, emergindo do próprio *corpus* documental analisado, e não de uma estrutura classificatória previamente definida. Após a identificação dos temas recorrentes, estabelecemos definições operacionais para cada categoria, o que proporcionou maior clareza na delimitação de seus conteúdos e na classificação dos trabalhos.

A inclusão das pesquisas em cada categoria temática baseou-se na presença explícita de elementos temáticos identificados. Consideramos aspectos como o objetivo da pesquisa, o fenômeno investigado, os sujeitos ou as comunidades abordadas, as práticas arquivísticas descritas e os conceitos centrais mobilizados pelos autores. Em razão da natureza multifacetada dos arquivos comunitários, um mesmo artigo pôde ser classificado em mais de uma categoria quando apresentava aderência aos critérios estabelecidos para diferentes agrupamentos temáticos.

As categorias foram construídas a partir de evidências textuais presentes nos próprios registros analisados, evitando inferências que extrapolassem as informações disponibilizadas pelos autores. O processo também envolveu sucessivas leituras e revisões das classificações realizadas, com o objetivo de verificar a coerência dos enquadramentos e a consistência dos critérios adotados.

Por fim, passamos à fase de “Tratamento dos resultados, inferência e interpretação”, na qual os dados codificados foram quantificados e submetidos a uma análise qualitativa, a fim de identificar padrões, tendências e relações. A interpretação buscou ir além da mera descrição: a partir da incidência dos termos agrupados, procurou-se inferir os significados implícitos e explícitos dos conteúdos analisados, estabelecendo conexões com o referencial teórico da área e com as problemáticas da pesquisa. Os dados quantitativos foram organizados e representados em gráficos elaborados com o auxílio da Inteligência Artificial *OpenAI ChatGPT*, enquanto os qualitativos foram apresentados em um quadro e em nuvens de *tags*, que, por sua vez, foram produzidas com a ferramenta *WordArt.com*.



Com os dados levantados na PAB, devido à configuração do material recuperado e dos projetos de pesquisa, optamos por inserir a síntese de cada projeto, sem aplicar a categorização de Bardin (2011).

Essa abordagem metodológica permitiu uma compreensão abrangente das publicações sobre arquivos comunitários nas bases de dados do campo, evidenciando não apenas a quantidade da produção acadêmica, mas também as nuances e as diferentes perspectivas pelas quais o tema tem sido abordado.

Ressalta-se que a presente pesquisa abrange a totalidade dos trabalhos identificados nas bases de dados consultadas no período de realização do levantamento bibliográfico. Contudo, os resultados obtidos estão diretamente condicionados ao nível de atualização, cobertura e indexação dessas bases no momento da coleta.

#### **4 PANORAMA DAS PESQUISAS EM TORNO DOS ARQUIVOS COMUNITÁRIOS NO BRASIL: ANÁLISE E DISCUSSÃO**

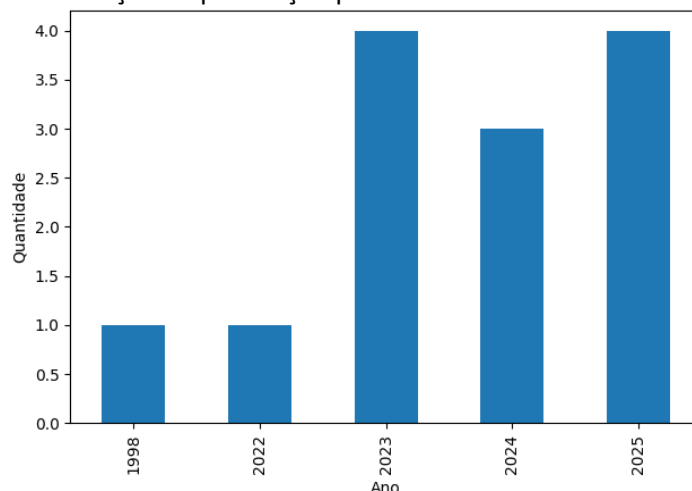
Esta seção apresenta os resultados e as análises dos dados coletados ao longo desta pesquisa, refletindo sobre a produção identificada em cada base de dados, em subtópicos, conforme indicado a seguir.

##### **4.1 Base de Dados em Arquivística (BDA)**

A primeira base de dados analisada foi a BDA. Nela, identificamos treze publicações, distribuídas entre eventos científicos e periódicos, com produção concentrada principalmente entre 2022 e 2025, o que indica um crescimento recente dos estudos sobre arquivos comunitários na Arquivologia brasileira.

Com relação à distribuição por ano, apresentamos esse panorama no Gráfico 1:

Gráfico 1 – Distribuição de publicação por ano na Base de Dados em Arquivística



Fonte: elaborado pelas autoras (2026).

Considerando a percepção de que a discussão sobre o tema é recente no Brasil, chama-nos a atenção a existência de um trabalho publicado em 1998. Após essa data, os artigos identificados passam a aparecer a partir de 2022, com maior concentração em 2023 e 2024.

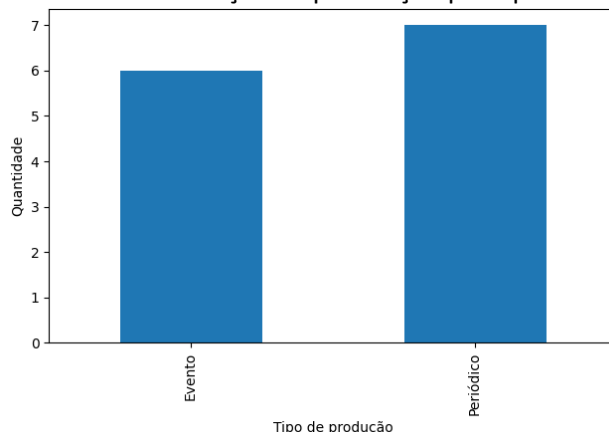
O trabalho datado de 1998, intitulado “Arquivo da STUDART: espaço de produção artesanal na Paraíba”, teve como autores José Mariano Neto, Vaneide Delmiro Neves, Maria Meriane Vieira Ponce Leon, Gilson Florêncio da Rocha e Geane de Luna Souto. Foi fruto do *XII Congresso Brasileiro de Arquivologia*, evento organizado pela Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB), em outubro de 1998, na cidade de João Pessoa (PB). Trata-se de um resumo indexado no caderno de resumos do referido evento, relativo à organização do arquivo da Subcoordenação de Desenvolvimento do Artesanato (STUDART), sob a guarda do Núcleo de Pesquisa e Documentação da Cultura Popular (NUPPO), da Universidade Federal da Paraíba (UFPA).

O trabalho apresenta reflexões sobre a conservação e a recuperação dos documentos desse acervo. Observamos que, em sua realização, os pesquisadores preocuparam-se em contribuir para a organização e manutenção do arquivo, atuando na higienização, na elaboração do quadro de arranjo e de um inventário. Em resumo, os autores destacam que o arquivo da STUDART constitui uma fonte de pesquisa sobre a produção artesanal na Paraíba e que a documentação evidencia essa trajetória. Diante desse contexto, percebemos, nessa intervenção, o arquivista enquanto mediador,

facilitando o acesso e o uso de uma documentação produzida coletivamente pelos artesãos da Paraíba.

Quanto ao tipo de produção científica, notamos que a distribuição se divide em sete publicações em periódicos científicos e seis em eventos científicos, conforme apresentado no Gráfico 2.

Gráfico 2 – Distribuição de publicação por tipo na BDA



Fonte: elaborado pelas autoras (2026).

A distribuição relativamente equilibrada demonstra dois aspectos. O primeiro deles está relacionado aos eventos científicos: o *X Congresso Nacional de Arquivologia* (CNA), a *VII Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia* (REPARQ), o *XXIII Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias* (SNBU), o *XVII Encontro Catarinense de Arquivos* (ECA) e o *XII Congresso Brasileiro de Arquivologia*, entendidos como espaços de debates emergentes, que promovem a circulação e a discussão de pesquisas em andamento.

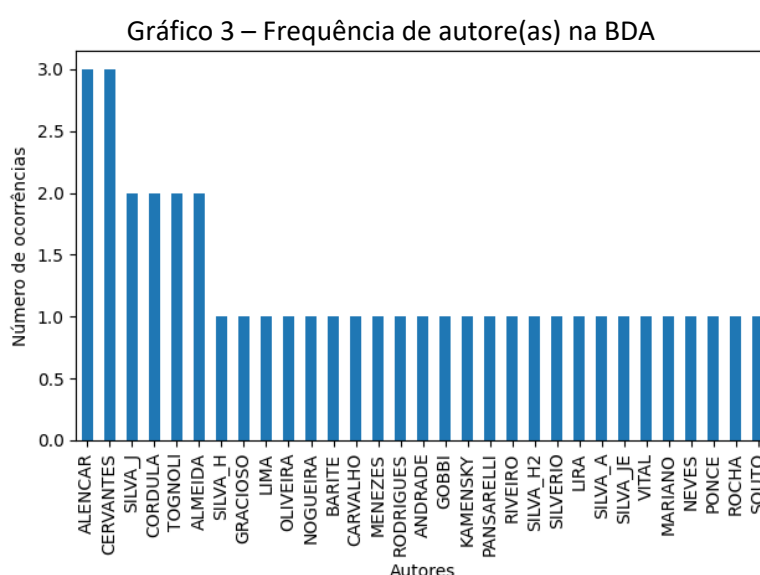
No caso da VII REPARQ, o evento resultou na publicação do livro *Arquivos, Democracia e Justiça Social*, organizado por Mariana Lousada Pinha, Marcia Cristina de Carvalho Pazin Vitoriano e Paulo Roberto Elian dos Santos, em 2023. Nessa obra, a busca na BDA viabilizou a recuperação do capítulo intitulado “Direito à memória: o arquivo comunitário Dona Orozina Vieira”, de autoria de Thamires Ribeiro de Oliveira e Ana Luce Girão Soares de Lima. O trabalho integra uma pesquisa desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde (PPGPAT/Fiocruz), com o objetivo de elaborar um instrumento de

pesquisa para difundir, preservar e garantir o acesso ao Arquivo Dona Orozina Vieira (ADOV), pertencente ao Museu da Maré, no Rio de Janeiro (RJ).

Já o *XVII Encontro Catarinense de Arquivos (ECA)* resultou na publicação do livro digital intitulado *Gestão de documentos e responsabilidade social: práticas, desafios e inovações*, organizado por Camila Schwinden Lehmkuhl, Giselle Viana Tiburcio, Janaína Zilda Vigano, Luiza Morgana Klueger, Marcos Rodolfo da Silva e Suéllem Chrystina Leal da Silva, e publicado em 2015. Nesse livro, recuperamos, para o contexto deste artigo, o capítulo “Memórias silenciadas e arquivos empoderados: breves discussões”, de autoria de Jônatas Edison da Silva, André Luiz Avelino da Silva e Edna Karina da Silva Lira, que apresenta um levantamento bibliográfico na BRAPCI com o objetivo de identificar iniciativas práticas desenvolvidas em arquivos e centros de documentação que evidenciam arquivos comunitários e projetos colaborativos como instrumentos de promoção da justiça social dos grupos aos quais pertencem.

Quanto aos periódicos, verificamos, majoritariamente, que todas as publicações levantadas foram em revistas com atribuição de Qualis A: *Revista Ibero-americana de Ciência da Informação (RICI)*, *Revista Ciência da Informação, Páginas a&b: arquivos e bibliotecas*, *Encontros Bibli, Em Questão*, *Revista Memorare* e *Revista do Arquivo Nacional – ACERVO*.

Sobre a frequência de autoria no contexto da BDA, identificamos alguns núcleos de pesquisadores recorrentes, conforme ilustrado no Gráfico 3:



Fonte: elaborado pelas autoras (2026).

A respeito da autoria em dois trabalhos, observamos duas frentes de produção acadêmica. A primeira, de cunho mais teórico, composta por trabalhos posicionados a partir de uma arquivística decolonial e crítica, que refletem sobre o pluralismo arquivístico. Nesse âmbito, destacam-se as autoras Maíra Fernandes Alencar, Brígida Maria Nogueira Cervantes e Natália Bolfarini Tognoli.

A segunda frente, composta por autores como Ana Cláudia Cruz Córdula, Carla Maria de Almeida e Jefferson Higino da Silva, apresenta pesquisas de cunho empírico, desenvolvidas em arquivos comunitários, portanto, voltadas à prática e às experiências comunitárias.

Com relação às palavras-chave, a Figura 1 apresenta uma nuvem de *tags* que reúne os termos referenciados nos estudos levantados na BDA.

Figura 1 – Nuvem de *tags* com palavras-chave presentes nas publicações na BDA



Fonte: elaborado pelas autoras (2026).

A nuvem de palavras evidencia os principais temas que permeiam os trabalhos analisados. O termo de maior destaque é “Arquivos Comunitários”, o que indica sua maior incidência quantitativa e revela o conceito como núcleo das discussões. Também se destacam “Memória Social”, “Patrimônio Cultural” e “Arquivologia”, sugerindo que os arquivos comunitários têm sido objeto de debates no campo arquivístico, no âmbito da memória e do patrimônio documental.

A presença dos termos “Arquivística Decolonial”, “Estudos Arquivísticos Críticos”, “Pluralismo Arquivístico” e “Inovação Decolonial” demonstra as perspectivas críticas e decoloniais



no campo da Arquivologia. Essas abordagens questionam modelos tradicionais e eurocentrados, cuja perspectiva teórica defende práticas arquivísticas mais inclusivas e plurais.

Sobressaem-se, ainda, termos relacionados às dimensões políticas e éticas dos arquivos, como “Globalização Solidária”, “Direitos Humanos”, “Justiça Epistêmica”, “Grupos Sociais Marginalizados” e “Memórias Silenciadas”. Isso revela o caráter político do tema, no qual os arquivos comunitários são vistos como espaços de resistência e de democratização da memória.

Outro aspecto observado na nuvem é a presença de palavras associadas às tecnologias digitais, como “Preservação Digital”, “Curadoria Algorítmica”, “Governança de Plataformas” e “Repositórios Digitais”. Esses termos indicam que os debates vêm incorporando reflexões sobre os impactos das tecnologias digitais, aspecto que corrobora a literatura ao afirmar que tais tecnologias constituem ferramentas favoráveis à publicização de arquivos digitais.

Destacam-se também expressões como “Análise de Domínio”, “Comunidades Discursivas” e “Domínio Editorial”, voltadas à compreensão de como o conhecimento arquivístico é produzido, estruturado e difundido no cenário acadêmico.

Após analisarmos as palavras-chave, procedemos à categorização a partir da perspectiva de Laurence Bardin (2011). Ao analisarmos a produção levantada, determinamos nove categorias, entre elas: “Memória Social e Patrimônio Documental”; “Arquivo Pessoal”; “Associação Comunitária”; “Globalização Solidária”; “Dimensão Política e Ativismo Social”; “Comunidade Discursiva, Estudos Críticos e Decolonialidade”; “Justiça Social”; “Memória e Tecnologia”; e “Representação e Resistência”.

A categoria “Memória Social e Patrimônio Documental” aparece com maior recorrência, permeando seis pesquisas, quase 50% do levantamento, o que demonstra que os trabalhos convergem para a compreensão dos arquivos comunitários como dispositivos de preservação das experiências coletivas e das narrativas historicamente marginalizadas. Essa predominância evidencia que a memória não é tratada apenas como lembrança, mas também como elemento constitutivo das identidades sociais e do patrimônio cultural das comunidades.

Já a categoria “Justiça Social” aparece em três pesquisas, indicando que esses arquivos ultrapassam funções técnicas de guarda documental, atuando como instrumentos de reivindicação,





de visibilidade e de enfrentamento das desigualdades sociais, emergindo como espaços de luta e de defesa de direitos.

A categoria “Memória e Tecnologia” está presente em duas pesquisas, o que demonstra a incorporação de tecnologias digitais nos processos de preservação, acesso e difusão da memória social. Isso indica uma preocupação com a democratização da informação e com novas possibilidades de mediação da memória por meio de ambientes digitais, mais acessíveis a diferentes grupos.

As demais categorias aparecem em apenas uma das treze pesquisas analisadas. A categoria “Comunidade Discursiva, Estudos Críticos e Decolonialidade” revela um deslocamento epistemológico importante, no qual os arquivos comunitários são analisados a partir de perspectivas críticas ao colonialismo, à hegemonia institucional e às formas tradicionais de produção do conhecimento. As categorias “Representação e Resistência” e “Associação Comunitária” apontam o vínculo entre os arquivos e as comunidades, indicando que essas não tratam de qualquer comunidade, mas, sim, pertencem a grupos historicamente marginalizados. Os arquivos aparecem como mecanismos de autorrepresentação coletiva, permitindo que esses grupos produzam suas próprias narrativas e preservem suas trajetórias.

A categoria “Globalização Solidária” envolve trabalhos que compreendem os arquivos comunitários como constituintes de práticas colaborativas, redes de solidariedade e alternativas contra-hegemônicas à lógica global dominante. Essa categoria sugere uma compreensão dos arquivos como espaços de articulação social e de produção de cidadania. Já a “Dimensão Política e Ativismo Social” evidencia o arquivo como um espaço de disputa de narrativas e de defesa de direitos. Por fim, a categoria “Arquivo Pessoal” revela a incorporação de arquivos pessoais à constituição dos arquivos comunitários.

As categorias levantadas revelam que os arquivos comunitários vêm sendo concebidos como espaços vivos de memória, identidade, resistência, participação política e transformação social. No entanto, vale destacar a existência de lacunas tanto nas palavras-chave, quanto nas categorias, no que se refere à compreensão das técnicas e metodologias adotadas por esses grupos no gerenciamento de seus acervos e na construção de modelos próprios de organização da informação.





#### 4.2 Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI)

Ao realizarmos as buscas na BRAPCI, obtivemos um total de dez artigos; dos quais três não estavam relacionados à temática em tela e foram descartados da análise, restando sete artigos. Como estamos trabalhando com bases de dados que indexam pesquisas publicadas em periódicos, percebemos que, das sete pesquisas, seis já haviam sido analisadas na BDA, restando apenas uma pesquisa para análise nesta seção, intitulada “Arquivos para quem?: a inclusão dos arquivos comunitários na regulamentação da Lei de Arquivos do Brasil”, de autoria de Kíssila Rangel, publicada no periódico *Páginas a&b*, em 2025.

O texto discute a inclusão dos arquivos comunitários no Decreto nº 12.599, de 28 de agosto de 2025, que altera o Decreto nº 4.073/2002, regulamentador da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados, evidenciando criticamente os impactos sociopolíticos e epistemológicos dessa mudança no campo da Arquivologia e nas comunidades historicamente sub-representadas nos arquivos oficiais. O estudo argumenta que essa inclusão representa um avanço importante, pois reconhece juridicamente os arquivos produzidos por comunidades, movimentos sociais e grupos marginalizados, ampliando a compreensão tradicional sobre quem pode produzir arquivos e quais memórias são legitimadas pelo Estado. Assim, os arquivos comunitários passam a ser entendidos como espaços de preservação da memória coletiva, de representação social, de resistência e de luta por direitos.

Ao mesmo tempo, o artigo aponta que esse reconhecimento legal não elimina problemas estruturais, como a ausência de financiamento, de políticas públicas específicas e de formação profissional adequada para atuar junto às comunidades. Também alerta para o risco de que a aproximação com o Estado gere novas formas de controle, cooptação ou exclusão técnica.

Kíssila Rangel (2025) sinaliza uma transformação na Arquivologia: de uma visão centrada apenas no Estado e na administração pública para uma perspectiva mais plural, social e decolonial, que valoriza diferentes experiências, saberes e formas de organização dos documentos.

A autora conclui que as demandas pautadas pelos arquivos comunitários exigirão transformações no fazer arquivístico, a partir de uma prática colaborativa e comprometida com a



autonomia das comunidades, bem como mudanças no perfil profissional, que assumirá um caráter mais crítico.

A referida pesquisa enquadra-se principalmente nas seguintes categorias temáticas: “Memória Social e Patrimônio Documental”; “Dimensão Política e Ativismo Social”; “Comunidade Discursiva, Estudos Críticos e Decolonialidade”; e “Representação e Resistência”. Na perspectiva da “Memória Social e Patrimônio Documental”, o artigo discute os arquivos comunitários como espaços de preservação da memória coletiva e de reconhecimento de patrimônios documentais de grupos historicamente marginalizados. Já no contexto da categoria “Dimensão Política e Ativismo Social”, observamos que a pesquisa compreende os arquivos comunitários como instrumentos políticos de reivindicação, luta por direitos, participação social e enfrentamento das exclusões promovidas pelos arquivos tradicionais, tratando, inclusive, o tema no cenário da política e da legislação da área. O texto adota ainda uma perspectiva crítica e decolonial ao questionar o monopólio estatal sobre a produção da memória e ao defender a valorização de saberes e narrativas comunitárias, o que coaduna com a categoria dos estudos críticos e decoloniais. Por fim, enquadra-se também na categoria “Representação e Resistência”, pois evidencia os arquivos comunitários como formas de resistência aos silenciamentos históricos e como mecanismos de autorrepresentação de grupos subalternizados.

#### **4.3 Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)**

Na BDTD, recuperamos seis trabalhos, entre teses e dissertações, o que nos permitiu identificar tendências qualitativas relevantes no campo dos arquivos comunitários e da Arquivologia contemporânea, evidenciando um movimento recente e em expansão, com distribuição temporal concentrada nos últimos anos, com registros entre 2020 e 2025.

Do ponto de vista quantitativo, observamos, inicialmente, predominância de pesquisas de doutorado, conforme apresentado no Quadro 1. Dos seis trabalhos analisados, quatro correspondem a teses e dois a dissertações, o que indica que a temática tem sido desenvolvida com maior densidade teórica e maturidade acadêmica. Esse dado sugere que os arquivos comunitários,



embora ainda sejam um tema emergente, vêm se consolidando como objeto de investigação mais aprofundada.

Quadro 1 – Relação de título, autoria, tipo, ano, orientação, Programa de Pós-Graduação e Instituição de trabalhos monográficos da BDTD

| Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD)                                                                                                                                                  |             |      |                                                                                                                                                                                                                                                                  |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------|------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Título/autoria                                                                                                                                                                                     | Tipo        | Ano  | Orientação/Programa/Instituição                                                                                                                                                                                                                                  |
| Insurgências arquivísticas em busca da diversidade.<br><b>Autor:</b> Rodrigo Fortes de Ávila                                                                                                       | Tese        | 2020 | <ul style="list-style-type: none"><li>• Orientadora: Maria Teresa Navarro de Britto Matos;</li><li>• Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação;</li><li>• Universidade Federal da Bahia (UFBA).</li></ul>                                               |
| Os arquivos comunitários na pesquisa e educação arquivística: uma análise a partir da <i>Archival Education Research Initiative</i> .<br><b>Autora:</b> Maíra Fernandes Alencar                    | Tese        | 2022 | <ul style="list-style-type: none"><li>• Orientadora: Brígida Maria Nogueira Cervantes;</li><li>• Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação;</li><li>• Universidade Estadual de Londrina.</li></ul>                                                      |
| Arquivos comunitários, memória e favela: proposta de guia de acervo para o arquivo Dona Orozina Vieira do Museu da Maré<br><b>Autora:</b> Thamires Ribeiro de Oliveira                             | Dissertação | 2023 | <ul style="list-style-type: none"><li>• Orientadora: Ana Luce Girão Soares de Lima;</li><li>• Pós-Graduação em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz;</li><li>• Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).</li></ul> |
| Entre o ser moderno e o dever contemporâneo : implicações das dimensões espaço e tempo na (re)configuração teórica e metodológica da Arquivologia<br><b>Autor:</b> Cássio Murilo Alves Costa Filho | Tese        | 2024 | <ul style="list-style-type: none"><li>• Orientador: Renato Tarcísio Barbosa de Sousa;</li><li>• Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação;</li><li>• Universidade de Brasília (UnB).</li></ul>                                                          |
| Convite à (des)construção: arquivos comunitários e seus diálogos com dinâmicas documentais quilombolas.                                                                                            | Tese        | 2025 | <ul style="list-style-type: none"><li>• Orientadora: Luciane Paula Vital;</li><li>• Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação;</li></ul>                                                                                                                |



|                                                                                                                                                                                                                                              |             |      |                                                                                                                                                                                                                |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------|------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Autor:</b> Jefferson Higino da Silva                                                                                                                                                                                                      |             |      | <ul style="list-style-type: none"><li>• Universidade Federal de Santa Catarina.</li></ul>                                                                                                                      |
| Arquivos do terceiro setor como estratégia de ação pública: o acervo da Sociedade União da Vila dos Eucaliptos na preservação da memória e enfrentamento de problemas em territórios periféricos.<br><b>Autor:</b> Mario Renato Lima Marques | Dissertação | 2025 | <ul style="list-style-type: none"><li>• Orientadora: Evelin Melo Mintegui;</li><li>• Programa de PósGraduação em Ciência da Informação;</li><li>• Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).</li></ul> |

Fonte: elaborado pelas autoras (2026).

No que diz respeito aos programas de pós-graduação, há concentração na área de Ciência da Informação, responsável por cinco das seis pesquisas analisadas, enquanto apenas uma se vincula a um programa interdisciplinar voltado à preservação do patrimônio cultural. Esse dado evidencia que o debate sobre arquivos comunitários tem sido absorvido pela Ciência da Informação, especialmente na interface com a Arquivologia.

Com relação aos locais das pesquisas, observamos que elas foram realizadas junto a programas de pós-graduação localizados em Florianópolis (SC), Londrina (PR), Porto Alegre (RS), Rio de Janeiro (RJ), Brasília (DF) e Salvador (BA).

Geograficamente, a produção apresenta uma distribuição relativamente equilibrada entre as diferentes regiões do Brasil, com destaque para a região Sul, que concentra duas pesquisas, enquanto as regiões Sudeste, Nordeste e Centro-Oeste apresentam uma pesquisa cada. Essa dispersão indica que o tema não está restrito a uma única região, mas vem se difundindo em âmbito nacional.

Um aspecto relevante da análise é a ausência de repetição de autores e de orientadores, uma diversidade que sugere a formação de múltiplos núcleos de pesquisa e contribui para a pluralização do debate em torno dos arquivos comunitários.

O universo levantado revela pesquisas alinhadas às transformações contemporâneas da Arquivologia, especialmente no que se refere às perspectivas críticas e decoloniais. Assim como observado nos artigos analisados anteriormente, percebemos um deslocamento da área da tradição técnico-administrativa para abordagens voltadas à memória, constituída a partir da participação



social, da justiça social e do arquivo como elemento de constituição da identidade de comunidades historicamente marginalizadas.

Ao observarmos os trabalhos em ordem cronológica de defesa, a tese “Insurgências arquivísticas em busca da diversidade” constitui o primeiro trabalho monográfico defendido, em 2020. De caráter teórico, o estudo aborda as implicações da colonialidade na composição da memória coletiva e apresenta o que defende como movimentos teóricos insurgentes. O autor afirma que, apesar da supressão moderna/colonial, o campo se constitui como dinâmico, com potencial para alcançar uma agenda mais ampla e diversa, alicerçada nos arquivos comunitários.

Já a tese intitulada “Os arquivos comunitários na pesquisa e educação arquivística: uma análise a partir da *Archival Education Research Initiative*” trata das contribuições da comunidade discursiva *Archival Education Research Initiative* para a pesquisa e a educação arquivística, compreendendo-a como grupo pioneiro nos estudos sobre arquivos comunitários.

A dissertação “Arquivos comunitários, memória e favela: proposta de guia de acervo para o arquivo Dona Orozina Vieira do Museu da Maré” construiu o instrumento de pesquisa do Arquivo Dona Orozina Vieira (ADOV), pertencente ao Museu da Maré. Apesar de tratar-se de um arquivo pessoal, o acervo integra o arquivo comunitário da Maré, localizado na cidade do Rio de Janeiro (RJ). A proposta buscou ampliar o potencial dos documentos do ADOV como fonte para a produção e a socialização de conhecimentos sobre a história do museu e da referida comunidade.

A tese “Entre o ser moderno e o devir contemporâneo: implicações das dimensões espaço e tempo na (re)configuração teórica e metodológica da Arquivologia” trata da influência do discurso da modernidade, especialmente no que concerne às concepções de tempo e de espaço, no campo da Arquivologia. O autor conclui que princípios e perspectivas técnicas, teóricas e epistemológicas são frutos dessas implicações, apontando novos fundamentos teóricos que reconfiguram o campo, como o multiverso arquivístico, o *records continuum*, a ressignificação dos conceitos de documento e arquivo, as discussões sobre arquivos comunitários, as percepções sobre proveniência, autonomia arquivística, arquivos participativos e novas formas de descrição multidimensional.

A tese “Convite à (des)construção: arquivos comunitários e seus diálogos com dinâmicas documentais quilombolas” aborda as dinâmicas documentais de comunidades quilombolas brasileiras a partir das discussões em torno de arquivos comunitários. Considerando que os registros



O termo “Arquivos Comunitários” aparece como o elemento de maior destaque visual da nuvem, indicando sua recorrência predominante nas pesquisas analisadas. Isso demonstra que o conceito constitui o núcleo organizador do *corpus*, atuando como categoria central. Outro destaque expressivo é “Multiverso Arquivístico”, que sugere uma crítica à universalização de modelos arquivísticos tradicionais e valoriza múltiplas formas de produção, organização e preservação da memória. Da mesma forma, destaca-se “Pluralismo Arquivístico”, reforçando o deslocamento epistemológico presente nas pesquisas em direção à valorização da diversidade documental, cultural e comunitária. Associados a esse termo, surgem “Pluralidade”, “Modernidade/Colonialidade”, “Arquivística Decolonial” e “Insurgências”, o que indica a influência de perspectivas críticas e decoloniais na construção teórica dos estudos.

A presença das palavras “Arquivologia” e “Arquivística” demonstra que, embora os trabalhos dialoguem com questões sociais, culturais e políticas, permanecem vinculados ao campo disciplinar arquivístico. Entretanto, os qualificadores associados a esses termos revelam transformações no modo de compreender a área. Expressões como “Arquivologia Contemporânea”, “Arquivologia Moderna”, “Estudos Arquivísticos Críticos”, “*Records Continuum*”, “Autonomia Arquivística” e “Descrição Multidimensional” apontam para um debate sobre os fundamentos e os limites da Arquivologia tradicional.

Observamos também a presença de termos ligados às dimensões metodológica e investigativa, como “Pesquisa Arquivística”, “Educação Arquivística”, “*Archival Education Research Initiative*”, “Análise de Domínio” e “Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Arquivologia”. Esses elementos indicam preocupação com a formação profissional, a produção científica e os modos de construção do conhecimento no campo.

A nuvem de *tags* também evidencia um vínculo entre arquivos comunitários e grupos historicamente marginalizados. Termos como “Comunidades Quilombolas”, “Comunidades Periféricas”, “Terceiro Setor” e “Arquivos de ONGs” mostram que os arquivos comunitários associam-se a práticas sociais de resistência, de pertencimento e de reivindicação identitária. Entre esses, destacamos o “Arquivo Dona Orozina Vieira (ADOV)”, que se apresenta como referência empírica vinculada às experiências de memória comunitária no Museu da Maré.





Outro aspecto observado é a articulação com a Ciência da Informação, uma vez que a maioria dos trabalhos foi defendida em Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação, conforme indicado no Quadro 1. Isso demonstra que os estudos ultrapassam os limites estritamente técnicos da Arquivologia e dialogam com debates políticos e informacionais mais amplos, evidenciados pela presença de expressões como “Políticas Públicas” e “Problemas Públicos”. Além disso, termos como “Compreensão Espaço-Temporal” e “Descrição Multidimensional” indicam uma preocupação em compreender os documentos e arquivos para além de sua materialidade, considerando dimensões contextuais, territoriais, temporais e relacionais.

#### **4.4 Pesquisas Arquivísticas Brasileiras (PAB)**

A análise dos dados provenientes da base PAB revela um conjunto de oito projetos de pesquisa, dos quais cinco estão alinhados ao escopo temático dos arquivos comunitários, enquanto três não se enquadram nessa temática.

No que se refere à coordenação das pesquisas levantadas na PAB, observamos uma concentração de projetos sob a liderança das pesquisadoras Ana Cláudia Cruz Córdula, responsável por dois projetos, enquanto Carla Maria de Almeida, Eliete Correia dos Santos e Bianca Therezinha Carvalho Panisset, coordenam ou coordenaram um projeto cada.

Além disso, verificamos a recorrência de colaboradores em diferentes projetos, como Jefferson Higino da Silva, Carla Maria de Almeida, Ana Cláudia Cruz Córdula, Gracy Kelly Martins Gonçalves, Gabriel Andrade Magalhães do Vabo, Kissila Rangel, Wiliana De Araújo Borges, Lídia Santos do Nascimento Gomes e Wislayne de Kássia Lopes de Albuquerque. Tal dinâmica, revela a existência de uma rede colaborativa, marcada pela articulação entre projetos e pela formação de novos pesquisadores, contribuindo para o fortalecimento e a expansão do campo investigativo.

No que se refere às instituições e à localização dos projetos analisados, ocorre uma concentração geográfica da produção científica. A Universidade Federal da Paraíba (UFPB) destaca-se como a principal instituição responsável pelo desenvolvimento das pesquisas, reunindo três projetos. Em seguida, aparecem a Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) e a Fundação Casa de Rui Barbosa, cada uma com um projeto. A maioria dos projetos estão situados em João Pessoa (PB),





evidenciando, a partir do universo levantado na base, uma centralização espacial que nos permite inferir que o campo dos arquivos comunitários, nesse recorte, apresenta uma concentração regional no Nordeste brasileiro, especialmente no estado da Paraíba. Sendo desenvolvido também um projeto na cidade do Rio de Janeiro (RJ).

No que se refere à distribuição temporal dos projetos, observamos que, as pesquisas foram realizadas e propostas entre os anos de 2022 e 2025, sendo que duas delas estão em andamento, com previsão de conclusão para o ano de 2026. Esse panorama revela que o tema dos arquivos comunitários, constitui um campo recente, que passa a ganhar maior fôlego e sobretudo a partir dos anos de 2023 e 2024.

No que se refere às temáticas identificadas, os projetos inseridos no escopo concentram abordagens como arquivos comunitários, memória social associada a comunidades tradicionais, perspectiva decolonial, justiça social e epistemologias do Sul, além da representação de memórias marginalizadas e da educação em arquivos. Essas temáticas evidenciam uma ampliação do olhar arquivístico para dimensões sociais, culturais e políticas, com ênfase na valorização de sujeitos e saberes historicamente invisibilizados.

Nessa seção, optamos por não trabalhar a categorização, mas, sim, apresentar uma síntese de cada projeto de pesquisa levantado na PAB, como veremos a seguir.

O projeto de iniciação científica “Observatório de arquivos comunitários: em busca de especificidades” foi desenvolvido entre 2023 e 2024 na Universidade Federal da Paraíba, sob vínculo com o Grupo de Estudos em Arquivo: Memória, Responsabilidade e Justiça Social (GEPAMER). Coordenado pela professora Ana Cláudia Cruz Córdula, junto ao Departamento de Ciência da Informação, contou com os professores doutores Carla Maria de Almeida, Jefferson Higino da Silva e Gracy Kelly Martins Gonçalves e, como bolsista, a discente do curso de graduação em Arquivologia, Gabriela Borba de Araújo. O referido projeto teve como objetivo geral contribuir para o aprofundamento do entendimento sobre os arquivos comunitários e, como objetivos específicos, analisar pesquisas sobre arquivos comunitários publicadas em periódicos internacionais, como *The American*, *American Science* e *Archivaria*, visando ampliar a compreensão teórica e prática em torno do tema, bem como refletir sobre a relação entre os arquivos comunitários, a memória e a justiça social.



O segundo projeto levantado na PAB foi “Metodologia decoloniais em programas educativos de Arquivos: práticas inclusivas e críticas às narrativas históricas”, desenvolvido entre 2023 e 2024, na Universidade Estadual da Paraíba, sob a coordenação da professora Eliete Correia dos Santos, com a colaboração de Wiliana de Araújo Borges, Lídia Santos do Nascimento Gomes e, como bolsista, Ana Beatriz Ramos de Oliveira. A pesquisa tratou da relação entre Arquivologia e Educação, com foco na incorporação de perspectivas decoloniais em programas educativos desenvolvidos por arquivos. O estudo partiu do interesse em compreender como os arquivos podem adotar práticas educativas que valorizem vozes historicamente marginalizadas e questionem narrativas tradicionais.

O projeto intitulado “Arquivos de comunidade e instituições públicas de custódia: por uma construção de metodologias de aquisição e difusão preconizando a participação popular” vem sendo desenvolvido na Fundação Casa de Rui Barbosa desde 2023, sob a coordenação de Bianca Therezinha Carvalho Panisset e com a colaboração de Kíssila da Silva Rangel e Gabriel Andrade Magalhães do Vabo. A referida pesquisa busca compreender qual seria o papel das instituições públicas de custódia de acervos arquivísticos junto a essas comunidades e desenvolver diretrizes para aquisição, processamento técnico e difusão, tendo como premissa que as fronteiras institucionais de guarda, preservação e acesso precisam ser revisitadas.

O projeto de pesquisa “Arquivos Comunitários na Perspectiva Sul (2024-2025)”, vinculado ao Grupo de Estudos em Arquivo: Memória, Responsabilidade e Justiça Social (GEPAMER/UFPB), foi desenvolvido na Universidade Federal da Paraíba, entre 2024 e 2025, coordenado pela professora Ana Cláudia Cruz Córdula, e teve como integrantes os professores Carla Maria de Almeida e Jefferson Higino da Silva, além da bolsista Gabriela Borba de Araújo. O referido projeto teve como objetivo realizar uma revisão de escopo dos arquivos comunitários na produção científica em países da América do Sul.

E, por fim, o último projeto recuperado na PAB, que tem como título “Arquivos e Memórias à margem: memórias representadas de comunidade tradicionais na cidade de João Pessoa (PB)”, está sendo desenvolvido junto ao Departamento de Ciência da Informação na Universidade Federal da Paraíba, sob a coordenação da professora Carla Maria de Almeida, tendo como colaboradoras a professora Ana Cláudia Cruz Córdula e a arquivista Wislayne Kássia Lopes de Albuquerque, além do



estudante do curso de graduação em Arquivologia, Danilo Cavalcanti. O projeto também está vinculado ao GEPAMER. A pesquisa trata das memórias registradas em documentos sobre comunidades tradicionais de João Pessoa (PB), como as comunidades indígenas, quilombolas, de terreiro, ribeirinhas, extrativistas e pescadores artesanais. O estudo busca compreender como as memórias desses grupos, historicamente marcados pela transmissão oral de saberes ancestrais, aparecem preservadas e representadas em seus arquivos. O estudo pretende contribuir para os debates críticos na Arquivologia, especialmente sobre memórias marginalizadas, ao mesmo tempo em que fortalece a visibilidade e o reconhecimento sociocultural de grupos tradicionais, valorizando suas narrativas históricas e identidades coletivas.

No contexto dos projetos levantados na PAB, observamos diversidade nas pesquisas, desenvolvidas tanto do ponto de vista teórico, quanto a partir de observações *in loco*. Foram identificados projetos voltados a programas educativos em arquivos, à aquisição e difusão de arquivos comunitários custodiados em instituições públicas, além de pesquisas que tratam dos arquivos produzidos por diferentes comunidades e de dois projetos voltados à revisão de escopo na literatura. Vale destacar que tais aspectos foram identificados com base nos dados disponíveis na PAB no momento da coleta. Considerando que a base é continuamente alimentada e atualizada, é possível que existam projetos ainda não cadastrados e/ou disponibilizados.

Tal condição não compromete os resultados da pesquisa, uma vez que o objetivo não consiste em afirmar a exaustividade do fenômeno investigado, mas em analisar criticamente o conjunto de informações sistematizadas e disponibilizadas pela base, entendida como uma representação do campo dos arquivos comunitários. Assim, os achados devem ser compreendidos à luz do *corpus* documental efetivamente constituído, que permite identificar perspectivas e dinâmicas relevantes.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Aplicado aos arquivos, o conceito de colonialidade evidencia como as instituições arquivísticas tradicionais contribuem para a exclusão e o silenciamento de grupos marginalizados, pois não os representam. Os arquivos comunitários surgem, assim, como formas de resistência ao



possibilitar que grupos marginalizados produzam, preservem e gerenciem suas próprias narrativas por meio de documentos.

Nesse contexto, esses arquivos atuam não apenas como repositórios de memória, mas também como espaços de ação política e de resistência, uma vez que fortalecem as identidades por meio da preservação daquilo que a comunidade considera referência de memória, o que se alinha ao empoderamento de se sentir representada.

O presente trabalho evidenciou, por meio de uma revisão de escopo, as produções científicas sobre arquivos comunitários nas principais bases de dados das áreas da Ciência da Informação e da Arquivologia. Os resultados obtidos nas diferentes bases de dados analisadas demonstram que os arquivos comunitários constituem um campo emergente. Apesar de a produção ainda ser quantitativamente reduzida, observamos um crescimento das pesquisas a partir de 2022, o que revela um movimento recente de fortalecimento teórico, metodológico e político da temática.

Em todas as bases, percebemos a predominância de abordagens alinhadas às perspectivas críticas e decoloniais, evidenciando uma transformação epistemológica no campo da Arquivologia, que passa a deslocar seu foco dos arquivos institucionais e estatais para as experiências comunitárias, periféricas e historicamente marginalizadas.

As pesquisas analisadas revelam tanto um amadurecimento teórico progressivo do tema quanto o desenvolvimento de investigações empíricas realizadas junto a comunidades, movimentos sociais, territórios periféricos, comunidades quilombolas e instituições comunitárias. O tema também vem sendo incorporado a debates contemporâneos relacionados às tecnologias digitais, à curadoria algorítmica e à preservação digital, ampliando as possibilidades de compreensão dos arquivos comunitários diante dos desafios do século XXI.

Assim, os dados analisados permitem concluir que os arquivos comunitários vêm assumindo um papel importante nos debates arquivísticos contemporâneos, contribuindo para a construção de uma Arquivologia mais plural, participativa, crítica e comprometida com a democratização da memória e da informação.

De modo geral, observamos que as discussões em torno dos arquivos comunitários se concentram na reflexão dialógica sobre as ideias de memória e justiça social, especialmente no que o campo reconhece como documentos de valor secundário. Em contrapartida, percebe-se menor



incidência de pesquisas direcionadas às práticas arquivísticas desenvolvidas pelas próprias comunidades, como organização, gestão, representação, preservação, difusão e acesso aos documentos.

Apesar dos indícios de ampliação das discussões, o tema ainda vem sendo incorporado de forma recente pela Arquivologia. Ao observarmos áreas próximas, como a Biblioteconomia e a Museologia, nas quais a memória das comunidades já orienta debates e práticas há décadas, por meio, por exemplo, das bibliotecas comunitárias e dos inventários participativos, torna-se possível compreender como a Arquivologia se constituiu e ainda se desenvolve a partir de fundamentos de uma arquivística tradicionalista.

## REFERÊNCIAS

- ALENCAR, M. F. **Os arquivos comunitários na pesquisa e educação arquivística**: uma análise a partir da Archival Education Research Initiative (AERI). 2022. 242 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) — Universidade Estadual de Londrina, Londrina, Brasil. Disponível em: <https://repositorio.uel.br/handle/123456789/18367>. Acesso em: 11 maio 2026.
- ANDAUR GOMÉZ, G. Archivos comunitarios en Santiago de Chile: características generales y reflexiones sobre su estudio. *In*: ANDRADE, A. C. N. (org.). **Arquivos, entre tradição e modernidade**: volume 1: conferências e trabalhos premiados com menção honrosa apresentados no XI Congresso de Arquivologia do Mercosul. 2. ed. rev. ampl. São Paulo: ARQ-SP, 2017. p. 222-239. Disponível em: [https://arqsp.org.br/wp-content/uploads/2018/03/ANDAUR\\_GOMEZ\\_Gabriela\\_XI-CAM-Archivo-Comun.pdf](https://arqsp.org.br/wp-content/uploads/2018/03/ANDAUR_GOMEZ_Gabriela_XI-CAM-Archivo-Comun.pdf). Acesso em: 11 maio 2026.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- CASWELL, M. Affective bonds: what community archives can teach mainstream institutions. *In*: BASTIAN, J. A.; FLINN, A. (ed.). **Community archives, community spaces**: heritage, memory and identity. London: Facet Publishing, 2017. p. 21-40.
- CASWELL, M. Toward a Survivor-Centered Approach to Records Documenting Human Rights Abuse: Lessons from Community Archives. **Archival Science**, [s. l.], v. 14, n. 3-4, p. 307–322, 2014.
- FLINN, A. Community Histories, Community Archives: Some Opportunities and Challenges. **Journal of the Society of Archivists**, [s. l.], v. 28, n. 2, p. 151-176, 2007. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/00379810701611936>. Acesso em: 20 jun. 2026.
- GILLILAND, A.; FLINN, A. Community archives: what are we really talking about? *In*: CIRN PRATO COMMUNITY INFORMATICS CONFERENCE, 2013, Prato. **Proceedings** [...]. Prato: Centre for Community Networking Research, Centre for Social Informatics, Monash University, 2013. p. 1-23. Disponível em: [https://www.monash.edu/\\_\\_data/assets/pdf\\_file/0007/920626/gilliland\\_flinn\\_keynote.pdf](https://www.monash.edu/__data/assets/pdf_file/0007/920626/gilliland_flinn_keynote.pdf). Acesso em: 21 jun. 2026.



LUGONES, M. Colonialidade e gênero. In: HOLLANDA, H. B. de. **Pensamento feminista hoje:** perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 52-83.

LUGONES, M. Rumo a um feminismo decolonial. In: HOLLANDA, H. B. de. **Pensamento feminista:** conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 357-378.

MIGNOLO, W. D. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. Tradução: Ângela Lopes Norte. **Cadernos de Letras da UFF**, Juiz de Fora, n. 34, p. 287-324, 2008. Disponível em: [https://professor.ufop.br/sites/default/files/tatiana/files/desobediencia\\_epistemica\\_mignolo.pdf](https://professor.ufop.br/sites/default/files/tatiana/files/desobediencia_epistemica_mignolo.pdf). Acesso em: 19 jun. 2026.

MIGNOLO, W. D. **Histórias locais/Projetos globais:** colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Tradução: Solange Ribeiro de Oliveira. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

OLIVEIRA, T. R. de. **Arquivos comunitários, memória e favela:** proposta de guia de acervo para o arquivo Dona Orozina Vieira do Museu da Maré. 2023. 230 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde) — Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2023.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (org.). **A colonialidade do saber:** eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142.

RANGEL, Kissila. Arquivos para quem?: a inclusão dos arquivos comunitários na regulamentação da Lei de Arquivos do Brasil. **Páginas a&b: arquivos e bibliotecas**, [Porto], n. 24, p. 87-99, 2025. Disponível em: <https://ojs.letras.up.pt/index.php/paginasaeab/article/view/15670>. Acesso em: 19 jun. 2026.

SILVA, J. H. da. **Convite à (des)construção:** arquivos comunitários e seus diálogos com dinâmicas documentais quilombolas. 2025. 122 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) — Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2025. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/266053>. Acesso em: 19 jun. 2026.

TENAGLIA, M. Arquivos comunitários: memórias, visibilidade e desafios. In: TOGNOLI, N. B.; SOUZA, J. C. C. E. de S.; OLIVEIRA, L. M. V. de; MATTOS, R. de (ed.). **O papel social da Ciência da Informação em novos contextos**. Niterói: IACS/UFF, 2023. p. 27-37.

## AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo apoio financeiro, por meio de bolsa de iniciação científica, concedida à estudante Gabriela Borba.

Agradecemos ao Grupo de Estudos em Arquivo: Memória, Responsabilidade e Justiça Social (GEPAMER) pelas contribuições acadêmicas, pelos diálogos construídos ao longo desta pesquisa e pelo fortalecimento das discussões em torno dos arquivos comunitários, memória social e justiça social.



## LICENÇA DE USO

Os autores cedem à **OFFICINA: Revista da Associação de Arquivistas de São Paulo** os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/) (CC BY) 4.0 International.



## ARQUIVOS COMUNITÁRIOS SEM COMUNIDADES: UMA REFLEXÃO A PARTIR DA PERIFERIA

Anderson Berbesi<sup>1</sup> 

**A**s vezes, falar de Arquivologia implica falar de dogmas e preconceitos que assombram a profissão desde suas origens: as noções de prova e verdade; a angústia persistente do esquecimento e da lembrança; e o desejo de controle e poder. Esses eixos atravessam a prática arquivística e perseguem o arquivista, que ora se vê como guardião, ora como executor no próprio arquivo.

Os arquivistas carregam esses entes como um complexo profissional. Tanto é assim que muitas de nossas decisões, reflexões e rotinas se movem mais por inércia do

---

<sup>1</sup> Bacharel em Biblioteconomia pela Universidade Central da Venezuela (2023), atualmente Mestrando em Ciência da Informação pela Universidade Federal Fluminense (PPGCI-UFF), bolsista CAPES. Possui interesse e experiência investigativa na área da Ciência da Informação, com especial interesse em temas epistemológicos da Ciência da Informação e Arquivologia, com ênfase nos Estudos Arquivísticos críticos/Arquivologia Crítica, unido a interesses em análise de domínio, estudos métricos e análise do discurso. É membro do grupo de pesquisa Arquivos, Bibliotecas e Organização do Conhecimento (GPABOC) da Universidade Federal Fluminense. E-mail: [aberbesi@id.uff.br](mailto:aberbesi@id.uff.br) Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4614239456054038>





que por convicção crítica, guiadas pelo medo de não encontrar aquilo que se supõe que deva estar ali ou, pior ainda, de perdê-lo. O arquivo, então, deixa de ser um espaço de disputa para se converter em um território de vigilância permanente.

No entanto, nem toda realidade é igual. Cada sociedade produz seus próprios dogmas e preconceitos e seus próprios medos, que se transformam e reaparecem sob novos rostos, nomes, leis e governantes. Nesse sentido, cada região enfrenta esses espectros de maneira distinta, a partir de um determinado *dever ser* do arquivista. Como aponta María Cristina Betancur Roldán (2025), esse *dever ser* se configura como um “conjunto de concepções e práticas sobre os arquivos que uma comunidade arquivística assume e defende como únicas, objetivas e verdadeiras, e cuja expressão se encontra nas normas e nos discursos profissionais e institucionais que acabam se impondo por sua aparente infalibilidade sobre outras concepções e práticas arquivísticas distintas, como as comunitárias, pessoais, entre outras” (p. 21, tradução própria).

O que acontece, então, quando nossos temores são colocados em xeque por novas realidades? Os arquivos comunitários são uma dessas provas incômodas. Mas o medo que despertam não reside tanto em sua existência, e sim na impossibilidade de controlar tudo: quando o arquivo deixa de ser um espaço administrável de controle e disputa, que lugar resta, então, ao arquivista?

Sabemos há algum tempo que os arquivos comunitários funcionam como vestígios e expressões de comunidades que buscam refletir, honrar e não esquecer um passado marcado pelo ostracismo, pela marginalização e pela aniquilação simbólica. Neles, a própria ideia de arquivo é desconstruída. Deixam de ser aquele espaço de silêncio, poeira e vozes selecionadas – e, portanto, de outras sistematicamente omitidas – ao qual estamos acostumados, para se tornarem territórios de luta, memória e lembrança; sobretudo, espaços de vozes vivas que os arquivos tradicionais silenciaram, deliberadamente ou não.

Contudo, assim como os arquivos comunitários se consolidam como espaços de reivindicação, afeto e encontro, é também a partir da imposição do *dever ser* arquivístico que as comunidades começam a se desfazer em nome dos próprios arquivos. Regulados, classificados e tutelados pelo mesmo aparato estatal que historicamente produziu os

silêncios que esses arquivos buscam disputar, os arquivos comunitários correm o risco de existir sem comunidade. A pergunta surge quase de imediato: seria possível pensar em arquivos comunitários sem comunidades?

Embora possa parecer uma pergunta capciosa, essa situação se torna concreta quando observamos como diferentes países têm atuado para moldar e redirecionar as vozes de comunidades marginalizadas, fazendo-as convergir com o discurso oficial. Seja por meio de leis, normativas ou gestos de aparente reconhecimento – muitas vezes marcados por um viés paternalista –, os arquivos comunitários passam a ser reivindicados pelo Estado como parte de si. A questão, então, não é apenas por que o poder desejaria fazer isso, mas para quê.

Jamila J. Ghaddar (2016) demonstrou como, no contexto canadense, os discursos oficiais se apropriam das vozes, saberes e preceitos de povos indígenas específicos para revalidar noções de controle e autoridade. Como narrar a história do Canadá sem os povos que foram violentados por ela? Como incorporar essas vozes ao relato nacional sem alterar as estruturas que produziram sua exclusão? Nesse gesto, a memória dos subalternizados torna-se funcional ao discurso do poder e à administração de uma suposta memória coletiva que, em rigor, nunca o foi.

Sindiso Bhebhe e Mpho Ngoepe (2021) avançam com uma crítica na mesma direção ao demonstrar como os arquivos podem ser utilizados como dispositivos de poder para narrar a história das elites e sustentar um determinado *status quo*, especificamente no contexto de Moçambique e África do Sul. O controle da memória não condiciona apenas a forma como o passado é visto e interpretado, mas também quem pode aparecer legitimamente nele. Se as elites controlam os enquadramentos da memória, não poderiam utilizá-los em benefício próprio? Não poderiam, inclusive, instrumentalizar comunidades historicamente marginalizadas como recursos simbólicos para se afirmarem?

Michel-Rolph Trouillot (2017) foi particularmente claro ao apontar como os arquivos organizam fatos e fontes, condicionando a própria possibilidade das afirmações históricas. Ao conceder autoridade, eles estabelecem regras de credibilidade e delimitam quais histórias importam e quais permanecem à margem. Nesse sentido,

quando os arquivos comunitários – por meio de dispositivos legais, decretos ou mediações institucionais – são atraídos e geridos pelos mesmos atores que historicamente os subjugarão, produz-se uma inversão perversa. Se aqueles que buscam uma voz só podem falar sob o sotaque do poder, estaríamos realmente diante de comunidades com arquivos ou apenas de arquivos comunitários sem comunidades?

Longe de ser uma provocação abstrata, essa questão torna-se concreta quando observamos como diferentes Estados se aproximam dos arquivos comunitários não como espaços de autonomia, mas como territórios a serem ordenados, reconhecidos e, finalmente, administrados. O gesto do reconhecimento – legal, institucional ou simbólico – raramente é neutro: costuma vir acompanhado de condicionantes, marcos normativos e expectativas que reconfiguram a relação entre comunidade, memória e poder. É nesse ponto que o arquivo comunitário passa a existir em uma tensão permanente entre a vontade daqueles que o produzem e a lógica daqueles que buscam incorporá-lo.

O caso brasileiro é particularmente ilustrativo nesse sentido. Retomando as reflexões de Kissila Rangel (2025), cabe-nos fazer a mesma pergunta da autora: arquivos para quem? Ainda que se busque a construção de uma memória nacional mais plural, a inclusão dos arquivos comunitários nesse projeto também envolve o risco – e o erro – de subordinar memórias locais a fins políticos ou institucionais. O arquivo é reconhecido, mas a comunidade é deslocada para um segundo plano, convertida em objeto de gestão mais do que em sujeito de decisão. As comunidades detêm poder real sobre seus arquivos ou estão submetidas à regulação de outros atores? Se atentarmos apenas para os objetos produzidos, e não para quem os produz, com quais intenções e sob quais condições, não continuamos a pensar os arquivos a partir de uma lógica herdada de Jenkinson ou Schellenberg, na qual a comunidade é tratada como mais uma entidade administrativa – quase como uma empresa – e não como um coletivo com interesses próprios?

Um caso ainda mais explícito dessa tensão pode ser observado na proposta dos arquivos comunitários venezuelanos. Conforme apontam Anderson Berbesi e José López-Salazar (no prelo), esses arquivos compreendem a documentação gerada pelas comunidades organizadas – legalmente denominadas comunas – entendidas como o



núcleo básico e indivisível formado por pessoas e famílias que habitam um determinado espaço geográfico e compartilham uma história, interesses e necessidades comuns. Essa definição de comunidade, contudo, não emerge de forma autônoma, mas é regulada pelo próprio Estado venezuelano, que estabelece sua forma de organização, seus fins e seus meios.

O problema não reside na existência desses arquivos, mas em sua estreita vinculação com estruturas estatais e marcos político-administrativos que definem não apenas como eles são criados e mantidos, mas também quais narrativas são preservadas e quem participa de sua gestão. Se as memórias são produzidas e orientadas para se adequar a um modelo político-social predominante, cabe perguntar se esses arquivos constituem, de fato, espaços de gestão comunitária genuína ou se funcionam, antes, como extensões de uma política estatal de documentação.

Se os arquivos comunitários desestabilizam nossos dogmas e preconceitos, é porque tentamos controlá-los, defini-los e mantê-los dentro dos limites e enquadramentos daqueles que, justamente, foram excluídos dos arquivos oficiais. Pensar arquivos comunitários controlados e vinculados ao poder estatal, acadêmico ou político –mantenedores do status quo – deveria nos obrigar, ou ao menos nos conduzir, a perguntar se não estamos fazendo algo profundamente equivocado. Quando os objetos derivados das comunidades se tornam prioritários e não os sujeitos que os produzem, despreza-se, ignora-se ou desloca-se aquilo que realmente importa. É então que nossos medos do descontrole e da perda de poder emergem com força, abrindo espaço para a possibilidade perigosa de pensar arquivos comunitários sem comunidades.

Este ensaio foi escrito a partir da periferia do pensamento arquivístico, justamente para refletir sobre questões que nos ultrapassam e nos incomodam, mas que precisam começar a ser iluminadas se desejamos disputar seus efeitos. Não para nos erigirmos como juízes ou bastiões da memória da memória, mas para reconhecer que nossos dogmas e preconceitos, sejam profissionais, epistemológicos ou políticos, envolvem mais vozes, mais medos e mais renúncias do que costumamos admitir. Lutar contra eles, ainda que parcialmente, exige aceitar que a memória não é um direito concedido pelo



Estado, não é um mandato moral do arquivista e não é, necessariamente, perpétua. A memória não é universal, nem precisa sê-lo, se as próprias comunidades assim o decidirem.

Se uma comunidade decide silenciar, apagar, destruir ou guardar para si, isso também é memória. Ainda que incomode, assuste e/ou contrarie o imperativo profissional de conservar tudo o que for possível. Aceitar isso implica renunciar ao lugar de juiz e de custodiante absoluto. Implica, talvez, aprender a conviver com arquivos que não nos pertencem, com memórias que não controlamos e com comunidades que não precisam ser autorizadas a lembrar – ou a esquecer.

## REFERÊNCIAS

BERBESI, Anderson; LÓPEZ-SALAZAR, José Jesús Rafael (no prelo). **Entre o arquivo comunitário e o arquivo comunal: uma reflexão crítica comparativa.**

BETANCUR ROLDÁN, María Cristina. **La invención de una tradición archivística: aproximación histórica a los archivos, las prácticas y el ejercicio profesional en Colombia.** 2025. Tese Doutoral (Doutorado em História Comparada, Política e Social) – Departamento de Historia Moderna y Contemporánea, Universitat Autònoma de Barcelona. 2025.

BHEBHE, Sindiso; NGOEPE, Mpho. Elitism in critical emancipatory paradigm: national archival oral history collection in Zimbabwe and South Africa. **Archival Science**, v. 21, p. 155-172, 2021. DOI 10.1007/s10502-020-09351-y

GHADDAR, Jamila J. The Spectre in the Archive: Truth, Reconciliation, and Indigenous Archival Memory. **Archivaria**, n. 82, p. 3-26, 2016. Disponível em: <https://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/13579>

RANGEL, Kissila. Arquivos para quem? A inclusão dos arquivos comunitários na regulamentação da Lei de Arquivos do Brasil. **Páginas a&b**, n. 24, p. 87–99, 2025. Disponível em: <https://ojs.letras.up.pt/index.php/paginasueb/article/view/15670>.

TROUILLOT, Michel-Rolph. **Silenciando el pasado: El poder y la producción de la Historia.** Granada: Editorial Comares, 2017.

## AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.



## LICENÇA DE USO

Os autores cedem à **OFFICINA: Revista da Associação de Arquivistas de São Paulo** os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution](#) (CC BY) 4.0 International.



## O RASTRO NOS DOCUMENTOS: UMA APRESENTAÇÃO DO ARMAZÉM MEMÓRIA À LUZ DA CRÔNICA "EL RASTRO EM LOS HUESOS", DE LEILA GUERRIERO

*The trace in the documents: an introduction to Armazém Memória in Light of  
Leila Guerriero's Chronicle "El rastro en los huesos"*

Helena Capriglione Zelic<sup>1</sup> 

### RESUMO

O artigo apresenta a experiência de trabalho do Armazém Memória a partir de um paralelo com a crônica *"El rastro en los huesos"*, de Leila Guerriero, analisando a atuação de Marcelo Zelic na construção de políticas de memória, verdade, justiça, reparação e não repetição no Brasil. O texto analisa e conecta entrevistas, depoimentos, produções jornalísticas e referenciais teóricos sobre memória e violência de Estado na América Latina. O estudo demonstra como o Armazém Memória desenvolveu um método heterodoxo de investigação baseado na digitalização, indexação e disponibilização pública de arquivos, bem como na articulação com pesquisadores, movimentos sociais, jornalistas, arquivistas e organizações de direitos humanos. Destacam-se, nessa trajetória, a redescoberta do Relatório Figueiredo, a ampliação das investigações da Comissão Nacional da Verdade sobre violações cometidas contra povos indígenas e a consolidação do Centro de Referência Virtual Indígena. O artigo conclui que o trabalho de memória constitui uma prática política e ética de enfrentamento ao memoricídio, capaz de fortalecer processos de reparação histórica e de defesa dos direitos humanos no presente.

**PALAVRAS-CHAVE:** Memória. Direitos humanos. Ditadura militar. Armazém Memória.

### ABSTRACT

The article presents the work experience of *Armazém Memória* through a parallel with Leila Guerriero's chronicle *"El rastro en los huesos"*, analyzing Marcelo Zelic's role in the construction of policies of memory, truth, justice, reparation, and non-repetition in Brazil. The text analyzes and connects interviews, testimonies, journalistic productions, and theoretical references on memory and state violence in Latin America. The study

<sup>1</sup> Helena Capriglione Zelic é mestre em Teoria e História Literária pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), graduada em Letras (Espanhol-Português) pela Universidade de São Paulo (USP) e integrante do Armazém Memória. E-mail: [helena.zelic@gmail.com](mailto:helena.zelic@gmail.com). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9303574321732386>



demonstrates how *Armazém Memória* developed a heterodox method of investigation based on the digitization, indexing, and public dissemination of archives, as well as collaboration with researchers, social movements, journalists, archivists, and human rights organizations. Among the key moments highlighted in this trajectory are the rediscovery of the Figueiredo Report, the expansion of the Brazilian National Truth Commission's investigations into violations committed against Indigenous peoples, and the consolidation of the Indigenous Virtual Reference Center. The article concludes that memory work constitutes a political and ethical practice of confronting memoricide, capable of strengthening processes of historical reparation and the defense of human rights in the present.

**KEYWORDS:** Memory. Human rights. Military dictatorship. *Armazém Memória*.

## 1 INTRODUÇÃO

*No es grande. Cuatro por cuatro apenas, y una ventana por la que entra una luz grumosa, celeste. El techo es alto. Las paredes blancas, sin mucho esmero. El cuarto —un departamento antiguo en pleno Once, un barrio popular y comercial de la ciudad de Buenos Aires— es discreto: nadie llega aquí por equivocación. El piso de madera está cubierto por diarios y, sobre los diarios, hay un suéter a rayas —roto—, un zapato retorcido como una lengua negra —rígida—, algunas medias. Todo lo demás son huesos* (Guerriero, 2008, n. p.).

**A**ssim começa a crônica “*El rastro en los huesos*”, de Leila Guerriero, publicada originalmente na edição 88 da revista latino-americana *Gatopardo*, em 2008, e vencedora do prêmio mexicano *Nuevo Periodismo* de 2009. Não são poucos, porém também não são muitos os lugares no mundo que se parecem com esse cômodo 4x4 onde trabalham os integrantes da Equipe Argentina de Antropologia Forense. A leitura de “*El rastro en los huesos*” pode alavancar a formulação de um paralelo entre essa iniciativa argentina e outra, brasileira, de investigação histórico-política sobre o direito à memória histórica das violações de direitos humanos durante o regime militar.

Se escrevêssemos a crônica “O rastro nos documentos”, poderíamos começar assim:

Não é grande. Dois por três apenas, e uma janela por onde entra uma luz amarelada por samambaias. O teto é baixo. As paredes de madeira, recém-pintadas de vermelho. O barracão — uma edícula nos fundos da casa — é discreto: ninguém chega sem ser convidado. O piso de cerâmica vermelha está coberto de estantes cheias de livros, e sobre as mesas de





trabalho há computadores, HDs, cartazes, documentos e muitas anotações rabiscadas. Tudo o mais é arquivo<sup>2</sup>.

Nesse barracão opera o Armazém Memória, organização criada e coordenada por Marcelo Zelic, meu pai. A tarefa central do Armazém Memória é digitalizar e indexar documentos da história do Brasil, permitindo seu amplo acesso. Por meio desse acesso, busca incentivar pesquisas investigativas que visam tanto dar a conhecer a memória das lutas dos povos quanto pressionar por reparações por graves violações de direitos humanos. Ainda que muito distante — em equipe, localização e procedimento científico —, essa tarefa não parece **tão** distante daquela proposta pela Equipe Argentina de Antropologia Forense: localizar os restos mortais de desaparecidos da ditadura militar argentina, para cessar a dúvida de seus familiares e da sociedade argentina e, a partir dessas descobertas, fortalecer os movimentos civis que lutam por reparação e não-repetição.

Na crônica de Guerriero, há uma citação da declaração do coordenador Clyde Snow, feita após uma exumação, que define bem o objetivo político do trabalho: *“Lo que estamos haciendo [...] va a impedir a futuros revisionistas negar lo que realmente pasó. Cada vez que recuperamos un esqueleto de una persona joven con un orificio de bala en la nuca, se hace más difícil venir con argumentos”* (Guerriero, 2008, n. p.). Tirar um documento do esquecimento e trazê-lo à tona é, de certa forma, um movimento semelhante à exumação. Exumar um documento foi o que fez Marcelo Zelic ao encontrar o Relatório Figueiredo.

Partindo desse paralelo entre experiências, este artigo busca caracterizar os processos de ação e de elaboração desenvolvidos pelo Armazém Memória ao longo de sua trajetória. A iniciativa coloca em prática um método de investigação documental que articula digitalização, indexação, disponibilização pública de arquivos, produção de dossiês, coleta de testemunhos e articulação política em torno das disputas por memória, verdade, justiça, reparação e não repetição no Brasil. Nesse processo, o documento deixa de ser apenas objeto de preservação para tornar-se instrumento ativo de enfrentamento ao memoricídio, operando uma metafórica exumação histórica voltada à revelação de violências ocultadas e ao fortalecimento das lutas populares e indígenas por reconhecimento, reparação e defesa de direitos no tempo presente.

---

<sup>2</sup> Trata-se de um trecho ficcional, elaborado exclusivamente para fins ilustrativos neste material. Por não se tratar de obra previamente publicada, dispensa a formatação de citação e de referência nos moldes da ABNT.



Não se pretende realizar uma análise literária da crônica de Leila Guerriero, por mais que sua elaboração narrativa e densidade formal certamente a mereçam. Interessa, aqui, observar como um relato particularmente atento de uma experiência concreta pode produzir leituras capazes de retirar certas práticas de memória de seu aparente isolamento, sem apagar aquilo que as torna específicas. Os paralelos aqui propostos não buscam equiparar, duplicar ou homogeneizar experiências profundamente distintas entre si, criadas por contextos históricos, procedimentos e escalas diferentes. Servem, sobretudo, para construir pontos de diálogo sobre práticas, sensibilidades e valores éticos de trabalhos que lidam, no mesmo continente, com as fissuras da memória histórica e com os vestígios persistentes da violência de Estado.

## 2 A CRIAÇÃO DO ARMAZÉM MEMÓRIA: PASSADO, PRESENTE, FUTURO

No início dos anos 2000, uma campanha continental contra a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) mobilizava uma intensa agenda de manifestações no Brasil e em outros países latino-americanos. A efervescência política se deu devido a uma estratégia de aliança entre movimentos populares e governos progressistas, em uma campanha que conectou atuações locais, nacionais e regionais, com uma profusão de atividades, debates, marchas e documentos (Remte, 2015; Zelic, 2021). Uma nova etapa da organização popular surgia, então, junto com o início do milênio, buscando atualizar métodos para lidar com as novas roupagens da exploração e da violência capitalista, por meio da "[...] auto-organização, da radicalização democrática e da reflexividade" (Di Giovanni, 2015, p. 34).

Em 2001, nesse contexto de profunda conexão entre reflexão e ação e de uma especial criatividade política, o ativista Marcelo Zelic decidiu criar o Armazém Memória. Em uma entrevista cedida em 2017, ele conta o que o levou a essa criação, após anos de atuação política voltada para os direitos humanos em nível territorial e comunitário:

Em 2001 eu voltei, quando deu o quebra pau com a ALCA. Aí eu me dei conta de que faltava pensar a questão da memória. Foi aí que comecei a pensar na construção do Armazém da Memória. No começo eu liguei para a Clara Charf (...) dizendo que queria entrevistá-la. Estava todo animado, e ela, que me ajudou muito nesse começo, falou: "eu acabei de dar entrevista a outro jornalista... Pega com ele". (...) Foi aí que surgiu o conceito do Armazém.



A ideia não era refazer o trabalho todo, mas trazer e concentrar todas as informações que estavam dispersas. Fazia bem mais sentido isso do que ir lá e gravar de novo as mesmas perguntas que outro já tinham feito. Foi aí, nesse primeiro momento, que entrei nesse projeto de construção do Armazém da Memória (Lima; Azola, 2017, p. 347-348).

A partir dessa proposta que buscava aglutinar os acúmulos dos movimentos sociais e de lutadores e lutadoras populares, Marcelo buscou o Grupo Tortura Nunca Mais de São Paulo (GTNM-SP), associação surgida clandestinamente em 1976 que, no início dos anos 2000, desempenhava um papel relevante nas disputas sobre memória, verdade e justiça em relação aos crimes da ditadura militar brasileira. Marcelo passou a se articular com entidades de direitos humanos que realizavam debates sobre políticas de memória e a conversar com militantes mais velhos que haviam passado por prisões, torturas e perseguições políticas durante a ditadura militar, assim como com familiares de pessoas desaparecidas e assassinadas. Marcelo Zelic atuava como agente de conexões na defesa dos direitos humanos, e o Armazém Memória é o resultado da realização desse projeto de conexões. Para isso, buscava parcerias nesse campo de luta e propunha, incentivava, insistia para que apoiassem seu projeto de "resgate coletivo da história".

Nesse movimento, participou por anos do GTNM-SP, onde chegou a ser vice-presidente, e depois da Comissão Justiça e Paz de São Paulo — organização criada em 1967 por Dom Paulo Evaristo Arns —, na qual atuou, com total apoio, até seu falecimento, em 2023. Integrar essas organizações era fundamental para a formação desse militante mais novo da memória e dos direitos humanos, e dava ao pesquisador credenciais necessárias para circular em espaços de articulação desse campo, exercendo um papel de pressão política que, em sua concepção, fazia parte das atribuições de sua pesquisa. Um conjunto de relatos formativos e informativos de militantes históricos formam um tecido de relações pautadas pela solidariedade, pelo testemunho e pelo compromisso mútuo de tornar visível uma perspectiva histórica para, então, pressionar por processos de justiça e reparação.

Ao mesmo tempo em que procurava coletar histórias de outro período e dialogar com militantes de gerações anteriores, com ouvidos atentos e pacientes, a atualidade do método de organização digital e a conexão com as novas jornadas de luta travadas naquele período faziam Zelic articular passado e presente, uma perspectiva que foi fundamental para toda a sua atuação que se seguiria. Também foi responsável por articular relações entre a militância mais antiga e gerações



mais novas que a sua, como filhos e netos de desaparecidos políticos e ativistas de novos movimentos, preocupados com a violência de Estado perpetrada contemporaneamente, no período democrático.

No livro *Modos de fazer*, que relata a renovação da Casa do Povo, espaço comunitário e de organização política em São Paulo, ocorrida a partir de 2013, o diretor Benjamin Seroussi compartilha como essa atitude de conexão entre lutas intergeracionais foi uma influência marcante para sua própria atuação na direção da Casa:

O espaço do Grupo Tortura Nunca Mais (GTNM), cedido em 1987 por dom Paulo Evaristo Arns, apontava um caminho possível: sob a liderança de Marcelo Zelic, o GTNM passou a acolher diversas entidades de direitos humanos, dentre as quais um grupo surgido alguns anos antes no Fórum Social de Porto Alegre e formado por jovens que defendiam o transporte público como direito. O MPL-SP funcionou ali como um elo entre gerações, um hífen histórico entre as lutas partidárias e sindicais contra a ditadura (representadas pelo GTNM) e as lutas autônomas contemporâneas. Em um país pautado por políticas de apagamento, esse elo fazia falta (Seroussi, 2025, p. 7-8).

A importância da relação intergeracional também se verifica na experiência da Equipe Argentina de Antropologia Forense, segundo a crônica de Leila Guerriero, que registra depoimentos de pessoas participantes da iniciativa, inclusive seu fundador:

*"—La relación con los familiares de los desaparecidos la tuvimos desde el principio —dirá Luis Fondebrider—. Teníamos la edad que tenían sus hijos en el momento de desaparecer y nos tenían un cariño muy especial. Y estaba el hecho de que nosotros tocábamos a sus muertos. Tocar los muertos crea una relación especial con la gente"* (Guerriero, 2008, n. p.).

Nascido no mesmo ano que Marcelo Zelic, o antropólogo sugere um tipo especial de confiança, que se aproximaria de uma relação filial e que só é possível no encontro entre aquelas pessoas que sofreram e as que cresceram tomando conhecimento desses sofrimentos. A identificação com a juventude dos desaparecidos políticos é mais um elemento no conjunto de motivações que impulsionam trabalhos obstinados para revelar aspectos do passado no tempo presente.

Os primeiros acervos de documentos digitais do Armazém Memória foram articulados com organizações de memória e de direitos humanos, bem como com movimentos sociais. São os



centros de referência "Luta pela terra" e "Movimento sindical", organizados, respectivamente, com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a Central Única dos Trabalhadores (CUT), em relação ao Centro de Documentação e Pesquisa Vergueiro (CPV). Um momento chave para a construção do acervo foi o projeto "Brasil Nunca Mais Digit@l", que permitiu a ampla digitalização e disponibilização de mais de 800 mil páginas de documentos sobre a ditadura militar, a partir da íntegra do projeto realizado entre 1979 e 1985 por uma equipe encabeçada por Paulo Evaristo Arns, Henry Sobel e Jaime Wright — maior iniciativa da sociedade civil em torno do direito à memória, verdade e justiça até então. A aposta pela digitalização desse volume de documentos, além de criar uma etapa para o projeto inicial do "Brasil Nunca Mais", também abria possibilidades à concepção de acervos digitais (Castro, 2020).

### 3 UM TRABALHO SENSÍVEL AO HORROR

As articulações realizadas a partir do Armazém Memória, ao longo de mais de duas décadas, são numerosas e pautadas por uma ética militante. Participar do desvelamento de um passado traumático e buscar impedir a continuidade da violência autoritária no presente são processos que alteram os modos de vida e de trabalho das pessoas envolvidas. Essa ética forja um compromisso político sensível, que opta por lidar diariamente com histórias de violação em vez de se recusar a participar dessa disputa. Mais uma vez, essa experiência de memória brasileira se aproxima da experiência argentina relatada por Guerriero:

*La gente se horroriza. Vos le decís que viajás a ver fosas comunes y morgues y cementerios, y a la gente le parece horroroso. Pero a mí me resultaría difícil sentarme en un kiosco de dos metros cuadrados y esperar que me vengan a comprar caramelos (Guerriero, 2008, n. p.).*

Essa inversão de perspectiva em relação ao espanto é uma chave necessária para a continuidade da realização de trabalhos que remexem traumas coletivos. Segundo essa inversão, seria espantoso aceitar o memoricídio praticado pelo Estado e naturalizado pela cultura social hegemônica; seria espantoso acostumar-se à camada superficial de normalidade que encobre o



ocultamento histórico. Isso coloca os trabalhadores da memória em posição de incômodo permanente, buscando diariamente “escovar a história a contrapelo”.

Isso significa, conforme propôs Walter Benjamin em suas teses *Sobre o conceito de história*, que ao materialista histórico compete contemplar os bens culturais encarando suas origens com horror, uma vez que “[...] não há um documento da cultura que não seja ao mesmo tempo um documento da barbárie” (Benjamin, 2020, p. 55). “E assim como a cultura não está livre da barbárie, assim também ocorre com o processo de sua transmissão, na qual ela é passada adiante” (Benjamin, 2020, p. 55), segue o filósofo, indicando que essa tarefa se renova a cada geração diante das mazelas do passado impregnadas em cada tempo presente. Assim, exige-se que, “[...] em cada época, deve-se tentar novamente liberar a tradição de um novo conformismo, que está prestes a subjugar-la” (Benjamin, 2020, p. 86).

Continuando o pensamento benjaminiano e transportando suas teses às mazelas históricas do Cone Sul, podemos encarar a ação de “tentar novamente” como uma reação a uma dinâmica histórico-social de repetição de violências. Nesse sentido, vale a pena colocar Benjamin para conversar com pensadores críticos latino-americanos. Ao observar a situação de seu próprio país sob a ótica de uma nova história social ancorada na perspectiva popular, o historiador chileno Gabriel Salazar (2012) afirma que a repetição de uma história de injustiças está diretamente atrelada à ausência de soberania popular. Segundo ele, essa dinâmica é estrutural e gera um círculo vicioso que, para ser rompido, exige a punição de seus fantasmas do passado.

As maneiras como as disputas em torno da memória foram travadas em outras partes do continente muito interessaram a Zelic em seus estudos, tanto porque a experiência adquirida em cada processo político informa sobre limitações e potencialidades, quanto porque suas coincidências históricas dão a ver raízes mais antigas, coloniais, de subjugação dos povos americanos (Kaingáng; Pankararu, 2023) sob o devastador argumento do progresso. Esse mesmo progresso é descrito por Benjamin (2020) como uma norma histórica e como uma tempestade. Nesse regime metafórico, a tempestade empurra o Anjo da História, em um gesto violento de formação amnésica do futuro, e faz crescer uma pilha de escombros, acumulada por uma série de eventos que compõem uma catástrofe única.

Diante disso, os estudos sobre a teoria da justiça de transição também foram fundamentais para a construção do Armazém Memória, cujo conjunto de ações tem como base os princípios da memória, verdade, justiça, reparação e não repetição. Uma inconformidade permanente, com raízes antissistêmicas, ou seja, que tece críticas não apenas aos métodos pontuais, mas também à lógica estruturante da violência, foi necessária para criar e continuar o trabalho de formação de acervo, de pesquisa e de uso político de documentos no Armazém Memória. Em "O último sonho de Marcelo Zelic", o jornalista Rubens Valente (2023) o define como "[...] um pesquisador sobretudo permanentemente indignado com os horrores da ditadura. Indignação que ele fazia questão de nunca esconder" (Valente, 2023, n. p.).

Não era raro encontrar Marcelo chorando durante suas investigações no acervo, ao defrontar-se com situações de extrema violência e injustiça descritas nos documentos. Não se acostumar com a violência, apesar de muito se aproximar dela, foi uma característica fundamental para a continuidade de um trabalho que, como descreveu outro jornalista, Alceu Castilho (2023, n. p.),

[...] significa a construção de delicadezas em meio aos escombros, o resgate da dignidade de cada uma dessas vítimas em meio ao mergulho no subsolo, nas cloacas políticas e econômicas. Todos temos muito o que agradecer a ele: todos nós, a sociedade brasileira, pelo menos esta que almeja manter algumas ilhotas de civilização em meio à barbárie, essa senhora violenta e desmemoriada.

#### 4 UMA PRÁTICA POPULAR

*Yo nunca había estado en un enterratorio, pero con Clyde lo difícil pareció ser un poco más fácil. Él se tiraba con nosotros en la fosa, se ensuciaba con nosotros, fumaba, comía dentro de la fosa. Fue un buen maestro en momentos difíciles, porque una cosa es levantar huesos de guanaco o de lobos marinos y otra el cráneo de una persona. Cuando empezaron a aparecer los restos, la ropa se me enganchaba en el pincel, y yo preguntaba "¿Qué hago con la ropa?". Y Clyde me miraba y me decía "Seguí, seguí" (Guerriero, 2008, n. p.).*

O trecho acima da crônica de Guerriero descreve pelo menos dois aspectos relevantes da postura de trabalho de integrantes da Equipe Argentina de Antropologia Forense: algum grau de informalidade e a pedagogia. Ambos se mostraram fundamentais, também na experiência do Armazém Memória, para sua articulação em rede e para a atuação política que retroalimenta a



investigação dos arquivos. Tanto a postura informal quanto a pedagógica podem ser formas de aproximação e vinculação, de forjar relações de confiança e companheirismo, necessárias ao trabalho de memória, mesmo quando realizado em equipes pequenas ou de modo solitário.

É ilustrativo dessa postura um depoimento do jornalista Felipe Canêdo, importante aliado de Zelic desde o momento em que noticiou, em abril de 2013, a redescoberta do Relatório Figueiredo — que será abordada em detalhes mais à frente. Seu breve texto se aproxima do gênero da crônica e, por conseguinte, do registro de subjetividade política com que Guerriero escreve sobre a experiência argentina. Em ambos os textos, uma metodologia ética de pesquisa é caracterizada a partir de anedotas da concretude cotidiana de cada um dos trabalhos. Para Canêdo, esse trabalho se direciona a partir da fraternidade e de uma política dos afetos:

Fui à casa dele em São Paulo buscar os arquivos digitalizados do documento e ele me levou a um quartinho cheio de livros e fitas VHS. Tirou uma caixinha de música de um canto e girou a manivela. A Internacional Comunista. “Primeiro as primeiras coisas”. Disse e riu demoradamente. (...) No ano passado ele veio a BH para participar de uma audiência pública do MPF. Recusou hotel e ficou num quartinho na minha casa. Isso era no segundo turno da eleição. Na sexta antes da votação, estávamos tomando café quando um camarada do Censo bateu lá em casa. Zelic tinha uma reunião com um procurador do MPF (agora não tem problema contar, né?), mas ficou batendo papo com o recenseador sobre política. Convencemos o rapaz a votar e demos umas boas risadas. Zelic partiu para a reunião com mais de uma hora de atraso. Zelic era esse cara. Interessado na política dos afetos, do mundo real, não na dos gabinetes (Armazém Memória, 2023, p. 23).

Pessoas mais novas que trabalharam com Zelic em projetos que envolviam equipes fixas — a exemplo do projeto “Brasil Nunca Mais Digit@l”, em parceria com o Ministério Público Federal, ou do projeto Justiça de Transição para os Povos Indígenas, o último em que trabalharia, com apoio da Embaixada da Noruega — o descreveriam como um professor. Isso porque fazia parte de sua prática de trabalho coletivizar ramos de investigação de maior escala, promover oficinas abertas, entre outras formas de compartilhamento de conhecimento sobre o método de pesquisa desenvolvido para o acervo indexado do Armazém Memória na plataforma DocPro. Ao mesmo tempo, incentivava a autonomia de pesquisa, com a formação de grupos autônomos e a abertura a fóruns de reflexão compartilhada e interdisciplinar a partir dos trabalhos desenvolvidos.

A prática do Armazém Memória elaborou, portanto, um método próprio de investigação que concebe a memória como ferramenta para a transformação da sociedade e para o impulsionamento





de mecanismos de não repetição (Zelic, 2022). Esse método foi elaborado pela artesanaria da prática, por vezes limitada ou improvisada, mas sempre respondendo a uma conjuntura política de aproximações e afastamentos, de aberturas e de bloqueios. A aposta na articulação em rede, envolvendo pesquisadores, militantes, promotores e jornalistas, favoreceu um movimento original de retroalimentação da pesquisa, no qual a articulação e o levantamento de acervos levam ao estudo dos documentos e este, por sua vez, leva a novas articulações. Assim, iniciativas localizadas foram se encontrando, se conectando ou recompondo antigas conexões para alargar ações em busca da memória, da verdade e da justiça, da reparação e da não repetição.

Novamente, um trecho de *“El rastro en los huesos”* se aproxima dessa concepção ético-política do trabalho, ao contar como a experiência da equipe forjou a antropologia forense como disciplina, ou seja, como área de conhecimento na Argentina; e como, em seguida, a equipe passou a compartilhar os conhecimentos construídos coletivamente. Trata-se, portanto, de duas propostas que apostam na abertura como meio — o conhecimento compartilhado — para chegar ao fim — a descoberta de documentos/corpos.

*Cuando el equipo se formó, la antropología forense no existía como disciplina en el país. Ellos aprendieron en los cementerios, desenterrando personas de su edad —vomitando al descubrir que tenían sus mismas zapatillas—, leyendo el rastro verde de la pólvora en la cara interna de los cráneos. Y después, todavía, se enseñaron entre ellos. Ahora son generosos: aquí comparten el conocimiento. Esparcen lo que les sembraron (Guerriero, 2008, n. p.).*

De cabelos compridos, roupas gastas, sandálias de couro ou botinas, sem diploma universitário, o trânsito de Marcelo Zelic por lugares gerava identificação ou estranheza, a depender do lugar. A recusa a uma pose engravatada lhe traria dificuldades para adentrar espaços mais institucionalizados, mas daria aderência à sua aproximação a espaços de organização popular, comunitária e política, que seriam a base para sua atuação articulante. Sua postura ética como investigador militante fortaleceria sua relação com aliados específicos, porém fundamentais, na imprensa, em universidades, em instituições de promoção da justiça e em arquivos.

Nesse sentido, sua prática de trabalho era "impopular" em ambientes onde, estrategicamente, buscava gerar ruído político — escovando a contrapelo —; e "popular", na medida em que valorizava os acúmulos de conhecimento e os esforços documentais dos povos e



das organizações populares brasileiras. Por isso, o acervo do Armazém Memória se desenvolveu mirando um hibridismo entre documentos de Estado — que, pelas disputas políticas a ele inerentes, se autodenunciavam — e documentos produzidos e/ou guardados pela própria militância de diversos setores da luta social brasileira. O hibridismo também é de mídia, uma vez que o Armazém Memória abriga tanto documentos digitais textuais quanto audiovisuais. A palavra "popular" participa dessa formulação, em projetos como a digitalização da Videoteca Popular da Associação Brasileira de Vídeo Popular (ABVP)<sup>3</sup> e a Cinemateca Popular Brasileira<sup>4</sup>.

Com o Armazém Memória, Marcelo Zelic forjou um método de pesquisa heterodoxo que mescla levantamento, digitalização e disponibilização de documentos; estudo e elaboração de dossiês para denúncia política e judicial; gravação de testemunhos; e articulação política para alavancar processos de reparação. O fez com dificuldades de sustentabilidade, enfrentando conflitos de acesso e legitimidade, assim como limitações estruturais. Ainda assim, nessa profusão obstinada de frentes de trabalho, foi um dos responsáveis por tensionar um dos mais importantes espaços de formulação brasileira sobre a memória: a Comissão Nacional da Verdade (CNV).

## 5 COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE, MOMENTO DE INFLEXÃO

Em 31 de outubro de 2010, a ex-guerrilheira Dilma Rousseff foi eleita a primeira mulher presidenta do Brasil. Seu mandato, iniciado em janeiro de 2011, trazia às organizações de direitos humanos a esperança de reposicionar a disputa de memória em relação aos crimes cometidos durante a ditadura militar, que não haviam sido suficientemente levantados pelo Estado brasileiro — até então pautado por fases de apagamento e de conciliação —, tampouco encaminhados a mecanismos de justiça e reparação.

---

<sup>3</sup> Um vídeo disponível no canal do DHnet no *YouTube* mostra o primeiro encontro de Marcelo Zelic com a videoteca no Centro de Direitos Humanos e Memória Popular, acompanhado por seu parceiro potiguar, Roberto Monte: <https://www.youtube.com/watch?v=5NDU1pLcyrk>. Acesso em: 2 maio 2026. Por sua vez, o acervo digital da ABVP encontra-se em: <https://www.youtube.com/channel/UCFhhuZbVPzG1wutkDnALug>. Acesso em: 2 maio 2026.

<sup>4</sup> Atualmente indisponível, a Cinemateca Popular Brasileira foi um eixo de trabalho do Armazém Memória que buscava armazenar e disponibilizar filmes do cinema brasileiro em um período em que a Cinemateca Brasileira estava fechada e em situação de maior precariedade institucional devido ao abandono dos governos de extrema-direita de Michel Temer e Jair Bolsonaro.



O que ocorria até então fazia com que resquícios da ideologia e dos traumas da ditadura se mantivessem presentes na atmosfera social das violências da democracia e no que Salazar (2012) chama de amnésia oficial. Segundo ele, "[...] *para la buena salud del nuevo 'sistema', se hace necesario recordar lo conveniente y olvidar lo inconveniente. La memoria oficial necesita imponerse, y se impone por doquier, como una aureola dictatorial tardía*" (Salazar, 2012, p. 27). Outra crítica chilena, Nelly Richard, também se debruçaria sobre as disputas em torno da memória na América Latina, observando como a ausência de uma observação detida e complexificada das imagens da ditadura leva a uma memória inconclusa e disforme. Para ela, "[...] *la figura de la memoria ha sido la más fuertemente dramatizada por la tensión irresuelta entre recuerdo y olvido —entre latencia y muerte, revelación y ocultamiento, prueba y denegación, sustracción y restitución*" (Richard, 1994, p. 13).

Em seu país, a democratização enfrentou uma encruzilhada retorcida entre "[...] *olvidar (sepultar el pasado de los cuerpos sin sepultura: recubrir) y recordar (exhumar lo que tapa —vela— ese pasado: descubrir*" (Richard, 1994, p. 32). A exumação literal, realizada por diversas iniciativas do Cone Sul, torna-se aqui uma metáfora de uma recordação coletiva e ativa que conecta passado e presente. Nesse sentido, Richard avaliava que "[...] *queda por imaginar el trabajo de una memoria que no sea la memoria pasiva del recuerdo cosificado, sino una memoria-sujeto capaz de formular enlaces constructivos y productivos entre pasado y presente para hacer estallar el 'tiempo-ahora'*" (Richard, 1994, p. 32).

No Brasil, essa retomada mais profunda das políticas de memória da ditadura tardou 26 anos após o fim do período ditatorial. Em 18 de novembro de 2011, Dilma Rousseff sancionou o Projeto de Lei nº 12.528, que instituiu a Comissão Nacional da Verdade (Brasil, 2011). Isso atualizou as discussões políticas do campo da memória e dos direitos humanos, que passaram a buscar participar desse processo político. Para visibilizar os crimes da ditadura à ampla sociedade e pressionar por uma política que não apenas levantasse os casos, mas também implicasse o Estado em processos de justiça e reparação, renovaram-se as estratégias de ação política. Um exemplo marcante do período foi uma série de escrachos populares contra torturadores da ditadura, organizados a partir do início de 2012, com a novidade de uma maior articulação entre gerações mais jovens e mais velhas. Novamente, voltamos ao caso argentino: o método se inspira na experiência do movimento



H.I.J.O.S. (sigla para *Hijos por la Identidad y la Justicia contra el Olvido y el Silencio*), que, a partir de 1995, passa a articular denúncias públicas de torturadores indultados. O processo político argentino, ainda que até hoje inacabado, foi mais acelerado e contou com forte articulação entre atores sociais, o que o levou a mais de duzentas condenações e setecentos processos judiciais (Teles, 2012).

"As movimentações para a criação da Comissão da Verdade colocaram em evidência uma das maiores chagas de nossa democracia: a impunidade. Temos uma boa chance de mudar o cenário cotidiano de nosso Estado de Direito", examinava, à época, o professor Edson Teles (2012), filho dos presos políticos Amelinha Teles e César Augusto Teles, torturados pelo major Carlos Brilhante Ustra, um dos denunciados na série de escrachos.

O ensinamento democrático dos movimentos de escracho é que o que devemos temer é a ausência de Justiça e a falta de coragem de agir em defesa de uma democracia não tutelada por "forças invisíveis", sempre prontas a reagir quando os movimentos sociais se mobilizam. Isto nos mostra que a ação política não se decide somente em Brasília ou nas decisões partidárias, mas tem um forte elemento na organização dos movimentos sociais (Teles, 2012, n. p.).

O articulador político Marcelo Zelic participou de diversas iniciativas de mobilização popular e de pressão pública nesse período, como os escrachos, a manifestação Cordão da Mentira, bem como de diversos debates e atos políticos. Em um vídeo de 2011, intitulado "Ustra no Banco dos réus 2", discursa de forma inflamada em um microfone, demandando "[...] que a gente possa desobstruir a justiça e processá-lo pelos crimes de lesa-humanidade que ele praticou nesse passado histórico. Que se faça justiça a todos os que morreram em sua mão e que esse assassino torturador seja condenado". Ele então puxa uma palavra de ordem que se repete em múltiplas vozes: "[...] cadeia para Ustra, justiça para Merlino"<sup>5</sup>.

Eram, portanto, muitas as camadas da disputa sobre os caminhos necessários para que aquele processo político gerasse transformações sociais significativas. Elas se aprofundaram quando, já instalada a Comissão, setores buscaram ampliar a concepção de vítimas da ditadura

<sup>5</sup> A palavra de ordem faz referência a Luiz Eduardo Merlino, militante político torturado e assassinado pelo regime militar em 1971. O vídeo está disponível em: [www.youtube.com/watch?v=NrhFTUuNNmM](https://www.youtube.com/watch?v=NrhFTUuNNmM). Acesso em: 2 maio 2026.



militar, averiguando graves violações de direitos humanos perpetradas contra sujeitos não urbanos e, muitas vezes, não organizados segundo o modelo de partidos, movimentos e grupos políticos. Isso demandava, por um lado, um alargamento do trabalho da Comissão, o que exigia dar mais espaço para a pesquisa dos grupos de trabalho voluntários voltados a essa questão; e, por outro, uma difícil mudança de paradigma que deslocava a figura preponderante das pessoas perseguidas pela ditadura.

Um dos atores dessa disputa interna pelo alargamento da memória da ditadura, por exemplo, foi o militante Gilney Viana, que afirma ter sido insuficiente o trabalho da CNV para o levantamento de crimes cometidos contra pessoas camponesas, o qual considera subdimensionado (Valente, 2024). Outro ator foi Marcelo Zelic, impulsionador de um grupo de pesquisadores e militantes que buscavam coletar informações sobre os crimes cometidos contra povos indígenas e integrá-los ao relatório final da CNV. A separação dos dados organizados por esses dois grupos em outro tomo do relatório exemplifica a dificuldade política encontrada, à época, para integrar esses crimes ao processo de visibilização daqueles cometidos contra militantes políticos urbanos. Esses agrupamentos internos e voluntários dentro do processo político da Comissão Nacional da Verdade agiriam segundo uma ética radical de exercício da defesa dos direitos humanos — a qual vemos, também, no trabalho de investigação sobre desaparecidos políticos da Equipe Argentina de Antropologia Forense, em uma das citações diretas pinçadas pela escritora Leila Guerriero em seu trabalho narrativo de metainvestigação:

*Ocultos, discretos, cada tanto la identificación de alguien —en 1989 la de Marcelo Gelman, el hijo de Juan Gelman, el poeta argentino radicado en México; en 1997 la del Che Guevara, en Bolivia; en 2005 la de Azucena Villaflor, la fundadora de Madres de Plaza de Mayo, desaparecida en 1977— los empuja a la primera plana de los diarios.*

*—Pero para nosotros —dice Luis Fondebrider— todos son personas. El Che o Juan Pérez (Guerriero, 2008, n. p.).*

O disparador da preocupação de Zelic com a questão indígena foi o recebimento de um *e-mail* que questionava uma seletividade baseada em marcas raciais. O *e-mail* vinha do *tuxaua* Kaxalpynia Runayke Yagua, em nome do *blog Resistência Indígena Continental* (Pacheco, 2018).



Iniciou-se um processo de diálogo, testemunho e investigação compartilhada. Zelic relata em entrevista:

De repente teve um grupo indígena que escreveu um e-mail pra gente, curto e grosso, no qual constava: "Por que vocês só veem mortos e desaparecidos e não os índios?". Foi esse o e-mail. (...) Era um índio Marubo, do Amazonas. Eu fiz um vídeo com ele em que o mesmo fala à Comissão da importância de trazer a questão indígena para as investigações. Voltando à história do e-mail: ao questionamento, eu respondi para eles: "Do que vocês estão falando?". Eu nunca tinha me envolvido com a questão indígena, e após eu ter respondido isso, eles replicaram mandando a história dos Waimiri-Atroari (Lima; Azola, 2017, p. 349).

Em seguida, Zelic passou a fazer pesquisas em arquivos públicos, a compartilhar seus resultados e reflexões com companheiros da Comissão Justiça e Paz que integrariam a CNV, e a se articular com lideranças de povos indígenas e organizações defensoras que já desenvolviam um trabalho de denúncias sobre violações ocorridas durante a ditadura, como o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), o Centro de Trabalho Indigenista (CTI) e o Instituto Socioambiental (ISA), entre outros. "Foram caminhos que foram se fortalecendo em relação à temática indígena" (Lima; Azola, 2017, p. 350), diz Zelic, explicitando seu papel na aproximação entre esses campos políticos. Nesse trabalho de conexões entre atores políticos, reivindicações e denúncias, as buscas por documentos constituíam um elo importante. Para isso, articulava também a importância política dessa coleta de documentos com os próprios arquivistas, sujeitos fundamentais para o trabalho de redescoberta de documentos que logo se iniciaria:

Eu tinha visitado o Museu do Índio e queria ver o que eles tinham. Até porque, na minha visão, você entra em um arquivo e simplesmente não vai direto ao fichário, você entra lá e conversa com as pessoas, com quem trabalha lá. A fonte viva do arquivo são os arquivistas e não o arquivo propriamente dito. É difícil chegar lá sem demonstrar a importância política daquilo que a gente estava investigando para os arquivistas. Eu fui lá dois, três dias e conversei com praticamente todo mundo que trabalhava lá, apresentando para eles a importância política daquela pesquisa para os indígenas, que aquilo poderia trazer consequências para os indígenas nos processos de justiça de transição. E toda esta conversa foi bem recebida pelos funcionários do Museu (Lima; Azola, 2017, p. 351).

Assim, no contato direto com os arquivistas do Museu do Índio, Marcelo teve contato com um vídeo que estava nomeado como "Arara", e que exibia uma cena de tortura pública de um homem indígena em Minas Gerais, perpetrada pela Guarda Rural Indígena (GRIN), órgão de repressão organizado pelo regime militar, em consonância com o Reformatório Krenak, campo de



concentração de indígenas situado em Resplendor (MG). O documento audiovisual gravado pelo documentarista Jesco von Puttkamer veio à tona, portanto, pelo encontro entre arquivista e coletor de memória, assim como pelo contexto político da CNV que fortalecia uma atmosfera de relevância da memória. Como avalia Miguel Antunes Ramos (2021, p. 11), diretor do documentário *A Flecha e A Farda* (2020),

Estas imagens, silenciosas, sem explicações evidentes do que afinal continham; essas imagens só puderam começar a alcançar uma legibilidade quando o Estado Brasileiro começou a organizar uma tardia, tímida e frágil política de memória – a instauração, em 2010, da Comissão Nacional da Verdade.

Segundo Ramos (2021, p. 13), "o esforço de Zelic foi o de dirigir perguntas aos arquivos" — o que indica que o procedimento de pesquisa também foi responsável pela localização do documento. O vídeo "Arara" foi um dos materiais que alteraram a correlação de forças na disputa pela integração da memória indígena aos trabalhos da CNV, levando o debate à esfera pública e favorecendo novas articulações. Em 11 de novembro de 2012, uma reportagem de Laura Capriglione intitulada "Como a ditadura ensinou técnicas de tortura à Guarda Rural Indígena", publicada no caderno Ilustríssima da *Folha de S. Paulo*, apresentava informações inéditas sobre o vídeo e exibia análises e reflexões de pesquisadores de diversas áreas.

O que nenhum órgão de imprensa mostrou – eram tempos de censura – foi o "gran finale". Os soldados da Guarda Indígena marcharam diante das autoridades – e de uma multidão que incluía crianças – carregando um homem pendurado em um pau de arara.

Gravadas há 42 anos, as cenas vêm a público pelas mãos do pesquisador Marcelo Zelic, 49, vice-presidente do Grupo Tortura Nunca Mais/SP e membro da Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo. Zelic coordena uma pesquisa colaborativa feita pela internet intitulada "Povos Indígenas e Ditadura Militar: Subsídios à Comissão Nacional da Verdade" (Capriglione, 2012, n. p.).

No mesmo mês de novembro, o grupo sobre a questão indígena foi oficializado para apoiar com subsídios à CNV. Ainda assim, na ocasião, Zelic chamou a atenção, em entrevista, para a exclusão da questão indígena dos debates sobre memória e justiça de transição:





Apesar disso, curiosamente "a narrativa sobre os crimes da ditadura em relação aos direitos humanos quase nunca inclui a questão indígena", observa Marcelo Zelic. Ele arrisca uma hipótese: "No fundo, isso mostra como, mesmo nos círculos democráticos mais combativos, as populações indígenas ainda não são vistas como portadoras de direitos". [...] E conclui: "Só assim, com a verdade, a sociedade não índia entenderá a necessidade de respeitarmos as terras e os direitos dos povos indígenas" (Capriglione, 2012, n. p.).

Esse embate se manteria no período subsequente, na busca por fortalecer as aproximações entre campos políticos que antes mantinham menos contato. "Grupos reificados pela escravidão, por preconceitos e por violência institucional, muitas vezes, não tiveram a devida oportunidade de apresentar seus pontos de vista sobre as transformações históricas", afirma o crítico literário Jaime Ginzburg (2010, p. 116), ao observar as relações entre cultura e violência no Brasil. Nesse sentido, os integrantes de grupos de trabalho e pesquisa da sociedade civil vinculados à CNV procuraram ampliar as perspectivas presentes nos resultados da Comissão, em um trabalho que unia levantamento e análise documental, bem como resgate e compilação de testemunhos orais. "Tratados como objetos do conhecimento oficial, muitas vezes foram reduzidos a resíduos de si mesmos, tendo suas vivências ocultadas ou esquecidas, pelas narrativas contada em linguagem autoritária por governos repressores e instituições disciplinares hostis", conclui Ginzburg (2010, p. 116). A tarefa, naquele momento, consistia em impedir que a Comissão se tornasse mais um aparato contraditório de exclusão e hostilidade.

Já tendo tomado conhecimento, por meio de sua relação com pesquisadores e arquivistas, de um longo relatório interno de Estado que descrevia episódios de omissão estatal e violências perpetradas contra povos indígenas antes e durante a ditadura militar — documento que se encontrava perdido, supostamente destruído em um incêndio cujas datas, no entanto, não coincidiam —, Marcelo Zelic se colocou a procurá-lo. O fez por caminhos inventivos, nem sempre seguindo à risca as limitações institucionais. A rebeldia do método foi crucial para a localização e disponibilização do documento, o que, por sua vez, alterou os rumos do grupo de trabalho e da inserção da pauta indígena no relatório da CNV. Ele relata:

E a sorte tem dessas coisas, mesmo um ateu como eu, que não acredita em nada, eu passei por uma situação que, de fato, espanta. Antes eu tinha passado pelo Congresso Nacional, já procurando o Relatório Figueiredo, e aí alguém me dá uma carona do PGR ao Ministério da Justiça. Na ocasião tinha uma porta aberta cheia de arquivos, eu entro nesta sala de arquivo e fico sozinho; um homem aparece e me pega lá sozinho, em um lugar em que





estava escrito que era de acesso restrito para funcionários. Eu tentei explicar para ele o que eu queria lá e ele me chama para ir para sala dele. Logo pensei, me dei mal! De repente eu entro na sala do cara e ele aponta: “é isso que o senhor está procurando?”. Esse homem tinha guardado uma cópia do resumo do Relatório Figueiredo, que era uma cópia que tinha as três primeiras páginas meio ilegíveis, mas as outras estavam claras. Mas a coincidência tinha sido tão absurda, e o desfecho dela foi que eu saí de lá com a primeira versão do Relatório Figueiredo, que era a versão final de sessenta e poucas páginas (Lima; Azola, 2017, p. 352-353).

Com a cópia em mãos, Zelic pôde voltar ao Museu do Índio e identificar o Relatório na íntegra, que estava guardado, sem catalogação,, em caixas de documentos sobre a ditadura que haviam sido enviados erroneamente pela Funai para o Museu em 2008, após uma solicitação de envio de documentos feita pelo Arquivo Nacional a ministérios e órgãos de governo. "De repente eu olho exatamente a assinatura do Jader Figueiredo na capa: ali estava o original, assinado a caneta. Falo para ela: 'esse aqui é o Relatório Figueiredo'. Então a Elena começou a trazer todas as caixas com os volumes" (Lima; Azola, 2017, p. 353), relatou Zelic, refletindo, em seguida, sobre a importância de um trabalho arquivístico informado sobre a relevância política dos acervos com os quais lida, a fim de identificar documentos que precisam ser trazidos à tona. O depoimento da funcionária Elena Guimarães, que acompanhou Zelic e lhe mostrou as tais caixas, corrobora sua versão e explicita a emoção vivenciada por aquele momento de notável relevância histórico-política:

Em mais uma visita ao arquivo, em dezembro de 2012, o pesquisador consulta o inventário e solicita vistas das caixas que contêm volumes do Processo 4.483/68, identificados como volumes do processo do Inquérito Administrativo de 1967. Ao folhear aquelas páginas, ele emociona-se, exclamando que aquela era a assinatura do Jader Figueiredo, e que estava diante do Relatório Figueiredo, que todos acreditavam ter sido perdido no incêndio dos arquivos do SPI, em 1967! Zelic pediu para retornar e fotografar algumas páginas, dizendo que aquela descoberta seria fundamental para as investigações da Comissão Nacional da Verdade. Sua emoção me contagiou. O Relatório Figueiredo voltou a ser divulgado ao público, depois de supostamente desaparecido durante mais de quarenta anos. Ainda sem ter a dimensão exata daquele evento, senti-me, como testemunha daquele momento, no dever de contar como e quando isso aconteceu, de tentar apresentar o que é exatamente este conjunto documental que foi metonimicamente batizado de Relatório Figueiredo (Guimarães, 2015, p. 16).

O documento, que, quando encontrado, teve sua veracidade questionada em espaços gerais da CNV, serviu de base fundamental para o desenvolvimento de novas pesquisas, que resultaram



no já mencionado texto 5 do segundo tomo do relatório final da CNV, publicado em 2014<sup>6</sup>. O texto reúne informações sobre casos de violações de direitos humanos contra dez povos indígenas e a cifra de pelo menos 8.350 indígenas assassinados, apenas nesses casos estudados. No relatório, constam também treze recomendações específicas para os povos indígenas, além das recomendações gerais desenvolvidas. A introdução do texto redigido pelo grupo dá a ver a dimensão da tarefa de continuidade, percebida a partir desse primeiro esforço de pesquisa: "O que se apresenta neste capítulo é o resultado de casos documentados, uma pequena parcela do que se perpetrrou contra os índios. Por eles, é possível apenas entrever a extensão real desses crimes, avaliar o quanto ainda não se sabe e a necessidade de se continuar as investigações" (Brasil, 2014, p. 204).

Além disso, dessa atuação resultaram desdobramentos em comissões estaduais, municipais, regionais e temáticas, a exemplo da Comissão Estadual da Verdade e Memória do Pará, com a qual Zelic colaborou e que traz, dentre as recomendações gerais, a do estabelecimento de uma Comissão Estadual Indígena da Verdade e a de uma política de regularização fundiária para titulação e demarcação de terras indígenas, quilombolas e de demais comunidades tradicionais (Anjos *et al.*, 2022).

## 6 DEMARCAR É REPARAR

Sob o lema "Não investigar é repetir"<sup>7</sup>, a atuação de Marcelo Zelic em defesa de uma política de memória e reparação para os povos se iniciou no processo da Comissão Nacional da Verdade e se tornou o eixo principal de trabalho do Armazém Memória até o período atual, com a estruturação

<sup>6</sup> O Grupo de Trabalho da Comissão Nacional da Verdade sobre Graves Violações de Direitos Humanos no Campo ou Contra Indígenas teve a participação de pesquisadores como Beto Ricardo, Cleber Buzzato, Clovis Brighenti, Daniel Pierri, Egon Heck, Egydio Schwade, Fany Ricardo, Gilberto Azanha, Ian Packer, Iara Ferraz, Inimá Simões, Isabel Harari, Laura Faerman, Levi Marques Pereira, Luis Francisco Carvalho, Luiz Henrique Eloy Amado, Manuela Carneiro da Cunha, Marcelo de Souza Romão, Marcelo Zelic, Marco Antonio Delfino de Almeida, Maria Inês Ladeira, Neimar Machado de Sousa, Orlando Calheiros, Patrícia de Mendonça Rodrigues, Porfírio Carvalho, Rafael Pacheco Marinho, Rogerio Duarte do Pateo, Spensy Pimentel, Tatiane Klein e Vincent Carelli.

<sup>7</sup> A frase se encontra na página especial "Casos Esquecidos da CNV" do Armazém Memória, que avalia as dificuldades enfrentadas pelo grupo de trabalho indígena da CNV e propõe processos de continuidade. Disponível em: <https://armazemmemoria.com.br/casos-esquecidos-da-cnv/>.



de um Centro de Referência Virtual Indígena<sup>8</sup> que aglutina mais de dois milhões de páginas de documentos (Zema; Zelic, 2024), além de dossiês temáticos sobre violações contra povos específicos, como os Xetá, os Kaingáng, os Xokleng e os Avá Canoeiro.

Essa atuação se deu em articulação estreita e permanente com o movimento indígena, em suas instâncias nacionais — centralizadas na Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) —, regionais e locais. Conta também com a colaboração de pesquisadores indígenas e aliados, tanto no levantamento e no processamento de documentos quanto no árduo exercício analítico das informações ali encontradas. Casos notáveis se desenvolveram a partir desses estudos iniciados na CNV e continuados na década subsequente, tendo o Armazém Memória como foco dos trabalhos, compartilhados com outras organizações de defesa de direitos humanos, organizações voltadas ao direito fundiário, órgãos de regulação da justiça e pesquisadores. Um exemplo é o relativo à terra indígena Taego ãwa. O povo isolado do médio Araguaia sofreu contato forçado, remoção e massacres durante a ditadura, e teve sua demarcação de terras, iniciada em 2012 e disputada durante anos, finalmente decidida em 2024, após pressão de diversos sujeitos políticos articulados<sup>9</sup>.

Em trecho publicado em dossiê temático do Armazém Memória, afirma-se que, desde a data da publicação do Relatório Final da CNV, "a não-repetição, a verdade, a justiça e a reparação, bases da justiça transicional, são oficialmente devidos pelos poderes da República (Executivo, Legislativo e Judiciário) aos povos indígenas que existem no Brasil" (Armazém Memória, 2023) — responsabilizando, assim, o Estado pela continuidade dos processos de justiça e reparação. Esse trabalho busca ser, ao mesmo tempo, um exemplo de concretização prática e uma reivindicação política pelo cumprimento das recomendações específicas sobre povos indígenas, organizadas no âmbito da Comissão Nacional da Verdade. Essas recomendações partiam, inclusive, da avaliação coletiva da necessidade de continuidade e de aprofundamento da pesquisa para além dos dez povos estudados na CNV.

Para isso, aponta-se como caminho a instauração de uma Comissão Nacional Indígena da Verdade, como estratégia política para o levantamento de informações sobre graves violações, a

<sup>8</sup> O Centro de Referência Virtual Indígena do Armazém Memória está disponível em: <https://armazemmemoria.com.br/centros-indigena/>. Acesso em: 2 maio 2026.

<sup>9</sup> Mais informações estão disponíveis na reportagem "Demarcação para Avá-canoeiro é reparação histórica, diz antropóloga", da Agência Brasil, publicada em 26 de março de 2024 (Boehm, 2024).



fim de pressionar por processos de reparação, incluindo a demarcação de terras. Fortalece-se um novo lema político, que passa a participar do conjunto de palavras de ordem do campo da memória e dos direitos humanos no Brasil: "demarcar é reparar". Busca-se, nesse processo, lidar com desafios metodológicos da especificidade indígena nos processos de reparação, considerando a imbricação entre dimensões individuais e coletivas, a participação na tomada de decisões e a gravidade de danos como o desaparecimento de modos de vida e idiomas (Kaingáng; Pankararu, 2023). A memória, assim, é uma ferramenta para o reconhecimento e a defesa dos povos no conflito contemporâneo por terras em um país formado por uma extrema e violenta desigualdade fundiária e desrespeito à diversidade de modos de vida.

## 7 CONSTRUIR O “NUNCA MAIS”

A memória é, segundo a concepção do Armazém Memória, um mecanismo radical de defesa da vida e do bem viver, por meio da denúncia e da alteração da lógica de destruição que estrutura a sociedade capitalista e seus mecanismos coloniais de repetição. Por isso, seu trabalho cotidiano é práxis da palavra de ordem tantas vezes repetidas pelos movimentos populares: "Para que não se esqueça, para que nunca mais aconteça".

O lema “Nunca mais”, que conecta passado, presente e futuro, tem origens na memória do Holocausto, ocorrido durante a Segunda Guerra Mundial. Na América Latina, o lema conecta as resistências antiditatoriais e, além do próprio projeto “Brasil: Nunca Mais”, tem forte referência na experiência argentina. Em 1984 — apenas um ano após o fim da ditadura militar —, a Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas (Conadep) entregou ao governo democrático o relatório de mais de 50 mil páginas, intitulado “Nunca Más”, que serviu de base para o julgamento das juntas militares, ocorrido em 1985. Ainda assim, muito há por desvelar e disputar sobre as violações ocorridas naquele período, que ainda pedem para serem descobertas e reparadas. O mesmo se pode dizer do Brasil, que sequer chegou a executar um processo integral de justiça e reparação.

Neste artigo, buscamos relatar alguns momentos memoráveis da trajetória do Armazém Memória, que esteve sob a coordenação de Marcelo Zelic entre 2001 e 2023 e, a partir de então,



de Paula Capriglione. Muitos outros ainda existem por contar, uma vez que um projeto elaborado em rede não pode caber em uma história única. Ainda assim, o paradoxo do trabalho de memória é que, quanto mais é realizado, mais se aproxima de seu próprio fim. Dessa maneira, a paixão pelo trabalho se mescla ao sentimento de urgência de que ele não seja mais necessário. Essa reflexão foi organizada por Guerriero em dois trechos de impressionante sensibilidade em seus diálogos com os antropólogos forenses argentinos:

—¿Podrías imaginarte sin hacer este trabajo?

—Sí. No sé qué haría. Pero sí.

*Todos dicen —dirán— lo mismo. Como si marcharan orgullosos hacia el único futuro posible: la extinción* (Guerriero, 2008, n.p.).

—Si logran identificar a todos, se van a quedar sin trabajo.

—Ojalá.

*Una radio vieja esparce la canción “I will survive”* (Guerriero, 2008, n. p.).

Uma das fortalezas da crônica de Guerriero é o privilégio narrativo que a autora confere à coleta de detalhes do trabalho cotidiano, em um procedimento de escrita de quem "*escucha y da a escuchar*" (Gárate, 2024, p. 4). Os detalhes reorganizados pela escrita sintetizam uma ética de trabalho de memória específica, notadamente contra-hegemônica: trata-se de uma "forma de vida" (Guerriero, 2008, n.p.), que valoriza o conhecimento adquirido pela prática compartilhada e se move não pela lógica da acumulação, tampouco por temporalidades administrativas, mas prioritariamente por um sentido de urgência política de contribuir para o desvelamento de injustiças e violências da sociedade. "*Es una dignificación del muerto, pero también del vivo*" (Guerriero, 2008, n. p.), afirma uma das integrantes da equipe argentina entrevistada pela escritora.

A frustração permanente pela impossibilidade de alterar o passado apenas pode conviver com as ganas de alterar o tempo presente. "*Hay sitios así. Sitios donde todas las cosechas son tardías*", reflete Guerriero (2008, n. p.), e com tal conclusão poderia se referir a não muitas, mas também não poucas iniciativas comprometidas com os direitos humanos e as políticas de memória a partir de uma perspectiva popular. Vistas de fora, correm o risco de serem encaradas com insignificância ou indiferença (Gárate, 2024); mas, com recursos precários para participar da reação



ao memoricídio, essas iniciativas têm a seu favor a força de suas alianças e um ímpeto político irreverente, que as fazem transformar, *desde abajo*, a história de seus povos.

## REFERÊNCIAS

ANJOS, A.; MACHADO, I.; ZELIC, M.; APOLO, M.; BORDALO, C. (org.). **Comissão Estadual da Verdade e Memória do Pará: relatório** Paulo Fonteles Filho. Belém: Editora Pública Dalcídio Jurandir, 2022. (Comissão Estadual da Verdade e Memória do Pará, t. 3). Disponível em: [https://armazemmemoria.com.br/wp-content/uploads/2023/03/COMISSAO\\_VERDADE\\_TOMO\\_3\\_WEB.pdf](https://armazemmemoria.com.br/wp-content/uploads/2023/03/COMISSAO_VERDADE_TOMO_3_WEB.pdf). Acesso em: 10 maio 2026.

ARMAZÉM MEMÓRIA. Avá-Canoeiro: território e resistência. **Armazém Memória**, São Paulo, 2023. Disponível em: <https://armazemmemoria.com.br/ava-canoeiro/>. Acesso em: 28 maio 2026.

ARMAZÉM MEMÓRIA. **Pela memória querida de Marcelo Zelic**. São Paulo: Armazém Memória, 2023. Disponível em: <https://armazemmemoria.com.br/wp-content/uploads/2023/08/Memorial-Marcelo-Zelic.pdf>. Acesso em: 2 maio 2026.

BENJAMIN, W. **Sobre o conceito de história**: edição crítica. São Paulo: Alameda, 2020.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório**: textos temáticos. Brasília: CNV, 2014. (Relatório da Comissão Nacional da Verdade; v. 2). Disponível em: [https://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/volume\\_2\\_digital.pdf](https://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_2_digital.pdf). Acesso em: 10 maio 2026.

BRASIL. **Lei nº 12.528, de 18 de novembro de 2011**. Cria a Comissão Nacional da Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República. Brasília, DF: Presidência da República, 2011. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2011/lei-12528-18-novembro-2011-611803-norma-pl.html>. Acesso em: 10 maio 2026.

BOEHM, C. Demarcação para Avá-canoeiro é reparação histórica, diz antropóloga. **Agência Brasil**, Brasília, DF, 26 mar. 2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2024-03/demarcacao-para-ava-canoeiro-e-reparacao-historica-diz-antropologa>. Acesso em: 10 maio 2026.

CAPRIGLIONE, L. Como a ditadura ensinou técnicas de tortura à Guarda Rural Indígena. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 11 nov. 2012. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2012/11/1182605-como-a-ditadura-ensinou-tecnicas-de-tortura-a-guarda-rural-indigena.shtml>. Acesso em: 10 maio 2026.

CASTILHO, A. Morreu um grande: Marcelo Zelic. **Xapuri**, Formosa, 8 maio 2023. Disponível em: <https://xapuri.info/morreu-um-grande-marcelo-zelic/>. Acesso em: 9 maio 2026.

CASTRO, M. B. Usos do passado sensível no ambiente digital: o “Brasil: Nunca Mais Digital” e o projeto “eva.stories”. **Esboços**, Florianópolis, v. 27, n. 45, p. 249-263, 2020. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/5940/594065239008/594065239008.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2026.

DI GIOVANNI, J. R. **Cadernos de outro mundo**: o Fórum Social Mundial em Porto Alegre. São Paulo: Humanitas, 2015.

GÁRATE, M. De El rastro de los huesos a la huesera de Chicas muertas: diálogos, continuidades, transformaciones. **Gragoatá**, Niterói, v. 29, n. 63, e58359, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/gragoata/a/CdJW9HFWJTZLVPv6XbdHMck>. Acesso em: 10 maio 2026.



GINZBURG, J. **Crítica em tempos de violência**. 2010. Tese (Livre Docência) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

GUERRIERO, L. El rastro de los huesos. **Gatopardo**, Cidade do México, n. 88, abr. 2008. Disponível em: <https://gatopardo.com/reportajes/el-rastro-de-la-dictadura-argentina-en-los-huesos>. Acesso em: 10 mai. 2026.

GUIMARÃES, E. **Relatório Figueiredo**: entre tempos, narrativas e memórias. 2015. 203 f. Dissertação (Mestrado em Memória Social) — Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <http://www.memoriasocial.pro.br/documentos/Disserta%C3%A7%C3%B5es/Diss373.pdf>. Acesso em: 10 maio 2026.

KAINGÁNG, L. F. J.; PANKARARU, M. O Brasil é terra indígena. In: ZEMA, A. C.; MOREIRA, E.; ZELIC, M. (org.). **Demarcar é reparar**: olhar indígena sobre a justiça de transição no Brasil. São Paulo: Selo da Rua, 2023. p. 21-32. Disponível em: <https://armazemmemoria.com.br/wp-content/uploads/2023/09/Demarcar-e-reparar.pdf>. Acesso em: 11 maio 2026.

LIMA, E. C. de; AZOLA, F. A. Entrevista com Marcelo Zelic: sobre o relatório Figueiredo, os indígenas na comissão nacional da verdade e a defesa dos direitos humanos. **Mediações – Revista de Ciências Sociais**, Londrina, v. 22, n. 2, p. 347-365, 2017. DOI: 10.5433/2176-6665.2017v22n2p347. Disponível em: <https://doi.org/10.5433/2176-6665.2017v22n2p347>. Acesso em: 2 maio 2026.

PACHECO, R. **Os Xetá e suas histórias**: memória, estética, luta desde o exílio. 2018. 320 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) — Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018. Disponível em: <https://hdl.handle.net/1884/62014>. Acesso em: 12 maio 2026.

RAMOS, M. A. **A flecha e a farda**: legibilidade, violência e sobrevivência em 'Arara'. 2021. 144 f. Dissertação (Mestrado em Meios e Processos Audiovisuais) — Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27161/tde-26082021-124257/>. Acesso em: 10 maio 2026.

REMTE. Las mujeres contra el libre comercio: una historia de resistencia y lucha. In: FARIA, N.; MORENO, R. (org.). **Las mujeres contra el libre comercio**: una historia de resistencia y lucha. São Paulo: Red Latinoamericana Mujeres Transformando la Economía, 2015. p. 9-40. Disponível em: <https://www.sof.org.br/las-mujeres-contra-el-libre-comercio-una-historia-de-resistencia-y-lucha/>. Acesso em: 2 maio 2026.

RICHARD, N. **La insubordinación de los signos (cambio político, transformaciones culturales y poéticas de la crisis)**. Santiago: Cuarto Propio, 1994.

SALAZAR, G. **Dolencias históricas de la memoria ciudadana (1810-2010)**. Santiago: Editorial Universitaria, 2012.

SEROUSSI, B. Uma casa contra o tempo. In: DRUWE, A.; SEROUSSI, B. (org.). **Casa do Povo**: modos de fazer. São Paulo: Casa do Povo, 2025. p. 5-10. Disponível em: <https://casadopovo.org.br/modos-de-fazer/>. Acesso em: 10 maio 2026.

TELES, E. “Se não há justiça, há escraço”. **Blog da Boitempo**, São Paulo, 19 abr. 2012. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2012/04/19/se-nao-ha-justica-ha-escraço/>. Acesso em 10 mai. 2026.

VALENTE, R. 60 anos do golpe militar: Estudo aponta 1654 camponeses mortos e desaparecidos na ditadura. **A Pública**, São Paulo, 21 mar. 2024. Disponível em: <https://apublica.org/2024/03/60-anos-do-golpe-militar-estudo-aponta-1654-camponeses-mortos-e-desaparecidos-na-ditadura/>. Acesso em: 10 maio 2026.

VALENTE, R. O último sonho de Marcelo Zelic. **Viomundo**, [s. l.], 9 maio 2023. Disponível em: <https://www.viomundo.com.br/politica/rubens-valente-o-ultimo-sonho-de-marcelo-zelic.html>. Acesso em: 9 maio 2026.





ZELIC, H. Aprendizados da luta contra a ALCA: unidade continental para enfrentar o livre comércio. **Capire**, [s. l.], 19 nov. 2021. Disponível em: <https://capiremov.org/experiencias/aprendizados-da-luta-contra-a-alca/>. Acesso em: 2 maio 2026.

ZELIC, M. Justiça de Transição: remodelando práticas do Estado para o Bem Viver. **Abya Yala**, [s. l.], v. 6, n. 2, p. 214-239, 2022. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=8892805>. Acesso em: 10 maio 2026.

ZEMA, A.; ZELIC, M. Dos caminhos da memória ação: o Centro de Referência Virtual Indígena na luta por justiça histórica e reparação. In: MACEDO, M. R. de. (org.). **Povos indígenas no Brasil republicano**: por uma outra narrativa da História. Curitiba: CRV, 2024, p. 79-96.

---

## LICENÇA DE USO

Os autores cedem à **OFFICINA: Revista da Associação de Arquivistas de São Paulo** os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution](#) (CC BY) 4.0 International.





## CONECTANDO COMUNIDADES ÀS SUAS MEMÓRIAS: UMA COMPARAÇÃO DE ARQUIVOS COMUNITÁRIOS EM CINCO PAÍSES<sup>1</sup>

*Bridging the gaps between communities and their memories: comparing community-based archives in five countries*

Andrew Flinn<sup>2</sup>

Magdalena Wiśniewska-Drewniak<sup>3</sup>

Mônica Tenaglia<sup>4</sup>

Mengqui Li<sup>5</sup>

Luisa Seixas<sup>6</sup>

Tradução e notas: Mônica Tenaglia<sup>7</sup> 

### RESUMO

Embora o debate internacional sobre arquivos comunitários esteja em expansão, ainda não há estudos consistentes que os analisem sob uma perspectiva comparativa. O presente artigo tem como objetivo promover uma discussão mais sistemática e que aproxime as diversas realidades dos arquivos comunitários em âmbito internacional (confrontando e, eventualmente, problematizando os conceitos e definições propostos pela literatura anglo-

<sup>1</sup> Tradução realizada a partir de: FLINN, A.; WIŚNIEWSKA-DREWNIAK, M.; TENAGLIA, M.; LI, M.; SEIXAS, L. Bridging the gaps between communities and their memories: comparing community-based archives in five countries. **Comma: International Journal on Archives**, Liverpool, v. 2022, p. 99–113, 2022. Disponível em: <https://www.liverpooluniversitypress.co.uk/doi/abs/10.3828/coma.2022.10>. Acesso em: 18 maio 2026.

<sup>2</sup> Professor de Estudos Arquivísticos e História Oral no Departamento de Estudos da Informação do University College London (UCL), em Londres, Inglaterra. E-mail: [a.flinn@ucl.ac.uk](mailto:a.flinn@ucl.ac.uk).

<sup>3</sup> Professora de Estudos Arquivísticos e Gestão de Documentos na Faculdade de História da Universidade Nicolau Copérnico, em Toruń, Polônia. E-mail: [magwis@umk.pl](mailto:magwis@umk.pl).

<sup>4</sup> Professora de Arquivologia na Universidade Federal Fluminense (UFF) e no Programa de Ciência da Informação da Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: [monica\\_tenaglia@id.uff.br](mailto:monica_tenaglia@id.uff.br).

<sup>5</sup> Pesquisador Associado do Instituto de Informação Científica e Técnica da China. E-mail: [lmq82888@163.com](mailto:lmq82888@163.com).

<sup>6</sup> Doutoranda na Universidade NOVA de Lisboa. E-mail: [luisaseixas@fcs.unl.pt](mailto:luisaseixas@fcs.unl.pt).

<sup>7</sup> Professora de Arquivologia na Universidade Federal Fluminense (UFF) e no Programa de Ciência da Informação da Universidade Federal do Pará (UFPA): [monica\\_tenaglia@id.uff.br](mailto:monica_tenaglia@id.uff.br).



saxônica dominante sobre o tema). Este artigo se baseia na apresentação dos autores na Conferência do Conselho Internacional de Arquivos, em Roma, em 2022, na qual se realizou uma análise comparativa dos contextos, das formas e do funcionamento de arquivos comunitários em cinco países diferentes (Brasil, China, Polônia, Portugal e Reino Unido). Os autores sugerem, adicionalmente, um conjunto preliminar de seis critérios considerados pertinentes para subsidiar futuras análises comparativas internacionais voltadas à compreensão dos arquivos comunitários: terminologia e definições; tipologias e características dos arquivos; história recente e estrutura social do país/região; relações com entidades externas; financiamento e apoio; legislação e sistemas nacionais de arquivos e de patrimônio.

**PALAVRAS-CHAVE:** Arquivos comunitários. Patrimônio comunitário. Estudos comparativos em Arquivologia. Políticas e legislação arquivística. Tipologias e características.

#### ABSTRACT

While there is a developing international discussion on the topic of community archives in different parts of the world, there has not been any sustained attempt to study community-based archives within a comparative framework. The aim of the article is to initiate a more systematic and comparative discussion of the different realities of community archives internationally (measured against and perhaps critiquing the descriptions and definitions offered by the dominant Anglophone literature on the topic). This article draws upon the authors' presentation at the ICA's Rome 2022 Conference of their comparative analysis of the contexts, form, and operation of community archives in five different countries (Brazil, China, Poland, Portugal and the United Kingdom). The authors also put forward an initial set of six criteria they believe are useful for future international comparative approaches to understanding community archives: terminology and definitions; typologies and characteristics of the archives; recent history and social structure of the country/region; relationships with external entities; funding and support; law and national archival and heritage systems.

**KEYWORDS:** Community archives. Community heritage. Comparative archival studies. Archival policies and legislation. Typologies and characteristics.

#### ABSTRACT

The article presents the work experience of *Armazém Memória* through a parallel with Leila Guerriero's chronicle "*El rastro en los huesos*", analyzing Marcelo Zelic's role in the construction of policies of memory, truth, justice, reparation, and non-repetition in Brazil. The text analyzes and connects interviews, testimonies, journalistic productions, and theoretical references on memory and state violence in Latin America. The study demonstrates how *Armazém Memória* developed a heterodox method of investigation based on the digitization, indexing, and public dissemination of archives, as well as collaboration with researchers, social movements, journalists, archivists, and human rights organizations. Among the key moments highlighted in this trajectory are the rediscovery of the Figueiredo Report, the expansion of the Brazilian National Truth Commission's investigations into violations committed against Indigenous peoples, and the consolidation of the Indigenous Virtual Reference Center. The article concludes that memory work



constitutes a political and ethical practice of confronting memoricide, capable of strengthening processes of historical reparation and the defense of human rights in the present.

**KEYWORDS:** Memory. Human rights. Military dictatorship. *Armazém Memória*.

## 1 INTRODUÇÃO

Este artigo baseia-se na apresentação dos autores na Conferência do Conselho Internacional de Arquivos, realizada em Roma em 2022, na qual se realizou uma análise comparativa dos contextos, das formas e do funcionamento de arquivos comunitários em cinco países diferentes (Brasil, China, Polônia, Portugal e Reino Unido). Este trabalho emerge de um reconhecimento compartilhado de que, embora o debate internacional sobre arquivos comunitários esteja em desenvolvimento em diferentes regiões do mundo, ainda não se registraram estudos consistentes que os abordem sob uma perspectiva comparativa. Por meio de nossas redes de contato, temos conhecimento de discussões acerca de práticas análogas às de arquivos comunitários na Europa, nas Américas, na Austrália, na Ásia e na África. No entanto, a maior parte da literatura acadêmica e profissional disponível permanece dominada por autores de língua inglesa, especialmente, dos Estados Unidos e do Reino Unido<sup>8</sup>. Essa literatura, juntamente com os estudos relacionados a arquivos comunitários em outras regiões dos quais temos conhecimento, contribuiu para nossa compreensão desses arquivos em âmbito internacional. Ainda assim, os autores deste artigo sustentam que uma análise mais sistemática e comparativa das diversas realidades internacionais dos arquivos comunitários (tomando como referência e, eventualmente, problematizando as definições e descrições oferecidas pela literatura anglo-saxônica dominante até o momento) será relevante não apenas para pesquisadores, mas, sobretudo, para os próprios profissionais envolvidos na gestão desses arquivos. Vale ressaltar que quatro dos cinco

---

<sup>8</sup> Uma visão geral recente da literatura, predominantemente anglófona, sobre arquivos comunitários está disponível em Poole (2020). O volume mais recente sobre o tema, editado por Bastian e Flinn (2020), amplia o escopo dos estudos de caso para incluir a Ásia e as ilhas do Pacífico, embora ainda não abranja a totalidade das atividades de arquivos comunitários em nível global.



autores aqui presentes são de países não anglófonos e todos vêm de nações com contextos nacionais de arquivos e de patrimônio comunitários muito diferentes. No futuro, ampliaremos nossa colaboração com outros colegas na África, na Ásia e nas Américas. Acreditamos que um conhecimento e uma consciência mais profundos dos diferentes contextos e realidades em que os arquivos comunitários operam, internacionalmente, são um primeiro passo para apoiar e sustentar, de forma mais eficaz, diversos projetos de Arquivologia e de patrimônio comunitário em diferentes países, incluindo países não ocidentais e não anglófonos.

Observando que a heterogeneidade dos arquivos comunitários, suas diversas origens, coleções variadas e abordagens independentes decorrem dos indivíduos e comunidades responsáveis por sua existência, e não das definições e observações de pesquisadores acadêmicos e profissionais, é necessário reconhecer os contextos e as realidades do mundo real que sustentam a forma dos arquivos comunitários existentes. Assim, a intenção de nossa abordagem comparativa é fornecer, em primeiro lugar, uma descrição mais rica desses contextos e realidades e, ao fazê-lo, apresentar uma primeira estrutura para promover o estudo internacional de arquivos comunitários, divulgando sua relevância para pesquisadores, comunidades e movimentos sociais, e fomentando a cooperação internacional entre profissionais da área.

Reconhecemos, de forma explícita, a complexidade inerente à definição e à terminologia neste campo, bem como a ausência de consenso quanto ao uso e à generalização do termo “arquivo comunitário” — que nem sempre é aplicado a todos os contextos. Por exemplo, no Reino Unido, o termo “arquivo(s) comunitário(s)” é amplamente utilizado nos Estados Unidos, Canadá, Austrália, Nova Zelândia e África do Sul, mas frequentemente com uma ênfase ligeiramente diferente e sutil. A versão portuguesa do termo é a tradução literal: arquivo de comunidade (plural: arquivos de comunidade). O termo polonês, no entanto, apresenta-se um pouco diferente: *archiwum społeczne* (plural: *archiwa społeczne*): sua tradução literal para o inglês é “arquivo(s) social(is)”, o que não faz referência à comunidade. *Spółeczny* significa algo relativo à sociedade ou a uma parte dela, ou algo criado pela sociedade e compartilhado por ela, e organizado por alguma parte da sociedade de forma independente, sem a participação do Estado. Apesar dessas diferenças (e reconhecendo que muitos profissionais de arquivos comunitários não usam o termo), é importante definir, neste artigo, o que entendemos por arquivos comunitários. O termo tem sido objeto de amplo debate nas últimas duas décadas, sendo, contudo, geralmente empregado para descrever iniciativas que



envolvem a coleta e o uso de arquivos e outros materiais patrimoniais diversos, produzidos sobre uma comunidade ou por ela mesma, com distintos níveis de participação ativa da comunidade envolvida. Essas iniciativas, frequentemente, se configuram como uma contraposição às práticas de coleta e ao enfoque de instituições arquivísticas mais estabelecidas.

A terminologia e as definições do amplo panorama de práticas, métodos e características tangíveis e intangíveis desses fenômenos constituem um dos principais desafios quando se trata de identificar, estudar e compreender arquivos comunitários. Isso se relaciona ao fato de que, como um movimento socialmente enraizado, eles são profundamente impactados por diversos contextos culturais, incluindo a língua, a história, as estruturas sociais e as práticas legais e culturais. Arquivos comunitários são, intensamente, contextuais; portanto, nosso estudo conjunto busca compreender as diferentes terminologias e interpretações empregadas em distintos países, reconhecendo que o debate emergente dessas variações contribui para uma compreensão mais abrangente do movimento.

Desde 2019, os autores vêm colaborando em diversos fóruns e espaços (incluindo apresentações conjuntas em conferências<sup>9</sup>, bem como atividades contínuas de pesquisa e discussão), com o objetivo inicial de comparar o desenvolvimento de arquivos comunitários em nossos respectivos países e, posteriormente, desenvolver uma abordagem comparativa capaz de estender este estudo a outras regiões. Para facilitar a análise comparativa dos contextos nacionais em que os arquivos comunitários operam, propusemos um conjunto de critérios amplos destinado a apoiar a análise de aspectos significativos dos arquivos e do patrimônio comunitário. Pretendemos descrever, detalhadamente, o desenvolvimento desta abordagem e dos critérios em outra publicação, mas, resumidamente, isso significa identificar, a partir do nosso próprio trabalho colaborativo, um conjunto de condições que acreditamos influenciar, significativamente, o desenvolvimento e as atividades dos arquivos comunitários em diferentes contextos. Esperamos que isso facilite a comparação de diversas características sociais, geográficas e culturais (incluindo a história recente, os sistemas políticos e econômicos e as estruturas culturais e sociais) e o impacto dessas características no desenvolvimento dos arquivos comunitários. Os seis critérios que

---

<sup>9</sup> Por exemplo, AERI 2020, IFPH Berlin 2022 e ICA Roma 2022.



desenvolvemos em conjunto e que estamos, atualmente, testando em diversos contextos nacionais, são:

1. Terminologia e definições;
2. Tipologias e características;
3. História recente e estrutura social;
4. Relações com entidades externas;
5. Financiamento e apoio;
6. Leis e sistemas nacionais de arquivos e de patrimônio.

Neste artigo, por questão de espaço, escolhemos escrever, brevemente, apenas sobre os três critérios que cada autor selecionou como os mais significativos para o contexto e as realidades de nossos países (tipologias e características (Reino Unido, Polônia, China e Portugal), história recente e estrutura social (Reino Unido, Polônia e Brasil), relações com entidades externas (Reino Unido, Polônia, Brasil, China e Portugal), financiamento e apoio (Brasil), leis e sistemas nacionais de arquivos e patrimônio (China e Portugal). Ao fazê-lo, buscamos submeter essa abordagem à análise de sua utilidade e fomentar uma discussão comparativa mais aprofundada sobre arquivos comunitários em distintos contextos nacionais.

## 2 REINO UNIDO

É difícil determinar com precisão o número de arquivos comunitários ativos no Reino Unido. Em 2006, o *UK & Ireland Community Archives and Heritage Group* (CAHG) estimou a existência de, aproximadamente, 3 mil arquivos, enquanto seu diretório *online*, atualmente, registra mais de 750 instituições<sup>10</sup>, embora nem todas permaneçam ativas e a cobertura do banco de dados apresente lacunas. No entanto, a qualquer momento, pode haver milhares de grupos e indivíduos envolvidos ativamente em atividades de arquivo e de patrimônio comunitário, com uma variedade de tipos de coleções e significados que transcendem as definições e designações profissionais. Com frequência, essas comunidades têm sido definidas pela localidade e motivadas pela conexão entre a história do

---

<sup>10</sup> Busca realizada no diretório do CAHG, em 31 de janeiro de 2023 (Community Archives and Heritage Group, 2023).



lugar e a própria comunidade<sup>11</sup>. Muitos desses arquivos locais são recentes e, às vezes, de curta duração (respondendo a iniciativas específicas de financiamento) mas, em outros casos, foram estabelecidos há muito tempo, associados a uma história local profundamente enraizada (Cosson, 2017). Outros arquivos comunitários combinam o lugar com outro fator, como atividades profissionais e o local de trabalho, ou com uma paixão compartilhada, como a música popular ou os clubes esportivos<sup>12</sup>. Além desses arquivos locais e voltados a interesses específicos, existe, no Reino Unido, uma tradição consolidada de arquivos independentes e comunitários que realizam seu trabalho histórico de forma explicitamente, política e ativista, promovendo movimentos sociais ou políticos ou articulando identidades específicas, incluindo questões relacionadas à classe trabalhadora, gênero, orientações sexuais diversas, deficiência, bem como etnia, raça e fé (Flinn, 2018). Essa diversidade reflete tanto a complexidade quanto a natureza contestada da sociedade britânica contemporânea, os legados de seu passado imperial e as transformações demográficas, bem como a relevância das lutas por identidade, pertencimento, representação e memória histórica para múltiplas comunidades no país.

Essa configuração geral e diversificada de arquivos comunitários no Reino Unido está intimamente vinculada a distintas tendências e desenvolvimentos da história recente. Embora o Reino Unido (com a significativa exceção da Irlanda do Norte) não tenha vivenciado os mesmos níveis de transformações políticas radicais e de conflitos do século XX observados em diversos outros países (incluindo aqueles analisados neste artigo), o período foi marcado por mudanças políticas e sociais consideráveis. Entre estas, incluem-se a expansão do direito de voto a trabalhadores e mulheres, a experiência de duas guerras mundiais, o crescimento e posterior declínio do império britânico, ondas significativas de migração, profundas transformações econômicas e industriais, bem como, mais recentemente, debates sobre a identidade britânica e sua relação com a Europa. A forma, o foco e a operação do patrimônio comunitário, como parte de uma abordagem mais ampla da história e do patrimônio no Reino Unido (frequentemente desafiando narrativas nacionais dominantes), encontram-se fortemente condicionados por essas mudanças políticas e sociais de grande amplitude (Hall, 1999).

<sup>11</sup> Por exemplo, foram localizados 122 arquivos relacionados ao leste da Inglaterra, ao pesquisar “*East of England*” no diretório do CAHG. Busca realizada em 31 de janeiro de 2023.

<sup>12</sup> Por exemplo, ao pesquisar “*music*” no diretório do CAHG em 31 de janeiro 2023.



As longas tradições de engajamento em atividades de pesquisa “*serious leisure*” ou “amadoras”, conduzidas de forma independente por sociedades históricas, arqueológicas, científicas e antiquárias locais, foram, significativamente, ampliadas no período pós-Segunda Guerra Mundial. Esse fenômeno esteve associado à crescente valorização da história local e da história familiar como temas de interesse popular, bem como ao seu reconhecimento progressivo como objetos legítimos de investigação tanto no âmbito acadêmico quanto fora dele. Frequentemente, essas práticas promovem diálogos entre narrativas locais e familiares e a história social mais ampla, incorporando abordagens de história oral e, conseqüentemente, contribuindo para o desenvolvimento de arquivos comunitários e de iniciativas voltadas à preservação do patrimônio cultural. Tais processos revelam-se particularmente relevantes em comunidades que enfrentaram profundas transformações sociais e econômicas (Finnegan, 2005; Flinn, 2007). Esse aspecto, em particular, despertou interesse e atraiu financiamento de diversas agências governamentais, tanto em nível local quanto nacional, que reconheceram o valor do patrimônio e das iniciativas de engajamento patrimonial (inclusive aquelas desenvolvidas em âmbito comunitário) como fatores que contribuem para resultados sociais positivos, bem como para a promoção da saúde e do bem-estar em comunidades afetadas por transformações socioeconômicas e, historicamente, desfavorecidas (Jura Consultants, 2009).

Além do incentivo “de cima para baixo”, proporcionado pelo financiamento governamental com finalidades sociais, a realização de atividades de arquivos comunitários também refletia o desejo das próprias comunidades de enfrentar questões relacionadas a direitos civis, ao combate à discriminação, à retificação de distorções históricas e apagamentos, bem como promover lutas por justiça e transformação social. Ao longo do século XX e no início do século XXI, comunidades definidas por fé, identidade étnica, classe social, gênero e diversidade sexual manifestaram a intenção de narrar e compartilhar suas histórias por meio da criação de arquivos, museus e bibliotecas independentes, estruturados e geridos pelas próprias comunidades. As lutas contra o Estado e contra práticas discriminatórias institucionalizadas, bem como a busca por reconhecimento e representação, apoiam-se nas histórias e no patrimônio comunitário como recursos estratégicos para inspirar e fundamentar tais mobilizações, ao mesmo tempo em que contribuem para a construção de identidade e senso de pertencimento, bem como para a





contestação das lacunas e das interpretações equivocadas presentes em outras narrativas nacionais e práticas arquivísticas (Ishmael *et al.*, 2020).

Como já foi destacado, dois dos principais fatores externos que influenciam o surgimento de arquivos comunitários no Reino Unido são a disponibilidade de fontes de financiamento e as redes de apoio ao desenvolvimento desses arquivos. A obtenção de financiamentos sustentáveis constitui, frequentemente, a preocupação mais premente para arquivos baseados na comunidade, especialmente, aqueles que necessitam manter uma infraestrutura física. Embora alguns arquivos sejam mantidos por recursos provenientes de indivíduos e das próprias comunidades, a maioria depende de aportes regulares de financiamento externo, grande parte dos quais estruturada sob a forma de projetos específicos. O principal e mais significativo financiador de atividades relacionadas ao patrimônio comunitário é o *National Lottery Heritage Fund* (NLHF, anteriormente *Heritage Lottery Fund*) que, desde 1994, destinou mais de £560 milhões a projetos de patrimônio cultural comunitário<sup>13</sup>. Fontes de financiamento semelhantes, embora em menor escala, voltadas ao engajamento com o patrimônio comunitário por meio das artes, também são oferecidas por organismos como o *UK Arts Council*<sup>14</sup>. Apesar de sua relevância para o setor (uma vez que o funcionamento e a vitalidade dos arquivos comunitários no Reino Unido dependem, em grande medida, dessa fonte de financiamento), essa dependência pode gerar desafios e comprometer a autonomia das organizações comunitárias. Isso ocorre na medida em que precisam atender a agendas externas, muitas vezes substituindo fontes de financiamento mais sustentáveis e atividades centrais por abordagens orientadas a projetos, ficando ainda sujeitas a alterações nas políticas e diretrizes governamentais.

Em reconhecimento ao crescimento e à relevância dos arquivos comunitários, nas últimas duas décadas, a relação entre organizações tradicionais de patrimônio e arquivos comunitários evoluiu de um quadro marcado por frequente desconhecimento e antagonismo para um modelo caracterizado por cooperação e parceria (Stevens, Flinn, Shepherd, 2010). Alguns arquivos e museus locais passaram a patrocinar redes de arquivos comunitários regionais e locais, promovendo o apoio mútuo e o compartilhamento de recursos. Um exemplo emblemático dessa mudança em direção a

<sup>13</sup> Dados extraídos em 31 de janeiro de 2023 (The National Lottery Heritage Fund, 2023).

<sup>14</sup> Por exemplo, *“Our open funds”* (Arts Council England, 2026) e *“Help with finding funding”* (Community Archives and Heritage Group, 2026).



maior reconhecimento e colaboração é o *Community Archive and Heritage Group* (CAHG), atuante no Reino Unido e na Irlanda. Fundado em 2004, como resposta à crescente conscientização no setor de arquivos e patrimônio acerca dos arquivos comunitários e dos desafios que enfrentavam, o CAHG integrou-se à Associação dos Arquivistas do Reino Unido e da Irlanda (Archives and Records Association — ARA) em 2011, mantendo, contudo, um elevado grau de independência<sup>15</sup>. Embora ainda seja amplamente gerido por voluntários e disponha de recursos financeiros limitados, o CAHG, em conjunto com outras redes escocesas, irlandesas e regionais da Inglaterra, reúne arquivistas comunitários e profissionais de patrimônio para promover a defesa dos arquivos comunitários, oferecendo orientação, suporte técnico e um registro sistemático das atividades desenvolvidas nesse âmbito (Community Archives and Heritage Group, 2023).

### 3 POLÔNIA

O panorama dos arquivos comunitários na Polônia apresenta-se, simultaneamente, diversificado e pouco explorado, o que dificulta generalizações amplas. Com o objetivo de fornecer uma visão sintética voltada a um público internacional, ao mesmo tempo em que se destacam características que os diferenciam de experiências em outros contextos, três aspectos fundamentais que influenciam os arquivos comunitários poloneses são, brevemente, delineados a seguir: a estrutura social contemporânea e a história recente da Polônia; as tipologias e características específicas desses arquivos; e as relações mantidas com entidades externas.

A Polônia é um país homogêneo — a maioria (mais de 90%) da população é caucasiana, católica e polonesa (Statistics Poland, 2026). Portanto, o foco em etnias e minorias nos arquivos comunitários, tão frequentemente observado no Reino Unido e nos Estados Unidos, é raro na Polônia. O panorama contemporâneo dos arquivos comunitários foi significativamente influenciado pelo turbulento século XX: a Polônia, recuperando a independência em 1918; a experiência da Segunda Guerra Mundial (campos de concentração, deportações, trabalho forçado, vida sob a ocupação nazista, resistência social, forças armadas clandestinas); mudança das fronteiras nacionais e movimentos populacionais após a guerra; e experiência do comunismo de 1944–1945 a 1989–

---

<sup>15</sup> O surgimento dos arquivos comunitários e do CAHG foi analisado por Mander (2009).



1990 (repressão aos antigos soldados da resistência e à oposição anticomunista, vida cotidiana sob o regime totalitário, falta de pluralismo político e liberdade de expressão). O impacto desses eventos na vida das pessoas comuns é um tema recorrente nos arquivos comunitários.

Essas circunstâncias também influenciaram a criação de arquivos comunitários no passado. Um exemplo é o Arquivo de Guerra Polonês (1915–1921), um grupo informal formado por historiadores, arquivistas e bibliotecários para documentar a participação dos poloneses na Primeira Guerra Mundial e o impacto da guerra na sociedade polonesa, bem como músicas, idioma e costumes relacionados à guerra (Roman, 2019). Depois da Segunda Guerra Mundial, no período comunista, a atividade cívica independente era proibida, e o Estado controlava rigidamente a narrativa do passado. Iniciativas de base só podiam operar clandestinamente e ilegalmente. Este é o início dos maiores arquivos comunitários na Polônia: a Fundação General Elżbieta Zawacka, em Toruń (Fundacja Generał Elżbiety Zawackiej, 2026) e a Fundação Centro KARTA, em Varsóvia (Fundacja Ośrodek Karta, 2026). Ambos surgiram durante o período comunista para registrar tópicos ausentes das narrativas históricas oficiais (Zawacka, na década de 1960, documentando a história das forças armadas clandestinas durante a Segunda Guerra Mundial; KARTA, na década de 1980, documentando a repressão soviética ao povo polonês e ao movimento anticomunista). Ambos legalizaram suas atividades após a virada democrática em 1990, formando organizações não governamentais (ONGs) que operam com sucesso até hoje (Gluza, 2012a; Minczykowska, 2000).

A história da Polônia, desde o século XIX, é também a história da migração política e econômica. Atualmente, entre 18 e 20 milhões de poloneses e pessoas de origem polonesa vivem fora da Polónia (Polska, 2026). Em muitos países (por exemplo, Alemanha, França, Estados Unidos, Reino Unido, Canadá, Brasil e Austrália), os poloneses criaram instituições que documentaram e preservaram a identidade, a tradição e a língua polonesas — que hoje constituem dezenas de arquivos da diáspora<sup>16</sup>.

Arquivos comunitários na Polónia são mantidos, entre outros, por ONGs e grupos informais, assim como por instituições culturais e bibliotecas locais, com níveis variados de independência. Atualmente, o diretório de arquivos comunitários mantido pelo Centro de Arquivos Comunitários contém mais de 700 registros<sup>17</sup>. A história local e a história social são os temas mais comuns das

<sup>16</sup> Informações disponíveis em Główny Urząd Statystyczny (2026).

<sup>17</sup> Pesquisa realizada em 23 de janeiro 2023 (Centrum Archiwistyki Społecznej, 2023).



coleções comunitárias na Polônia. Outros tópicos incluem grupos sub-documentados (por exemplo, pessoas com deficiência, pessoas LGBTQIA+ e mulheres), história do esporte, educação, cultura (por exemplo, teatro, fotografia e música), bem como história de guerra, grupos minoritários e movimentos sociais. Arquivos comunitários, normalmente, colecionam uma ampla gama de fontes: documentos arquivísticos, objetos de bibliotecas e museus, originais e cópias. Os materiais mais populares são fotografias, efêmeras, história oral, documentação pessoal (cartas, diários, boletins escolares e carteiras de identidade antigas), pequenas lembranças e publicações. Muitos arquivos são híbridos (com materiais físicos e digitais) ou, puramente, digitais. Normalmente, arquivos comunitários possuem coleções relativamente pequenas. No entanto, existem vários arquivos comunitários maiores na Polônia, com uma história mais longa e uma posição forte no cenário das instituições culturais (como KARTA e Fundação Zawacka). Tipicamente, o arquivo comunitário é administrado por um pequeno número de voluntários; às vezes, suas atividades são temporariamente financiadas com recursos públicos (Melon, 2023; Ziętał, 2017).

Quanto aos relacionamentos com parceiros externos, a cooperação local e a colaboração com entidades que tratam de temas relacionados ou semelhantes aos do arquivo parecem ser as mais importantes e frequentes. Arquivos comunitários raramente cooperam com arquivos estaduais e universidades, mais frequentemente com outras instituições culturais, ONGs e museus (Melon, 2023; Wiśniewska-Drewniak, 2019). No entanto, é necessário considerar um aspecto mais abrangente das relações envolvendo os arquivos comunitários: esses arquivos têm despertado o interesse das autoridades arquivísticas estatais polonesas há mais de duas décadas. Entre 2002 e 2004, bem como entre 2007 e 2008, o Conselho de Arquivos Comunitários foi estabelecido pela Direção-Geral dos Arquivos do Estado, mas deixou de operar devido à insuficiência de financiamento (Gluza, 2012b). Nesse período, o Centro KARTA, o maior arquivo independente da Polônia, atuava como defensor e articulador do movimento de arquivos comunitários. Especialmente a partir de 2012, o Centro KARTA passou a apoiar sistematicamente os arquivos comunitários, oferecendo uma rede estruturada para seu desenvolvimento. Entre suas iniciativas, destacam-se a criação de um diretório de arquivos comunitários, a publicação de um manual destinado a arquivistas comunitários (Ziętał, 2017), bem como a organização de cursos, workshops e congressos bienais voltados a profissionais do setor. Ademais, o KARTA desenvolveu o Sistema Aberto de Arquivamento (*Otwarty System Archiwizacji – OSA*), uma ferramenta de acesso gratuito



destinada à descrição de documentos arquivísticos, permitindo tanto o registro detalhado de seu conteúdo quanto a disponibilização online de suas descrições e de cópias digitais.

Em 2020, todas essas atividades passaram a ser coordenadas pelo Centro de Arquivos Comunitários (CCA), uma instituição cultural cofundada pelo KARTA e pelo Ministério da Cultura, financiada por este último. As principais áreas de atuação do CCA incluem: educação e apoio a arquivistas comunitários, por meio de publicações, cursos e consultorias; identificação e mapeamento de arquivos comunitários, por meio de banco de dados e pesquisas; promoção e valorização da importância dos arquivos comunitários, por meio de concursos, reportagens e presença em redes sociais; criação de redes entre arquivistas comunitários, mediante a realização de congressos; e fornecimento de infraestrutura de tecnologia da informação, destacando-se o Sistema Aberto de Arquivamento (OSA) (Centrum Archiwistyki Społecznej, 2026b). Destaca-se que toda cooperação entre os arquivos e o CCA ocorre de forma voluntária, pautada pelo apoio e pelo diálogo, e não por mecanismos de supervisão ou de controle. O CCA atua como parceiro dos arquivos comunitários, e não como órgão regulador; contudo, a instituição não dispõe de recursos ou de capacidade formal para oferecer suporte financeiro direto a esses arquivos (Centrum Archiwistyki Społecznej, 2026a).

#### 4 BRASIL

O presente estudo focaliza o estado do Pará, situado na região norte do Brasil — a região do país que, historicamente, recebe menor atenção acadêmica e institucional —, e que abrange parte significativa da Floresta Amazônica. Trata-se do segundo maior estado brasileiro, com uma extensão territorial superior a 1.200.000 km<sup>2</sup> (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2026), equivalente a, aproximadamente, quatro vezes o território da Itália ou seis vezes o do Reino Unido. O Pará é, com frequência, destaque na mídia em virtude de conflitos fundiários, especialmente os que envolvem comunidades indígenas e a invasão de seus territórios por garimpeiros, madeireiros e organizações envolvidas no tráfico de drogas. A compreensão das condições sociais, políticas e econômicas do Brasil e, em particular, do Pará, mostra-se fundamental para analisar o papel das comunidades locais, bem como o surgimento de movimentos sociais, centros comunitários e grupos



organizados e de seus arquivos, uma vez que esses acervos se caracterizam primordialmente por seu profundo enraizamento social.

No que se refere à história recente e à estrutura social dos arquivos comunitários no Brasil, observa-se que as primeiras referências a esse tipo de arquivo estão vinculadas a movimentos sociais, especialmente, entre o final da década de 1970 e o início dos anos 1980 (Camoleze, 2022), sendo, ocasionalmente, denominados arquivos comunitários, sociais ou populares. Atualmente, há centenas de iniciativas de grupos no Brasil que produzem acervos destinados a registrar suas atividades e memórias. Contudo, na literatura acadêmica e na produção científica da Arquivologia, encontram-se poucos estudos que abordem esses arquivos explicitamente, e, quando mencionados, raramente discutem ou problematizam o conceito com base nos referenciais teóricos que o delimitam.

Na década de 1970, emergiram grupos que reivindicavam direitos à terra e a implementação de reformas agrárias, como a Comissão Pastoral da Terra, além de organizações voltadas à representação das vítimas da ditadura militar brasileira (1964–1985). Uma das iniciativas mais relevantes promovidas por esses grupos foi a constituição de arquivos com fotocópias dos processos de mais de 700 casos submetidos ao Superior Tribunal Militar (Universidade Estadual de Campinas, 2022). Os documentos evidenciam que membros de alta hierarquia do regime tinham pleno conhecimento das graves violações de direitos humanos ocorridas nas instalações dos serviços secretos. Sobre este arquivo foi publicado, em 1985, o livro *Brasil: Nunca Mais*, que se revelou fundamental para subsidiar as investigações realizadas pelas comissões da verdade no país a partir de 2012. Atualmente, embora se observe um aumento de movimentos sociais, grupos comunitários e diversas iniciativas arquivísticas promovidas pela sociedade civil, persiste uma lacuna no interesse e na pesquisa sobre essas experiências por parte do setor formal de arquivos no Brasil, o que dificulta a localização e compreensão dessas iniciativas.

No que se refere à interação dos arquivos comunitários com instituições externas, desde a década de 1970, foram criados diversos Centros de Arquivo e Coleções Especiais, especialmente em universidades, com o objetivo de reunir acervos provenientes de movimentos sociais e de grupos comunitários. Um exemplo notável é o Arquivo Edgard Leuenroth, da Universidade Estadual de Campinas, no estado de São Paulo (que incorporou os documentos do projeto “Brasil: Nunca Mais”, mencionado anteriormente), o extenso acervo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra,



localizado no Centro de Documentação da Universidade Estadual Paulista, na cidade de São Paulo, e iniciativas promovidas pela própria comunidade, como o Museu da Maré (2026), localizado no complexo da Maré, na cidade do Rio de Janeiro, e dedicado à preservação da memória, história e identidade local. No âmbito acadêmico, o Congresso Nacional de Arquivologia, realizado em 2022, dedicou uma sessão paralela aos arquivos de movimentos sociais, mas, apesar disso, a produção de pesquisa sobre tais arquivos permanece limitada. Um levantamento bibliográfico nos anais do Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, publicados nos últimos dez anos, evidencia praticamente nenhum trabalho sobre o tema. Contudo, dois eventos recentes indicam um potencial para ampliar o interesse, a compreensão e a investigação sobre arquivos comunitários: em junho de 2022, a Casa de Oswaldo Cruz, na cidade do Rio de Janeiro, promoveu um evento sobre arquivos comunitários com a participação da professora Wendy Duff; e, em outubro de 2022, a Universidade Federal Fluminense organizou, na Casa de Rui Barbosa, também na cidade do Rio de Janeiro<sup>18</sup>, um encontro sobre o tema, contando com a presença da professora Michelle Caswell.

Por fim, no que se refere ao financiamento e ao apoio, percebe-se maior envolvimento de ONGs em atividades de grupos comunitários e em seus acervos. Por exemplo, em agosto de 2022, a art. 19 promoveu um workshop com a presença de mais de cinquenta grupos comunitários, incluindo organizações LGBTQIA+, feministas, negras e indígenas, assim como comunidades de bairro e centros comunitários, para discutirem maneiras de organizar os seus documentos. As discussões, das quais esta autora participou, evidenciaram dois desafios centrais enfrentados por esses grupos: a escassez de recursos humanos e financeiros e a compreensão limitada da gestão de documentos digitais — especialmente dos veiculados em redes sociais. Apesar dessas dificuldades, constatou-se que todos os grupos participantes demonstravam consciência de seu papel e da relevância de suas ações na criação e na preservação das memórias e representações de suas comunidades.

Considerando a recorrente escassez de recursos financeiros e de expertise arquivística entre os grupos comunitários, bem como o ainda limitado interesse das instituições arquivísticas públicas por essas iniciativas, as instituições universitárias (especialmente aquelas que oferecem programas de pesquisa e cursos de Arquivologia) desempenham um papel estratégico no apoio e no

---

<sup>18</sup> A vinda da professora Michelle Caswell se deu apenas no âmbito da UFF, não envolvendo a Fundação Casa de Rui Barbosa, como está no texto (NT).





fortalecimento dessas ações. Esse apoio pode se concretizar por meio da produção de estudos sobre arquivos comunitários e seus grupos, e da utilização desses acervos em atividades de ensino e extensão. A colaboração com universidades não apenas contribuirá para o desenvolvimento do conhecimento e das estruturas de suporte aos arquivos comunitários, como também promoverá maior conscientização e engajamento entre estudantes e futuros profissionais da área arquivística.

## 5 CHINA

A China possui uma trajetória histórica superior a quatro mil anos, caracterizada pela continuidade ininterrupta de sua civilização. Ao longo desse extenso período, desenvolveu-se uma cultura de elevada complexidade, o que torna extremamente desafiadora uma apresentação abrangente da situação em todo o território nacional. Diante disso, faz-se necessária a abordagem do tema sob uma perspectiva geral.

A China possui um sistema conceitual distinto para a compreensão dos arquivos comunitários, relacionado às práticas de desenvolvimento social e aos hábitos culturais nacionais. Começando pelo termo “comunidade”. Quando os estudiosos chineses aprenderam, pela primeira vez, o termo “comunidade”, compreenderam-no como um conceito geográfico. Quando se trata de arquivos comunitários na China, atualmente, as pessoas ainda tendem a ntende-los dessa forma — uma perspectiva em que os arquivos de povos e grupos minoritários são uma parte típica. Como parte integrante do país, as minorias populacionais refletem a diversidade da cultura chinesa e, no total, há 55 minorias. Essas minorias têm sua singularidade histórica e algumas delas preservaram preciosos registros históricos, que contribuíram para garantir a lembrança da história e da cultura das minorias (Li; Feng; Gao, 2021). Nos últimos anos, os arquivos das minorias na China têm sido mais visíveis para o mundo. Alguns deles, como manuscritos da antiga literatura Naxi Dongba e registros oficiais do Tibete da Dinastia Yuan, foram listados no Registro Memória do Mundo (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization, 2026).

Nos últimos anos, têm-se desenvolvido alguns arquivos comunitários fundamentados em características de identidade compartilhada, como é o caso dos arquivos de trabalhadores rurais. Na China, estima-se que haja cerca de 300 milhões de trabalhadores rurais, cujos direitos necessitam de proteção e cujas memórias demandam preservação. Desde os primeiros anos deste





século, a importância desse reconhecimento tornou-se mais evidente, resultando na criação e manutenção desses arquivos tanto por instituições comunitárias, como o Museu dos Trabalhadores Rurais de Picun, quanto pelos Arquivos Nacionais.

As relações entre arquivos comunitários e instituições externas têm se intensificado na China. Desde a década de 2010, novas instituições foram estabelecidas com o objetivo de coletar diferentes tipos de arquivos comunitários, incluindo o Museu dos Trabalhadores Rurais de Picun, o Memorial das Vítimas do Massacre de Nanjing pelos Invasores Japoneses (The Memorial Hall of the Victims in Nanjing Massacre by Japanese Invaders, 2026) e o portal *Beijing Memory Resources* (2026), entre outros. Essa expansão possibilitou que o público voltasse a atenção para indivíduos cujas memórias poderiam, de outro modo, ser esquecidas. No âmbito da pesquisa acadêmica, o estudo dos arquivos comunitários na China teve início em 2014 e foi desenvolvido ao longo de aproximadamente nove anos até o presente. No início, as pessoas se concentravam em apresentar os resultados de pesquisas e escritos de outros países (incluindo de autores como Andrew Flinn, Mary Stevens, Anne Gilliland e Michelle Caswell), porém, depois disso, começaram a estudar os arquivos comunitários no contexto chinês, e alguns estudiosos escreveram artigos descrevendo a situação geral dos arquivos comunitários na China, como o Professor Lian Zhiyin sobre os arquivos Shuishu (Lian; Oliver, 2018) que são considerados arquivos de minorias internacionais. Paralelamente, pesquisas sobre arquivos comunitários têm sido apoiadas pelo Fundo Nacional de Ciências Sociais da China, instituição que representa o mais elevado nível de fomento à pesquisa em ciências sociais no país. Concomitantemente, um número crescente de universidades tem incorporado cursos dedicados ao arquivamento comunitário, promovendo, ainda, atividades práticas que possibilitam o diálogo e a reflexão sobre o arquivamento comunitário, em interação com os membros das respectivas comunidades.

Ademais, algumas grandes organizações sociais passaram a se engajar no apoio ao arquivamento comunitário, fornecendo recursos financeiros, orientação profissional e suporte tecnológico. Por exemplo, a *Tencent Corporation Foundation* contribuiu para a criação do *Tencent Tong Guan Dong Chorus Ecological Museum*, no qual se apresentam a cultura arquitetônica tradicional dos Dong e se promove a transmissão ativa do folclore registrado nos arquivos dessa comunidade.



Por fim, cabe questionar qual é a posição dos arquivos comunitários na China em relação à legislação e ao sistema nacional de arquivos e de patrimônio. O desenvolvimento desses arquivos é fortemente condicionado pelo arcabouço legal: caso os arquivos comunitários sejam formalmente reconhecidos, a lei passa a constituir um fator de apoio à sua expansão, na medida em que as necessidades desses arquivos passam a ser consideradas. Durante um longo período, não havia disposições explícitas sobre arquivos comunitários em documentos oficiais; contudo, essa situação vem se modificando nos últimos anos. Em 2020, a China atualizou a sua Lei Nacional de Arquivos, incluindo a disposição de que a participação de forças sociais na construção de recursos arquivísticos nacionais deve ser incentivada, o que pode ser interpretado como um sinal de estímulo ao arquivamento comunitário. Tal mudança indica que o ambiente legal atual tende a favorecer o fortalecimento e a ampliação do arquivamento em comunidades privadas.

Quanto aos sistemas de arquivos e ao patrimônio, uma tendência cada vez mais aparente é a de que os arquivos comunitários se tornaram, gradualmente, parte importante do ambiente dos arquivos públicos, à medida que os administradores dos departamentos de arquivos percebem o valor desses arquivos na formação da memória nacional e na defesa dos interesses de terceiros. Por exemplo, como mencionado, alguns arquivos públicos começaram recentemente a coletar e preservar arquivos familiares e de trabalhadores rurais.

## 6 PORTUGAL

Em Portugal, os arquivos comunitários têm recebido atenção limitada, embora existam exemplos de projetos e práticas que podem ser incorporados à sua concepção abrangente. A dificuldade de enquadrar determinados projetos nessa definição decorre de múltiplos fatores:

- (1) Terminologia: como mencionado na introdução, o uso do termo “arquivo comunitário” só recentemente e, mesmo assim, raramente, foi aplicado;
- (2) Definições: vários projetos estão conectados ou desenvolvidos por museus, bibliotecas ou arquivos locais, com diferentes graus de informalidade, mas, muitas vezes, não são exclusivamente de base comunitária. Frequentemente, eles nascem em museus, bibliotecas ou arquivos locais que promovem o engajamento e a prática junto a



comunidades específicas. Apesar disso, existem exemplos de projetos arquivísticos conduzidos de forma independente;

- (3) Sua independência e caráter, frequentemente, informal, podem dificultar sua identificação;
- (4) Houve muito pouco pensamento e reflexão sobre esse movimento em Portugal. Apesar desses desafios, há exemplos de projetos e iniciativas que podem ser considerados ao se abordar a questão dos arquivos comunitários.

Organizações independentes, como associações ou grupos informais, tendem a criar arquivos informais, muitas vezes digitais. O impulso de identificar e registrar patrimônios com possível valor para uma comunidade ou grupo específico, prestes a desaparecer, é, frequentemente, sua motivação. Esse é o caso do projeto “Fotomemória: Memória do Século XX”, desenvolvido pela associação local Ao Norte (2026), que digitalizou milhares de fotografias de coleções privadas e familiares em uma área específica no norte de Portugal, ou do “Arquivo de Memória” (2026), criado pela Associação de Amigos do Museu do Coa, que se concentra na história oral e nas histórias de vida de idosos em outra área geográfica específica.

Existem, também, casos de associações independentes dedicadas à documentação de assuntos específicos, como música — o arquivo de história oral Mural Sonoro (2026) é um exemplo disso —, as experiências de trabalho e ocupação, como o projeto de história oral desenvolvido pela Universidade Popular do Porto (2026), ou o projeto de história oral desenvolvido pela UMAR (2026), focado na vida e direitos das mulheres. A Associação AfroLis tem coletado material para um *podcast* sobre as experiências de pessoas de origem africana em Lisboa. Esses projetos, geralmente, dependem do trabalho e da dedicação de um ou dois membros da organização, com pouco ou nenhum orçamento específico. Eles também estão relacionados a áreas muito diferentes — cinema, imagem e antropologia, vida e trabalho rural, profissões e vida urbana, música ou movimentos sociais —, em vez de fazer parte de algum movimento maior e mais coerente de arquivos comunitários.

Também é importante mencionar o papel dos arquivos locais, dos museus e dos departamentos culturais da administração local. Embora estes possam não se enquadrar em uma definição mais ortodoxa de arquivos comunitários, eles podem coletar patrimônios importantes de comunidades específicas, com diferentes níveis de engajamento e participação. Esse é o caso da



indústria de conservas em Setúbal (Centro de Memórias do Museu do Trabalho Michel Giacometti), ou das tripulações de pesca do bacalhau em Ílhavo — onde o Museu Marítimo de Ílhavo (2026) desenvolveu uma plataforma de patrimônio digital chamada “Homens e Navios do Bacalhau”.

A coleta de materiais patrimoniais e a constituição de arquivos e coleções informais, frequentemente, emergem de um conjunto social de preocupações, vinculadas a outras atividades, tanto em organizações independentes quanto em projetos desenvolvidos em contextos mais institucionais. A memória assume um papel central ao estimular o engajamento, valorizando experiências individuais e subjetividades compartilhadas em torno de um lugar, de um tema ou de uma questão social específica. No caso de associações e grupos independentes, a preocupação acadêmica com o passado, inicialmente, recebe pouca ou nenhuma atenção da equipe; contudo, à medida que os projetos se expandem, torna-se comum a busca por colaboração acadêmica ou profissional. Tais associações e grupos, muitas vezes, estabelecem parcerias com arquivos locais, seja para consultoria profissional, orientação técnica ou acesso a equipamentos de digitalização. Adicionalmente, muitos projetos buscam consultoria e colaboração com acadêmicos individuais ou com grupos de pesquisa. Essas parcerias podem ocorrer de forma informal ou, com maior frequência, assumir, quando exigidas e valorizadas por oportunidades de financiamento, uma natureza mais institucionalizada. Também é importante mencionar o exemplo do programa Memória para Todos, desenvolvido pelo Instituto de História, Território e Comunidades (NOVA Universidade de Lisboa e Universidade de Coimbra), que colabora com diversas instituições — desde associações até empresas privadas — no desenvolvimento de projetos de recolha reunidos em uma plataforma digital. O programa também tem organizado uma conferência anual dedicada à História, Memória, Patrimônio e Comunidades, reunindo profissionais e estudiosos relacionados a arquivos comunitários.

Em Portugal, o regime geral para arquivos e patrimônio arquivístico está descrito nos Decretos nº 16/93 (Portugal, 1993) e nº 107/2001 (Portugal, 2001). Eles definem as tipologias de arquivos de acordo com sua proveniência — como arquivos Públicos ou Privados —, seu âmbito territorial — Nacional, Regional e Municipal —, origem, assunto/tópico e formato. Arquivos audiovisuais foram, inicialmente, excluídos do Decreto nº 16, no art. 1º, inciso 2 (Portugal, 1993) e, posteriormente, incluídos pelo Decreto nº 14/94 (Portugal, 1994), que estabelece que o patrimônio arquivístico fotográfico, fílmico, videográfico, fonográfico e informático é regulado por legislação



específica. O Decreto nº16/93 define, em seu art. 21, que a classificação de um arquivo como de interesse nacional “[...] não afeta a sua propriedade, mas impede sua alteração, divisão ou destruição sem o consentimento prévio da unidade reguladora” (Portugal, 1993, n. p.). Em 2001, houve uma revisão das políticas, do regime de proteção e da valorização do patrimônio cultural, na qual o patrimônio arquivístico foi definido em sentido mais amplo — orgânico e não orgânico —, com relevância cultural, pública ou privada. Um dos critérios para classificação ou inventário é o “[...] valor probatório e informativo do arquivo, baseado em sua relevância jurídica, política, econômica, social, cultural, religiosa ou científica” (Portugal, 2001, n. p.). A lei portuguesa faz referência à classificação de arquivos privados de valor histórico, sujeitos à mesma regulamentação do patrimônio arquivístico público, com possibilidade de doação, depósito ou de fornecimento de apoio técnico. Até o momento, não há referência direta a arquivos comunitários.

## 7 CONCLUSÃO

Este estudo configura-se como um trabalho em progresso e representa o início do que se espera ser um diálogo internacional contínuo, envolvendo pesquisadores, arquivistas comunitários e outras partes interessadas, incluindo regiões não contempladas neste artigo nem em nossas colaborações.

A partir dessa base e considerando os breves relatos aqui apresentados, observa-se a existência de exemplos de atividades independentes relacionadas a arquivos e ao patrimônio comunitário nos cinco países analisados. Embora se identifiquem algumas semelhanças centrais (notadamente, a valorização de arquivos e materiais de patrimônio vinculados a determinados grupos ou comunidades, bem como a atuação fundamentada nesse reconhecimento de valor, muitas vezes, motivada pelo receio de que sua memória e história possam ser esquecidas), verificam-se, também, diferenças relevantes e significativas no que se refere à terminologia utilizada, aos tipos de comunidades comumente envolvidas, à relação com parceiros externos e às oportunidades de financiamento e reconhecimento.

Considerações contextuais, como a história recente, fatores sociais e culturais e a organização do setor de arquivos e patrimônio, são de grande importância para explicar algumas dessas diferenças. Os processos históricos e os desenvolvimentos políticos influenciam diretamente



os tipos de comunidades e movimentos sociais que participam ativamente de iniciativas arquivísticas (e que podem desempenhar essas atividades publicamente), bem como determinam quais coleções podem ser preservadas e reconhecidas como valiosas.

Nesse contexto, o grau de reconhecimento jurídico e profissional revela-se igualmente relevante, uma vez que a legitimação, tanto por profissionais da área quanto pela legislação arquivística, impacta a visibilidade dos arquivos comunitários e o apoio potencialmente concedido à sua sustentabilidade a longo prazo.

Além disso, o desenvolvimento de uma terminologia adequada para designar essas iniciativas representa um desafio significativo. Embora a expressão “arquivos comunitários” possa ser empregada como descritor genérico, é necessária cautela para evitar sua aplicação acrítica e universalizante. Enquanto, em alguns dos países analisados, o engajamento comunitário com arquivos pode ocorrer de maneira independente e nos próprios termos das comunidades, em outros contextos a interação com parceiros externos (incluindo profissionais e acadêmicos) revela-se mais intrínseca ao processo de coleta comunitária e à apropriação do passado. Tais distinções evidenciam a complexidade envolvida na compreensão dos padrões de arquivamento comunitário, tanto entre países quanto em seus respectivos contextos nacionais, e reforçam a importância de prosseguir e expandir nossas pesquisas e diálogos sobre o tema.

No que se refere ao modelo desenvolvido e proposto pelos autores até o momento, espera-se que ele contribua de forma útil para a compreensão de como os arquivos comunitários são contextualizados e influenciados pelo seu ambiente. Observa-se, entretanto, que um enfoque exclusivo em um contexto nacional tende a subestimar a relevância de fatores locais e regionais significativos nos países, inclusive nos de menor extensão territorial, e não contempla os múltiplos contextos que impactam comunidades e arquivos comunitários de caráter multinacional ou diaspórico. Vale destacar, nesse contexto, que redes internacionais de arquivos diaspóricos específicos ou organizações independentes baseadas em identidade reconhecem tanto as semelhanças quanto as diferenças entre corpos comunitários de diferentes países. Embora se defenda a contínua relevância de uma abordagem comparativa internacional para a compreensão do arquivamento comunitário (assim como da prática e do valor do arquivamento em sentido amplo), tal defesa se fundamenta no reconhecimento de que essa análise demanda uma



perspectiva complexa e nuançada, socialmente situada, capaz de considerar conexões e contextos em múltiplos níveis, e não apenas no âmbito nacional.

## REFERÊNCIAS

AO NORTE – ASSOCIAÇÃO DE PRODUÇÃO E ANIMAÇÃO AUDIOVISUAL. **Lugar do Real**. Viana do Castelo, 2026. Disponível em: <http://lugardoreal.com/>. Acesso em: 15 maio 2026.

ARQUIVO DE MEMÓRIA. **O Projeto Arquivo de Memória**. Vila Nova de Foz Côa: Fundação Côa Parque, 2026. Disponível em: <https://arquivodememoria.pt/default.aspx?lang=PO&taM=0>. Acesso em: 15 maio 2026.

ARTS COUNCIL ENGLAND. **Our Open Funds**. Manchester, 2026. Disponível em: <https://www.artscouncil.org.uk/%20our-open-funds>. Acesso em: 10 maio 2026.

BASTIAN, J.; FLINN, A. (ed.). **Community archives, community spaces heritage, memory and identity**. London: Facet Publishing, 2020.

BEIJING MEMORY. **Home**. Beijing: Renmin University of China, 2026. Disponível em: <http://www.bjy.cn/>. Acesso em: 15 maio 2026.

CAMOLEZE, J. **Arquivos e movimentos sociais: um estudo da produção de documentos populares no setor nacional de educação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)**. 2022. 290 f. Tese. (Doutorado em Ciência da Informação) — Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2022. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/234955>. Acesso em: 16 jun. 2026.

CENTRUM ARCHIWISTYKI SPOŁECZNEJ. **Biuletyn Informacji Publicznej (BIP)**. Warszawa, 2023. Disponível em: <https://cas.bip-e.pl/>. Acesso em: 14 maio 2026.

CENTRUM ARCHIWISTYKI SPOŁECZNEJ. **Centrum Archiwistyki Społecznej**. Warszawa, 2026a. Disponível em: <https://cas.org.pl/>. Acesso em: 14 maio 2026.

CENTRUM ARCHIWISTYKI SPOŁECZNEJ. **Zbiory Społeczne**. Warszawa, 2026b. Disponível em: <https://zbioryspoleczne.pl/>. Acesso em: 14 maio 2026.

COMMUNITY ARCHIVES AND HERITAGE GROUP. **Help with finding funding**. [S. l.], 2026. Disponível em: <https://www.communityarchives.org.uk/content/resource/funding>. Acesso em: 14 maio 2026.

COMMUNITY ARCHIVES AND HERITAGE GROUP. **Home**. [S. l.], 2023. Disponível em: <https://www.communityarchives.org.uk/search-for-an-archive>. Acesso em: 11 mai. 2026.

COSSON, F. The small politics of everyday life: local history society archives and the production of public histories. **Archives and Records**, [Londres], v. 38, n. 1, p. 45–60, 2017. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/23257962.2016.1269646>. Acesso em: 11 maio 2026.

FINNEGAN, R. Introduction: looking beyond the walls. In: FINNEGAN, R. (ed.). **Participating in the knowledge society**. London: Palgrave Macmillan, 2005. p. 1–19.

FLINN, A. Community histories, community archives: some opportunities and challenges. **Journal of the Society of Archivists**, [London], v. 28, n. 2, p. 151–176, 2007. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/00379810701611936>. Acesso em: 11 maio 2026.





FLINN, A. Working with the past: making history of struggle part of the struggle. *In*: CHOUDRY, A.; VALLY, S. (ed.). **Reflections on knowledge, learning and social movements: history's schools**. London: Routledge, 2018. p. 21–41.

FUNDACJA GENERAL ELŻBIETY ZAWACKIEJ. **Fundacja General Elżbiety Zawackiej**. Toruń, 2026. Disponível em: <https://zawacka.pl/>. Acesso em: 14 maio 2026.

FUNDACJA OŚRODKA KARTA. **Ośrodek KARTA**. Warszawa, 2026. Disponível em: <https://karta.org.pl/>. Acesso em: 14 maio 2026.

GŁÓWNY URZĄD STATYSTYCZNY. **Bazy organizacji oraz instytucji polskich i polonijnych za granicą**. [S. l.], 2026. Disponível em: <https://polonia.stat.gov.pl/>. Acesso em: 14 maio 2026.

GLUZA, Z. Dekada przed archiwistyką społeczną. *In*: ZIĘTAŁ, K. (ed.). **Archiwistyka społeczna**. Warszawa: Fundacja Ośrodka KARTA, 2012a. p. 18–22.

GLUZA, Z. **Odkrycie KARTY**: Niezależna strategia pamięci. Warszawa: Fundacja Ośrodka KARTA, 2012b.

HALL, S. Whose heritage? un-settling 'the heritage', re-imagining the post-nation. **Third Text**, [s. l.], v. 13, n. 49, p. 3–13, 1999. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/09528829908576818>. Acesso em: 11 maio 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pará**: Cidades e Estados. Rio de Janeiro: IBGE, 2026. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pa/>. Acesso em: 14 maio 2026.

ISHMAEL, H.; SOWINSKI, E. A.; FOSTER, K.; JOSEPH, E.; RICHARDS, N. E. Locating the black archive. *In*: POPPLE, S.; PRESCOTT, A.; MUTIBWA, A. (ed.). **Communities, archives and new collaborative practices**. Bristol: Policy Press, 2020. p. 207–218.

JURA CONSULTANTS. **Museums, Libraries, Archives Council**: Community Archives and the Sustainable Communities Agenda: Final Report. Loanhead: Jura Consultants, 2009. Disponível em: <https://webarchive.nationalarchives.gov.uk/ukgwa/20111013140403/http://research.mla.gov.uk/evidence//view-publication.php?pubid=949>. Acesso em: 14 maio 2026.

LI, M.; FENG, H.; GAO, Y. A typology of Chinese 'archives'. **Archival Science**, [s. l.], v. 21, p. 173–192, 2021. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s10502-020-09352-x>. Acesso em: 14 maio 2026.

LIAN, Z.; OLIVER, G. Sustainability of independent community archives in China: a case study. **Archival Science**, [s. l.], v. 18, p. 313–332, 2018. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s10502-018-9297-4>. Acesso em: 15 maio 2026.

MANDER, D. Special, local and about us: the development of community archives in Britain. *In*: BASTIAN, J. A.; ALEXANDER, B. (ed.). **Community archives: the shaping of memory**. London: Facet Publishing, 2009. p. 29–47.

MELON, M. Diagnoza problemów związanych z trwałością zbiorów społecznych. *In*: ZIĘTAŁ, K.; MELON, M. **Strategia wzmacniania trwałości zbiorów społecznych**. Warszawa: Centrum Archiwistyki Społecznej, 2023. p. 25–57.

MINCZYKOWSKA, K. Wstęp. *In*: MINCZYKOWSKA, K. (ed.). **Informator o zbiorach Fundacji Archiwum Pomorskie Armii Krajowej**. Toruń: Fundacja Archiwum Pomorskie Armii Krajowej, 2000. p. 5–21.

MUSEU DA MARÉ. **O Museu da Maré**. Rio de Janeiro, 2026. Disponível em: <https://www.museumare.org/museudamare>. Acesso em: 14 maio 2026.





MUSEU MARÍTIMO DE ÍLHAVO. **Homens e Navios do Bacalhau**. Ílhavo, 2026. Disponível em: <https://homensenaviosdobacalhau.cm-ilhavo.pt/>. Acesso em: 15 maio 2026.

MURAL SONORO. **Museu Sonoro**. [S. l.], 2026. Disponível em: <https://www.muralsonoro.com/>. Acesso em: 15 maio 2026.

POLSKA. **Strona główna**. Warszawa, 2026. Disponível em: <https://www.gov.pl/>. Acesso em: 14 maio 2026.

POOLE, A. H. The Information Work of Community Archives: A Systematic Literature Review. **Journal of Documentation**, [s. l.], v. 76, n. 3, p. 657–687, 2020. DOI: 10.1108/JD-07-2019-0140. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/JD-07-2019-0140>. Acesso em: 14 maio 2026.

PORTUGAL. Presidência do Conselho de Ministros. Decreto-Lei nº 16/93, de 23 de janeiro. Estabelece o regime geral dos arquivos e do património arquivístico. **Diário da República**: n.º 19/1993, 12 jan. 1993. Série I-A. Disponível em: <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/16-1993-584777>. Acesso em: 15 maio 2026.

PORTUGAL. Presidência do Conselho de Ministros. Decreto-Lei nº 107/2001, de 8 de setembro. Estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural. **Diário da República**: nº 209/2001, 08 set. 2001. Série 1-A. Disponível em: <https://diariodarepublica.pt/dr/legislacao-consolidada/lei/2001-72871514>. Acesso em: 15 maio 2026.

PORTUGAL. Presidência do Conselho de Ministros. Lei nº 14/94, de 11 de maio. Alteração, por ratificação, do Decreto-Lei n.º 16/93, de 23 de Janeiro. **Diário da República**: nº 14/94, 11 maio 1994. Série 1. Disponível em: <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/14-1994-255815>. Acesso em: 15 maio 2026.

ROMAN, W. K. Aby pamięć nie zginęła? Polskie Archiwum Wojenne (1915–1921) i jego zbiory. **Archeion**, [s. l.], v. 120, p. 185–202, 2019. Disponível em: [https://archiwa.gov.pl/wp-content/uploads/2022/02/Archeion\\_CXX.pdf](https://archiwa.gov.pl/wp-content/uploads/2022/02/Archeion_CXX.pdf). Acesso em: 14 maio 2026.

STATISTICS POLAND. **Home**. Warsaw, 2026. Disponível em: <https://stat.gov.pl/en/>. Acesso em: 14 maio 2026.

STEVENS, M.; FLINN, A.; SHEPHERD, E. New frameworks for community engagement in the archive sector: from handing over to handing on. **International Journal of Heritage Studies**, [s. l.] v. 16, n. 1–2, p. 59–76, 2010. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/13527250903441770>. Acesso em: 14 maio 2026.

THE MEMORIAL HALL OF THE VICTIMS IN NANJING MASSACRE BY JAPANESE INVADERS. **The Memorial Hall of the Victims in Nanjing Massacre by Japanese Invaders**. Nanjing, 2026. Disponível em: <http://www.19371213.com.cn/>. Acesso em: 15 maio 2026.

THE NATIONAL LOTTERY HERITAGE FUND. **Our Work**. London, 2023. Disponível em: <https://www.heritagefund.org.uk/our-work/community-heritage>. Acesso em: 14 maio 2026.

UNIÃO DE MULHERES ALTERNATIVA E RESPOSTA. **Projecto Memória e Feminismos**. Lisboa: UMAR, 2026. Disponível em: <http://www.cdofeminista.org/projecto-memoria-e-feminismos/>. Acesso em: 15 maio 2026.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION. **Memory of the World**. Paris, 2026. Disponível em: <https://www.unesco.org/en/memory-world>. Acesso em: 14 maio 2026.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS. Arquivo Edgard Leuenroth. **Brasil Nunca Mais**. Campinas, 18 jul. 2022. Disponível em: <https://ael.ifch.unicamp.br/node/82>. Acesso em: 14 maio 2026.

UNIVERSIDADE POPULAR DO PORTO. Centro de Documentação e Informação. **Projecto Memórias do Trabalho**. Porto, 2026. Disponível em: [http://cdi.upp.pt/cgi-bin/arquivos.py?doc=apresenta\\_projecto\\_memorias&indice=0](http://cdi.upp.pt/cgi-bin/arquivos.py?doc=apresenta_projecto_memorias&indice=0). Acesso em: 15 maio 2026.



WIŚNIEWSKA-DREWNIĄK, M. **Inaczej to zniknie:** Archiwa społeczne w Polsce – wielokrotne studium przypadku. Toruń: Wydawnictwo Naukowe UMK, 2019.

ZIĘTAL, K. Archiwa społeczne w Polsce—prezentacja i analiza wyników badań. *In:* JÓŻWIK, A.; ZIĘTAL, K. (ed.). **Archiwistyka społeczna:** diagnoza i wyzwania. Warszawa: Fundacja Ośrodka KARTA, 2017. p. 22–26.

---

#### LICENÇA DE USO

Os autores cedem à **OFFICINA: Revista da Associação de Arquivistas de São Paulo** os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution](#) (CC BY) 4.0 International.



